



LUCAS MARTINS SOLDERA
MÁTHEUS VIANA BRAZ
GUILHERME ELIAS DA SILVA

ORGANIZADORES

LABIRINTOS OPACOS

SUBJETIVIDADE, SAÚDE
E TRABALHO NA CONDIÇÃO
PÓS-MODERNA

LABIRINTOS OPACOS



CONSTELAÇÕES DE SABERES

DIRETOR DA SÉRIE:

Prof. Dr. Abah Andrade (UFPB)

CONSELHO EDITORIAL:

Prof. Dr. Abah Andrade (UFPB)

Profa. Dra. Ana Paula Buzetto Bonneau (UFRN)

Prof. Dr. Anderson D'Arc ferreira (UFPB)

Prof. Dr. Cristiano Bonneau (UFPB)

Prof. Dr. Edson Adriano Moreira (UFCG)

Prof. Dr. Érico Andrade (UFPE)

Prof. Dr. Francisco Rômulo Diniz (UVA)

Prof. Dr. Gabriel Rezende (UFPB)

Prof. Dr. Hélder Machado Passos (UFMA)

Prof. Dr. Jaimir Conte (UFSC)

Prof. Dr. Jozivan Guedes (UFPI)

Prof. Dr. Marcelo Primo (UFS)

Prof. Dr. Marconi Pequeno (UFPB)

Prof. Dr. Marcos Fábio Alexandre Nicolau (UVA)

Profa. Dra. Mariana de Almeida Campos (UFBA)

Profa. Dra. Mariana Fisher (UFPE)

Prof. Dr. Miguel Ângelo Oliveira do Carmo (UFPB)

Profa. Dra. Olgária Chaim Feres Matos (UNIFESP)

Profa. Dra. Patrícia Nakayama (UNILA)

Profa. Dra. Priscilla Gontijo Leite (UFPB)

Prof. Dr. Rogério Campos (UNILA)

Prof. Dr. Saulo Henrique Souza Silva (UFS)

Prof. Dr. Sérgio Luís Persch (UFPB)

Prof. Dr. Sílvio Rosa Filho (UNIFESP)

Prof. Dr. Ubiratane de Moraes Rodrigues (UFMA)

Prof. Dr. Ulisses Vaccari (UFSC)

Prof. Dr. Vitor Somavilla (UFPB)

LABIRINTOS OPACOS

SUBJETIVIDADE, SAÚDE E TRABALHO NA CONDIÇÃO PÓS-MODERNA

Organizadores

Lucas Martins Soldera

Matheus Viana Braz

Guilherme Elias da Silva



Diagramação: Marcelo Alves

Capa: Gabrielle do Carmo



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhual 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L119 Labirintos opacos: subjetividade, saúde e trabalho na condição pós-moderna [recurso eletrônico] / Lucas Martins Soldera, Matheus Viana Braz e Guilherme Elias da Silva (orgs.). – Cachoeirinha : Fi, 2025.

477p.

ISBN 978-65-5272-064-1

DOI 10.22350/9786552720641

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Psicologia organizacional. I. Soldera, Lucas Martins. II. Braz, Matheus Viana. III. Silva, Guilherme Elias da.

CDU159.9: 331.1/5

Catalogação na publicação: Mônica Ballejo Canto – CRB 10/1023

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Estadual de Maringá (UEM), nossa casa.

Agradecemos ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH-UEM) e ao Departamento de Psicologia (DPI-UEM), em especial às Professoras Nilza Tessaro Sanches (diretora do referido centro) e Adriana Fátima Franco (chefe do referido departamento), pelo apoio e incentivo na organização da obra.

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPI-UEM) pelo subsídio desta obra, mediante o Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Fazemos menção ainda ao Professor Marcos Leandro Klipan (coordenador do referido Programa de Pós-Graduação) pela disponibilidade, carinho e parceria nessa jornada.

Agradecemos também o Centro de Estudo Saúde, Subjetividade e Trabalho – CESST, pelo constante desenvolvimento pessoal e profissional que esse espaço nos possibilita.

SUMÁRIO

Desenrolar o fio de Ariadne 11

Emílio Peres Facas

Universidade de Brasília

Apresentação 21

Lucas Martins Soldera

Matheus Viana Braz

Guilherme Elias da Silva

EIXO 1 **SUBJETIVIDADE E TRABALHO**

1 39

Mundo contemporâneo do trabalho e subjetividade

Ayrán Vinicius dos Santos

Lucas Martins Soldera

2 59

Dimensões da formação em psicologia organizacional e do trabalho - história, avanços e possibilidades

Taise Signorini

Tamara Menezes

Adrielle Tenorio Duarte Pelloso

Isabella Frederico Mariani

3 91

Efeitos posteriores do trabalho em um contexto de pandemia para profissionais de saúde chilenos

Marcelo Balboa

EIXO 2 **GERENCIALISMO E TRABALHO**

4 117

Gerencialismo e suas implicações nos processos de subjetivação no trabalho

Gabriela Araújo Fornari

5 **133**

Subjetivação corporal e responsabilização individual pela saúde na ordem neoliberal

João Paulo Marques

6 **157**

A mercantilização da produção científica: impactos na saúde mental do pesquisador

Marilucia Ricieri

Guilherme Elias Silva

7 **179**

Burnout como sintoma social dominante do trabalho docente

Matheus Viana Braz

8 **209**

Escutar, acolher e desenvolver: pesquisa-intervenção com servidores de uma universidade brasileira

Kelly Naiara Soares de Souza Santos

Matheus Viana Braz

EIXO 3 **PLATAFORMAS DIGITAIS, TELETRABALHO E TRABALHO**

9 **239**

Reflexões acerca das estratégias de promoção de saúde mental no teletrabalho home-office

Anna Sophia Pussi

Bianca Marques Longo

Tamara Mulari Coneglian

10 **275**

Capitalizando visibilidade: reflexões sobre o sujeito empresarial produtor de conteúdo

Amanda Thuns Biazzi

Matheus Viana Braz

11 **299**

Ideologia gerencialista e precarização do trabalho: uma análise a partir da gestão algorítmica

José Leonardo de Amorin Vignotti

12

319

Ensaio existencialista sobre a “produção” do Ser e a constituição” do espaço no metaverso

Dante Luis Tonezer

Sylvia Mara Pires de Freitas

EIXO 4

INTERSECCIONALIDADE E TRABALHO

13

345

Precarização do trabalho na contemporaneidade: intersecções entre gênero, raça e medicalização

Karla Oliveira Kian

14

377

O trabalho invisível e seus atravessamentos de gênero: análise a partir da psicossociologia

Caroline de Cuffa

15

395

Determinação histórico-social da escravização na subjetividade do trabalho negro na região da Pequena África carioca

Tatiana Lima Brandão

Bruno Chapadeiro Ribeiro

16

419

Saúde mental e colonialidade: contribuições dos estudos descoloniais para o avanço da Atenção Psicossocial

Thaíse Rosseli Moreira Dantas

Edneia José Martins Zaniani

17

439

Inclusão produtiva na assistência social: implicações psicossociais para os sujeitos vulnerabilizados

Kely Akemi Kuriki

Guilherme Elias da Silva

Sobre os Organizadores

475

DESENROLAR O FIO DE ARIADNE

*Emilio Peres Facas
Universidade de Brasília*

Dá-se o nome de Minotauro a um monstro que tinha corpo de homem e cabeça de touro. [...] Minos, aterrorizado e envergonhado com o nascimento do monstro, fruto dos amores contranaturais de Pasífae, ordenou ao artista ateniense Dédalo, que nessa altura se encontrava na sua corte, que contruísse um imenso palácio (o Labirinto), composto de um tal emaranhado de salas e corredores que ninguém, a não ser Dédalo, conseguisse encontrar o caminho para dele sair. Foi lá que encarcerou o monstro. E, todos os anos (outros dizem que de três em três anos, ou mesmo de nove em nove), dava-lhes a devorar sete jovens e sete donzelas, tributo que impusera à cidade de Atenas (Grimal, 2005, p. 314).

O convite para escrever o prefácio desta obra, brilhantemente organizada pelos *camaradas* Lucas Martins Soldera, Matheus Viana Braz e Guilherme Elias da Silva, me fez sentir muito honrado e mobilizado. Por um lado, por meu interesse em discutir e entender a construção e consolidação da cultura neoliberal – e seus discursos sobre o trabalho; por outro, pela metáfora do título – *Labirintos Opacos* – e sua possível articulação com a mitologia.

Partiremos aqui de uma concepção de que linguagem neoliberal – em especial sobre o trabalho – apresenta-se como uma linguagem *mitológica*, visto que apresenta um conjunto de mitos em um discurso que sustenta e retroalimenta a racionalidade instrumental. Entendemos a linguagem mitológica a partir da concepção de Barthes (2019), que concebe o mito como uma apropriação da linguagem. A mitologia seria a construção de um signo em cima de um outro já existente, que é esvaziado de seu significado original e ressignificado. Esse processo, sutil e discreto, pretende maquiagem a realidade através da

ressignificação do real. O mito é artificial, imposto - apesar de nem sempre ser identificado assim (Kulak, 2015).

Em síntese, podemos entender que a mitologia neoliberal busca apresentar como **naturais** as **construções** sócio-históricas. Os valores são apresentados como um desenvolvimento natural, inevitável, frutos da própria condição humana – é como se a racionalidade não fosse constituída e construída a partir da lógica capitalista. Trata-se de pensar o real como se este existisse em um *vácuo* histórico e social, um desenvolvimento espontâneo da vida.

Nesse sentido, os estudos realizados no Laboratório de Trabalho e Linguagem da Universidade de Brasília (LTL-UnB) apontam que a mitologia neoliberal sobre o trabalho se fundamenta em uma estrutura com três dimensões, que denominamos como: 1) promessas; 2) mitos; e 3) discurso. Essas dimensões são articuladas e a separação que propomos aqui é meramente didática (Gonçalves e Marques, 2024; Oliveira, 2023; Ferreira, 2023; Zendersky, 2022; Silva-Júnior, 2022; Facas, 2020).

As promessas são a base da mitologia neoliberal, apresentadas como o resultado esperado da adesão aos valores desta cultura. Valendo-se de uma metáfora religiosa, as promessas são o paraíso, as recompensas aos que seguem os preceitos neoliberais. Nossos estudos têm apresentado que são três promessas em nível macro, que sintetizam o *ethos* mitológico: a **liberdade**, a **onipotência** e a **felicidade**. As três são apresentadas falaciosamente, como possibilidades ilimitadas e irrestritas.

O sujeito neoliberal é visto como aquele que é completamente livre para agir no mundo, tomar suas decisões, ir e vir. Ele não depende dos outros, é completamente autônomo e, conseqüentemente, plenamente responsável pelos resultados de suas decisões. Essa liberdade depende da **onipotência**. Os sujeitos são capazes de superar suas limitações,

desempenhar/performar de forma espetacular (e espetacularizada). Os limites são vistos como *crenças*, que devem ser superados por meio de uma *reprogramação* afetiva. Não há espaços para falhas, problemas e, como frequentemente enunciados pelos *gurus* neoliberal, para *afetos negativos*. Se a pessoa não atinge essa performance espetacular, é porque não se dedicou o suficiente ou porque está *travada* nas crenças limitantes – é preciso alterar o *mindset*, controlar o pensamento, atrair coisas positivas. Esse percurso desemboca na **felicidade**, a realização absoluta. O receituário neoliberal oferece o caminho para uma vida com propósito (por meio, inclusive, da falácia do trabalho com propósito), sentido e sem limites.

A segunda dimensão são os **mitos**. Tratam-se dos ideais que sustentam as promessas – seguindo na metáfora religiosa, são a escadaria para o paraíso. Valores como a meritocracia, o empreendedorismo, a positividade e a inteligência emocional são apresentados como o *receituário* neoliberal para atingir as promessas. Como já falado, são vistos como um desenvolvimento natural da própria humanidade. Articulam-se com a ideologia neoliberal, como expressões máximas de sua racionalidade. Reforçam a individualização e competição entre os sujeitos, apresentando a vida como um jogo controlado com *vencedores* e *perdedores* – e, logicamente, não há espaço para estes últimos. Não há sorte ou azar: os *derrotados* são os únicos responsáveis por suas condições. Se nas estórias clássicas da mitologia greco-romana as tragédias se desenrolam a partir dos deuses que possuem afetos como os mortais, na mitologia neoliberal os mortais devem negar seus afetos para atingir um *estágio divino* no paraíso.

Essas promessas e mitos são apresentadas no **discurso**, ou de maneira mais específica, nos **signos discursivos**. Tratam-se de elementos estéticos e de conteúdo que sustentam a mitologia neoliberal.

São formas de apresentação do *ethos* neoliberal, manifestadas em diferentes sistemas de comunicação como fotografia, publicidade, discursos escritos e, de maneira mais recorrente na atualidade, vídeos e imagens de redes sociais. Para exemplos desses signos discursivos, sugiro os estudos do LTL-UnB supramencionados.

Logo, podemos entender que a mitologia neoliberal promete a superação da própria condição humana. Tal lógica, segundo Dardot e Laval (2016), encontra ressonância no sujeito, na medida em que vai ao encontro de seu desejo de controlar a vida e desafiar a falibilidade como condição humana, conciliando-se às fantasias de onipotência e à ilusão de uma plenitude absoluta. É um ideal de perfeição inalcançável, na medida em que não há espaços para fraquezas, tristezas, cansaço. Uma vida sem sentido, com afetos colonizados e deslocados para o cumprimento dos imperativos falaciosos da dinâmica desempenhar-para-ser. A demanda pela superpotência, causa de mal-estar social e existencial, está calcada em manifestações de uma norma performativa.

A ideologia neoliberal da otimização pessoal, para Han (2018a), representa uma nova forma de subjetivação, com características religiosas. Os pensamentos negativos fazem às vezes do pecado – os gerentes e treinadores motivacionais são os pregadores do novo evangelho do desempenho. E o sujeito luta contra si próprio como se lutasse contra um inimigo. Han (2018ab) explica que o sujeito que não consegue cumprir com essa demanda da sociedade da performance, no lugar de questionar o sistema, considera a si mesmo como responsável.

Os labirintos

Na mitologia grega, um dos arcos mais conhecidos é o conjunto de estórias envolvendo o Minotauro. Trata-se de uma criatura com corpo

de homem e cabeça de touro, filho de Pasífae com um touro enviado por Poseidon. Cuidado por sua mãe durante a infância, o Minotauro cresce e se torna feroz, devorando seres humanos. Minos, esposo de Pasífae, pede que Dédalo construa um labirinto sob seu palácio, para aprisionar a criatura. Esse labirinto é construído como um sistema complexo de corredores e salas, projetado para que ninguém encontrasse sua saída – garantindo, também, que o Minotauro permanecesse encarcerado em seu centro. De tempos em tempos, 14 jovens atenienses eram enviados ao labirinto para que fossem devorados.

De início, podemos pensar em alguns paralelos entre essa construção mitológica e os labirintos opacos do mundo do trabalho. Quem seria o Minotauro no centro desses labirintos opacos? Seria o próprio capital em seu instinto canibalesco, pronto para devorar o trabalho vivo e expelir trabalho morto (Reis-Filho, 2024)? E a classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 1999), seria representada pelos jovens atenienses, sacrificada em nome desse apetite voraz? Podemos também pensar simbolicamente na “entrada” do labirinto. Há, tanto na estória quanto na história, uma tragédia: o labirinto como destino inevitável de quem deve saciar a fome da besta.

Ao mesmo tempo, é importante destacar uma diferença fundamental entre o mito grego e a mitologia neoliberal sobre o trabalho – a *consciência* sobre o processo: os atenienses **sabiam** que seriam enviados para o labirinto e que seriam devorados pelo Minotauro. Na mitologia neoliberal, o discurso sobre o trabalho apresenta os labirintos opacos como campos livres, sem fronteiras – como já brilhantemente discutido pelos organizadores. Não há labirinto, corredores, salas ou Minotauro. Há apenas uma divindade, justa e generosa: o capital.

Os campos de trabalho, dos autônomos aos formais, são apresentados como “folhas em branco”, prontos para serem transformados – basta que as pessoas se esforcem. Apresentam-se como possibilidades de livres escolhas individuais, em exaltação ao mito do “*self mademan*”. Nesta direção, o trabalho seria a via que possibilitaria sucesso e uma realização plena e a organização, o espaço privilegiado para a superação indefinida dos seus próprios limites. Tem-se, então, uma instrumentalização da subjetividade por parte da lógica capitalista, tornando assim a identidade do sujeito em um produto consumível (Dardot e Laval, 2016).

Ora, se os labirintos são opacos, sem fronteiras, o indivíduo passa a não mais reconhecer que está **dentro** dos labirintos. Então, o que fazer? Como responder às perguntas levantadas pelos organizadores na apresentação da obra: Como escapar de labirintos cujas fronteiras são opacas? Como encontrar novos caminhos em meio à fragmentação das relações de trabalho?

Desenrolar o fio

A filha do rei, Ariadne, viu-o [Teseu] no meio dos jovens apavorados e notou sua estatura excepcional. Ele parecia ser o único a não aceitar a morte. A determinação e a bravura de Teseu lhe agradaram, e ela decidiu ajudá-lo na luta contra o Minotauro. Antes que os atenienses entrassem no labirinto, a jovem sussurrou algumas palavras ao herói: “Se você quer escapar, pegue este novelo de fio branco. Eu fico segurando a outra ponta. É só desenrolá-lo na ida e seguir o fio ao voltar. Que os deuses o protejam!” Uma coisa era enfrentar o Minotauro, outra, sair daquele lugar com mil divisões emaranhadas (Pouzadoux, 2001, p. 108).

Teseu, herói ateniense, havia decidido matar o Minotauro. Foi para o sacrifício junto a outros jovens de Atenas, com a missão de aniquilar a criatura. Ariadne, filha do Rei Minos, resolveu ajudá-lo. Dédalo, criador do labirinto, ciente de que a fuga de sua obra era impossível de

maneira convencional, forneceu um rolo de fio que deveria ser desenrolado na ida e seguido na volta. Orientado por Ariadne, Teseu foi bem sucedido em sua missão. Ao seguir o fio, conseguiu sair com sucesso do labirinto, após matar o Minotauro.

O termo *fio de Ariadne* passou a ser utilizado como metáfora tanto para falar, de maneira mais ampla, de saídas de problemas complexos, quanto para um método específico para resolução de problemas.

Mas, afinal, qual seria o *fio* para as saídas dos labirintos opacos?

Certa vez, fui abordado por um estudante de graduação em Psicologia após uma aula de Psicologia do Trabalho. Bastante angustiado, ele me questionou: “Em algum momento você vai mostrar a luz no fim do túnel?”. Respondi que, antes de procurar uma luz, precisamos conhecer o túnel (ou labirintos) para saber para onde olhar – tentar uma cartografia.

Longe de oferecer receitas prontas ou mesmo evocar um heroísmo como Teseu, desenrolar o fio significa, acima de tudo, ter a coragem de investigar a dura realidade. Apresentar os furos na sempre incoerente mitologia neoliberal. *Desnaturalizar* os absurdos.

Não se enganem: esta é uma tarefa árdua. Desvelar as condições precárias de vida e trabalho da classe trabalhadora é, acima de tudo, entrar em contato com nossas próprias condições e limitações. É reconhecer-se dentro dos labirintos também. Ter coragem, mas uma coragem despida da ilusão heroica.

Desenrolar o fio é uma tarefa que deve ser feita em conjunto, com solidariedade e afeto. Em uma cultura que evoca o “cada-um-por-si”, também é preciso coragem para reestabelecer os laços de solidariedade. Pensar junto, construir junto. Retomar o **comum**, como já discutido por Dardot e Laval (2017).

Neste sentido, penso que este livro é uma obra de coragem. Coragem de questionar, criticar, tentar desvelar a dura realidade da classe-que-vive-do-trabalho brasileira. Coragem de apontar os furos na racionalidade neoliberal. Coragem de estar e ser juntos.

Para finalizar, retomo um trecho da apresentação desta obra, que sintetiza o espírito comum entre as pessoas que a construíram:

Todavia, a clareza se torna uma busca constante, um desafio que demanda a colaboração e a solidariedade entre os sujeitos. Ao final deste livro, esperamos que os leitores encontrem inspiração para desbravar os caminhos tortuosos do trabalho na condição pós-moderna, iluminando e desbravando novas possibilidades de construção de um mundo laboral mais justo e digno aos trabalhadores.

Parabéns e obrigado aos autores e às autoras. Seguiremos juntos, tentando construir e desenrolar os fios.

Referências

- Antunes, R. (1999). *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio Sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho*. São Paulo: Editora Boitempo.
- Barthes, R. (2019). *Mitologias*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Dardot, P. & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo.
- Dardot, P.; Laval, C. (2017). *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Editora Boitempo.
- Facas, E. P. (2020). Sociedade da Performance e a falácia da liberdade no discurso neoliberal. In: Sousa-Duarte, F.; Mendes, A. M.; Facas, E. P. (Org.). *Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho*. 1ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2020, v. 1, p. 63-75.
- Ferreira, J. R. M. (2023). *Trabalho e discurso neoliberal: análise de textos em sites e portais de notícias acerca do trabalho remoto durante a pandemia do COVID-19*. Relatório

- Final de Iniciação Científica. Orientador: Emílio Peres Facas. Brasília: Universidade de Brasília.
- Gonçalves, L. J. & Marques, M. K. M. (2024). *Trabalho e discurso neoliberal: análise de publicações em redes sociais*. Relatório Final de Iniciação Científica. Orientador: Emílio Peres Facas. Brasília: Universidade de Brasília.
- Grimal, P. (2005). *Dicionário da mitologia grega e romana*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Han, B. C. (2018a). *Psicopolítica – O neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Editora Âyiné: Belo Horizonte.
- Han, B. C. (2018b). *No Enxame – Perspectivas do Digital*. Vozes: Petrópolis.
- Kulak, S. M. (2015). *O mito Barthesiano na publicidade: a apropriação de diferentes signos culturais nas 1001 faces de Bombril*. In Silva, J. S., & Brandini, L. T. IX Colóquio de Estudos Literário. Londrina. Disponível em http://www.uel.br/eventos/estudosliterarios/pages/arquivos/Sergio%20Marilson%20Kulak_texto%20completo.pdf. Acesso em 15/09/2024.
- Oliveira, G. L. (2023). *Trabalho e discurso neoliberal: análise de matérias das revistas Pequenas Empresas Grandes Negócios e Você RH*. Relatório Final de Iniciação Científica. Orientador: Emílio Peres Facas. Brasília: Universidade de Brasília.
- Pouzadoux, C. (2001). *Contos e lendas da mitologia grega*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Reis-Filho, P. C. R. (2024). *O incessante voo das mariposas: vozes do trabalho plataformizado*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações. Orientadora: Ana Magnólia Mendes. Brasília: Universidade de Brasília.
- Silva-Júnior, A. J. (2022). *Discurso Neoliberal na mídia: Análise de publicações da revista Pequenas Empresas Grandes Negócios e Você RH*. Relatório Final de Iniciação Científica. Orientador: Emílio Peres Facas. Brasília: Universidade de Brasília.
- Zendersky, D. M. (2022). *Trabalho e discurso neoliberal: Análise das capas da revista Forbes Brasil entre os anos de 2020 e 2021*. Relatório Final de Iniciação Científica. Orientador: Emílio Peres Facas. Brasília: Universidade de Brasília.

APRESENTAÇÃO

Lucas Martins Soldera

Matheus Viana Braz

Guilherme Elias da Silva

Esse livro originou-se do prazeroso trabalho conjunto de seus organizadores, articulados ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá-UEM. A proximidade teórica, a construção e o desenvolvimento de um grupo de pesquisa, a participação em bancas, a condução de disciplinas, os bate-papos informais (independente do local) - tudo isso em boa companhia - alinhado à capacidade teórica, técnica e prática das partes, fomentaram o desejo (da árdua tarefa) de organizar essa obra.

Mesmo frente ao volume de trabalho e ao imperativo individualista neoliberal ao qual estamos submetidos e que nos suga diariamente, esta obra conjuga a importância do trabalho coletivo e a satisfação em dividir projetos com nossos pares, principalmente quando alimentamos admiração para com esses amigos.

Assim, apostando na potência dos encontros, na solidariedade grupal e no afeto dos vínculos, nos mobilizamos em direção a uma construção reflexiva coletiva, caracterizada pela interrogação (a partir de diferentes objetos e horizontes) do trabalho no período que aqui denominamos pós-moderno. Empregar a expressão Pós-moderno chama atenção daquele que o lê, ao mesmo tempo que exige uma explicação daqueles que o escreve, devido à complexidade que evoca. Cada publicação que se debruça sobre esse tema procura definir ou redefinir o conceito, ampliando ou inclusive desfigurando seus significados. Habermas (1962), Debord (1967), Lasch (1979), Lyotard

(1979), Lipovetsky (1987), Jameson (1991), Sennett (1998), Castel (2000), Bauman (2001) e Harvey (2008) são exemplos proeminentes que se dispuseram a falar sobre esse tema, cada um a partir de sua própria denominação, o que evidencia uma série de divergências e nuances analíticas orientadas para processos e períodos históricos análogos. Contudo, independente da análise realizada, o foco se dá a partir de três possibilidades: ruptura histórica, continuidade histórica ou tecer comparações.

Podemos evidenciar, desse modo, que a referência do pós-moderno será sempre o período moderno, independente se irá romper ou continuar historicamente esse processo. Ou seja, para existir pós-moderno, primeiro teve-se que criar um conceito de modernidade (sólido, bem definido, com formas claras), concepção criada com um claro propósito, passível de ser destruída.

Tudo se quebra na pós-modernidade. O vaso trincou, depois rachou, por fim fragmentou-se em mil pedaços. A pós-modernidade parece decretar que nunca mais teremos algo parecido com uma unidade. (QUADRADO, 2006, p. 05).

Nesse sentido, para Eagleton (1996) as mudanças e falta de forma do Pós-Moderno nos possibilita estabelecer algumas conceituações, nas quais pós-modernidade se constitui em um processo de reflexão contínuo de preceitos referentes ao moderno, a qual altera noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação.

Consequentemente, tudo que estava sob o “domínio” do moderno se quebrou e o que estava dentro daquele recipiente vazou, sem uma forma definida. Dificilmente esse conteúdo caberá novamente dentro daquele vaso, mesmo se ele for reconstruído. A multiplicidade de ideias,

julgamentos individuais, diversidade de pontos de vista, quantidade de informações, conceitos e modos de viver, advindos de um momento que se diz pós-moderno, fazem com que hoje seja muito difícil estruturar modelos sólidos de interpretação da realidade. Percebemos, então, o esgotamento de um modelo, o qual primeiramente traz desconforto frente às mudanças ocasionadas, no entanto, a seguir abre a possibilidade de saltos evolutivos.

Hoje, sentimos as duas coisas, o desconforto da desconstrução dos modelos pré-existentes e a esperança de recomeço, haja vista que vivemos nessa condição pós-moderna de transitoriedade. A partir do momento em que for possível definir e estruturar algo que seja pós-moderno, este adquire forma (característica contrastante a concepção de liquidez, que tão bem Bauman (2001) utilizou para se referenciar ao nosso tempo). Assim, teremos algo novo e não um “pós-moderno”.

Fato posto é que - nessa condição pós-moderna - a subjetividade, a saúde e o trabalho são diretamente afetados. Entendemos a subjetividade como um conceito polissêmico e elementar para Psicologia, sobre a qual todas teorias se debruçam. Etimologicamente, o termo origina do latim *subjectum*, que significa algo que confere substância aos aspectos fenomenológicos que caracterizam o humano. Podemos pensá-la como a singularidade de cada pessoa, composta por sua história, vivências, cultura e inter-relações, o que nos permite afirmar que pode ser pensada como um aspecto indissociável para compreensão da dinâmica entre social e individual. Nesse ínterim, compreender a subjetividade no trabalho é central para Psicologia, haja vista que esse contexto aparece como meio privilegiado na mediação entre psiquismo e sociedade (Nardi, 2015).

Já o trabalho é ponderado como algo para além de uma simples função, de um mero cargo ocupado em determinada empresa, de uma

carteira assinada ou não. Trabalho é uma atividade transformadora da realidade do ser humano. Pode ser algo que confere sentido, prazer/reconhecimento, constitui identidade, possibilita relações, evoca sofrimento e, atualmente, algo valorizado socialmente.

Um trabalho que não ofereça isso, passa a ser fonte de sofrimento e adoecimento. Para exemplificar a falta de sentido e o adoecimento físico e mental ao qual estamos suscetíveis, recorreremos à mitologia grega e trazemos à luz o “mito de Sísifo”. Sísifo, em vida, foi um mortal inteligente e capaz de enganar os deuses do Olimpo por diversas vezes, em benefício próprio. Por ser mortal, o destino se encarregou de colocá-lo à frente daqueles a quem enganou. Ao desafiar os deuses, quando chega no mundo dos mortos, após sua morte, recebe um castigo pior do que a própria morte: rolar uma grande e pesada pedra montanha acima, por toda a eternidade. Porém, sempre que Sísifo chegava com a pedra no topo - devido seu cansaço - a pedra rolava morro abaixo e, então, deveria recomençar novamente, vez após a outra. A passagem mostra que até mesmo os “deuses” da antiguidade sabiam a tortura que é realizar um trabalho sem sentido e sem perspectiva. Camus (2005), percebeu o potencial simbólico dessa passagem e desenvolveu uma relação entre a mitologia e a atualidade, onde compara o castigo (trabalho) de Sísifo à atividades atuais cansativas e sem propósito, onde trabalhador(a) não consegue estabelecer sentido com aquilo que faz e - mesmo assim - necessita continuar a fazer para conseguir sobreviver, muitas vezes, sem consciência de sua real condição.

Ao entrar nessa seara, não podemos deixar de evidenciar que o trabalho, aqui enunciado, está inserido em um contexto neoliberal (na acepção empregada por P. Dardot e C. Laval) onde impera o individualismo, competitividade, aceleração, responsabilização; o que, por sua vez, produz cada vez mais novos quadros diagnósticos de

sofrimentos e adoecimentos. Um contexto característico de uma “Sociedade do Cansaço”, tema esse bem explorado por Chul-Han (2017). Ansiedade, depressão, aumento do alcoolismo e da dependência de outras substâncias psicoativas, estresse, *burnout*, *work addicts*, assédios são características dessa nova forma de organização do trabalho em torno dos preceitos neoliberais.

Consequentemente, a relação entre subjetividade e trabalho está intrinsecamente vinculada também ao conceito de saúde. Corroboramos a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), quando esse órgão abarca tal conceito a partir dos aspectos biopsicossociais. Porém, avançamos em relação à definição da OMS, pois não acreditamos na ideia de estado ideal de saúde, já que estado remonta a algo estático, ou seja, se atingirmos o estado de saúde não precisamos mais sair dele. Além disso, a ideia de saúde ideal parece ser mais uma ideologia do que algo conceitual, haja vista a relatividade dessa definição para diferentes pessoas. Um conceito específico e único, que se diz ideal, nos parece mais uma ilusão utópica. Preferimos pensar a saúde como algo dinâmico e variável, ou seja, um caminho/norte pelo qual podemos nos orientar, o qual não necessariamente tem um ponto final. Considerando a atuação a partir da Psicologia, adicionamos ainda dois aspectos na concepção biopsicossocial de saúde, são eles os aspectos ético e político. Assim, entendemos saúde também a partir de uma atuação que vise estabelecer critérios objetivos, visando buscar o que deve ser feito pelo indivíduo, ou seja, fazer o que é certo e não o que se mostra mais fácil naquele contexto, tudo isso ainda vinculado ao Código de Ética da profissão. Porém, a questão ética está intimamente vinculada ao aspecto político, já que também engloba uma visão coletiva, a partir de valores que geralmente estão voltados para deliberações e consensos universais, assim como justiça, igualdade,

imparcialidade, cidadania, liberdade e a própria saúde. Firma-se, assim, um compromisso social e ético, bem apontado por Bastos, Yamamoto e Rodrigues (2013), para com o exercício de uma constante reflexão sobre a atuação prática e produção de conhecimento.

Por fim, cabe aqui justificar o título dessa obra. Afinal, é possível enxergar algo em labirintos onde predominam a opacidade, para além da escuridão? Ao adentrar nos “labirintos opacos” do mundo contemporâneo do trabalho, somos confrontados com um emaranhado de desafios e imposições que desafiam nossa compreensão. Inspirado pela obra de Harvey (2008), que nos conduz pelas intrincadas relações entre espaço, tempo e acumulação flexível do capital, este livro propõe uma reflexão profunda sobre as transformações recentes do mundo do trabalho. A opacidade dos labirintos na condição pós-moderna simboliza a perda de fronteiras entre trabalho e não trabalho e, mais ainda, implica a dificuldade de estabilização conceitual num cenário laboral onde a informalização e a desterritorialização se impõem como síntese ordenadora dos modos de sociabilidade. A complexidade dos caminhos, por sua vez, nos convida a questionar e resistir a um paradigma hegemônico, no qual a subjetividade e saúde são fortemente tematizadas, porém mormente partir de um ethos tributário às virtudes do mercado: utilitarismo, eficiência, produtividade, maximização das potencialidades etc.

No bojo da condição pós-moderna, os capítulos deste livro exploram as interseções entre subjetividade, saúde e trabalho. Como escapar de labirintos cujas fronteiras são opacas? Como encontrar novos caminhos em meio à fragmentação das relações de trabalho? Como resistir coletivamente, quando as formas de controle sobre o trabalho são virtualizadas, dataficadas, centradas numa organização pela dispersão?

Ao enfrentar os desafios dos labirintos opacos, os autores e as autoras problematizam situações sociais complexas, amiúde paradoxais, na tentativa de encontrarmos mediações e alternativas de ação, de modo a favorecer a produção de saúde e processos singularizadores de subjetivação no trabalho, vislumbrando possíveis caminhos de resistência e transformação. Nesse percurso, talvez os labirintos e desafios engendrados pelo regime de acumulação flexível do capital não se tornem mais simples. Todavia, a clareza se torna uma busca constante, um desafio que demanda a colaboração e a solidariedade entre os sujeitos. Ao final deste livro, esperamos que os leitores encontrem inspiração para desbravar os caminhos tortuosos do trabalho na condição pós-moderna, iluminando e desbravando novas possibilidades de construção de um mundo laboral mais justo e digno para os trabalhadores.

Em termos estruturais, visando dialogar em torno dessas concepções apresentadas até aqui, as quais conferem identidade a essa obra, optamos por organizar o livro em quatro eixos:

- 1- Subjetividade e Trabalho;
- 2- Gerencialismo e Trabalho;
- 3- Plataformas digitais, Teletrabalho e Trabalho;
- 4- Interseccionalidades e Trabalho (verificar a existência do conceito nos textos).

Dentro de cada eixo, dispusemos capítulos que versam sobre aquela determinada temática, no entanto trata-se de uma divisão meramente didática, a fim de dar uma “consonância” à obra e possibilitar que a organizemos de maneira fluída ao leitor. Para tanto, a mesma se apresenta da seguinte forma:

Eixo 1: Subjetividade e Trabalho - aqui estão elencados três capítulos, são eles respectivamente:

Capítulo 1: Mundo Contemporâneo do Trabalho e Subjetividade. Aqui os autores analisam, sob a lente científica e multidisciplinar, os conceitos de trabalho e subjetividade, estabelecendo articulações entre ambos, com o intuito de compreender como as alterações nas relações de trabalho contemporâneas repercutem na construção da subjetividade dos indivíduos.

Capítulo 2: Dimensões da Formação em Psicologia Organizacional e do Trabalho - história, avanços e possibilidades. Neste capítulo, as autoras discutem o desenvolvimento da proposta da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) enquanto disciplina teórica e prática na formação em Psicologia, com foco na região sul do Brasil. Faz-se, ainda, uma interface com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia (DCNs) que, por sua vez, orientam quanto aos princípios e fundamentos para a formação em Psicologia.

Capítulo 3: Efeitos posteriores do trabalho em um contexto de pandemia para profissionais de saúde chilenos. Marcelo Balboa, mediante o recorte da experiência de uma intervenção sócio-institucional realizada no cenário laboral do Chile, em meio à pandemia, nos brinda com um estudo de caso de uma profissional de saúde. A originalidade do texto reside na análise rigorosa realizada acerca dos efeitos posteriores deste trabalho na trajetória da trabalhadora. Os custos emocionais e subjetivos do trabalho são concebidos a partir de uma multidimensionalidade de elementos, em especial existenciais, familiares, organizacionais, sociais, institucionais e sanitários.

Eixo 2: Gerencialismo e Trabalho - essa parte totaliza cinco capítulos, expostos nesta sequência:

Capítulo 4: Gerencialismo e suas implicações nos processos de subjetivação no trabalho. Ao adotar a concepção desenvolvida pelo filósofo Jean-Paul Sartre sobre trabalho (a partir dos preceitos de escassez e necessidade), a autora se debruça sobre a relação dessas proposições junto à ideia gerencialista para a Sociologia Clínica. O modelo gerencialista representa a lógica de mercado dominante nos ambientes de trabalho, a partir da qual o sujeito se relaciona e se constitui. Pondera-se que essa lógica mascara a função do trabalho, ao passo que coloca esse atributo (trabalho) como primordial em detrimento das demais (relação familiar e comunitária, planos pessoais, etc). Essa racionalidade pode trazer implicações à saúde mental de cada um que existe em meio a uma lógica de extrema produtividade.

Capítulo 5: Subjetivação corporal e responsabilização individual pela saúde na ordem neoliberal. Esse capítulo parte de dois enunciados relativos à prática de atividade física no contexto pandêmico da Covid-19, com o objetivo de propor uma análise acerca de modos como discursos voltados à instituição de comportamentos em saúde atuam na gestão de pessoas e da vida na contemporaneidade. Para isso, elucida a concepção de comportamentos e cuidados em saúde do corpo como formas de trabalho, as quais atuam em processos de subjetivação e de saúde-adoecimento por meio de investimentos políticos nos corpos, instituindo comportamentos pelos quais torna-se possível organizar e gerenciar pessoas. Por meio dessa análise, almeja-se sensibilizar o/a leitor/a para a apreensão de funções enunciativas que conceitos-chave estrategicamente ordenados na/pela racionalidade neoliberal empreendedora operam em modos de gestão da saúde. Com isso,

argumenta o autor, tais operações promovem a incorporação de conceitos neoliberais como valores comportamentais que findam por agravar estados de adoecimento, devido às particularidades sistêmicas da racionalidade em questão.

Capítulo 6: A Mercantilização da Produção Científica: impactos na saúde mental do pesquisador. Este capítulo é resultado da pesquisa de doutorado que contribuiu com reflexões sobre o contexto do gerencialismo, da busca pela excelência e alta performance, do produtivismo na educação, especialmente, na produção científica dos programas de pós-graduação *stricto sensu* (PPG), das situações de saúde e adoecimento dos discentes. Neste texto, os autores buscaram compreender a relação entre o sentido do trabalho e a subjetividade do discente de PPG *stricto sensu* referente à realização das atividades que lhe são incumbidas; refletir sobre as transformações no mundo do trabalho e na educação. Por fim, procurou-se averiguar se as experiências laborais dos sujeitos pesquisados suscitam vivências subjetivas que acometem implicações à saúde mental, e quais são as estratégias elaboradas para o enfrentamento dessas (possíveis) vivências.

Capítulo 7: Burnout como Sintoma social dominante do trabalho docente. O autor toma a pandemia como ponto de ancoragem analítica para problematizar a gênese sócio-psíquica do Burnout docente. Sustenta-se o argumento de que o Burnout (ou esgotamento profissional) se configura como um Sintoma Social Dominante do trabalho docente na contemporaneidade. Como produto do esvaziamento de sentido relacionado à atividade docente, o Burnout se inscreve, portanto, em discursos hegemônicos neoliberais e gerencialistas que operam como regentes da organização do trabalho no âmbito da educação no Brasil. Tal inflexão conceitual cumpre o objetivo

de tensionar uma lógica dominante que tende a individualizar o esgotamento profissional dos professores, psicologizando contradições estruturais de seus ofícios.

Capítulo 8 - Escutar, acolher e desenvolver: pesquisa-intervenção com servidores de uma universidade brasileira. Nesse capítulo, os autores abordam uma profícua experiência de pesquisa-intervenção conduzida junto a servidores de uma instituição de ensino superior. O gerencialismo é problematizado em meio a uma miríade de elementos, que passa por analisadores centrais à luz da Análise Institucional, da Psicossociologia e da Sociologia Clínica. Encontramos, aqui, um estudo de caso exemplar, que nos permite compreender o processo de construção de dispositivos específicos de pesquisa-intervenção sócio-clínicos, passando pela elucidação dos campos de análise e de intervenção, da realização de um diagnóstico e da operacionalização de cinco frentes de ações distintas, as quais indicam que uma das melhores formas de resistir ao gerencialismo é criando espaços de escuta e acolhimento, ancorados numa compreensão da demanda dos trabalhadores.

No Eixo 3: Plataformas digitais, Teletrabalho e Trabalho estão dispostos quatro capítulos subsequentes:

Capítulo 9: Reflexões acerca das estratégias de promoção de saúde mental no teletrabalho Home-office. Neste capítulo, as autoras entendem que se faz urgente e necessário refletirmos sobre os impactos que o teletrabalho, de forma específica o que é realizado a domicílio, pode acarretar sobre a saúde mental e as relações sociais dos trabalhadores, visto que é uma forma de organização do trabalho que estará cada vez mais presente em nosso meio, mas que ainda é uma temática com estudos escassos na área da Psicologia. Diante disso, o

texto se construiu catalisado por alguns questionamentos, a saber: como podemos compreender o teletrabalho e os aspectos de sofrimento e prazer a ele relacionados? Diante desses elementos, quais estratégias de promoção de saúde mental no teletrabalho em domicílio podem ser utilizadas? E, por fim, quais as perspectivas pós-pandemia para esta organização de trabalho?

Capítulo 10 - Capitalizando Visibilidade: reflexões sobre o sujeito empresarial produtor de conteúdo. Ancorada no campo dos estudos de plataformas, a autora problematiza as manifestações simbólicas de regimes de visibilidade engendradas no trabalho de produção de conteúdo, em especial no caso dos *streamers*, *influencers* e *youtubers*. As ideologias da felicidade, da positividade, da monetização e realização de si, colocam-se como significantes categóricos de um modo de subjetivação empresarial nessas formas de trabalho. A originalidade do texto reside nas reflexões acerca dos desdobramentos subjetivos da racionalidade neoliberal para esses trabalhadores, cuja atividade implica necessariamente o “ser visto” para existir.

Capítulo 11 - Ideologia gerencialista e precarização do trabalho: uma análise a partir da gestão algorítmica. Neste capítulo, o autor se volta para o produtivismo da ideologia gerencialista entrelaçado de novas técnicas e aceleração do processo produtivo, tomando a gestão algorítmica como ponto de reflexão. Isso configurou um panorama rapidamente alcançado pelas empresas, o que levou os trabalhadores a terem que se adaptar também. Porém, os processos mentais e psíquicos decorrentes dessa adaptação não foram postos em pauta. Assim, questiona-se quais são as possíveis consequências desse novo ritmo, ainda mais acelerado, aos trabalhadores, frente ao processo de precarização do trabalho. Consequentemente, o objetivo foi analisar a

difusão da ideologia gerencialista como âncora estrutural para todas as novas formas de controle e de organização social do trabalho.

Capítulo 12 - Ensaio existencialista sobre a “produção” do Ser e a “constituição” do espaço no metaverso. À luz do existencialismo sartreano, os autores se debruçam sobre o fenômeno do metaverso, concebido como um ambiente virtual ainda indefinido, tributário à Web 4.0, que promete oferecer ao usuário uma experiência cada vez mais imersiva e personalizada na realidade virtual. As noções de lugar, não-lugar são problematizadas na perspectiva da produção do Ser no metaverso, mediante experiências serializadas, mas também enquanto territórios existenciais, mediante o qual as pessoas poderiam experimentar diferentes expressões e identidades de si.

Eixo 4: Interseccionalidades e Trabalho - apresenta cinco capítulos respectivamente dispostos:

Capítulo 13: Precarização do trabalho na contemporaneidade: intersecções entre gênero, raça e medicalização. Esse capítulo intenta, a partir de uma síntese das relações propostas, contribuir com as discussões das condições da classe trabalhadora na intersecção entre classe, raça e gênero, à luz do processo de medicalização, cada vez mais presente na vida contemporânea. Nesse sentido, seus objetivos são: investigar aspectos constituintes da precarização do trabalho na contemporaneidade; analisar a historicidade dos sistemas de dominação-exploração (capitalismo-patriarcado-gênero); e relacionar classe, gênero e raça com a determinação dos processos de saúde-doença e, por conseguinte, da medicalização.

Capítulo 14 - O trabalho invisível e seus atravessamentos de gênero: análise a partir da psicossociologia. Neste capítulo, a autora buscou discutir sobre os panoramas do que pode ser considerado

“trabalho invisível” no Brasil e seus atravessamentos de gênero, a partir do conceito de *economia do cuidado*. Estruturou-se uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, onde foi realizado um levantamento bibliográfico na base de dados Scielo acerca de produções sobre o trabalho invisível. Com base nas obras encontradas, estruturou-se alguns eixos de discussão, sendo eles: i) *participação histórica das mulheres no mercado de trabalho e nas atividades de cuidado*; ii) *conceituação de “cuidado” e como ele se mostra em dados estatísticos no cenário brasileiro entre homens e mulheres*; iii) *análise de dados acerca do trabalho invisível no Brasil*; e iv) *impactos do não reconhecimento do trabalho não pago como atividade de trabalho em si*.

Capítulo 15 - Saúde mental e colonialidade: contribuições dos estudos descoloniais para o avanço da Atenção Psicossocial, estabelece aproximações entre as lógicas manicomial e colonial, expondo o modo de segregação das pessoas diagnosticadas com transtornos mentais se relacionam à colonialidade. Aqui, as autoras desenvolveram um breve resgate histórico da construção do campo da saúde mental, contrapondo o paradigma psiquiátrico ao psicossocial. O capítulo se encerra apontando para algumas contribuições dos estudos críticos para a efetivação de práticas de cuidado em saúde mental antimanicomiais e descoloniais, apontando para a necessidade de uma Reforma Psiquiátrica que definitivamente se oponha às estruturas de poder que permeiam o campo da saúde mental.

Capítulo 16 - Determinação histórico-social da escravização na subjetividade do trabalho negro na região da Pequena África carioca. Aqui, os autores escrutinam a relação entre exploração do trabalho escravo africano e a estruturação do sistema capitalista nacional, emergente na região do Rio de Janeiro, a qual ficou conhecida como Pequena África. Local carregado de importância histórica, cultural e

social, funcionando como um epicentro do comércio e posteriormente, tráfico negreiro nas Américas, como também palco de contribuições e lutas da comunidade negra ao longo dos séculos. Assim, ao utilizarem o Complexo do Valongo, um emblemático sítio arqueológico que representa a trajetória da diáspora africana e do tráfico de escravizados negros, percebe-se que a história da Pequena África sempre foi marginalizada nas narrativas oficiais, com reverberações profundas na subjetividade negra trabalhadora da região. Tais aspectos representam o processo de colonização em que a história do Brasil está intrinsecamente relacionada à escravização, desempenhando um papel fundamental na formação econômica e social do país.

Capítulo 17 - Inclusão Produtiva na Assistência Social: implicações psicossociais para os sujeitos vulnerabilizados. Ao ser instituída na Assistência Social, a Inclusão Produtiva passou a instrumentalizar e capacitar os sujeitos vulnerabilizados, público-alvo da Assistência Social, para a possibilidade de geração de trabalho e renda. Entretanto, o capítulo acena à uma análise crítica, pois a iniciativa de investir nos grupos populares através dos projetos de enfrentamento à pobreza, como é o caso da Inclusão Produtiva, encontra-se perpassada por um grande vazio, no que diz respeito à própria inclusão, pois é possível observar as dificuldades existentes e expressas na própria assistência, como é o caso de alguns cursos e capacitações deslocados de uma formação crítica e que acabam tendo uma perspectiva de (re)inserção e não necessariamente de inclusão econômica no quesito de gerar trabalho e renda, para a sustentação de uma vida digna. Neste sentido, por vezes, incluir produtivamente tende a camuflar o calamitoso desemprego estrutural, a exploração do trabalho e as desigualdades sociais, bem como podem promover o ajustamento da população às

demandas do capital, ou seja, de uma população necessária à acumulação capitalista.

Uma vez que estamos - em nossa história de vida - envoltos em inúmeras vivências, as quais constantemente nos geram aprendizagem, a experiência na escrita é também reflexo de muita aprendizagem, as quais estão refletidas nas palavras dessa obra. Portanto, convidamos o/a leitor/a a se envolver com a leitura do livro e, a partir dessa nova vivência, apreender junto conosco nessa difícil tarefa de encontrar saídas nos *labirintos opacos* de nosso cotidiano.

Referências

- Bastos, A.V.B.; Yamamoto, O.H. & Rodrigues, A.C.A. (2013) Compromisso Social e Ético: desafios para a atuação em Psicologia Organizacional e do Trabalho. In: Borges, L. O. (2013). *O Trabalho e as Organizações: atuações a partir da Psicologia*. São Paulo: Artmed.
- Bauman, Zygmunt. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Camus, Albert. (2005). *O Mito de Sísifo*. São Paulo: Record.
- Han, B. C. (2017). *Sociedade do cansaço*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Eagleton, T. (1996). *Literary theory, an introduction*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Harvey, David. (2008). *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola.
- Nardi, H.C. (2015). Trabalho e Subjetividade. In: Bendassolli, P.F. & Borges-Andrade, J.E. (2015). *Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações*. São Paulo: Caso do Psicólogo.
- Quadrado, A. D. (2006). Pós Modernidade: que tempos são estes? *Caligrama* (São Paulo. Online), 2(3). <https://doi.org/10.11606/issn.1808-0820.cali.2006.64693>

EIXO 1
SUBJETIVIDADE E TRABALHO

1

MUNDO CONTEMPORÂNEO DO TRABALHO E SUBJETIVIDADE

*Ayran Vinicius dos Santos*¹

*Lucas Martins Soldera*²

Introdução

O presente capítulo aborda a complexa tessitura de relações entre trabalho, subjetividade e identidade na contemporaneidade, uma tríade que assume um papel central na estruturação da sociedade moderna. Este estudo surge da necessidade de desvendar como esses elementos interagem e se influenciam mutuamente em um cenário global dinâmico, marcado por rápidas mudanças tecnológicas e transformações nas relações laborais.

O conceito de trabalho, analisado sob uma lente científica e multidisciplinar, transcende a mera noção de atividade econômica. Ele se revela como um fenômeno que engloba esforços físicos e mentais na produção de bens e serviços, ao mesmo tempo em que influencia a constituição da subjetividade e identidade dos indivíduos. A contemporaneidade, com suas características de globalização, inovações tecnológicas e alterações nas dinâmicas laborais, lança novos desafios e oportunidades no entendimento desta relação.

A subjetividade, neste contexto, é compreendida como um constructo individual e social, formado pelas experiências e significados pessoais e é continuamente influenciada pelas vicissitudes do ambiente laboral contemporâneo (Bauman, 1998). Esta subjetividade,

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (UEM). ORCID: 0000-0003-2502-5258

² Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia -PPI/UEM

fluída e adaptável, responde às exigências de flexibilidade e autogestão, características prementes do trabalho na era atual. Paralelamente, a identidade, conceituada como autopercepção e representação de si no espectro social, é profundamente influenciada pelas mutações no campo do trabalho (Coutinho, 2007).

Portanto, concordamos com os apontamentos de Gaulejac (2001), quando este afirma que:

Não se pode pensar a questão do sujeito sem inscrevê-lo numa dupla determinação: social e psíquica. Se o indivíduo é produto de uma história, esta condensa de um lado, o conjunto dos fatores sócio-históricos que intervêm no processo de socialização e, de outro, o conjunto de fatores intrapsíquicos que determinam a sua personalidade (Gaulejac, 2001, p.41).

Consequentemente, o objetivo desse trabalho foi compreender como as alterações nas relações de trabalho contemporâneas repercutem na construção da subjetividade dos indivíduos.

Material e Método

Dentre a hipótese primária, considera-se que a precarização e a flexibilização laborais podem afetar adversamente a subjetividade, enquanto as premissas secundárias reconhecem o papel significativo da globalização e da tecnologia nas transformações laborais e na busca por uma identidade profissional e pessoal. Além disso, este estudo fomenta uma reflexão sobre o papel do trabalho na sociedade contemporânea e sua influência nas experiências humanas.

Dentro dessa pesquisa qualitativa exploratória, utilizou-se uma revisão sistemática da literatura. Esta revisão foi conduzida por meio da consulta de bases de dados relevantes, tais como PubMed, Scopus e Web of Science (nessa ordem, necessariamente), com a finalidade de abranger uma ampla gama de fontes acadêmicas.

Os descritores selecionados com base em sua pertinência, para essa busca, foram: trabalho, subjetividade e identidade na contemporaneidade. Foram seguidos critérios temporais, limitando a busca a estudos publicados nos últimos dez anos, a fim de garantir a relevância dos achados para o contexto contemporâneo. Os materiais obtidos foram divididos em dois macro temas: trabalho e subjetividade. Esse material passou por análise prévia dos autores para serem, a partir dos critérios previamente selecionados e vinculados aos objetivos do trabalho, incluídos. Considerou-se também contribuições de autores referências para a temática, como Gaulejac (1999 e 2001), Antunes (2018), Bauman (1999) e Enriquez (2014).

Desenvolvimento e Análise

Compreensão do Conceito de Trabalho

A atividade de trabalho é um fenômeno intrinsecamente ligado à condição humana e tem sido objeto de extenso estudo e análise na teoria social contemporânea. Conforme Marx (2013), o trabalho é uma atividade que envolve a aplicação da capacidade física e mental do ser humano para transformar a natureza e produzir bens e serviços que atendam às necessidades da sociedade. Essa atividade é fundamental para a subsistência da humanidade, sendo uma forma de garantir a produção e a reprodução da vida. A categoria "trabalho" é amplamente explorada na teoria social e econômica, sendo central para compreender a organização da sociedade. De acordo com Marx (2013), o trabalho é uma categoria que engloba não apenas a produção de bens materiais, como também as relações sociais que emergem a partir dessa atividade. Ele argumenta que o trabalho é um processo social que envolve a

cooperação entre indivíduos, criando interações e estruturas sociais complexas.

Além disso, Marx (2013) também destaca que o trabalho é uma fonte de conflito e desigualdade na sociedade capitalista. A exploração da força de trabalho e a apropriação do excedente gerado pelo trabalhador pelo proprietário dos meios de produção são características centrais do sistema capitalista. Essa relação desigual de poder no trabalho é uma das principais bases de análise na teoria marxista. A categoria "trabalho" também está intrinsecamente ligada à questão da alienação. Conforme esse autor, no sistema capitalista, os trabalhadores muitas vezes se sentem alienados do produto de seu trabalho, do próprio processo de trabalho e até mesmo de sua própria essência humana. Essa alienação resulta das condições de trabalho desumanas e da exploração capitalista.

Assim, o trabalho, para Netto (2011), possui uma dimensão social e cultural, influenciando a construção da identidade individual e coletiva. O autor destaca que as ocupações e profissões desempenham um papel significativo na formação das identidades sociais, uma vez que moldam valores, crenças e comportamentos. Além disso, o trabalho não é uma atividade isolada, ele está imerso em estruturas sociais e econômicas mais amplas.

Nesse contexto, a compreensão da atividade de trabalho e da categoria "trabalho" é essencial para analisar as dinâmicas sociais e econômicas contemporâneas. Ela permite uma análise crítica das relações de poder, da exploração e da alienação presentes na sociedade, bem como uma compreensão mais profunda das identidades e valores que emergem a partir do trabalho (Marx, 2013; Netto, 2011).

Antunes (2018) destaca a centralidade do trabalho em suas metamorfoses ao longo do tempo. O autor argumenta que, mesmo

diante das mudanças na organização do trabalho, o trabalho continua a desempenhar um papel fundamental na estrutura social. O trabalho não se limita à esfera produtiva, mas também se relaciona com a construção da identidade e das relações sociais. Consequentemente, a categoria trabalho não se restringe ao emprego formal, mas abrange também as atividades não remuneradas e as relações informais que permeiam a vida cotidiana (Antunes, 2018).

Bauman (1999), por sua vez, aborda o contexto da globalização, salientando as consequências humanas dessa transformação e argumentando que as mudanças na organização social têm impacto profundo na vida das pessoas, afetando suas identidades e relações interpessoais. O mal-estar da pós-modernidade está relacionado à fluidez e à incerteza que caracterizam a sociedade contemporânea. Nesse contexto, o trabalho torna-se um elemento que contribui para a sensação de instabilidade e identidade, uma vez que as carreiras e as ocupações se tornam mais voláteis. A partir da ideia de "modernidade líquida", podemos perceber o trabalho como uma das principais áreas afetadas pela fluidez e pela flexibilidade das relações sociais. Assim apoiados nas proposições de Bauman (2001), podemos afirmar que a liquidez das formas de trabalho contemporâneas tem impacto direto nas identidades individuais e coletivas.

Já Coutinho, Krawulski e Soares (2007) exploram as articulações entre identidade e trabalho na contemporaneidade e argumentam que a identidade é construída a partir das experiências de trabalho, sendo que as transformações no mundo do trabalho têm repercussões significativas na construção da identidade pessoal e social. A contemporaneidade, marcada por rápidas transformações sociais, econômicas e tecnológicas, apresenta desafios únicos na compreensão da relação entre trabalho, subjetividade e identidade. Neste cenário, a

identidade, longe de ser um conceito estático, emerge como um processo dinâmico e em constante evolução, profundamente influenciado pelo contexto do trabalho. As características do trabalho no capitalismo contemporâneo – marcadas pela flexibilidade, temporariedade e, muitas vezes, pela precarização – impõem um impacto significativo na formação da identidade dos indivíduos. A precarização e a flexibilização do trabalho, elementos-chave neste contexto, não apenas moldam as condições laborais, como também redefinem as noções de subjetividade e identidade. Essa redefinição ocorre em um ambiente onde as identidades são cada vez mais fragmentadas e transitórias, refletindo a natureza efêmera e dinâmica da sociedade contemporânea (Coutinho, Krawulski e Soares, 2007).

A interconexão entre trabalho e identidade se torna ainda mais evidente ao considerarmos as teorias psicanalíticas e da Psicologia Social, que abordam a identidade como um processo em contínua formação, sujeito às influências internas e externas. A constante necessidade de adaptação e redefinição no mundo do trabalho contemporâneo desafia os indivíduos a navegarem por um terreno onde a estabilidade é rara e a mudança é a única constante (Coutinho, Krawulski e Soares, 2007).

Enriquez (2014) questiona se o trabalho é a essência do ser humano, destacando a complexidade dessa relação e argumenta que o trabalho desempenha um papel central na vida das pessoas, assim não deve ser reduzido a uma mera atividade econômica, pois está intrinsecamente ligado à realização pessoal e à busca de significado na vida. Contrariando a ideia de que o trabalho é a essência do homem, o autor argumenta que a humanidade é composta por diversos elementos, que vão além do trabalho, como a linguagem, o lazer, a religião e a guerra. Esta perspectiva ressalta que, embora o trabalho seja um aspecto central

na vida contemporânea, ele não deve ser considerado o único signo da alienação humana. Esta visão ampliada do trabalho e da essência humana é crucial para compreender a subjetividade e a identidade na contemporaneidade.

Gaulejac (1999) oferece uma perspectiva complementar acerca das transformações sociais na formação da identidade individual, particularmente no contexto do trabalho. O autor destaca que a neurose de classe é uma manifestação dos conflitos internos gerados pelas mudanças de classe e status social, sugerindo uma forte interligação entre as esferas social, familiar e psíquica na formação da identidade. Esta abordagem contribui para compreender as complexidades da subjetividade e da identidade na contemporaneidade. Ao examinar como as tensões entre a posição social herdada e a adquirida geram conflitos internos, o autor proporciona uma compreensão mais profunda de como o trabalho e as mudanças sociais impactam a identidade individual (Gaulejac, 1999).

No contexto das transformações recentes nos ambientes de trabalho, Lima (2007) reflete sobre a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea, destacando a importância de considerar as transformações no mundo do trabalho, ao analisar as mudanças na identidade pessoal e social. A autora oferece uma reflexão crucial sobre a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea e seu impacto na construção identitária. O trabalho, apesar das mudanças tecnológicas e redução dos postos de trabalho, mantém sua relevância fundamental na formação das identidades individuais e coletivas. A discussão sobre a confusão entre trabalho e emprego é especialmente relevante, destacando que, enquanto o emprego é uma construção histórica, o trabalho permanece como um elemento ineliminável da experiência humana. Esta distinção sublinha novamente a importância

de entender o trabalho não apenas como uma atividade econômica, e como um aspecto central da existência humana que influencia a identidade. A perspectiva marxista adotada por Lima (2007) reforça que o trabalho é o mediador primordial entre o homem e a natureza, além de um elemento fundador das atividades humanas. Assim, o trabalho continua a ser uma categoria central na compreensão dos processos de construção identitária, mesmo em uma sociedade marcada pela automação e mudanças no paradigma laboral.

Regis (2015) discute as identidades consumidoras, indicando como o trabalho e o consumo estão interligados na construção das identidades contemporâneas. O autor ressalta que o trabalho não se limita à produção de bens e serviços, ele também desempenha um papel significativo na construção da identidade do consumidor. Neste sentido, fala-se em identidades em fluxo, articulando as ideias de trabalho, consumo e construção da identidade na modernidade líquida. A análise oferece uma visão profunda sobre o conceito dinâmico de identidade na era da modernidade líquida, ao ressaltar que a volatilidade e a instabilidade das identidades na sociedade contemporânea, influenciadas significativamente pelo trabalho e pelo consumo. Ao considerar a interação entre trabalho, vida amorosa e consumo, destaca-se como estas esferas moldam a formação e a reconfiguração da identidade, tanto no nível individual quanto coletivo. As mudanças no mundo do trabalho, especialmente em um contexto de globalização e avanços tecnológicos, contribuem para a fluidez das identidades, desafiando as noções tradicionais de estabilidade e permanência. A modernidade líquida, como conceituada por Bauman (1999), sugere que as identidades estão em constante fluxo, adaptando-se às mudanças rápidas e, às vezes, disruptivas na sociedade.

Em síntese, portanto, a análise multifacetada do conceito de "trabalho" revela a sua natureza intrinsecamente ligada à condição humana e ao tecido social, econômico e cultural em que estamos imersos. Ele é uma força motriz, que influencia não só a economia, como também a Psicologia, a cultura e a estrutura social. No contexto da modernidade líquida, assim como apontam diversos autores mencionados anteriormente, o trabalho se revela como um elemento dinâmico, sujeito às influências da globalização e das transformações tecnológicas, impactando diretamente a estabilidade e a construção das identidades individuais e coletivas.

Compreensão do conceito de subjetividade

A subjetividade é um conceito fundamental na teoria psicológica contemporânea e tem sido amplamente discutida, em diversas abordagens teóricas. De acordo com Alves (2011), a subjetividade refere-se à dimensão interior do indivíduo, envolvendo seus pensamentos, emoções, desejos e percepções. Ela é construída a partir das experiências pessoais e das interações sociais, sendo influenciada pelo contexto sociocultural em que o sujeito está inserido. Antunes (2018) complementa essa perspectiva, na medida em que aborda a subjetividade no contexto das transformações no mundo do trabalho. Esse último autor argumenta que as mudanças na organização do trabalho têm impacto direto na subjetividade dos trabalhadores, uma vez que afetam suas percepções sobre si mesmos e sobre o mundo ao seu redor. A subjetividade, nesse contexto, é constituída também pelas condições de trabalho e pelas relações sociais.

Neste sentido, Pinto & Pedroso (2023) abordam questões relacionadas ao bem-estar subjetivo, psicológico e satisfação com a vida,

discutindo a relação entre o bem-estar e variáveis sociais, traços de personalidade e outros fatores.

Bauman (1999) explora a subjetividade no contexto da globalização e das consequências humanas desse fenômeno. Ele argumenta que a globalização afeta a subjetividade das pessoas, tornando-as mais individualistas e orientadas para o consumo. A busca incessante por satisfação pessoal e a fragmentação das identidades são características da subjetividade na era da globalização. Bauman (1998) discute o mal-estar da pós-modernidade e como isso influencia a subjetividade das pessoas, indicando que a fluidez das relações sociais e a falta de referências sólidas podem gerar ansiedade e incerteza na construção da identidade subjetiva. A subjetividade pós-moderna é marcada por uma constante busca por identidade e pertencimento. A modernidade líquida, conforme Bauman (2001), também impacta a subjetividade, sendo moldada pela rapidez das mudanças e pela flexibilidade das relações sociais e, portanto, se constituindo como fluídas e adaptáveis, o que pode gerar uma sensação de insegurança e instabilidade na sua construção.

Neste sentido, Feliciano & Peixoto (2019) evidenciam questões relacionadas à subjetividade na pós-modernidade, destacando como as mudanças na sociedade contemporânea impactam a forma como os indivíduos se percebem e se relacionam. Em primeiro lugar, mencionando a cultura do narcisismo na sociedade contemporânea, onde o autocentramento e a busca pelo reconhecimento individual são predominantes. Os indivíduos valorizam a aparência e o prazer pessoal, buscando glorificar a si mesmos. Esse narcisismo é influenciado por fatores como a preocupação com a imagem, o medo da convivência, a libertinagem sexual, a rejeição da velhice e a negação da morte. A sociedade contemporânea valoriza a aparência e o que o sujeito

aparenta ter, enfatizando a importância do eu em detrimento das relações interpessoais. Essa cultura do narcisismo pode levar à solidão e ao vazio interior, à medida que os indivíduos se concentram em si mesmos e em suas próprias conquistas.

A subjetividade, na modernidade líquida, precisa ser compreendida a partir da transição da modernidade sólida, onde o corpo era visto como um instrumento de trabalho e eficiência, para a modernidade líquida, caracterizada pela cultura do consumo, ilustra uma mudança significativa na forma como vivenciamos e entendemos nosso próprio corpo e subjetividade. Neste novo contexto, o corpo não é mais apenas um mecanismo de força, se transforma em um receptor de sensações e prazeres. Esta mudança reflete uma evolução social e cultural, onde a subjetividade é moldada pela insatisfação perpetuada pela cultura de consumo. A educação e a cultura, sob essa nova lógica, são direcionadas não apenas para a formação de sujeitos aptos ao trabalho, como também para criar indivíduos adaptáveis às demandas de uma sociedade de consumo (Schneider e Silva, 2022).

Já Scherer e Grisci (2022) propõem uma análise da subjetividade no trabalho, especialmente no contexto de migrantes e refugiados. Através da cartografia, o estudo explora como as experiências de trabalho imaterial desses indivíduos moldam suas subjetividades em um mundo em constante transformação. Esta abordagem interdisciplinar revela a complexidade das experiências de trabalho e suas implicações na construção da identidade dos migrantes e refugiados. A pesquisa destaca como a cartografia, ao abraçar a multiplicidade, a alteridade e a mobilidade, oferece insights valiosos para a compreensão da subjetividade no trabalho contemporâneo (Scherer e Grisci, 2022).

Bicalho Pinto e de Paula (2022) aprofundam o conceito de violência simbólica de Bourdieu. A violência simbólica é compreendida como uma

força "invisível", que modela a subjetividade, ao promover a assimilação de normas e valores sociais, frequentemente sem o reconhecimento consciente dos indivíduos afetados. O artigo traz à tona mecanismos sutis, como a falsa projeção, a falsa identificação e a pseudoindividualidade, que desempenham um papel crucial na formação da subjetividade sob o domínio da violência simbólica. Estes processos revelam como as estruturas sociais e culturais impõem e legitimam determinadas formas de compreensão e ação no mundo, contribuindo para a manutenção das relações de poder e influenciando a construção da identidade individual e coletiva. (Bicalho Pinto e de Paula, 2022).

Continuando a reflexão sobre a subjetividade no trabalho, Gomes & Furlan (2023) argumentam como Charles Taylor, com sua crítica às concepções antropológicas da modernidade, desafia a noção prevalente do "agente útil-maximizador", um arquétipo que tem dominado a ética e a economia modernas, o qual, por sua vez, de acordo com Taylor, restringe nosso entendimento da complexidade da subjetividade humana. Taylor argumenta que a subjetividade é muito mais do que uma mera resposta às exigências econômicas; ela é uma construção multifacetada, influenciada por uma miríade de fatores sociais, históricos e culturais. Este é um entendimento importante para ser levado em consideração no ambiente de trabalho atual, onde a rápida mudança e a incerteza desafiam constantemente as identidades e percepções dos trabalhadores. A visão de Taylor destaca a necessidade de uma abordagem interdisciplinar para entender a subjetividade, integrando filosofia, história e psicologia para desenhar um retrato mais completo e inclusivo da experiência humana (Gomes & Furlan, 2023).

Prosseguindo, o estudo de Rodrigues et al. (2022), oferece uma análise crítica e profunda das experiências laborais, sob a perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho. Esta pesquisa aborda, de maneira detalhada, a relação intrínseca entre as condições de trabalho e o bem-estar psicológico dos trabalhadores, com um enfoque particular nos desafios enfrentados por aqueles imersos em uma dupla jornada laboral. A pesquisa explora a complexa dualidade do prazer e do sofrimento no contexto de trabalho, evidenciando como diferentes aspectos do ambiente laboral, da carga de trabalho e das expectativas de desempenho podem influenciar significativamente essas experiências. O estudo lança luz sobre os mecanismos psicológicos e sociais que moldam a experiência do trabalho. Essa abordagem revela que as condições laborais e as responsabilidades do trabalho não apenas afetam a produtividade, como também têm implicações diretas na saúde mental e na formação da subjetividade dos trabalhadores (Rodrigues et al., 2022).

Portanto, a delimitação do conceito de subjetividade, conforme explorado neste tópico, é vasta e intrincada, refletindo a riqueza e a complexidade desse conceito na teoria social e psicológica contemporânea. O entrelaçamento da subjetividade com as mudanças no mundo do trabalho, a globalização, e as transformações culturais e sociais na era contemporânea revela como nossa compreensão de nós mesmos e dos outros está em constante movimento. Em termos gerais, portanto, a subjetividade emerge como um conceito dinâmico, complexo e essencial para a compreensão da experiência humana na contemporaneidade.

Análise e Discussão

A globalização desempenha um papel crucial na constituição subjetiva dos trabalhadores, ampliando as fronteiras do trabalho para

além das nações. Essa intensificação das relações globais de trabalho coloca os trabalhadores em um contexto mais amplo e interconectado, alterando suas percepções de identidade profissional (Bauman, 1999). A mutação constante das formas de emprego e a flexibilização laboral tornam a construção da identidade profissional um processo complexo e incerto. Os trabalhadores precisam adaptar suas identidades às exigências em evolução do mercado, gerando tensões e conflitos na construção de uma identidade coesa e satisfatória (Coutinho, Krawulski e Soares, 2007).

A flexibilidade e precariedade no trabalho, fenômenos cada vez mais examinados na literatura científica, refletem mudanças significativas nas formas de emprego e suas consequências para a subjetividade dos trabalhadores. Essa flexibilização, adotada pelas organizações como estratégia de adaptação a um ambiente econômico volátil, impacta profundamente a experiência e a percepção de identidade dos trabalhadores (Alves, 2011). A flexibilização laboral, caracterizada por mudanças como trabalho temporário, terceirização e flexibilidade de horários, representa uma redefinição significativa nas relações de trabalho. Essas transformações desafiam os trabalhadores a se adaptarem a novos contextos, influenciando diretamente na construção e na percepção de sua identidade profissional (Antunes, 2018). Este cenário evolutivo redefine continuamente o que significa ser um trabalhador na era moderna. Paralelamente, a precariedade no trabalho emerge como um subproduto dessas mudanças, estando intrinsecamente relacionada às condições de emprego instáveis e inadequadas. Essa instabilidade não só compromete a estabilidade econômica dos trabalhadores, também impacta negativamente sua autoestima e percepção de valor profissional (Bauman, 2001).

A flexibilização também se manifesta em função do avanço das tecnologias digitais. A era contemporânea é marcada por uma interseção cada vez mais complexa entre tecnologia e identidade profissional. A rápida evolução tecnológica, caracterizada pela automação e digitalização, está transformando fundamentalmente a maneira como os trabalhadores percebem e constroem suas identidades profissionais. Este fenômeno, ao redefinir tarefas e habilidades, impacta a essência da identidade profissional, destacando a necessidade de adaptabilidade e reavaliação constante no ambiente de trabalho (Antunes, 2018). A prática do trabalho remoto, por exemplo, impulsionada pelas tecnologias digitais, tem remodelado não apenas o local de trabalho, como também a própria concepção da identidade profissional. O afastamento físico do ambiente de trabalho tradicional desafia os trabalhadores a equilibrar as demandas profissionais com as realidades do ambiente doméstico, levando a uma reconfiguração significativa de sua identidade no trabalho (Coutinho, Krawulski e Soares, 2007). Contudo, essa mudança traz consigo desafios adicionais, como o isolamento social. A ausência de interações face a face e a desconexão da cultura organizacional presencial podem afetar profundamente a autoestima e a identidade dos trabalhadores remotos (Coutinho, Krawulski e Soares, 2007).

Paralelamente, o desenvolvimento da identidade digital se tornou um aspecto fundamental da vida profissional contemporânea. A presença online, seja através de redes sociais ou plataformas profissionais, agora desempenha um papel crucial na projeção da identidade profissional e no desenvolvimento de redes de contatos. Esta nova realidade digital exige dos trabalhadores habilidades de autogestão e apresentação online, adicionando outra camada à construção da identidade profissional (Terêncio, 2003). Outro aspecto

importante trazido pela tecnologia é o desafio de equilibrar a vida pessoal e profissional. A constante conectividade, característica da era digital, tem borrado as linhas entre trabalho e tempo pessoal, influenciando a maneira como os trabalhadores percebem e gerenciam suas identidades, tanto no trabalho quanto fora dele (Enriquez, 2014).

O ambiente de trabalho, além de constituir a subjetividade, exerce uma influência significativa na saúde mental. Uma questão central nesse contexto é o estresse ocupacional, intimamente ligado à identidade do trabalhador e que pode desencadear problemas como ansiedade e depressão, afetando a percepção da própria identidade (Antunes, 2018).

Um aspecto crítico dessa dinâmica é a síndrome de *burnout*, que se manifesta através da exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional. Esses sintomas não só prejudicam a autoestima, mas também podem levar à reavaliação da identidade no contexto do trabalho (Coutinho, Krawulski e Soares, 2007). Para mitigar esses impactos, a promoção da saúde mental no trabalho é essencial. A implementação de programas de suporte emocional e gestão do estresse contribui positivamente para a saúde mental dos trabalhadores, fortalecendo assim sua identidade profissional e capacidade de lidar com desafios relacionados ao trabalho (Enriquez, 2014).

Junto a isso, a interseção entre diversidade, inclusão e identidade no ambiente de trabalho é outro campo de estudo vital. A diversidade, abrangendo gênero, raça, cultura e outros aspectos, influencia significativamente a construção da identidade profissional. Os processos de inclusão e exclusão são determinantes na percepção de identidade dos trabalhadores em ambientes organizacionais diversos. Ambientes inclusivos não só promovem a igualdade, mas também

reforçam a identidade dos funcionários, que se sentem valorizados e reconhecidos (Martins, 2017).

Por fim, cabe destacar que a implementação de boas práticas de diversidade nas organizações contribui para criar um ambiente de trabalho inclusivo. Estas práticas, refletindo o compromisso da empresa com a inclusão, influenciam positivamente a subjetividade dos funcionários, que se veem integrados em uma cultura organizacional que valoriza a diversidade. Este aspecto da diversidade, englobando gênero, raça e cultura, molda a percepção da identidade profissional dos colaboradores (Martins, 2017). Além de aspectos de gênero, raça e cultura, a inclusão efetiva no local de trabalho, juntamente com a liderança inclusiva e o empoderamento, desempenha um papel importante na promoção de contextos de trabalhos diversificados e saudáveis.

Considerações finais

As análises neste artigo revelaram que o trabalho não é apenas um meio de subsistência, como também um elemento central na construção da identidade pessoal e social, influenciando como os indivíduos se percebem, se relacionam com os outros e encontram propósito e significado em suas vidas.

As transformações no mundo do trabalho, impulsionadas pela globalização, avanços tecnológicos e mudanças nas estruturas organizacionais, foram identificadas como fatores críticos, que influenciam na constituição da subjetividade. A flexibilização, a precarização e a emergência do teletrabalho, por exemplo, refletem a fluidez e a incerteza da modernidade líquida, desafiando as concepções tradicionais de carreira e estabilidade profissional. Essas mudanças têm implicações profundas para a saúde mental dos trabalhadores, como

evidenciado pelos crescentes casos de estresse ocupacional e síndrome de burnout.

As práticas de diversidade e inclusão, longe de serem meros adendos éticos, contribuem para a criação de ambientes de trabalho que respeitem e valorizem as múltiplas facetas da identidade humana. Não serão essas práticas que porão fim aos desmandos gerencialistas do mercado, porém elas podem apontar para uma prática mais humanizada dentro de um contexto cada dia mais afrontado por tecnicismos frios e pautados pela lógica financeira.

Por fim, este trabalho evidencia que, embora as transformações no mundo do trabalho apresentem desafios significativos, elas também oferecem oportunidades para reimaginar e reconstruir a relação entre trabalho, subjetividade e identidade. Em um mundo cada vez mais interconectado e em mudança, é vital que continuemos a explorar e entender essas dinâmicas complexas, garantindo que as transformações no trabalho ponderem também o “humano” dentro desses processos.

Referências

- Alves, G. (2011). *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Antunes, R. (2018). *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Boitempo Editorial.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Bauman, Z. (1999). *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- Bicalho Pinto, R. de A., & de Paula, A. P. P. (2022). Violência Simbólica e Subjetividade: Uma Leitura a partir da Teoria Crítica Adorniana. *Revista Subjetividades*, 22(2), e7884. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v22i2.e7884>
- Coutinho, M. C., Krawulski, E., & Soares, D. H. P. (2007). Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. *Psicologia & Sociedade*, 19(Edição Especial 1), 29-37.
- Enriquez, E. (2014). O trabalho, essência do homem? *Cadernos de Psicologia e Sociedade do Trabalho*, 17(Supl. 1), 163-176. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v17ispe1p163-176.
- Entrevista exclusiva Zygmunt Bauman. [Vídeo]. (2011). Núcleo de Pesquisa em Estudos Culturais Npec. Youtube. 30". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1miAVUQhdwM&t=34s>. Acesso em: 10 set. 2023.
- Feliciano, P. de L. Q., & Peixoto, T. C. (2019). A construção da subjetividade na pós-modernidade: uma revisão de literatura. *Pretextos - Revista Da Graduação Em Psicologia Da PUC Minas*, 4(8), 61-77. Recuperado de <https://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/18692>
- Gaulejac, V.D. (2001). Psicossociologia e sociologia clínica. In: Araújo, J. N. G.; Carreteiro, T. C. (Orgs.) *Cenários sociais e abordagem clínica*. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fumec, p. 35-47.
- Gaulejac, V. D. (1999). *A neurose de classe: trajetória social e conflitos de identidade*. São Paulo: Lettera.
- Gomes, F. H. C., & Furlan, R. (2023). A visão crítica de Charles Taylor à formação da subjetividade moderna. v. 17 n. 1: *Revista Psicologia em Pesquisa*.
- Leal Cintra Rodrigues, T. M., de Marchi Barcellos Dalri, R. de C., Bocalon, P. C., & Scorsolini-Comin, F. (2022). As relações de trabalho no contexto da COVID-19 à luz da psicodinâmica do trabalho: revisão de escopo. *Conjecturas*, 22(17), 363-382. Recuperado de <https://www.conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/2230>
- Lima, M. E. A. (2007). Trabalho e identidade: uma reflexão à luz do debate sobre a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea. *Revista Educação e Tecnologia, S.I.*

- Marx, K. (2013). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Marx, K. (2013). *O Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Netto, J. P. (2011). *Capitalismo monopolista e serviço social* (6ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Pinto, E. B., & Pedroso, B. (2023). Bem-estar Subjetivo e Psicológico em amostras brasileiras: uma revisão integrativa. *Mudanças-Psicologia da Saúde*, 31(1), 65-75.
- Pivetta, D. M. P., Matos, L. S. de, & Alexandre, I. J. (2012). Crise de identidade do sujeito. *Eventos Pedagógicos*, 3(2), 337-345. <https://doi.org/10.30681/rep.v3i2.9210>
- Regis, L. (2015). Identidades consumidas. *Revista Ambivalências*, 3(5), 290-295.
- Rodrigues, R. G., et al. Psicodinâmica Do Trabalho e a Rotina De Trabalho: Revisão de Literatura com base na Teoria de Dejours. *Revista Farol, RO*, v. 16, n. 16, p. 67-77, julho/2022.
- Scherer, L. A., & Grisci, C. L. I.. (2022). Cartografia como Método de Pesquisa para Estudos de Trabalho e Subjetividade. *Revista de Administração Contemporânea*, 26, e210202. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2022210202.por>
- Schneider, M. D. da S., & Silva, S. P. (2022). Corpo, Cultura e Subjetividade na Modernidade Líquida. *Unijuí: XXX Seminário de Iniciação Científica*.
- Terêncio, M. G., & Soares, D. H. P.. (2003). A Internet como ferramenta para o desenvolvimento da identidade profissional. *Psicologia Em Estudo*, 8(2), 139-145. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000200015>

2

DIMENSÕES DA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO - HISTÓRIA, AVANÇOS E POSSIBILIDADES

Taise Signorini ¹

Tamara Menezes ²

Adrielle Tenorio Duarte Pelloso ³

Isabella Frederico Mariani ⁴

Introdução

A presente leitura objetiva a análise da trajetória da formação em Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) na região Sul do Brasil, partindo de uma revisão narrativa de pesquisas realizadas dentro da temática, tomando como base a compreensão do contexto histórico-social das práticas formativas, a partir de sínteses narrativas de pesquisas publicadas nos últimos cinco anos.

A intenção foi discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” da POT enquanto disciplina teórica e prática na formação em Psicologia, partindo das discussões teóricas vivenciadas durante a disciplina “Modos de subjetivação e Saúde no Mundo do Trabalho

¹ Psicóloga, Docente e Coordenadora do curso de Psicologia da Universidade Paranaense – UNIPAR, campus de Francisco Beltrão-PR, Mestra em Ciências da Saúde da Universidade Comunitária da Região de Chapecó-UNOCHAPECÓ. taise@prof.unipar.br

² Psicóloga, Docente em Psicologia no Centro Universitário Cidade Verde (UNICV) e na Universidade Estadual de Maringá (UEM – Colaboradora/PSS). Doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (PPI-UEM), Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas - (PPGpsi-UFAM). tamaramenezess@gmail.com

³ Psicóloga Clínica, Mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (PPI-UEM). adrielletenorioduarte@gmail.com

⁴ Psicóloga, Supervisora de Recrutamento e Seleção em uma Instituição de Ensino Superior – IES. Mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (PPI-UEM), isabellafm.psicologia@gmail.com

Contemporâneo” do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPI), da Universidade Estadual de Maringá (UEM), campus de Maringá-PR.

Neste capítulo, apresentamos uma breve análise de pesquisas desenvolvidas, partindo da descrição do processo histórico, social e técnico de constituição da POT como área de conhecimento e como campo de aplicação, chegando a algumas possibilidades, avanços e desafios para a formação.

De acordo com o Ministério de Educação, os estados do Sul do Brasil contam atualmente com 212 faculdades credenciadas para oferta da graduação em Psicologia, dessas, 8 (oito) são Instituições de Ensino Superior (IES) públicas federais, 3 (três) se tratam de IES públicas estaduais, 1 (uma) IES corresponde a pública municipal e, por fim, 200 IES correspondem a instituições particulares. O estado do Paraná é o único a ofertar o curso de Psicologia em uma IES pública estadual (Brasil, 2022).

Na dimensão histórica e técnica da POT, apresentamos uma compreensão crítica das fases do desenvolvimento desse campo de aplicação da Psicologia no Brasil e fazemos uma interface com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia (DCNs) que, por sua vez, orientam quanto aos princípios, fundamentos e outros aspectos no planejamento e avaliação para a formação nacional em Psicologia.

No tópico em que discutimos a dimensão ético-política e social no ensino e na prática em POT, apresentamos algumas provocações no sentido de apontar para a realidade em que estamos inseridos profissionalmente, questionando o real compromisso contemporâneo neste campo de atuação.

Por fim, apresentamos alguns dados quanto ao cenário atual da POT na região Sul do Brasil, objeto principal deste estudo, que foi escolhido, por conta das autoras estarem, de alguma forma, inseridas

neste contexto de atuação profissional. Ademais, são apresentadas algumas perspectivas, possibilidades e desafios para um futuro, não tão distante, desse campo de atuação.

Importa pontuar a dimensão subjetiva das pesquisadoras na convergência das temáticas em pesquisa e nos seus respectivos objetos de estudo. Não por acaso, o tema em questão dialoga com a formação e prática de cada uma das mãos que produzem este capítulo. A epistemologia que ampara esta leitura compreende o trabalho como central na vida humana; esta centralidade, por sua vez, abrange a relação estabelecida sujeito-saúde-trabalho, que reverbera em todos os campos da vida do sujeito, podendo ser fonte de sentido, saúde e/ou sofrimento vivenciados nos espaços individuais e coletivos. Trabalhar é símbolo de existência, subsistência e, em nosso campo profissional, é também símbolo de resistência.

Método

Partindo da síntese dos dados encontrados em pesquisas teóricas e empíricas realizadas com o tema voltado à “formação, ensino e prática em Psicologia Organizacional e do Trabalho”, a equipe de pesquisadoras sistematizou artigos indexados, dissertações e teses encontrados nas bases de dados Scielo, Periódicos CAPES, Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), e acervo das associações da Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT).

De acordo com Ribeiro (2014), a revisão narrativa deve partir de uma temática de pesquisa ampla que possibilite uma revisão de literatura de diversas fontes de informação, onde seja possível realizar síntese qualitativa ou síntese narrativa dos estudos encontrados. Este tipo de revisão consiste em selecionar conteúdos de diferentes fontes

que versam sobre uma mesma temática, com a finalidade de estabelecer um novo olhar sobre um objeto já analisado anteriormente.

Partimos do contexto histórico, apresentando o caminho percorrido no ensino e prática da disciplina; posteriormente, abordamos as dimensões técnica, ético-política e social no propósito de criticar a defasagem entre o prescrito e o real da POT; e, por fim, os avanços, desafios e possibilidades da formação da Psicóloga e do Psicólogo Organizacional e do Trabalho.

Nesse sentido, o propósito central deste capítulo concentrou-se em analisar criticamente as origens da formação em POT, como suas práticas têm sido vivenciadas na contemporaneidade e para onde a disciplina pode caminhar, lidando com seus avanços, possibilidades e desafios.

A partir do levantamento de publicações, na abrangência temporal de Janeiro de 2017 à janeiro de 2022, foram pesquisadas publicações nas bases de dados Scientific Eletronic Library Online (SciELO), Periódicos CAPES, Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (Pepsic), com os descritores: Psicologia Organizacional e do Trabalho, POT, Formação Psicologia.

Os critérios de inclusão utilizados foram: artigos científicos publicados em português disponibilizados integralmente nas bases de dados e estudos decorrentes de pesquisas teóricas ou empíricas realizadas na região Sul do Brasil. Os critérios de exclusão foram: artigos estrangeiros, estudos de outras regiões e áreas de pesquisa.

Dimensão histórica e técnica da formação em Psicologia Organizacional e do Trabalho

O processo histórico de constituição da formação da POT como área de conhecimento e, também, como campo de aplicação prática, é

estabelecido a partir da emergência da análise dos fenômenos e processos individuais e coletivos no campo específico do trabalho. De acordo com os autores Zanelli, Borges-Andrade e Bastos (2014), o trabalho, com sua natureza psicossocial, passa a ser objeto de estudo e atuação de psicólogas e psicólogos e, em decorrência disso, a psicologia ocupa-se na compreensão e intervenção desses fenômenos e processos relacionados ao mundo do trabalho e das organizações.

Os autores pontuam que a tarefa central, ou missão, que pode caracterizar este campo de aplicação prática da ciência psicológica encontra-se no sentido de explorar, analisar e compreender a interação das múltiplas dimensões que caracterizam a vida das pessoas, dos grupos e das organizações, dizendo que

[...] em um mundo crescentemente complexo, construindo, a partir daí, estratégias e procedimentos que possam promover, preservar e restabelecer a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas, sem abrir mão da produtividade da qual depende o atendimento das necessidades dos indivíduos e grupos sociais (Zanelli; Borges-Andrade; Bastos, 2014, p. 550).

De acordo com a Resolução nº 013, de 2007 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que consolida as resoluções relativas aos títulos profissionais de especialistas em Psicologia e, ainda, dispõe sobre as normas e procedimentos do registro, a Psicóloga e o Psicólogo especialista em POT atuam em atividade relacionadas à análise e desenvolvimento organizacional, ação humana nas organizações, desenvolvimento de equipes, seleção, treinamento, estudo e planejamento de condições de trabalho, intervenções dirigidas à saúde do trabalhador, dentre outras listadas no documento.

Em estudo sobre a atuação de Psicólogas e Psicólogos no campo da POT no sul do Brasil, Gusso et al. (2019) apontam para as características dos profissionais, da atuação e dos diversos contextos de trabalho em

pesquisa realizada nos três estados da região, com 300 participantes respondendo ao questionário on-line proposto pelos autores pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Os autores discutem a respeito da permanência da atuação restrita às atividades tradicionais que caracterizaram a área ao longo do século XX, indicando uma defasagem entre as práticas idealizadas para uma formação atualizada e a realidade vivenciada. Concluem, então, que cabe aos profissionais os esforços na ampliação do campo, haja vista isso não partirá das instituições e organizações.

Santiago e Dias (2020), da Universidade Estadual de Londrina (UEL), pontuando acerca da produção em POT nos simpósios da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação (ANPEPP), destacam que, desde os primeiros encontros, os Grupos de Trabalho (GT's) em POT discutiram sobre a fragilidade da formação na área, em nível de graduação e pós-graduação, os desdobramentos na limitação produção de conhecimento e os desafios para a inserção profissional.

Os autores apontam para a limitação nas estratégias metodológicas frente ao vasto material encontrado, 61 dos 677 trabalhos encontrados foram analisados. Colocam em destaque, também, nas pesquisas mais recentes, a questão da interdisciplinaridade e dos fundamentos teórico-metodológicos e a necessidade de internacionalização da produção científica.

O dossiê apresentado pelos autores indica o avanço da interdisciplinaridade e das dinâmicas subjetivas, oferecendo dados de grupos que abordam os desafios impostos às pesquisas e às intervenções. Os simpósios da ANPEPP geram discussões sobre a contemporaneidade e o futuro da pesquisa em psicologia no Brasil, seus fóruns de discussões geram desdobramentos, esforços e interlocuções pertinentes ao manejo das problemáticas vivenciadas na área. Importa

apontar para a importância dos GT's na legitimação desses espaços de discussão que reverberam nas práticas e na formação em Psicologia como um todo.

Para dar continuidade, principalmente em se tratando do processo de formação do psicólogo, é importante historicizar a formação em Psicologia no Brasil de forma mais abrangente. Historicamente, o ensino em Psicologia, como disciplina autônoma, teve início na segunda metade do século XIX, e em 1890 as disciplinas de Psicologia foram agregadas à grade curricular das escolas normais.

Apenas em 1930 ocorre a inserção efetiva da Psicologia no ensino superior. “Inicialmente incorporada na formação de outros profissionais, a Psicologia não teve, nesse primeiro momento, um caráter profissionalizante.” (Lisboa; Barbosa, 2009, p. 721). Ou seja, ainda não tinha autonomia no meio acadêmico para oferecer um curso superior independente.

Em 1946, com o Decreto de Lei n. 9.092, se institucionaliza a formação profissional do psicólogo no Brasil. Em 1953, tem início o primeiro curso superior autônomo de Psicologia, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Esch; Jacó-Vilela, 2012). No mesmo ano, passa a ser estabelecido o currículo mínimo e a duração dos cursos de Psicologia. E em 1962 regulamenta-se a profissão no Brasil (Brasil, 1962).

Em articulação com a formação em Psicologia, na década de 1970, presencia-se a criação do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP), e também o primeiro Código de Ética Profissional. “A Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, criou os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia [...] o primeiro Código de Ética dos psicólogos foi criado em 1975, através da Resolução nº 8, de 02

de fevereiro, do Conselho Federal de Psicologia.” (Pereira; Pereira Neto, 2003, p. 25).

Outra constatação importante da década de 1970 é a aproximação da Psicologia com o campo da assistência à saúde pública, a partir do movimento de desospitalização e extensão dos serviços de saúde mental à rede básica, já que a Psicologia pertence às ciências humanas (Spink, 2013). O Brasil presencia, dessa forma, movimentos que, aos poucos, irão instaurar um novo modo de pensarmos a saúde mental.

Na década de 1980, porém, houve pequenas mudanças, quase ajustes individuais de currículos, sem, em contrapartida, vivenciarmos movimentos de expressão nacional que dessem seguimento aos aspectos levantados na década anterior (Lisboa; Barbosa, 2009).

Em continuidade, cabe mencionar que os maiores debates relacionados a mudanças efetivas na formação, assim como intensa mobilização profissional e do CFP e dos CRPs, se deram no final dos anos 1980 e início dos 1990, principalmente em função de uma pesquisa realizada em 1987, pelo CFP, que apontou a “[...] defasagem verificada entre a realidade de vida da população e aquela contemplada pelos currículos dos cursos de Psicologia, certamente identificada por todos os cursos existentes neste período.” (Jorge, 2005, p. 75). Esta pesquisa constata e evidencia a necessidade de mudanças na formação profissional.

Em consonância a tal constatação, e em função das novas considerações a respeito da realidade brasileira, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) marcam um novo momento no processo de formação. São operacionalizadas a partir do Ministério da Educação, que instituiu uma Comissão de Especialistas em Ensino de Psicologia que construíram uma minuta base para a elaboração das DCNs para os cursos de Psicologia, aprovada em 8 de abril 2004, através da Resolução n. 08 de 2004 (Lisboa; Barbosa, 2009).

Posteriormente, esta Resolução é revogada pela Resolução n. 05 de 2011, estabelecendo o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia (Brasil, 2011) e, por fim, no ano de 2023, a partir da Resolução CNE/CES Nº 1, de 11 de outubro de 2023, tem-se a aprovação de uma nova versão das DCNs para os cursos de graduação em Psicologia (Brasil, 2023).

Destaca-se, entre outros princípios das DCNs, o compromisso de prever na formação a atuação em diferentes contextos, considerando as necessidades sociais e direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades (Brasil, 2023). Os cursos de Psicologia devem ter como meta central a formação voltada para a atuação profissional, para a pesquisa e ensino em Psicologia.

As DCNs estabelecem as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas no processo de formação e orientam que a proposta do curso articule o currículo. Assim, a organização do currículo deve garantir um núcleo comum de formação, que conforme Art. 7º: “[...] deve assegurar uma identidade profissional ao formando e estabelecer uma base comum para a formação na área, além de capacitar os estudantes para lidar com conhecimentos, métodos e procedimentos da Psicologia como campo científico e profissional.” (Brasil, 2023, [s.p.]).

O núcleo comum deve perpassar todo o currículo, do início ao fim do curso, não devendo ser pensado como uma etapa prévia, mas sim como um núcleo curricular em que se garante a formação. Deve incluir uma gama de estratégias para os conhecimentos necessários a uma formação básica de psicológicos, incluindo estágios, que serão configurados como “estágios básicos”, constituindo-se em práticas integrativas para o desenvolvimento das competências básicas,

vinculando-se à formação básica do psicólogo e não à específica (Abep, [20--]).

Ainda, conforme o Art. 9º, deve ocorrer nos currículos dos Cursos de Psicologia, a diferenciação em ênfases curriculares “[...] definição das ênfases curriculares, deve abordar a adoção de um subconjunto de competências dentre as que integram o núcleo comum da formação e que devem concretizar-se em processos de trabalho do psicólogo.” (Brasil, 2023, [s.p.]). A proposta das ênfases curriculares se dá em função da diversidade de orientações teórico-metodológicas, práticas e contextos de inserção profissional. São apresentadas dez possibilidades de ênfases curriculares, quais sejam:

- a) processos de investigação científica;
- b) processos educativos;
- c) processos de gestão e desenvolvimento de pessoas;
- d) processos de prevenção e promoção de saúde e bem-estar;
- e) processos clínicos;
- f) processos de avaliação psicológica;
- g) processos de orientação e aconselhamento;
- h) processos organizativos de coletivos sociais;
- i) processos de mediação de conflitos; e
- j) processos de proteção social e desenvolvimento que envolvem o aprimoramento de competências para atuar em contextos de vulnerabilidade social, fragilidade de vínculos e violência, no âmbito de famílias, escolas, organizações e comunidades.

Cada curso de Psicologia deve ofertar, no mínimo, duas ênfases curriculares, não prejudicando a formação generalista e sem configurar uma proposta de especialização, pois cada ênfase deve ser abrangente o suficiente para não configurar qualquer forma de especialização em

determinada prática, local ou procedimento de atuação profissional em Psicologia (Brasil, 2023).

A partir das DCNs, os cursos de graduação começaram a redimensionar seus currículos, para dar conta de um perfil profissional que atue de acordo com a realidade vigente nacional. Orientam que a formação flexibilize seus desenhos curriculares, solicitando uma maior aproximação do ensino com as realidades locais, realizando ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação em saúde em diferentes contextos de possíveis atuações profissionais.

A partir dessa apresentação de alguns elementos propostos nas DCNs e de um breve resumo histórico da formação, é possível constatar que a Psicologia possui sua história marcada pela necessidade de construir conhecimentos que priorizem medidas e quantificações do comportamento humano, aspecto este que contribuiu para que pudesse obter o *status* de ciência. Porém: “Esse movimento faz uma escolha clara pela racionalidade dos processos psíquicos.” (Guareschi *et al.*, 2011, p. 180).

Assim, durante muito tempo, o psicólogo, oriundo de um modelo de formação historicamente baseado em um modelo clínico, situou-se como descobridor da realidade psíquica, buscando exclusivamente a essência psicológica de cada sujeito, e essas considerações fizeram com que houvesse um afastamento de outras noções, como a de cultura, sociedade e contexto histórico para análise.

Cabe, nesse sentido, apontar que a formação em Psicologia, por vezes, esteve distante da realidade social, levando os profissionais, conseqüentemente, a cometer muitas distorções, pois não estavam sendo capacitados para perceber as especificidades culturais dos sujeitos, estabelecendo-se de forma descontextualizada e etnocêntrica, psicologizando problemas sociais.

Contudo, a Psicologia, como ciência e profissão, vem buscando atender as demandas sociais e, para isso, em mais de um momento reformulou o processo de formação para incluir outras áreas de atuação (Lima; Souza, 2014). Ou seja:

Uma profissão que se configurou ao longo da História como um modelo eminentemente clínico, atendendo a clientela elitizada e que tinha no ideário individualista a sustentação da sua prática, hoje, adquire uma nova conformação, com a emergência de novos locais de atuação e a ampliação de áreas tradicionais com reorientações teóricas, entre outras mudanças. (Andrade e Silva; Yamamoto, 2013, p. 825).

Nesse sentido, a formação profissional para a atuação do psicólogo na área organizacional e do trabalho se configura como desafio para a Psicologia, pois, esta se estruturou a partir da atuação voltada para a clínica psicológica, o que foi reforçado pelos modelos pedagógicos tradicionais e fragmentados, que não dão conta de uma formação, para outras áreas de atuação.

Assim, a aproximação entre a Psicologia com a área organizacional e do trabalho deve ter como propósito ampliar o campo de prática da profissão e organizar novos saberes capazes de contribuir para a promoção da saúde e qualidade de vida da população, principalmente do público que abrange a categoria trabalhista. A defesa da inserção do psicólogo nesse campo de atuação não pode se restringir aos propósitos da ampliação do mercado de trabalho, deve pautar-se na responsabilidade social inerente a todas as profissões que atuam na área de saúde.

A formação precisa desafiar-se e ser um ambiente privilegiado de “[...] construção de profissionais capazes de pensar a respeito das práticas que realizam, profissionais que se lançam ao exercício da reflexão sobre a extensão das ações em Psicologia, principalmente

daquelas vivenciadas nas atividades de estágio curricular.” (Reis; Guareschi, 2010, p. 865). As experiências de estágio devem configurar-se como uma possibilidade de promoção de espaços de rupturas na lógica de busca de uma cientificidade produzida unicamente em instrumentos e técnicas, gerando uma visão unicamente técnica da Psicologia enquanto ciência.

Já não é mais suficiente reconhecer que o psicólogo trabalha isolado, que se utiliza principalmente da psicoterapia enquanto intervenção, que tem pouco conhecimento do território onde atua e que acredita na neutralidade de seus saberes e práticas, é preciso ir adiante, e o desafio não está somente, ou melhor, não está limitado mais a certos ajustes na formação: ampliando disciplinas e conteúdos relacionados a Psicologia Organizacional e do Trabalho, nem a instrumentalizar o profissional com tecnologias mais sofisticadas.

A aposta desafiante é que a formação seja provida, minimamente, de leituras e problematizações a respeito das necessidades da população trabalhadora e, porque não dizer, das necessidades sociais e de trabalho, entendendo a necessidade de junção dessas duas articulações enquanto demanda ‘social’ e de ‘saúde mental’.

Portanto, a articulação com as organizações que operem práticas de gestão mais integrados tenderão a acontecer, de forma mais assertiva, se a formação favorecer a escuta e a intervenção sobre os processos psicológicos e psicossociais mobilizados pelas condições de vida da população e de seus projetos futuros. Isso funda uma nova perspectiva também na formação não mais ancorada nas fraquezas e impotências de cada área, e sim articulando aspectos que possam contribuir de forma integral para a concepção de homem.

Talvez uma das formas de superação dos desafios seria, por exemplo, a inclusão de práticas interdisciplinares e multiprofissionais,

abertura para estratégias de ensino que desenvolvam a autonomia e criticidade dos estudantes, além do incitamento para com o acolhimento e escuta, entre outros.

Dimensão ético-política e social no ensino e na prática em Psicologia Organizacional e do Trabalho

Ao longo dos anos, a Psicologia vem desempenhando um papel revolucionário ao se debruçar nos mais diversos fatores envolvidos nos processos individuais e coletivos do ser humano, tendo uma importante contribuição, ao oferecer caminhos para o entendimento das pluralidades e complexidades da existência humana. Diante do exposto, indagamos sobre a formação do psicólogo, fator crucial para entendermos seu compromisso com a sociedade em diversos níveis.

No que se refere especificamente à formação em POT, podemos realizar um breve retorno à própria categoria profissional do psicólogo. O CFP, cujo objetivo é fiscalizar, orientar e fazer valer os princípios éticos da profissão, bem como garantir o cumprimento do benefício social do trabalho do psicólogo independente de sua área de atuação, parece olhar para a POT sob uma ótica mecanicista e psicotécnica, considerando práticas muito próximas das atividades da administração.

Este fato pode ser comprovado, por exemplo, a partir da leitura no manual de “Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil” (1992), que descreve práticas tecnicistas e mecânicas como de responsabilidade do Psicólogo do Trabalho, reforçando um possível esvaziamento de sentido crítico em tais atividades. Este documento foi enviado em 1992 como recomendação ao Ministério Público do Trabalho para composição do descritivo de atividades que integram o Catálogo Brasileiro de Ocupações (CBO) e, desde então, não foi revisto ou atualizado.

Aqui, faz-se necessário um resgate didático, apenas para contextualização de onde queremos chegar. Sampaio (1998), clássico autor das pesquisas do trabalho no Brasil, aponta que existem três faces da Psicologia, neste contexto, que consideram os atravessamentos históricos: a Psicologia Industrial, a Psicologia Organizacional e a Psicologia do Trabalho. Em resumo, são diferenciadas justamente por seu foco de atuação.

A Psicologia industrial traz uma série de práticas tecnicistas e psicométricas, comuns à área de avaliação de pessoal, atividade muito comum durante a Primeira Guerra Mundial. Na Psicologia industrial, há uma ampliação do campo de atuação do psicólogo e a introdução de uma visão relacional, com foco no comportamento gerencial a partir de teorias sistêmicas, onde o psicólogo é requisitado para interpretações dos complexos contextos de trabalho. Na terceira face, a da Psicologia do trabalho, considera-se a subjetividade do trabalhador como aspecto primordial do direcionamento dos estudos e práticas da Psicologia. A produtividade, que assumiu destaque principalmente na segunda face, não é mais o foco, já que temáticas que foram esquecidas, negligenciadas e dispensadas em momentos anteriores ganham importância, pelo menos em teoria.

No entanto, a história do desenvolvimento da prática da Psicologia nas organizações não cabe, obviamente, em um parágrafo. As mudanças não aconteceram repentinamente e só foram possíveis pelas transformações sociais, culturais, econômicas e científicas. Muitas pesquisas e análises foram necessárias para que cenários fossem transformados, e não apenas da comunidade acadêmica e científica, mas principalmente pela força da categoria profissional. Além disso, destaca-se que o termo “faces” foi adotado justamente pelo sentido de

linearidade e continuidade, não como forma seccionada de lermos a história da nossa profissão.

Diante do exposto, uma pergunta parece cabível para provocar nossa discussão: qual o compromisso atual da Psicologia no contexto organizacional e do trabalho e ao que e a quem ela serve? Aqui, nosso objetivo não é procurar por uma resposta teórica ou ideal, se é que ela existe, mas indagar a realidade prática que estamos inseridos profissionalmente.

É inegável que a Psicologia tem forte inclinação à clínica, de tal maneira que isso embase inclusive os currículos acadêmicos das instituições de ensino, porém, a atualidade demanda que o olhar clínico seja também elevado aos estudos e práticas da área organizacional e do trabalho.

Aliás, este é justamente um dos avanços da terceira face da Psicologia do trabalho, no entanto, nos parece que não é essa a demanda endereçada ao psicólogo. Nosso questionamento não está direcionado às atividades do psicólogo em si, como o recrutar e selecionar, treinar e desenvolver, por exemplo, e, sim, em como tais práticas são executadas no dia-a-dia e o quanto elas carregam da visão mecanicista que imperou por várias décadas.

Como premissa e ambição, vê-se que o objetivo da Psicologia é oferecer uma visão analítica a uma demanda que outrora foi ofuscada pela necessidade de corroborar com o discurso da produtividade trazidos pelos meios de produção capitalista. Ressaltamos que a Psicologia não precisa ser apartada do mundo capitalista, mas necessita dialogar e questionar insistente e constantemente se é possível um encontro com um juízo ético e com uma prática que coloque o indivíduo e a subjetividade sob os holofotes, mesmo que impere um sistema que, em sua gênese, é marcado pela exploração por meio do trabalho.

A dificuldade da aceitação do psicólogo no mundo complexo das organizações e instituições pode estar aí, visto que resistir contra as forças impetuosas da alienação do trabalho não é tarefa fácil, principalmente para os psicólogos enquadrados em regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com vínculo empregatício, como qualquer outro trabalhador. Por isso, somos formados justamente para estar nesta configuração de mercado de trabalho: como executores da técnica, amplamente difundida e requisitada no mundo corporativo.

O próprio subsistema de recrutamento e seleção, por exemplo, reforça essa concepção. Como uma espécie de mágica, cabe ao psicólogo recrutador buscar a pessoa certa para determinado cargo. A busca por um estilo de comportamento específico ou conhecimento técnico não é um erro, mas há um apego desmedido pelo resultado final e pouco interesse pelo processo. O solicitante da vaga deseja a melhor contratação possível, sem entender o como, o porquê e qual o caminho trilhado para que a contratação ocorra.

Em um cenário como este, sempre haverá a tendência à culpabilização: erro do psicólogo em não deixar claro quais são meus métodos, técnicas e formas? Erro da gestão em não buscar compreender um processo de tamanha importância? Provavelmente, estamos diante de um sistema que pouco proporciona uma reflexão e sabe mencionar, de fato, qual o impacto do psicólogo dentro da esfera organizacional.

Em contrapartida, apesar da falta de clareza a respeito da função e papel do psicólogo do trabalho por parte da gestão das organizações e instituições, principalmente nas organizações, acreditamos na potência que este profissional possui diante de um plural campo de pesquisa, pois mais que ação, prática e técnica, cabe ao psicólogo a leitura clínica e analítica do que lhe cerca. Porém, aqui voltaremos ao ponto inicial sobre a formação em psicologia, que como temos visto, pode deixar lacunas

importantes no desenvolvimento de tal visão e impulsiona que os novos psicólogos vendam sua força de trabalho a partir de onde está o seu “poder”: na psicomетria.

Como discutido, os estudos mais recentes de temáticas como subjetividade e trabalho, saúde mental e trabalho, a dinâmica do adoecimento, entre tantas outras que as clínicas do trabalho proporcionaram e proporcionam, aparecem em segundo plano e em muitas instituições de ensino superior são apenas citadas e pouco discutidas. Esperar que o profissional que não foi apresentado à diversidade e problematização de temáticas atuais tenha, por si só, uma postura crítica soa ingênuo.

O ensino superior não determina a ação de um profissional, mas oferece as bases e possibilidades para o desenvolvimento de seu conhecimento. Se fizermos um recorte a nível nacional, encontramos um cenário triste e desolador. Segundo Schneegans, Lewis e Straza (2021), a partir do relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Brasil possui índice muito baixo no desenvolvimento científico, visto que atualmente, cerca de 1,26% do PIB brasileiro é destinado ao investimento em ciência, enquanto a média mundial é de 1,79%.

Infelizmente, este não é um fato temporário e isolado: a educação, em seus diversos níveis, tem uma história atravessada por políticas pouco consistentes e não prioritárias, sendo o movimento de incentivo à educação algo recente, marcada principalmente pela Constituição Federal de 1988, de caráter revolucionário em muitos âmbitos e que reconhece direitos sociais, tal como se configura a educação, como um dever do Estado.

Apesar das angústias e dificuldades vivenciadas, faz-se necessário o reconhecimento de que as últimas três décadas trouxeram evoluções

importantes para a história da educação brasileira, no que tange ao ensino superior, tais como os programas governamentais FIES (1999) e PROUNI (2004) e o sistema de cotas (2012), dentre tantos outros.

Eventualmente, ao mesmo tempo que enxergamos progressos, nos deparamos com muitos retrocessos. Na esfera pública, que tem por obrigação fazer valer as diretrizes da educação, o cenário parece ainda mais caótico. Em um recorte contemporâneo, em que temos vivenciado um governo neoliberal (desde 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff), o interesse pela educação parece esvaziado ou ainda, visto sob uma ótica lucrativa do capitalismo.

[...] a educação foi transformada em um negócio lucrativo para o empresariado com o aval do Estado. Por meio de parcerias público-privadas, de cortes orçamentários, de medidas que visam a padronização do ensino e do desenvolvimento da competitividade entre instituições, profissionais e estudantes, o Estado tem sido atuante na promoção da precarização e da privatização da educação pública. Apesar dessa privatização ocorrer por caminhos diferenciados em cada país, os efeitos da política que impulsiona essa tendência têm sido semelhantes onde ela é implementada (Silva, 2021, p. 104)

Destaque ao Ensino à Distância, que tem crescido de maneira vertiginosa. Segundo o Censo da Educação Superior de 2019, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022) e pelo Ministério da Educação (MEC), cerca de 63,2% (10.395.600) das vagas ofertadas em nível superior foram no EaD, entre as 16.425.302 disponíveis. Entre 2009 e 2019, o número de matrículas em cursos a distância aumentou 378,9%, representando 43,8% dos alunos ingressantes do ensino superior. A reflexão que fica é sobre os critérios que o Ministério da Educação utiliza para credenciamento de instituições e cursos EaD, diminuindo a rigidez, para corroborar o discurso da democratização do ensino.

O curso de Psicologia ainda não é ofertado no ensino a distância (EAD) e semipresencial, contando com atualmente com disciplinas teóricas, práticas, estágios e supervisões obrigatórias no ensino presencial, mas é possível acompanhar o interesse de instituições de ensino superior, principalmente as privadas, pela formação EAD de psicólogos.

Há forças contrárias que impedem esta introdução, mas o mercado educacional dispõe de fortes estratégias com o discurso da facilidade de acesso a classes e regiões menos favorecidas, que representa uma excelente margem de lucro nas IES. Essas solicitações demonstram os atuais e próximos desafios da área. Em paralelo com essas discussões, verifica-se que a sociedade está inundada de ideias de produtivismo exacerbado. Tem, portanto, uma precarização em massa da educação e dos profissionais, que já saem formados para, mais uma vez, venderem seu conhecimento técnico.

Avanços, desafios e possibilidades para a formação da Psicóloga e do Psicólogo

Segundo o último censo realizado pelo CFP, disponível em seu site oficial, a região do sul conta com 61.543 profissionais registrados em seus conselhos regionais, sendo o Paraná com 21.756, Santa Catarina com 15.880 e Rio Grande do Sul com 24.207 (CFP, 2022).

Tais estados contam, como já mencionado anteriormente, com 212 faculdades credenciadas para oferta da graduação em Psicologia, dessas, 8 são Instituições de Ensino Superior (IES) públicas federais, 3 se tratam de IES públicas estaduais, 1 IES corresponde a pública municipal e, por fim, 200 IES correspondem a instituições particulares. O estado do Paraná é o único a ofertar o curso de Psicologia em IES pública estadual (Brasil, 2022).

A Psicologia, apresentada sob a perspectiva de números no sul do Brasil, possibilita a discussão e compreensão a respeito dos aspectos relacionados ao futuro da profissão, baseando-se na análise crítica dos novos caminhos difundidos por meios de comunicação, pautando-se pelo discurso neoliberal.

Segundo o autor Guilbert (2020), o neoliberalismo é a reinvenção do liberalismo da década de 1970, tendo maior redução da participação do Estado na economia, com o propósito de findar intervenções do mesmo. Para que tal ação se torne possível, o movimento, é propagado uma visão empreendedora das mais diferentes profissões.

Desse modo, o sujeito é levado a ser agenciador da sua própria carreira, através de constantes especializações, mentorias, cursos, entre outras atividades, que supostamente ditam o “sucesso” e trazem “recompensa” ao esforço posto na atividade. Assim, é colocado que basta aperfeiçoar-se para obter lucratividade, no entanto, o caminho não é linear, porém não cabe no discurso neoliberal, onde se vende fórmulas prontas, suprimindo a individualidade dos indivíduos, suas histórias e particularidades. O sujeito é responsabilizado arduamente pelo que consegue produzir, gerando competições entre os pares, "Na nova ordem mundial, dominada pelos valores do empreendimento, tudo é business" (Gaulejac, 2007, p. 179).

O autor complementa sua escrita dizendo que há um projeto de sociedade, onde é transmitido a ideia de que os homens precisam se tornar empreendedores, para que possam ser reconhecidos, desse modo é expandido ideais produtivistas, e eles estão relacionadas a temas como maior rentabilidade do trabalho desempenhado, desenvolvimento de capacidades emocionais, cognitivas e sociais, resolução de problemas, entre outras características difundidas pelas consultorias internacionais (Gaulejac, 2007).

A partir desses pressupostos, verifica-se que a atual sociedade se baseia no senso de urgência, seja nas relações de trabalho e/ou relações pessoais, com o foco na produtividade e não no relacionamento. Assim, é necessário que o indivíduo faça mais atividades em menos tempo e com menos recursos, aplicando técnicas administrativas e gerencialistas no seu negócio, tempo e vida, pois o tempo é um bem e não pode ser desperdiçado.

O discurso gerencialista e a necessidade do alto desempenho têm influenciado todas as áreas da sociedade em busca de eficiência, eficácia, alta adaptação e reações rápidas. Não cabe tempo para reflexões, apenas para fórmulas mágicas, manuais de ação, com comportamentos previamente moldados, para que seja obtido resultados expressivos e reproduzido a uma maior quantidade de pessoas, levadas a caminhar de modo semelhante, engajadas pelo discurso neoliberal, que encanta por onde passa.

Ao decorrer desse pensamento, os ambientes, os quais os sujeitos participam, se tornam de disputas e competições, não há senso de coletividade entre os pares e nem de cooperação, há então a individualização do sujeito em seu trabalho e na sociedade/grupos em que está inserido. A partir dessa nova conjuntura, o trabalho deixa de ser produtor de emancipação e autonomia aos sujeitos, seus pares e a comunidade a qual pertence, além de não permitir a construção de identidade, vivências e experiências no mundo de modo efetivo e reflexivo (Enriquez, 2014).

Esse ambiente de alto produtivismo, individualista, competitivo, com demandas constantes e infinitas, traz uma posição de pressão e esgotamento ao trabalhador. Essa cultura, onde o sujeito se torna um objeto, causa o sofrimento no trabalho, gerando indivíduos mais

angustiados, estressados, deprimidos, esgotados, sem compreender o porquê de tais sensações e sentimentos (Gaulejac, 2013).

As mídias sociais são potentes reprodutores do pensamento acima citado, e elas estão presentes na vida do ser humano nas mais diferentes esferas ao longo dos últimos anos, sendo até mesmo visto como referencial para alguns temas. O Instagram, lançado no ano de 2010, foi uma rede social para compartilhamento de fotos, e hoje é para a produção de conteúdo (Karhawi, 2020).

Atualmente, há um crescente número de profissionais que utilizam essas plataformas como forma de divulgação do trabalho que realizam, a fim de atrair possíveis clientes, dentre estes profissionais, estão os psicólogos que empreendem na área (consultoria de recursos humanos; atendimento clínico, prestação de serviços). Os números de seguidores passou a ser medida de sucesso e legitimidade desses profissionais (Karhawi, 2020). Desse modo, os profissionais são convocados à busca pelos seguidores, postagens infinitas em nome do sucesso e ele representa: “O sucesso torna-se uma obrigação: é preciso ganhar, caso contrário o indivíduo é eliminado” (Gaulejac, 2007, p. 84).

O sujeito sacrifica o momento atual e a qualidade dele, a ponto de se tornar dependente de uma plataforma para aumentar seu potencial de engajamento nas redes. Gaulejac (2007, p.180) atentou-se ao tema relacionado ao lazer e trabalho, escrevendo, “Pouco a pouco o espaço privado é invadido pela atividade. As novas tecnologias permitem instalar seu escritório em seu domicílio”. Temos assim uma colonização do espaço e do tempo “pessoal”. O que resta de “tempo livre” é progressivamente dominado por preocupações de rentabilidade e de intensidade.

Falar de mídias sociais se torna relevante na atual sociedade, em especial no que tange o foco da presente escrita, pois a mesma se apresenta com uma nova possibilidade para a profissão, bem como

desafios da área. As mídias sociais trazem reflexões de outros temas presentes na pós-modernidade, como teletrabalho, plataformização do trabalho. O primeiro tema, teletrabalho: traduz as novas organizações sociais, a partir de revoluções e evoluções científicas, alterando as formas de produções agora de modo remoto, hoje é possível trabalhar de diferentes localidades. Há vantagens e desvantagens nessa forma de execução do trabalho, como redução de gastos e tempo, expansão geográfica, maior risco ergonômico e falta de relações sociais (Silva, 2018). Já a plataformização do trabalho concentra trabalhadores de diferentes áreas, a fim de ofertar prestação de serviços aos consumidores, através de site ou aplicativos, moldados por algoritmos que geram valor para a plataforma (Grohmann, 2020).

Esses novos conceitos reforçam a necessidade de compreender como a visão política e social interferem sobre a saúde geral/mental dos indivíduos, tendo em vista que o homem não é dissociável do meio que vive. Assim, faz-se importante entender que o meio em que vivemos é permeado pela precarização e pela flexibilização do trabalho, influenciando diretamente na relação com o homem, uma vez que os modelos de organização do trabalho foram redesenhados, pautados agora pela informalidade, virtualização e plataformização do trabalho, evidenciando o modo em que as formas de gestão e estrutura do trabalho se relacionam ao adoecimento do trabalhador, onde o cansaço mental e exaustão emocional, advindos desse modelo de organização do trabalho, são naturalizados pelo discurso produtivista. Neste contexto, é papel da psicologia não naturalizar tais pensamentos e discursos (Seligmann-Silva, 2013).

Portanto, cabe à formação em psicologia tornar possível a elaboração de análises sobre o contexto social e político no qual os profissionais estão inseridos, para que possam basear sua prática de

modo ético, valorizando as subjetividades e não proporcionando o aviltamento da profissão, por meio de atitudes generalistas e gerencialistas. Não compete à formação em psicologia frear as mudanças na sociedade, mas criar ferramentas para a compreensão desses acontecimentos e melhores formas de enfrentamento.

Há benefícios e malefícios nos avanços das mídias e os assuntos que as tangem, e é a partir dos profissionais que os ambientes devem ser formados para discutir tais ideias, não se pode promover a fragmentação entre psicologia, ciência e profissão. É necessário que haja espaços de diálogos nas empresas, nas instituições, além das universidades, para que cada profissional formado e em formação possa fortalecer seus argumentos, pensamentos e em especial, evoluir a ciência

Em vias de conclusão

Ao longo desta leitura, nossa tentativa foi a de gerar reflexões críticas acerca não somente da POT enquanto disciplina na formação em Psicologia, principalmente enquanto prática. A escolha desta temática partiu da nossa inquietação, das nossas perspectivas ético-políticas, que buscam legitimar a psicologia no seu lugar de ciência e profissão.

A POT, em seus vários desdobramentos e campos de atuação prática, é considerada uma área de atuação essencial para a ação interventiva da Psicóloga e do Psicólogo e, ao longo dos anos, vem adquirindo diferentes perspectivas e novas formas de analisar o trabalho e o sujeito que trabalha.

Urge lançar esse olhar crítico às práticas formativas da ciência psicológica na contemporaneidade, bem como oferecer a importância devida na formação em POT, compreendendo sobretudo que uma

formação contínua, atualizada e qualificada pode ser o recurso necessário para dar conta dos fenômenos do trabalho hoje.

Reinventar práticas em psicologia não diz respeito, necessariamente, a inventar outros métodos de intervenção, mas a introduzir outros modos de interrogar e outras interrogações, entre elas, o que pretendemos e quais as implicações de nossa prática, daquilo que afirmamos como verdades sobre os que tomamos como nossos sujeitos-objetos.

Para além disso, a formação em Psicologia precisa aproximar-se de outros campos, constituindo, assim, uma possibilidade de fazer interdisciplinar, redimensionando as possibilidades de atuação e, também, em atendimento de demandas específicas, como políticas sociais e práticas na área organizacional e do trabalho.

O campo do trabalho não é somente o das organizações, mas considerando os espaços possíveis, este representa uma parcela significativa da prática profissional. Porém, ver o trabalho não apenas pela ótica da ocupação e dos limites de um cargo ou posto, e sim a partir do poder de ação, é o que oferece sentido a uma atuação dos Psicólogos na POT, seja como pesquisa ou intervenção.

A promoção da conscientização sobre o trabalho, bem como o empoderamento do sujeito trabalhador seria o norte da práxis, afastando da visão clássica de contribuição a performance. Oferecer ao trabalhador o status que ele merece diante de sua obra, considerando suas vivências, angústias, sofrimentos e defesas possibilita devolver dignidade àquele que há tempos vem sendo explorado pela sua força de trabalho e fatores importantes são desconsiderados. A troca do quantitativo pelo qualitativo, os números estatísticos e pouco representativos pela escuta e compreensão, abre espaços para estratégias humanitárias e criativas (Bendassolli; Soboll, 2011).

Obviamente, isso vai na contramão do sistema dominante, que entende o papel da Psicologia nas organizações como um potencializador da lucratividade. No mundo “*business*”, em que o psicólogo também se insere, seguir outros caminhos é pagar um alto preço: a busca pelo espaço é árduo e muitas vezes culmina no desemprego. No entanto, tal espaço é algo a ser construído e cabe justamente à classe defender a legitimidade de sua ação.

Aqui, destacamos os aliados: se nossa técnica e conhecimento é desejada, é a partir deles que podemos encontrar caminhos e agir nos espaços e lacunas. Não se trata de ocultar nosso propósito, mas utilizar as ferramentas e instrumentos que temos para mostrarmos nosso papel diante do trabalho, da luta pela saúde mental e do protagonismo da subjetividade e do trabalhador no processo de construção do trabalho.

Essa é uma luta de classes, que só ganha força na união da categoria e pela busca do caráter científico da psicologia. A sedução pelo *business* não vai deixar de existir e nem precisamos levantar uma bandeira moralista, nos colocando contra as organizações e contra o capitalismo, mas procurar pela ética em nosso trabalho e se ocupar da centralidade do sujeito, em seus mais diversos contextos, é o que nos diferencia de qualquer outra prática.

Uma das limitações encontradas durante a elaboração desta leitura concentrou-se, sobretudo, nos recortes temporal e regional, nos indicando existir uma lacuna entre o volume de produções encontradas nas outras regiões do Brasil em comparação com a quantidade encontrada na região sul. No entanto, isso não necessariamente indica uma falta ou escassez na produção, dado que para chegarmos a essa conclusão seria necessário mais recursos e mais tempo para nos debruçarmos sobre outros dados ainda não explorados. Certamente, isso só nos indica que existem caminhos a serem explorados nesse

campo de pesquisa e possibilidades de desdobrar para novos questionamentos frente ao plural universo contemporâneo em que a Psicologia se insere.

A partir das leituras realizadas ao decorrer da disciplina, com o apoio das discussões em aula e da construção do presente capítulo, foi possível compreender aspectos da formação do profissional em psicologia, em especial a importância de se ter espaços para a construção de saberes múltiplos e potencializados, com a proposta de trazer autonomia e emancipação do sujeito na sua atuação.

Assim reiteramos a importância de IES públicas, com o propósito de difundir conhecimento na comunidade que está inserida, tornando-se promotor de consciência e transformação, através de pesquisas, reflexões, conhecimento teórico-metodológico e prático, no intuito de as formações em Psicologia não se encerrarem nem se reduzirem na obtenção de um diploma e, sim, que se desenvolvam na conquista de novos saberes, novos caminhos e novas práticas pautadas em fazer valer a fala, o lugar e o papel da Psicologia hoje.

Referências

- ABEP – Associação Brasileira de Ensino em Psicologia. (20–). *Histórico das DCNs*. Disponível em: <http://abepsi1.hospedagemdesites.ws/historico-das-dcns/>. Acesso em: 29 mar. 2024.
- Andrade E Silva, C. De; Yamamoto, O. H. (2013). *As políticas sociais na formação graduada do psicólogo no Piauí*. Psicologia: Ciência e Profissão, 30(4), 824-839.
- Bendassoli, P. F.; Soboll, L.A.P. (2011). *Clínicas do trabalho: filiações, premissas e desafios*. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 14(1), 59-72.
- Brasil. (1962) Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n. 4.119, de 27 de agosto de 1962*. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Brasília.

Brasil. (2017) *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior*, Cadastro e-MEC, regulamentado pela Portaria Normativa nº 21, de 21/12/2017. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 29 mar. 2024.

Brasil. (2011) *Resolução CNE/CES n. 5, de 15 de março de 2011*. Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Psicologia. Brasília.

Brasil. (2023) *Resolução CNE/CES n. 1, de 11 de outubro de 2023*. Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Psicologia. Brasília.

Conselho Federal De Psicologia. (1992). *Atribuições da (o) Psicólogo (a) e Catálogo Brasileiro de Ocupações*, 1992. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo_cbo.pdf. Acesso em: 29 mar. 2024.

Conselho Federal De Psicologia.. (2024). *A Psicologia brasileira apresentada em números*. Brasília: CFP. Disponível em: <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

Conselho Federal De Psicologia.. (2007). *Resolução CFP N.º 013/2007 - Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia*. Brasília: CFP. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/Resolucao_CFP_nx_013-2007.pdf. Acesso em: 29 mar. 2024.

Enriquez, E. (2014). *O trabalho, essência do homem? O que é o trabalho?* Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 17(spe), 163-1761.

Esch, C. F.; Jacó-Vilela, A. M. (2012). A regulamentação da profissão de psicólogos e os currículos de formação psi. In: JACÓ-VILELA, A. M.; CEREZZO, A. C.; RODRIGUES, H. B. C. (Orgs.). *Clio-psyché: fazeres e dizeres psi na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 3-12.

Gaulejac, V. (2013). *A doença do management* [Youtube]. Recuperado a partir de: <https://www.youtube.com/watch?v=P7B0Y15gS1E&t=1245s>. Acesso em: 18 jan. 2021.

Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social. Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. 3. ed. São Paulo: Editora Ideias & Letras.

Grohmann, R. (2020). *Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal*. Revista Eptic, 22(1), 106-122.

- Guareschi, N. M. de F. et al. (2011). *A avaliação psicológica, psicopatologia e as psicoterapias na formação do profissional de saúde para o SUS: um estudo dos currículos dos cursos de Psicologia*. Revista Mal-Estar e Subjetividade, 11(1), 171-204.
- Guilbert, T. (2020). *As evidências do discurso neoliberal na mídia*. Campinas, SP: Editora Unicamp.
- Gusso, H. L. et al. (2019). *Psicologia Organizacional e do Trabalho no Sul do Brasil: características dos profissionais, da atuação e dos contextos de trabalho*. Revista Psicologia, Organizações e Trabalho, 19(3), 644-652.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2020). *Censo da Educação Superior 2019*. Brasília: INEP. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 24 jan. 2022.
- Jorge, L. (2005). A inovação curricular: bases teóricas e metodológicas para a implementação de mudanças nas práticas da Psicologia. In: MELO-SILVA, L. L. et al. (Orgs.). *Formação em Psicologia: serviço-escola em debate*. São Paulo: Vetor, p. 73-82.
- Karhawi, I. (2020). *De blogueira a influenciadora: etapas de profissionalização da blogosfera de moda brasileira*. Porto Alegre, RS: Editora Sulina.
- Lima, V. C. De; Souza, R. De T. (2014). *Formação humana e competências: o debate nas diretrizes curriculares de Psicologia*. Psicologia & Sociedade, 26(3), 792-802.
- Lisboa, F. S. Barbosa, A. J. G. (2009). *Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação*. Psicologia: Ciência e Profissão, 29(4), 718-737.
- Pereira, F. M.; Pereira Neto, A. (2003). *O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização*. Psicologia em Estudo, 8(2), 19-27.
- Reis, C. Dos; Guareschi, N. M. De F. (2010). *Encontros e desencontros entre Psicologia e Política: formando, deformando e transformando profissionais de saúde*. Psicologia: Ciência e Profissão, 30(4), 854-867.
- Ribeiro, J. L. P. (2014). *Revisão De Investigação e Evidência Científica*. Psicologia, Saúde & Doenças, 15(3), 671-682.

- Sampaio, J. R. (1998). Psicologia do trabalho em três faces. In: I. B. Goulart & J. R. Sampaio (Orgs.), *Psicologia do trabalho e gestão de recursos humanos: estudos contemporâneos* (pp. 19-39). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Santiago, E.; Dias, M. (2020). *A produção em Psicologia do Trabalho e Organizacional nos Simpósios da ANPEPP*. Psicologia em Estudo, 25, 16 set.
- Schneegans, S.; Lewis, J.; Straza, T. (2021). *Relatório de Ciências da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO): A corrida contra o tempo por um desenvolvimento mais inteligente – Resumo executivo*. UNESCO Publishing, Paris.
- Seligmann-Silva, E. (2013). *Precarização da saúde mental no trabalho precarizado*. In: J. J. Ferreira, L. de O. Penido, E. de A. Rezende, & R. L. Martins (Orgs.), *Saúde Mental no Trabalho: Coletânea do Fórum de Saúde e Segurança no Trabalho no Estado de Goiás* (pp. 283-331). Cir Gráfica: Goiânia - GO.
- Silva, G. E. (2018). *Teletrabalho: nova configuração de trabalho flexível e possíveis efeitos à subjetividade e saúde mental dos teletrabalhadores*. Revista Espaço Acadêmico, 18(209), 44-55.
- Silva, G. F. (2021). *Das ocupações das escolas ao governo Bolsonaro: desafios à educação pública no Brasil contemporâneo*. Entropia, 5(10), 98-123.
- Spink, M. J. P. (2013). *Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Zanelli, J. C.; Borges-Andrade, J.; & Bastos, A. V. B. (Orgs.). (2014). *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.

3

EFEITOS POSTERIORES DO TRABALHO EM UM CONTEXTO DE PANDEMIA PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE CHILENOS ¹

Marcelo Balboa ²

Introdução

No âmbito de uma reflexão conjunta sobre subjetividades e pós-modernidade no mundo do trabalho, gostaríamos de abordar algumas facetas da problemática que a recente pandemia da COVID-19 permitiu colocar em evidência. Pensamos que tal fenômeno funciona como um "analisador institucional" (Hess, 2016) da relação trabalho-subjetividade no contexto das transformações contemporâneas do trabalho, dentro do que se considera um paradigma pós-fordista (Mercure, 2020; Stecher et al., 2014). Nossa hipótese é a de que a análise da experiência vivida pelos profissionais de saúde nos permitirá uma melhor compreensão dos efeitos subjetivos do trabalho para esses profissionais, que desempenharam uma função essencial no âmbito sanitário mundial.

O presente capítulo trata de uma pesquisa realizada sobre a "experiência vivida" (De Gaulejac & Laroche, 2020) no trabalho por uma profissional de saúde, que fez parte de uma equipe sanitária chilena que enfrentou os efeitos da pandemia na população, e também entre os próprios trabalhadores da saúde. Ela pertence ao grupo de profissionais de saúde que, ao enfrentar as transformações do trabalho no contexto

¹ Tradução e revisão técnica de Matheus Viana Braz.

² Mestre em psicologia clínica pela Universidade de Chile. Doutorando em ciências da orientação pela Universidade Laval, Quebec. E-mail: juan-marcelo.balboa-gallardo.1@ulaval.ca. ORCID: 0000-0002-1568-6880

da pandemia, sucumbiram à sobrecarga de trabalho, às múltiplas exigências sociais a que foram submetidas, juntamente com a falta de suporte social e institucional, situação que a levou a desenvolver transtornos de saúde de distintas gravidades e, em muitos casos, a abandonar o serviço, interrompendo assim sua trajetória profissional. A pesquisa consistiu, basicamente, em uma série de entrevistas que abordaram sua experiência de trabalho e o impacto que isso teve em sua vida pessoal e profissional.

Objetiva-se dar visibilidade ao custo que teve para muitos trabalhadores da saúde a exigência das transformações do trabalho, bem como explorar a capacidade de resposta institucional frente a essa vivência.

Embora tenham se passado dois anos desde que a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou oficialmente o fim da emergência pandêmica de COVID-19, muitos dos efeitos sociais e econômicos da pandemia não foram suficientemente compreendidos nem analisados. Com relação aos efeitos sobre os trabalhadores da saúde, muitos estudos se concentraram nos efeitos do trabalho realizado durante o período pandêmico, mas poucos estudos abordaram os efeitos do período pós-pandêmico sobre os trabalhadores sanitários (Masó et al., 2024). No Chile, trabalhadores sanitários experimentaram sintomas de distintas gravidades após o fim da pandemia, o que foi estudado em certa medida, mas a maioria dos efeitos em termos psicossociais ou em termos de impacto em suas carreiras ainda não foram estudados em profundidade (Toro-Devia, 2023; Saavedra, 2023).

Nesse sentido, pretende-se contribuir para a visibilidade e compreensão do impacto que a experiência de trabalho no contexto de uma pandemia teve na vida dos trabalhadores de saúde. Nossa implicação neste tema está diretamente relacionada com a experiência

adquirida no âmbito da prevenção de riscos para a saúde entre os trabalhadores sanitários no Chile.

Contextualização sócio-institucional: a propósito da implementação de um dispositivo de prevenção em saúde mental no trabalho no contexto da pandemia de COVID-19 em hospitais chilenos

Entre abril e setembro de 2020, um grupo multidisciplinar de profissionais (psicólogos, sociólogos e psiquiatras), de maneira voluntária, desenhou e implementou uma intervenção socioinstitucional para prevenir os efeitos do trabalho no contexto da pandemia em quatro hospitais do Chile (Balboa et al., 2022). O objetivo dessa intervenção foi estabelecer um sistema auxiliar de apoio ao pessoal hospitalar. Os “corredores terapêuticos” de apoio a trabalhadores da linha de frente sanitária, inspirados nas contribuições do psicólogo e psiquiatra argentino A. Bauleo (Bauleo et al., 1990), foram desenhados para fomentar o diálogo e a deliberação entre os trabalhadores sobre a experiência de trabalho no contexto da pandemia, a elaboração das emoções associadas como estratégia de prevenção primária em saúde mental no trabalho, bem como para favorecer a produção de um “saber fazer” que contribuísse para a organização do trabalho hospitalar naquele novo cenário, saber este que surge da própria atividade real do trabalho (Dejours, 2016; Clot, 2020), e que serviu como estratégia de retroalimentação para cada unidade do hospital e para sua direção.

Esta experiência nos fez tomar consciência, como pesquisadores, da difícil situação vivida pelos profissionais de saúde e das precárias condições, em matéria de prevenção sanitária, a que foram submetidos durante quase dois anos.

Em consequência, tendo trabalhado com profissionais de saúde e dada a escassez de literatura científica sobre o período pós-pandêmico,

nossa pesquisa se centrou nos efeitos em termos de saúde e mudanças de carreira dos profissionais que trabalharam em hospitais públicos durante este período e que, por diversos motivos, tiveram que deixar seus postos de trabalho como consequência dessa experiência.

Um estudo de caso centrado na experiência vivida no trabalho

A metodologia utilizada correspondeu a um dispositivo de "Estudo de caso" (Leplat, 2002) centrado na experiência vivida no trabalho de um grupo de profissionais de saúde que trabalharam durante a pandemia em dois hospitais chilenos. Para efeitos deste artigo, nos concentraremos em um desses casos.

Foram realizadas duas entrevistas individuais semiestruturadas, seguindo um roteiro de perguntas elaborado previamente. As entrevistas foram realizadas entre setembro e outubro de 2022, em modalidade "a distância" através da ferramenta telemática "Google Meet". A primeira entrevista se centrou na construção de três linhas de tempo centradas na experiência vivida a nível social, a nível organizacional e a nível pessoal-familiar. A análise de dados seguiu os princípios da "análise temática sequencial" de Paillé e Muchielli (2012). Foram construídas quatro grandes categorias: a) Atividade profissional, b) Situações difíceis vividas, c) Efeitos sobre a saúde e d) Mudanças na trajetória profissional.

Resultados da pesquisa

Perfil do caso

O caso corresponde a uma mulher, psicóloga, chefe da Unidade de Saúde Mental do hospital. No momento em que a pandemia começou, ela estava no cargo havia 15 meses. Mãe de uma adolescente. Seu

parceiro perdeu o emprego durante as primeiras semanas da pandemia, ficando ela como a única fonte de renda familiar. A unidade de saúde mental que ela dirigia naquela época contava com seis profissionais, a maioria jovens profissionais, sem muita experiência.

Atividade profissional associada à pandemia (2020 – 2021)

Suas funções como chefe de unidade eram, até antes da pandemia, gerir e supervisionar a unidade de saúde mental, coordenar e realizar as funções clínicas de atendimento ao paciente na área de saúde mental (transição para o teletrabalho) e dirigir a gestão administrativa associada à sua unidade, devendo se reunir com outros chefes de unidade, representantes sindicais e a equipe diretiva do hospital com maior frequência.

A pandemia exigiu que redobrasse suas funções, tornando-a polivalente e aumentando exponencialmente sua carga de trabalho, sem que houvesse tempo suficiente para planejar ou capacitar sua equipe, nem um controle adequado dos efeitos dessas sucessivas modificações. A seguir, expomos as atividades identificadas pela profissional, que foram acrescentadas ao seu trabalho durante o período estudado:

- Dirigir e supervisionar a transformação da unidade do serviço de saúde mental para pacientes remotos (teletrabalho presencial);
- Dirigir e supervisionar sua unidade no processo de duplicação de funções de apoio ao pessoal designado (teletrabalho presencial);
- Apoio emocional e gestão do pessoal da unidade em situações difíceis e organização do trabalho;
- Colaboração com o "Serviço de Chamadas" dos serviços ordinários do hospital (teletrabalho).

Esse conjunto de novas tarefas implicou uma grande carga emocional e uma exigência psicológica elevada, uma vez que a maior

parte delas correspondia a funções atípicas, para as quais ela não possuía formação específica, exceto aquela oferecida pelo sistema socioinstitucional. Isso incluiu fornecer apoio psicológico a seus subordinados ou ao pessoal do hospital. Tudo isso em um contexto de grande insegurança social, organizacional e familiar.

Outro elemento que se associou à carga emocional no trabalho teve a ver com o fato de que o trabalho de sua unidade precisava ser desenvolvido à distância, por meio de telas, o que não lhe permitia apreender completamente o estado de ânimo de sua equipe, transformando-se em uma nova fonte de desprazer: o "sofrimento ético" associado a não poder apoiar corretamente seus subordinados (Dejours, 2020).

Situações difíceis vividas no contexto do trabalho hospitalar durante a pandemia

As entrevistas contribuíram para a identificação de situações difíceis vividas em razão do cumprimento de seu trabalho. Isso significou um exercício de rememorar a experiência, distinguir e hierarquizar dentro de um conjunto de vivências até então não refletidas de maneira sistemática, o que foi um exercício revelador e comovente para a participante. Deve-se notar que sua participação nos "corredores terapêuticos" lhe permitiu se familiarizar com esse exercício de autoanálise, gerando então a capacidade de compreender melhor os determinantes de seu sofrimento e enfrentá-los de maneira ativa (Clot, 2020).

Para fins de sistematização da análise dos resultados das entrevistas, organizou-se esse conjunto de experiências em dois grandes grupos: aquelas que correspondem ao *âmbito pessoal* e as que correspondem ao *âmbito laboral*.

No primeiro, destaca-se dois planos:

No âmbito familiar:

- Separação forçada de sua filha: "As escolas pararam de funcionar e minha filha ficou sozinha em casa. Devido ao sistema de turnos, tive que deixá-la com meus pais durante períodos de 15 dias cada vez."
- Obrigada a dar apoio emocional ao seu parceiro: "Meu parceiro perdeu o trabalho por causa da pandemia. Desenvolveu sintomas depressivos relacionados ao isolamento e a inatividade."

No âmbito social:

- Isolamento social e emocional: "Viver com a incerteza constante de infectar minha família ou meus colegas fez com que nos afastássemos uns dos outros, parássemos de nos cumprimentar e evitássemos qualquer tipo de contato social ou emocional."
- Falta de reconhecimento social e sentimento de culpa: "Nunca usei meu acesso preferencial aos serviços públicos ou ao comércio. Tinha a sensação de que alguém poderia me dizer algo como: 'Você é médica? - Não, sou psicóloga, - então por que você está se aproveitando disso, se realmente não esteve com pessoas doentes de COVID?'"

Podemos observar que, no nível individual, a experiência vivida foi fortemente marcada pelos efeitos do sofrimento associados à exigências que, a partir de diferentes esferas da vida pessoal e familiar, constituíram uma carga emocional intensa e permanente, com desenvolvimento de angústia e sentimentos de culpa e solidão. Isso levou ao desenvolvimento de formas de “autoativação” que permitiram a essa profissional suportar a carga de trabalho, mas com um custo psicológico cumulativo importante (Maranda et al., 2014).

No plano familiar, o principal foi o abrupto isolamento social decorrente do distanciamento sanitário. Isso gerou um sofrimento intenso, que teve de ser vivido silenciosamente, pois seu lugar como mãe e como parceira a obrigou a ocupar o papel de sustentação emocional. Tudo isso em um contexto de incerteza e pânico pela ameaça

constante de contágio e morte de um ente querido devido ao seu trabalho.

No plano social, observamos como sua prática habitual foi afetada pelo isolamento, que modificou as dinâmicas de trabalho coletivo, afetando a convivência cotidiana e estabelecendo uma distância forçada, à qual foi necessário se habituar por um longo período de tempo. Nesse mesmo plano, é interessante observar como a profissional relata o sentimento de culpa associado aos supostos “privilégios” que sua função profissional lhe atribuía. Embora, por um lado, esse sentimento de culpa possa estar indicando uma “estratégia defensiva” que não pudemos abordar em profundidade nas entrevistas (Maranda et al., 2014; Dejours, 2021), pensamos que também existem fatores de ordem social que contribuem para sua manifestação. A ambiguidade institucional frente à relevância da função dos profissionais de saúde mental determinou que a sociedade não identificasse nem valorizasse suficientemente seu trabalho e não compreendesse que, junto às necessidades de prevenção do contágio, de acesso a alimentos e bens materiais, a saúde psicológica também representava uma prioridade. Por essa razão, a vivência psicológica dessa profissional adotou essa tonalidade culposa e ambígua.

No âmbito organizacional:

- Falta de reconhecimento: “Lembro que uma enfermeira me repreendeu dizendo ‘o que os psicólogos estavam fazendo... que tínhamos ido para casa, que deveríamos ter estado presentes e não estávamos’. Com o teletrabalho, não entendiam que era melhor para nós trabalharmos assim, e que continuaríamos trabalhando”.
- Ausência de reconhecimento institucional dos efeitos nocivos do trabalho e do aparecimento de transtornos mentais: “Em 2021, fui diagnosticada com transtorno de ansiedade generalizada e hipertireoidismo. No entanto, minha

licença está sendo questionada, já que minha doença não é considerada como ‘doença profissional’ pela instituição”.

- Falta de apoio e intimidação associada à burocracia institucional: “Lembro que no momento da avaliação (por telefone), me disseram: ‘Você acha que isso é pessoal ou profissional? Se eu dissesse profissional, o que eles diriam? Como explico tudo o que passamos? Como explico todo o desgaste que sofri? Não me sentia capaz de enfrentar um interrogatório... Preferia que não investigassem minha equipe, que a situação não piorasse. Não seria capaz de explicar, e porque isso não se entende...”

O primeiro elemento que se destaca no nível organizacional é o desconhecimento e a invalidação proferida por outros profissionais de saúde em relação à função dos profissionais de saúde mental. Isso está relacionado a um elemento anterior à pandemia: a falta de intercompreensão e validação da saúde mental no sistema de saúde, que corresponde a uma função secundária e estranha ao domínio dos cuidados médicos da saúde física. Isso foi agravado pelo fato de trabalhar remotamente, algo ressentido pelos trabalhadores da “linha de frente”.

Essa situação recaiu fortemente sobre a entrevistada, pois, como chefe de unidade, precisava enfrentar as queixas e ataques de outras unidades nas instâncias de coordenação, tendo que justificar e defender a função de sua equipe e as medidas tomadas para a realização de sua tarefa de atenção primária, devido às medidas sanitárias colocadas pelo sistema central. Por outro lado, isso invisibilizou a forte carga de trabalho realizada pelos psicólogos de saúde pública no suporte aos usuários dos serviços de saúde mental que viveram esse período isolados, com interrupção de seus tratamentos psicológicos e farmacológicos, razão pela qual sua angústia aumentou exponencialmente, agravando seus sintomas de angústia e a dependência do suporte psicológico oferecido pelo hospital.

Um fato vivido com um maior nível de angústia, e que significou um profundo mal-estar para a profissional, foi o descaso do hospital com os efeitos em sua saúde da sobrecarga de trabalho assumida nesse período. A instituição desconhece essa relação de determinação direta e, portanto, não cobre os custos associados à sua licença médica. Isso representa um prejuízo material e simbólico, que afetou emocionalmente a profissional, gerando um sentimento de injustiça por parte da instituição e uma perda de sentido do discurso público.

Outro elemento agravante dessa situação organizacional é o conhecimento prévio que ela tem do custo que representa para um funcionário a exigência de seu direito à cobertura institucional por problemas de saúde no trabalho. A política econômica neoliberal vigente no país faz com que seja frequente que aqueles que decidem se uma situação de saúde está relacionada ou não ao trabalho sejam organismos externos, corporações privadas que, por fim, determinam a admissibilidade de uma demanda de cobertura através da aplicação de protocolos de perícia, submetendo os funcionários a árduos interrogatórios para demonstrar de maneira inequívoca, através de testemunhos e outras provas, que sua situação está relacionada ao trabalho. Isso gera uma alta carga emocional pelo fato de buscar testemunhas entre seus colegas, que são forçados a prestar depoimentos, expondo-se a serem desacreditados, pois predomina a desconfiança institucional em relação à veracidade da demanda. Tudo isso leva a profissional a desistir de sua demanda e a ficar sem cobertura de saúde, tendo que arcar sozinha com os custos de seu tratamento.

Efeitos sobre a saúde pessoal e o desenvolvimento da carreira profissional

Com relação aos efeitos na saúde mental vividos pela profissional devido à sua atividade profissional, a descrição revela a progressiva

deterioração de sua saúde associada à exigência psicológica de cumprir sua tarefa.

Desenvolvimento de ansiedade generalizada com sintomas depressivos:

- Angústia psicológica elevada: "Eu ficava aterrorizada de voltar a trabalhar lá... tudo estava escuro, ao dirigir meu carro, me imaginava como se uma tempestade comesse".
- Incerteza e medo de morrer: "Tive que contratar um seguro de vida, que durava até 31 de dezembro. Se você morresse de COVID, davam 7 milhões para a família, e você tinha que deixar um beneficiário. O medo constante de morrer, o que aconteceria com sua família, o que aconteceria com minha filha".
- Labilidade generalizada que afeta todas as esferas da vida pessoal: "À noite, eu acordava chorando e começava a fumar, não queria voltar para casa... ficava irritável".
- Desenvolvimento de crises de pânico e impossibilidade de continuar com o desenvolvimento de seu trabalho: "Já fazia quinze dias que eu estava muito suada, muito ansiosa, me sentia estranha, tive que parar, e quase tive um ataque (de pânico), tentei me acalmar, e disse a mim mesma que isso era a última coisa que eu esperava".

Desenvolvimento de uma doença crônica:

- Desenvolvimento de uma doença crônica de caráter psicossomático: "Comecei a tomar medicação para controlar meu hipertireoidismo. Agora sou de hipotireoidismo e tenho que tomar remédios".

A descrição dos efeitos na saúde da profissional revela o caráter massivo e incapacitante da sintomatologia que a afetou nesse período. O desgaste produzido pelas estratégias defensivas e pela autoativação levou a profissional a um colapso emocional que transbordou em todas as esferas de sua vida pessoal e profissional. Impressiona que o

transbordamento emocional se produza em momentos de solidão, quando a resistência psicológica parece ceder, gerando o transbordamento emocional. As ideias catastróficas e de morte predominam, levando a profissional a um profundo sentimento de vulnerabilidade e pânico. O ponto culminante dessa série de efeitos acumulativos e progressivos chega no momento em que se desenvolve uma doença psicossomática grave de caráter crônico, o que evidencia a resposta corporal frente à exigência psicológica, produzindo o que Dejours denominou a "subversão libidinal" (Dejours, 2021).

Essa situação pessoal, marcada pela sintomatologia psicossomática e pela carga emocional, leva a profissional a iniciar um tratamento psicoterapêutico e psiquiátrico, frente à impotência de continuar sustentando seu trabalho. O desfecho de sua situação é a obrigatoria "baixa" ou licença médica, e finalmente a renúncia ao seu trabalho no final de 2021, após vinte meses de trabalho no contexto da pandemia. Essa decisão significa assumir a quebra de sua trajetória profissional, encerrando sua carreira que, até aquele momento, vinha em uma linha ascendente, com um desenvolvimento destacado no sistema de saúde local. Em definitivo, a renúncia ao seu cargo também significa a renúncia a seu projeto profissional e à reformulação de sua vida pessoal. Luto que deve viver em solidão, afastada da instituição, em seus espaços de apoio psicoterapêutico.

Realizações profissionais destacadas desenvolvidas no cumprimento de sua função

- “Não sei se teria conseguido fazer outra coisa, eles não estavam conscientes da relevância dessa parte do trabalho (saúde mental), depois foram criadas muitas políticas, (...)”
- “Eu levei a bandeira do nosso projeto, e daí surgiram muitas ideias, contrataram psicólogos do departamento para contribuir com a rede de

outras cidades, para que todos pudéssemos trabalhar adequadamente e não recaísse toda a responsabilidade nos psicólogos de saúde mental.”

- “Em relação à qualidade de vida do pessoal, pude acompanhar os trabalhadores que estavam de licença, é bom que nos chamem, que façam um acompanhamento, como eu fiz, que se sentem conosco.”

Outra dimensão da experiência profissional abordada na entrevista correspondeu às ações mais destacadas da profissional no cumprimento de suas funções. O objetivo desta seção foi demonstrar parte do trabalho real desenvolvido pelos profissionais da saúde, que não tiveram ressonância ou reconhecimento além da esfera mais restrita de seu fazer profissional.

Uma das realizações mais valorizadas pela profissional foi a contribuição para evidenciar a relevância da função cumprida pelos profissionais da saúde mental na situação de pandemia. Até antes da pandemia, grande parte da organização composta por outras especialidades e pelo sindicato de trabalhadores da saúde questionava o verdadeiro valor da saúde mental na organização, desvalorizando o trabalho dos profissionais dessa área. Isso significou fortes divergências de critérios no momento de colaborar na reorganização do trabalho em contexto de pandemia, obrigando a profissional a desenvolver uma atividade de "advocacy" ou defesa de sua função e da sua unidade (Viviers et al., 2021).

Por outro lado, durante a entrevista a profissional reconhece com orgulho como sua intervenção contribuiu para que a instituição implementasse instâncias centradas na saúde mental dos trabalhadores do hospital, levando em conta muitos dos argumentos sustentados por ela nesse período. Hoje, existe uma unidade de cuidados de saúde mental exercida por profissionais contratados especialmente para isso, evitando o desdobramento de funções dos profissionais de saúde

mental, que podem dedicar seu trabalho a usuários externos e contar com apoio para demandas de saúde mental.

Outro elemento que a profissional sente satisfação de ter cumprido foi liderar um trabalho de acompanhamento e apoio aos profissionais e trabalhadores da saúde durante suas licenças médicas no período da pandemia. Ela considera que foi de grande importância oferecer esse apoio a seus colegas para uma pronta recuperação, questão reconhecida pelos próprios trabalhadores. O paradoxo dessa situação é que ela não recebeu esse apoio por parte da organização hospitalar, tendo que enfrentar de maneira individual suas necessidades pessoais de saúde.

Reflexões sobre a problemática da saúde mental dos profissionais de saúde mental em contexto de pandemia

Uma última dimensão abordada na entrevista foram as reflexões que surgem em torno da experiência vivida, contribuindo para o desenvolvimento da consciência do trabalho realizado e reforçando o desenvolvimento do seu "poder de agir" (Clot, 2020).

- Sobre o reconhecimento no trabalho: “Acredito que fiz bem (...), além disso, colegas mais próximos mencionaram que sentiam minha falta, lamentavam minha ausência e desejavam estar comigo... vejo uma enfermeira que me tranquiliza, me acalma... estamos fazendo algo, realizamos muitas coisas”.
- Desconhecimento da função social e da atividade real desenvolvida pelos profissionais de saúde mental: “Não houve reforço para nós, ninguém reconhece a importância, talvez nesta geração esteja mais consolidado... não podemos compreender, pois não estamos realizando algo tangível, isso é discutido entre nós, as pessoas têm dificuldade em entender isso. [...] Prefiro ignorar isso, se não me enche de raiva, me sinto desvalorizada, sou uma agente, assumo a saúde mental, me sinto desvalorizada, é melhor não explicar”.
- Ausência de uma política preventiva de saúde ocupacional como problema estrutural, histórico e cultural: “(o problema) já existia antes, quando a

pandemia chegou, não havia medidas a serem tomadas, a forma de trabalho era muito delicada... se houvesse uma política, a pandemia teria sido gerida de outra forma, teria havido menos danos, antes era uma negligência total em muitas coisas, não havia cuidado, tivemos que reaprender, não sei se poderia ter sido diferente...”

- A importância de se deixar registrada a experiência laboral: “Gostei muito da entrevista, através dela poderemos visibilizar aspectos importantes, gosto de discutir isso, mesmo que eu chore e tudo mais, não será em vão, mostrar o que passamos, de alguma forma seremos uma voz, muitas experiências não serão em vão (chorando)”.

“Me sinto muito mais forte, tomei a decisão de sair, o que foi difícil, e de me reconstruir, e espero que muitas pessoas possam fazer o mesmo (...)”

Uma das primeiras reflexões aborda a valorização do reconhecimento no trabalho por parte de seus colegas. A profissional aprecia o reconhecimento recebido de seus colegas, incluindo aqueles de outras unidades, com quem compartilhou momentos de tensão e divergências de opinião. Isso a reconforta e permite que ela valorize seu próprio trabalho. Os efeitos positivos desse reconhecimento horizontal são significativos para a profissional, fortalecendo sua identidade profissional para além de sua demissão e da quebra em sua trajetória profissional. O valor subjetivo desse reconhecimento pode ser entendido a partir das ideias de C. Dejours, que o considera como o reconhecimento da beleza do trabalho, dado por colegas que conhecem as exigências reais do trabalho (Dejours, 2016).

Em contrapartida, outro aspecto relevante nessas reflexões é a falta de reconhecimento por parte da instituição. Trata-se do reconhecimento do trabalho real e do custo pessoal que isso implicou. O fato de a instituição não ter reconhecido a relação entre os problemas de saúde desenvolvidos e o trabalho realizado leva a profissional a

concluir que sua dedicação, comprometimento e o valor de seu trabalho não foram valorizados pela organização.

Um terceiro ponto que surge dessas reflexões tem a ver com a constatação da ausência de políticas de prevenção em saúde mental direcionadas aos trabalhadores dessa área. A profissional destaca que a pandemia simplesmente destacou a histórica falta de uma política preventiva, levando-a a acreditar que, com uma visão mais coerente com o próprio modelo de saúde mental comunitária do sistema sanitário chileno, os impactos para os trabalhadores teriam sido atenuados.

Por fim, em relação ao ponto anterior, a profissional enfatiza a importância de testemunhar e registrar a experiência vivida através da entrevista realizada, para que sirva como base no fortalecimento de políticas destinadas a prevenir os problemas de saúde pública dos trabalhadores, exacerbados pela pandemia, mas com raízes históricas e estruturais profundas.

Da falta de políticas de saúde adequadas às exigências do trabalho na saúde pública à importância da implementação de dispositivos de prevenção em saúde mental no trabalho

A pesquisa realizada evidencia uma relação assimétrica entre as unidades de saúde, destacando a saúde mental como uma área frequentemente mal compreendida quanto à sua contribuição para o conjunto das atividades hospitalares. A pandemia colocou em evidência o fato que algumas chefias de outras unidades médicas e de enfermagem desconhecem a função da saúde mental e questionam sua maneira de organizar o trabalho, revelando uma falta de articulação consistente da saúde mental com as demais unidades hospitalares. Isso representou mais um fator de desgaste profissional para a chefe da unidade de saúde

mental, que teve que justificar sua função perante outras unidades e representantes sindicais.

Outro aspecto revelado durante a pandemia no contexto da saúde chilena foi a frágil e inconsistente política de prevenção primária em saúde no trabalho, especialmente em saúde mental. Em março de 2020, não havia diretrizes claras sobre como organizar o trabalho para responder às demandas externas e internas. Os hospitais tiveram que improvisar sem treinamento prévio, criando formas específicas de organização de pessoal. No caso analisado, a profissional entrevistada destaca essa ausência de uma política preventiva anterior, o que obrigou os profissionais a redobrar esforços e assumir múltiplas funções, sem um suporte adequado para lidar com a sobrecarga de trabalho.

O mesmo se aplica às políticas de prevenção secundária e terciária no âmbito sanitário. O caso examinado revela uma estrutura organizacional fraca para apoiar a mitigação e a recuperação da saúde dos profissionais afetados. O acompanhamento e apoio remoto aos trabalhadores de licença foram insuficientes para os profissionais de saúde mental, submetidos a uma intensa carga emocional durante este período. A entrevistada liderou e participou desse apoio aos funcionários de saúde, mas não recebeu apoio em termos de prevenção primária e secundária para sua unidade de saúde mental.

Quanto à resposta institucional à sua situação, quando se viu obrigada a recorrer à sua licença médica, evidenciou-se o efeito iatrogênico da política institucional de apoio às licenças médicas por problemas de saúde mental no trabalho. Isso forçou a profissional a desistir de sua demanda de indenização, devido ao não reconhecimento da relação entre suas condições de saúde e o trabalho, impondo-lhe um pesado processo burocrático no qual a trabalhadora foi colocada em dúvida e obrigada a solicitar ao Estado, apresentando provas

contundentes que indicasse que seu estado de saúde era devido a uma sobrecarga evidente no trabalho.

A resposta institucional parece se encaixar em um modelo de gestão pública onde não há prioridade na proteção ao bem-estar dos trabalhadores públicos, prevalecendo uma lógica "gerencialista" de responsabilização individual e uma relação mercantilizada com a cobertura de saúde dos próprios trabalhadores da saúde. O resultado é o abandono do trabalhador afetado pela organização do trabalho diante dos efeitos desse trabalho. O conteúdo da entrevista nos permite inferir o impacto de um "traumatismo secundário" que a profissional experimentou, devido à sensação de injustiça pela resposta desigual do Estado como empregador, e ao luto pela quebra de sua trajetória profissional.

No que diz respeito ao reconhecimento social, a entrevistada destaca que os funcionários públicos "não trabalham esperando reconhecimento, que isso faz parte de sua função". Isso reflete o que Dejours denominou como "ideologias defensivas" (Dejours, 2013), que correspondem à institucionalização de estratégias de defesa diante do sofrimento causado pela falta de reconhecimento do trabalho dos profissionais de saúde.

Outro problema destacado é a falta de valorização da "contribuição real" dos profissionais de saúde para a resposta da instituição sanitária. A profissional entrevistada relata como teve que assumir uma série de funções extraordinárias, que a obrigaram desenvolver ao máximo sua capacidade de adaptação às novas exigências. Essa situação estimulou o desenvolvimento de soluções inovadoras e eficazes que permitiram à organização responder às exigências da pandemia. O desenvolvimento do "poder de agir" (Clot & Simonet, 2015), em termos de criatividade e inovação para enfrentar múltiplos desafios, resultou em

transformações necessárias à organização do trabalho e no desenvolvimento de novas estratégias de serviço operacionalizadas por esses profissionais, um conhecimento e capacidade que se perdem em grande parte com sua saída, sem esforços para reter ou recuperar. Embora, no caso analisado, a profissional relate como sua contribuição alimentou o desenvolvimento de ajustes e mudanças na política interna e local, ela percebe que foi descartada sem reconhecimento nem valorização do conhecimento desenvolvido, tampouco do custo subjetivo que isso representou para ela. O mesmo ocorreu com outros colegas, que também optaram por abandonar o sistema público.

Conclusão

Em relação à complexidade da interação entre o trabalho contemporâneo e a subjetividade, o caso analisado destaca certas problemáticas institucionais relevantes. Primeiramente, observa-se uma contradição fundamental nas políticas de trabalho atuais no âmbito da saúde. Apesar de o Chile ter implementado um modelo de saúde mental comunitária há aproximadamente 40 anos, não existe uma política coerente de prevenção de problemas de saúde mental no ambiente de trabalho, inclusive dentro do próprio sistema de saúde pública. Durante a pandemia de COVID-19, isso se traduziu em cada unidade hospitalar improvisando estratégias para proteger a saúde de seu pessoal médico, para evitar uma escassez de pessoal em meio à crise. A falta de um plano centralizado de prevenção para os trabalhadores ficou evidente, deixando-os enfrentando suas tarefas em um ambiente confuso e sem as garantias necessárias para realizar seu trabalho de forma adequada. A única medida centralizada foi a implementação de um seguro de vida por morte, o que exacerbou ainda mais a angústia dos

trabalhadores. Isso levanta questão sobre quais medidas de prevenção e cuidado realmente existem para os trabalhadores da saúde.

Um segundo aspecto reforça essa primeira contradição. A narrativa da profissional ilustra como ela e sua equipe responderam à crise, demonstrando um alto nível de profissionalismo e dedicação para criar novas formas mais eficazes de lidar com a emergência. No entanto, apesar do valioso esforço realizado, não houve reconhecimento nem sistematização da inventividade e adaptabilidade organizacional e técnica demonstrada por esses profissionais. A falta de reconhecimento pelo sistema burocrático evidencia sua incapacidade de se adaptar e valorizar o verdadeiro potencial interno de desenvolvimento.

Ainda mais preocupante é a disparidade entre o compromisso dos trabalhadores e a resposta do Estado às consequências na saúde e na carreira desses profissionais afetados pelos efeitos adversos do trabalho. Muitos deles foram forçados a enfrentar sozinhos os custos associados a esses efeitos negativos, o que gerou uma ruptura no laço social e institucional entre o trabalhador e seu empregador, depois de terem cumprido com seu dever. Isso evidencia o baixo valor atribuído ao trabalhador no contexto das políticas trabalhistas contemporâneas. A falta de responsabilidade do Estado com o bem-estar de seus trabalhadores, derivada de políticas que externalizam a cobertura de saúde, faz parte de um modelo de precarização do trabalho e mercantilização da relação entre o trabalhador público e o sistema estatal. Há uma relação contraditória entre o discurso público do compromisso com o "serviço público" e o bem-estar social, e a resposta do Estado ao bem-estar dos funcionários públicos, que se tornam parte da "clientela", como no contexto da gestão privada.

Para concluir, torna-se evidente que, no contexto das transformações atuais do mundo do trabalho, a dinâmica entre o

indivíduo empregado e o Estado reflete uma clara tendência em direção a modalidades laborais precárias. Neste cenário, o conceito de "trabalhador social" é percebido como descartável, obrigado a assumir individualmente os custos derivados dos impactos subjetivos do trabalho, o que exerce uma influência negativa significativa sobre o tecido social do emprego. A subjetividade do trabalhador público é afetada pela falta de conexão com a instituição, pela exploração excessiva e pela fragmentação da identidade de um empregado abandonado à sua sorte, relegado unicamente à sua capacidade de trabalho, enquanto seu potencial criativo e transformador é subestimado e negligenciado.

Referências

- Balboa, M.; Alvial, W.; Ramenzoni, R. Cuevas, M.; Zuleta, P.; Agurto, P. (2022). Hospitales en transformación: transformaciones de la organización del trabajo en hospitales chilenos en contexto de pandemia covid-19. En Pablo Cea (comp.) *Trabajo y Organizaciones en transformación*. RiL editores, Santiago, Chile. (p. 151-182)
- Clot, Y. (2020). Éthique et travail collectif. Controverses. *Èrès*.
- Clot, Y., & Simonet, P. (2015). Pouvoirs d'agir et marges de manœuvre. *Le travail humain*, 78(1), 31- 52.
- Dejours, C. (2016). La méthodologie en psychopathologie du travail. *Travailler*, (1), 125-144.F
- Dejours, C. (2020). Travail, précarisation et subjectivité. *Travailler*, (2), 195-214.
- Dejours, C. (2021). L'énigme psychosomatique: essai de conceptualisation. *Revue française de psychosomatique*, (2), 65-84.
- Díaz, A. (2023). Síndrome del burnout: ¿Cómo ha afectado al personal de enfermería tras la pandemia del Covid-19? *Relaciones laborales y recursos humanos*, (2), 01-34.

- Duro, J.C.; Ibanez, M.L.; López, I.; Vignale, R. (1990). Dispositivos grupales en salud mental comunitaria. In: A. Bauleo, J.C. Duro, R. Vignale *La concepción operativa de grupo*. pp. 37-78. Asociación española de neuropsiquiatria.
- Gaulejac, V. D., & Laroche, D. (2020). Sociologie clinique et santé mentale. *Sociedade e Estado*, 35, 19-38.
- Gauthier, C., Fournier, G., & Almudever, B. (2016). Genèse et significations des conduites d'hypertravail: enjeux de personnalisation. *Nouvelle revue de psychosociologie*, 22(2), 35-50.
- Gernet, I. (2021). Approche clinique et psychopathologique du burn out: discussion à partir de la psychodynamique du travail. *L'Évolution Psychiatrique*, 86(1), 119-130.
- Hess, R. (2016). L'analyse institutionnelle, une sociologie d'intervention: socianalyse et analyse interne. Dans L. Negura, *L'intervention en sciences humaines: l'importance des représentations*. Presses de l'Université Laval. (p. 129-144)
- Jaillon, d., Linhart, d., & Martuccelli, d. (2022). Places et rôles des sociologues dans l'accompagnement professionnel du sujet au travail.
- Leplat, J. (2002). De l'étude de cas à l'analyse de l'activité. *Perspectives interdisciplinaires sur le travail et la santé*, (4-2).
- Masó, J. R. H., & Ferrer, R. L. (2024). Impactos psicológicos y emocionales de la COVID-19 en la salud mental de trabajadores de la salud. *Revista Española de Educación Médica*, 5(1).
- Mercure, D. (2020). Les transformations contemporaines du rapport au travail. Presses de l'université Laval, Québec.
- OMS (2023). Les résultats d'une nouvelle enquête montrent que les systèmes de santé sont sur la voie du relèvement après la pandémie. Disponible em: <https://www.who.int/fr/news/item/02-05-2023-new-survey-results-show-health-systems-starting-to-recover-from-pandemic>
- ONU (2021). Las muertes por COVID-19 sumarían 15 millones entre 2020 y 2021. Disponible em: <https://www.un.org/es/desa/las-muertes-por-covid-19-sumar%C3%ADan-15-millones-entre-2020-y-2021>

PAHO (2020). The mental health of health workers during the COVID-19 pandemic. <https://www.paho.org/en/disasters-newsletter-no131-mental-health-health-workers-during-covid-19-pandemic>

Rhéaume, J., Maranda, M. F., Deslauriers, J. S., St-Arnaud, L., & Trudel, L. (2008). Action syndicale, démocratie et santé mentale au travail 1. *Nouvelles pratiques sociales*, 20(2), 82-110.

Saavedra Soto, M. C. (2023). *Efectos de la pandemia en la salud mental: el caso de Chile*. Tesis de Magíster en Economía. URI: <https://repositorio.uchile.cl/handle/2250/193032>

Stecher, A. (2014). El campo de investigación sobre transformaciones del trabajo, identidades y subjetividad en la modernidad contemporánea. Apuntes desde Chile y América Latina. In: A. Stecher & L. Godoy (Eds.). *Transformaciones del trabajo, subjetividad e identidades, lecturas psicosociales desde Chile y América Latina*. pp.19-76. Santiago: RIL editores.

Toro-Devia, O., Solis-Araya, C., Soto-Brandt, G., Sepúlveda-Queipul, C., Pino, P., Loyola, F., ... & Alvarado-Muñoz, R. (2023). Adverse sequelae of the COVID-19 pandemic on mental health services in Chile. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 47.

Viviers, S., Dionne, P., & Supeno, E. (2021). Guidance counsellors' work as a transformative activity: supporting social justice through advocacy. *British Journal of Guidance & Counselling*, 1-16. doi: <https://doi.org/10.1080/03069885.2021.1946010>

EIXO 2
GERENCIALISMO E TRABALHO

4

GERENCIALISMO E SUAS IMPLICAÇÕES NOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NO TRABALHO

Gabriela Araújo Fornari ¹

Introdução

Este capítulo nasce de discussões e provocações da disciplina “*Modos de Subjetivação e Saúde no Mundo do Trabalho Contemporâneo: da compreensão à ação*”, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPI) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Durante o transcorrer das aulas, propusemo-nos – estudantes e professores – a pensar sobre as lógicas do trabalho e suas implicações na constituição do sujeito e da sociedade.

A visão que adotaremos sobre o trabalho será aquela desenvolvida pelo filósofo Jean-Paul Sartre, e desenvolvida especialmente na obra *Crítica da Razão Dialética*, de 1960. Portanto, a primeira seção deste trabalho será destinada a apresentar a ideia de trabalho em articulação com as noções de escassez e de necessidade – apreensões do campo sociológico propostas por Sartre.

Para pensarmos sobre a forma de trabalho contemporânea, na segunda seção recorreremos também aos estudos da sociologia clínica, tendo como foco de reflexão e debate o modelo *gerencialista* do trabalho, que surge em meados de 1960. Essa forma de gestão representa

¹ Doutoranda em Psicologia no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá, com parte da pesquisa financiada pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, promovido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Edital nº 44/2022. Mestre em Psicologia pelo mesmo Programa em que desenvolve o doutorado. Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná Campus Toledo. Pesquisadora no Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisa em Psicologia, Fenomenologia e Existencialismo da Universidade Estadual de Maringá.

fortemente a lógica de mercado que domina os ambientes de trabalho, com o qual o sujeito se relaciona e se constitui. Partimos do entendimento de que essa lógica mascara, na vivência das pessoas, a função do trabalho, na medida em que exalta seu comprometimento com o emprego, colocando essa esfera da vida como primordial em detrimento das demais, como a relação familiar e comunitária, os planos pessoais, etc. Essa racionalidade implica, ainda, na saúde mental de cada um que existe em meio a uma lógica de extrema produtividade.

Na sequência do texto, buscaremos caracterizar o gerencialismo e posteriormente como esse modelo de gestão implica no processo de subjetivação e na saúde mental dos(as) trabalhadores. Entendemos o sujeito que trabalha como um Ser histórico, social e complexo, que se constrói na relação com a materialidade e com a sociedade já existente, na medida em que a compõe, sendo sua subjetivação indissociável do ambiente do trabalho.

Tratando-se de uma exploração teórica com vista a produzir reflexões e veiculá-las a pessoas interessadas no tema, entre elas aquelas da área da Psicologia, como a autora deste estudo, ao final do capítulo apresentaremos algumas apreensões sobre a centralidade do trabalho na vida humana e as possibilidades de ação da Psicologia nesse contexto.

Breves considerações sobre o campo material e o trabalho

Antes de adentrarmos à noção de trabalho para Sartre, convém situarmos a ideia de sujeito que estamos adotando, também advinda do existencialismo. Compreendemos que o indivíduo é lançado ao mundo sem determinismos prévios sobre seu Ser, tendo que construí-lo no decorrer de sua existência. O entendimento dessa indeterminação do

Ser culmina na noção de liberdade, cara à essa filosofia, que ressalta que a liberdade é vivida em *situação*. Isso quer dizer que o sujeito se escolhe em relação à realidade dada, como o contexto histórico, social e econômico no qual vive, assim como a partir das relações interpessoais que engendra.

Nesse sentido, para compreendermos o campo concreto com o qual o sujeito se relaciona e se constrói (na mesma medida em que participa na manutenção ou modificação dessa realidade), recorreremos às ideias sociológicas, antropológicas e históricas que Sartre apresenta na obra *Crítica da Razão Dialética* (2002), publicada originalmente em 1960. Nessa obra, o campo material é caracterizado especialmente pelas noções de *escassez material*, sendo esse um elemento importante para a constituição do sujeito e dos grupos.

Como *escassez*, o filósofo menciona a existência em quantidade insuficiente de recursos naturais para toda a população em determinado campo social, ou a distribuição desigual que faz produzir a *escassez* para uma parcela da população; a *matéria*, ressalta, é compreendida como inumana e inorgânica, regida pelas leis de exterioridade. Partindo dessa perspectiva, toda ação humana é uma ação obstinada contra a *escassez* de recursos – a *escassez* se torna um *meio* pelo qual as relações sociais ocorrem, causando uma tensão perpétua entre indivíduo e natureza. Dessa forma, a *práxis* dos sujeitos ocorre na medida em que estes interiorizam sua condição de *escassez* e, na tentativa de superá-la, agem sobre ela – *escassez* e *matéria* passam a fundamentar a possibilidade da história humana.

Assim, entendemos que, num cenário coletivo, o consumo de certo produto por determinado grupo retira a possibilidade de consumo desse mesmo objeto por parte de outro. Diante disso, Sartre (2002) observa que cada sociedade demarca os limites da *escassez*, definindo quais

grupos de pessoas são designados com a possibilidade ou com a impossibilidade de consumo de determinados bens. Além disso, ao compreender a escassez enquanto possibilidade de aniquilação do sujeito, este é levado a designar o outro (ou um outro grupo) como não-consumidores desse mesmo bem, para assim assegurar seu acesso a um bem designado e, assim, sua sobrevivência.

Essa, então, se torna uma das características das sociedades capitalistas: a delimitação de um grupo dominante, e a demarcação daqueles que não são possuidores de bens. Esse modelo econômico se baseia na propriedade privada, no acúmulo de riquezas e no lucro, sendo exigida uma divisão do trabalho, como aponta Sartre (2002). Os não-possuidores de bens (proletariado) vendem sua força de trabalho e recebem um salário em troca, enquanto os possuidores são intitulados capitalistas – vale frisar que a distribuição de renda, em geral, está sob o domínio dos “chefes”, dos donos da empresa, indústria, etc.

Todos os grupos agem na direção de saciar suas *necessidades* – o que, por sua vez, configura-se como a apreensão individual da escassez –, as mais imediatas como de alimentação e moradia, ou aquelas produzidas, como a troca de um smartphone para um mais tecnológico. Para Sartre (2002), as necessidades do sujeito são infinitas, pois ele mesmo a produz em sua história individual, assim como o movimento coletivo cria novos produtos, regras, inovações e com eles novas necessidades. “Com efeito, o homem produz sua vida no meio de outros homens que a produzem também (ou que a fazem produzir por outros), isto é, no campo social da escassez” (p. 248).

Portanto, o *trabalho*, dentro da perspectiva existencialista, contempla uma *práxis* realizada pelos indivíduos para sanar suas necessidades. A lógica que constrói as determinações dentro das organizações de trabalho é produzida pelos grupos soberanos, ou seja,

por aquelas pessoas que detêm mais bens do que as demais, e estão numa posição que os permite decidir sobre tais determinações.

Caracterização do gerencialismo

Gaulejac e Mercier (2012), expressivos pesquisadores das relações de trabalho, apontam o *gerencialismo* como uma lógica organizacional que se utiliza de premissas como neutralidade, urgência, controle e objetividade, para atingir resultados maiores e mais rapidamente para a empresa. Essa forma de gestão será apresentada como expressão da maneira como o trabalho tem sido abordado por gestores(as) e trabalhadores(as) na contemporaneidade.

Na área das Ciências Humanas encontramos o termo *gerencialismo* em referência a um processo político-econômico que emerge dos anos 70, a *Nova Gestão Pública*. Na década de 70, a Inglaterra passou por uma crise econômica, levando o Governo, economistas e demais componentes desse grupo de poder a investigarem novas formas de gestão dos gastos públicos que proporcionariam também um aumento da lucratividade do capital. Nesse contexto, Massenet foi o primeiro a utilizar o termo *New Public Management*, em 1975, ao estabelecer uma crítica à administração pública burocrática. Nesse segmento, o termo foi difundido na literatura em suas variantes, como *Gerencialismo*, *Novo Gerencialismo*, *Nova Gerência Pública*, *Gerência Baseada no Desempenho* ou *Reforma Gerencial*, entre outros.

Em poucas palavras, esse termo designa uma série de reformas governamentais adotadas por diferentes países com o objetivo de superar a burocracia estatal, utilizando para tanto a implementação de uma nova forma de gestão e de cultura nas organizações do serviço público, ao passo que identificavam os usuários como clientes, assim

como as empresas privadas. Os Governos visavam a diminuição dos gastos com o serviço público a partir do aumento dos resultados dos(as) trabalhadores(as) desse setor e do estabelecimento de um conjunto de procedimentos flexíveis e menos normatizados em comparação ao burocrático.

Souza (2016) aproxima o gerencialismo com o neoliberalismo implantado pelo Governo Margaret Thatcher, enquanto Ministra da Inglaterra entre 1979 e 1990, e por Ronald Reagan, Presidente dos Estados Unidos da América entre 1981 e 1989. O sociólogo observa que, a partir desse momento, essa forma de gestão passou a ser estimada pelas pessoas que apoiavam/apoiam a ideologia neoliberal, na medida em que escancara a burocracia do Estado com negatividade, respaldando assim a defesa pela diminuição das responsabilidades deste.

Nesse sentido, Newman e Clarke (2012) afirmam que o gerencialismo se constitui como uma *série de discursos superpostos* sobre como gerir e o quê gerir, mas em comum enfocam *liderança, estratégia, qualidade* e demais características que sustentem a propagação e a manutenção da ideologia apresentada. Além disso, os autores indicam a gerencialização como uma criação de *formas de gerir* e de *gestores*.

Resgatemos o que se trata a própria ideia de *gestão*. Gaulejac (2007) afirma que a “gestão é, definitivamente, um sistema de organização de poder” (p. 36). Ela se configura como um conjunto de técnicas, destinadas a melhorar o funcionamento das organizações, atuando de forma operatória nos seguintes segmentos: práticas de direção da empresa, discursos sobre como organizar a produção (funcionários(as), espaço e tempo), decisões sobre as técnicas e os processos que ditarão o funcionamento da empresa. Portanto, o gerencialismo, por ser uma

forma de gestão, é uma das formas através da qual se exercer o poder em determinada empresa ou organização.

Em termos existencialistas, podemos entender que a gestão é uma maneira de um grupo soberano (composto por gestores, donos de empresas, etc.) definir as determinações e as possibilidades de ação daqueles que lhes são submissos. As pessoas que fazem parte do primeiro grupo têm a oportunidade de transpor seus projetos, ou o projeto da empresa, acima dos projetos individuais dos sujeitos; são elas quem definem a forma de trabalho dos demais, incentivando ou exaltando inclusive algumas personalidades em detrimento de outras. Essa dialética incide diretamente sobre a vivência concreta e a subjetivação dos indivíduos, como veremos na seção seguinte.

Nos anos que se seguiram, Newman e Clark (2012) observaram um aumento da parceria público-privada, da terceirização como meio para reduzir custos, do incentivo público às organizações privadas que, por sua vez, deveriam certificar seu *bom desempenho*.

Gerencialismo, contemporaneidade e processos de subjetivação

Em vias de compreender a interação entre organização e sujeito, é necessário considerarmos ambos como engendrados historicamente por uma ação humana conjunta. Sartre (2002) resgata a problemática da compreensão inerte da ideia de “empresa” ou “organização”: na realidade, estas são produzidas por grupos de pessoas que agem em direção a um objetivo, e compará-las a uma máquina implica na perda da dimensão histórica e antropológica desse processo contínuo, contraditório e dialético.

Em direção ao aumento do acúmulo de riquezas, especialmente após a crise norte-americana de 2008, houve o avanço do modelo

gerencialista de gestão das empresas. Newman e Clarke (2012) observam que, partindo deste momento e com a adoção deste modelo de gestão, o privilégio das organizações passa a se atrelar ainda mais ao aumento dos lucros em função do aumento da produtividade que, por sua vez, deve ser alcançada através do trabalho intensificado dos trabalhadores.

Coadunando à urgência e ao imediatismo, característicos também à contemporaneidade, a partir deste momento não basta que o trabalhador faça seu trabalho, ele passa a ser exigido à excelência e à alta performance. Viana Braz (2021) aponta que o trabalhador é cobrado pelo especialismo técnico e por características individuais como flexibilidade, reação, paixão pelo risco. O desempenho é individualizado, a corrida do mérito se acirra, ao passo que o sujeito possui metas exorbitantes e deve dar conta delas independentemente da estrutura fornecida pela organização ou dos demais trabalhadores – que aqui passam a ser concorrentes na luta por “lugares”.

Visando aumentar o engajamento do trabalhador, Byung-Chul Han (2017) indica que, na pós-modernidade, há uma distorção da ideia de responsabilidade sobre si, pois esta autorrealização se baseia na meritocracia e transcorre na impressão de uma liberdade ilimitada sobre as próprias ações e condições do sujeito. Viana Braz (2021) reforça que essa ideia está atravessada pela lógica do utilitarismo, do funcionalismo e do instrumentalismo, ao passo que se espera que o trabalhador produza cada vez mais, com cada vez menos recursos e no menor tempo, munido de sua vontade própria e autodeterminação.

Barroca (2012) remete aos estudos de Gaulejac e Mercier, apontando para o empenho contemporâneo na mobilização psíquica dos trabalhadores para que estes interiorizem o ideal empreendedor, buscando fazê-los acreditar que o alcance de sua ascensão econômica está atrelado exclusivamente ao seu esforço e ao comprometimento

com a organização. Castro e Zanelli (2012) partilham dessa visão, elucidando a exigência das organizações sobre uma personalidade que se modifica para aderir aos valores da empresa, agindo de acordo com o ideal prezado pela instituição e não necessariamente por sua história pessoal.

Com a morfologia do trabalho apresentada até agora, combinada às características da pós-modernidade, tem-se cada vez mais urgência na obtenção de resultados cada vez maiores, intensificada pela compressão do espaço e do tempo. Essa configuração induz à exacerbação da competição, a concorrência com aqueles que estão na mesma faixa hierárquica, a naturalização do estresse, da agressividade e da rivalidade, ressalta Viana Braz (2021).

Nesse cenário, há um enfraquecimento das relações sociais e coletivas, uma dificuldade de vinculação profunda entre os sujeitos, em função da adaptação e da subordinação de cada um e de todos aos ideais promovidos pelas organizações e propagados coletivamente, afirmam Castro e Zanelli (2012). Nesse sentido, Gaulejac e Mercier (2012) percebem que “a excelência acaba por produzir exclusão, pois a competitividade induz a luta por lugares gerando perdas e individualidade” (p. 1).

Além da individualização dentro da organização, a alta exigência de performance acaba invadindo a vida pessoal do trabalhador. Castro e Zanelli (2012) acreditam que, conforme o sujeito se envolve e se aprofunda nesse processo de busca pela excelência (ideal organizacional), ele tende a relegar ao plano secundário as dimensões de sua vida pessoal, como as relações familiares, as conquistas passadas, os desejos para além do ideal da organização.

Para dar conta dos resultados esperados, as fronteiras entre atividade laboral e vida privada diminuem, comenta Viana Braz (2021).

Para exemplificar, no filme *O Diabo Veste Prada* (Frankel), de 2006, temos o seguinte diálogo: “Como está sua vida pessoal? Péssima?! Isso quer dizer que você está indo muito bem na revista [empresa]”. Esse trecho retrata a relação estreita – e quase diretamente proporcional – entre o melhor desempenho no trabalho e o declínio da vida pessoal do(a) trabalhador(a).

Na lógica gerencialista, não basta que a postura do(a) trabalhador(a) seja apenas de suprir sua escassez de bens através do trabalho. Envolto na trama criada para o aumento da produtividade, o indivíduo deve passar a buscar pelo reconhecimento do outro, pela subida nessa corrida por lugares. Ao se identificar com a organização, sente-se responsável pelo desempenho geral dela, apesar de geralmente não receber recursos para aprimorar seu trabalho.

O trabalhador entra numa esteira de perca de si mesmo, pois a lógica de trabalho contém em si um paradoxo, conforme apresentam Castro e Zanelli (2012): “mostra aos sujeitos a possibilidade de uma realização de si mesmo, ao mesmo tempo em que destitui o sujeito de si mesmo” (p. 45). Os desejos e as metas pessoais são preteridos, para dar lugar ao envolvimento ascendente ao ideal organizacional, acompanhado pelo medo da exclusão, pela oscilação entre satisfação e frustração, e pela tensão constante. Como analisa Enriquez (2014),

Se a *autonomia* (a emancipação humana) é a capacidade de situar-se no mundo, de apropriar-se dele, de construí-lo pela práxis, de dar-lhe sentido, de construir nossa identidade conforme nossa ressonância no mundo (G. Amado), de mergulhar em experiências que deixam *vestígios significativos* em nossas vidas (o que os alemães chamam de “*Erfahrungen*”), de poder entrar em relação e de poder “amar” tudo o que é amável e permite que nos questionemos, nos formemos, crescamos, podemos dizer, infelizmente e sem hesitação, que o projeto de autonomia individual e coletiva, do qual Castoriadis foi mensageiro, está indo de mal a pior, e que a alienação está se tornando nossa realidade cotidiana (p. 172, grifos do autor).

Ao que se percebe nesse processo, na teoria existencialista de Sartre o entendemos como *alienação*. Isso porque, como explica Santos (2012), os fins do trabalho são pré-determinados pela organização (não como um elemento inumano, mas personificado em grandes grupos de empresários). Ou seja, ao manusear os objetos prático-inertes, o sujeito está subordinado às exigências externas do sistema, ao projeto do capitalista e não ao seu projeto individual.

Recebendo demandas inalcançáveis, o indivíduo percebe com frustração a não-correspondência ao “eu ideal” proposto e desejado pela empresa. A excelência solicitada produz exclusão, competitividade, isolamento, e gradativamente pode apresentar efeitos na saúde mental, física e nas relações sociais do(a) trabalhador(a). Gaulejac e Mercier (2012) analisam esse contexto:

[...] a acumulação sistemática é uma espiral de reforço recíproco, o indivíduo não consegue sair desta armadilha, se sente fracassado e isola-se, pois não tem condições de confrontar a organização que estimula a motivação, o comprometimento e o investimento subjetivo intenso (p. 01).

Apesar da relação direta entre as condições de trabalho ofertadas pela organização e o estado de saúde mental dos(as) trabalhadores(as), em dada circunstância, o(a) trabalhador(a) tem seu sofrimento individualizado, afirma Viana Braz (2021). Castro e Zanelli (2012) e Barroca (2012) percebem que, inversamente, há uma dependência crescente do reconhecimento do outro por parte do trabalhador, especialmente provocada pela constante avaliação proposta pela lógica gerencialista.

Possibilidades de ação no contexto do trabalho

Pensaremos agora em possibilidades de ações da Psicologia dentro do contexto do modelo de trabalho gerencialista. De maneira geral, ao

estar envolto nessa trama gerencialista, o sujeito está alienado, objetivando-se num projeto que não é seu. Agir para paramentar a classe oprimida, para que esta reflita sobre a realidade concreta e sua posição de alienação, pode ser uma das frentes do trabalho da Psicologia nesse cenário. Sartre (2004) aposta no desvendar da situação como ação promotora de modificações reais na subjetivação das pessoas e nas relações concretas delas: “palavra é ação: sabe que desvendar é mudar e que não se pode desvendar senão tencionando mudar” (p. 20).

Tratando-se de uma sociedade de classes, Sartre (2004) frisa a importância de uma prática que não vise a manutenção da opressão (pura aplicação de um saber técnico), mas que busque a emancipação da classe oprimida (ação intelectual). Especialmente sobre o processo de subjetivação e saúde mental, ao tomar conhecimento das variáveis envolvidas em sua realidade, o sujeito pode se desarticular dessa conduta alienada, considerando o envolvimento no projeto do capitalista como uma busca pela satisfação de suas *necessidades*. Dessa forma, deve haver espaço para que o indivíduo retome seus objetivos e sua vida pessoal.

Como defende Enriquez (2014), apesar da inegável importância na subjetivação, o trabalho não resume a essência humana. Na teia da construção de si, o amor, o ócio, o lazer, as relações de amizade, amor e família, possuem evidente relevância. Para que o trabalhador não perca de vista tais aspectos de sua vida, assim como não tome o trabalho como sua essência, o autor recomenda que este: consiga se situar na organização, entendendo sua posição e suas possibilidades reais de ação; não ceda às tendências do “sacrifício pessoal” pelo sucesso da empresa, ainda que essa recusa apareça junto ao sentimento de culpa ou de vergonha; alie-se aos outros indivíduos contra a submissão e o abuso de poder, considerando que sozinho não haverá chances reais de oposição, mas *coletivamente* podem haver avanços nesse quesito.

Coadunando com o último ponto levantado por Enriquez, Grasset (2019) considera que a construção de ações efetivas nesse cenário presume uma postura que abarque a produção de *práxis coletivas*. Para Santos (2012), ao(à) psicólogo(a) caberia também o estímulo à criação de “grupos engajados e comprometidos, conscientes de sua alienação e atentos à sua superação” (p. 161). A saída do estado prático-inerte deve ocorrer através de uma *práxis* efetiva de grupo, assegura Sartre (2002).

Concomitantemente, uma outra frente para o trabalho da psicologia no contexto apresentado consiste em se inserir como um terceiro mediador nessa relação binária proletário-capitalista. Freitas (2018) caracteriza tal mediação como uma ferramenta para oferecer um outro olhar a este vínculo e encontrar novas possibilidades de relação. O objetivo é contribuir para a construção de uma relação trabalhador-capitalista em que haja uma *reciprocidade positiva*, ou seja, não apenas a satisfação do capitalista seja visada, mas também os anseios do trabalhador sejam considerados. Essa relação implica na concepção, por parte da Psicologia e do capitalista, do sujeito enquanto histórico e singular, expandindo a compreensão deste como simples meio para a obtenção de metas para a empresa.

Intencionando a construção de um espaço com menores situações prejudiciais à saúde física e mental do trabalhador, Castro e Zanelli (2012) apontam a necessidade de promoção de ações junto aos grupos para reequilibrar os interesses privados e coletivos. Para tanto, precisamos considerar a organização enquanto uma prática coletiva organizada e socialmente construída, pois são os homens que elaboram as políticas das empresas, as regras e os procedimentos, ainda que em nome dessa instância abstrata.

Considerações finais

Investigando a realidade tratada neste capítulo, partindo do viés da sociologia clínica e do existencialismo sartriano, compreendemos as contradições presentes no trabalho contemporâneo como tendo origem numa história construída pela ação humana conjunta. As relações de poder instituídas passam a ser mantidas por um processo recíproco, em que os indivíduos são, ao mesmo tempo, produtos e produtores.

Uma vez instaurado o modelo gerencialista de gestão, o grupo capitalista institui os procedimentos e o ritmo da produção, transformando os(as) trabalhadores(as) em recursos, visando garantir o aumento do lucro da organização. A imersão do(a) trabalhador(a) nessa esteira de urgência e produtividade extrema é historicamente produzida, fugindo à sua função primária de busca pela superação de sua condição de escassez. Para atuar nesse espaço, o(a) profissional de Psicologia precisa considerar as variáveis constituintes deste contexto e aquelas que mantêm o sujeito nessa dependência subjetiva à organização.

O(A) psicólogo(a) passa a ser mediador(a) entre capitalista e trabalhador, buscando usar dessa posição para auxiliar na construção de uma relação menos maléfica e abusiva para a classe oprimida. Sobre esse objetivo, ressaltamos também que o estímulo à consolidação de relações grupais entre os trabalhadores tem potencial para auxiliar nesse jogo de forças.

Durante todo esse processo, é importante que não se percam de vista as considerações de Enriquez (2014) no que tange a não-essencialização do homem pelo trabalho. Deve-se, certamente, buscar melhores condições materiais e psicológicas para os(as) trabalhadores(as) dentro das organizações, mas também lembrá-los(as)

de seu projeto pessoal, aquele não corrompido pela lógica do gerencialismo.

Em termos de saúde mental, entendemos o sofrimento no trabalho não como uma doença em si, mas um *sintoma* de um momento histórico repleto de contradições, que atinge as pessoas individual e coletivamente. Assim, o combate ao adoecimento nessa era exige ações individuais (recusa do psicologismo e da individualização do sofrimento), coletivas (negação da responsabilização total do(a) trabalhador(a) por sua produtividade) e políticas (combate ao positivismo, defendendo a liberdade dada pelo acesso aos direitos e as suas garantias), como indicam Gaulejac e Mercier (2012).

Pensando numa sociedade constituída por pessoas, Gaulejac e Mercier (2012) apontam que “encontram-se nas mãos de trabalhadores, gestores, agentes públicos e estudiosos a promoção das discussões e a proposição de soluções para amenizar este quadro degradante” (p. 2). Nesse aspecto observamos a responsabilidade da Psicologia em tratar teórica-metodologicamente essa questão, assim como expandir sua *práxis* visando relações interpessoais num contexto de trabalho menos adoecedor.

Referências

- Castro, F. G.; Zanelli, J. C. (2010). Burnout e Perspectiva Clínica: Contribuições do Existencialismo e da Sociologia Clínica. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 10 (2), pp. 38-53. <http://submission-pepsic.scielo.br/index.php/rpot/index>. ISSN 1984-6657
- Clarke, J.; Newman, J. (2012). Gerencialismo. *Educação e Realidade*, 37 (2), pp. 353-381. http://www.ufrgs.br/edu_realidade

- Enriquez, E. (2014). O trabalho, essência do homem? O que é o trabalho? *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17 (1), pp. 163-176. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v17ispe1p163-176
- Freitas, S. M. P. (2018). *Psicologia existencialista de grupos e da mediação grupal: contribuições do pensamento de Sartre*. Appris.
- Gaulejac, V. & Mercier, A. (2012). *Manifesto Para Sair do Mal-Estar no Trabalho*. Editora Desclée de Brouwer, ISBN 978-2-220-06489-5.
- Grasset, B. (2019). A ilusão da burguesia: a “Segunda viagem” de Sartre ao Brasil”. In: Norberto, M. & Castro, F. C. L. (orgs.). *Sartre e Política*. Via Verita: Ed. PUC-Rio.
- Han, B.-C. (2017). *Sociedade do Cansaço*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Vozes.
- Santos, T. T. (2012). Sartre e a Revolução: um estudo acerca da evasão do homem contemporâneo do estado alienado segundo Jean-Paul Sartre. *Existência e Arte*, 7, pp. 160-180.
- Sartre, J.-P. (2002). *Crítica da Razão Dialética*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. DP&A.
- Sartre, Jean-Paul. (2004). *Que é a Literatura?* Ática.
- Souza, J. S. (2016). O que é gerencialismo? *Trabalho, Política e Sociedade*. <http://trabalhopoliticaesociedade.blogspot.com/2016/10/o-que-e-gerencialismo.html>
- Viana Braz, M. (2021). *Trabalho, Sociologia Clínica e Ação: alternativas à individualização do sofrimento*. Editora Fi, ISBN -978-65-5917-119-4. DOI -10.22350/9786559171194.

5

SUBJETIVAÇÃO CORPORAL E RESPONSABILIZAÇÃO INDIVIDUAL PELA SAÚDE NA ORDEM NEOLIBERAL

João Paulo Marques ¹

Introdução

Esse capítulo parte de dois enunciados relativos à prática de atividade física no contexto pandêmico da Covid-19, com o objetivo de propor uma análise acerca de modos como discursos voltados à instituição de comportamentos em saúde atuam na gestão de pessoas e da vida na contemporaneidade. Para isso, elucida a concepção de comportamentos e cuidados em saúde do corpo como formas de trabalho, as quais atuam em processos de subjetivação e de saúde-adoecimento por meio de investimentos políticos nos corpos, instituindo comportamentos pelos quais torna-se possível organizar e gerenciar pessoas. Por meio dessa análise, almeja-se sensibilizar o/a leitor/a para a apreensão de funções enunciativas que conceitos-chave estrategicamente ordenados na/pela racionalidade neoliberal empreendedora operam em modos de gestão da saúde. Com isso, argumenta-se que tais operações promovem a incorporação de conceitos neoliberais como valores comportamentais que findam por agravar estados de adoecimento, devido às particularidades sistêmicas da racionalidade em questão.

A análise proposta neste capítulo se orienta por proposições teórico-filosóficas de Michel Foucault acerca do empreendimento de

¹ Mestre e doutorando na área de Práticas Sociais em Educação Física – Universidade Estadual de Maringá (UEM), Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física UEM-UEL, Maringá, Paraná, Brasil.

análises discursivas (Foucault, 2008, 2011), mobilizando ferramentas analíticas como: dispositivo, instituição, enunciado, acontecimento. Orienta-se também pela abordagem proposta por Byung-Chul Han (2017, 2019, 2020) acerca da dinâmica do poder e das sociedades no tempo presente, dialogando com autores/as do campo de conhecimentos em Psicologia Organizacional e do Trabalho, com o intuito de contribuir para os desdobramentos analíticos propostos. Assim, tais autores/as auxiliam na discussão de temas que informam acerca de mecanismos e estratégias de operação do poder neoliberal na subjetividade e na saúde dos sujeitos contemporâneos.

A análise deste capítulo, desenvolvida no tópico a seguir, interpela como materialidade discursiva dois enunciados acerca da prática de atividade física no contexto pandêmico da Covid-19, em relação aos quais se desdobram as considerações tecidas. Tais considerações são desenvolvidas por meio da elucidação e exploração de temas como: dispositivo de individualização, subjetivação corporal, individualização da responsabilidade pela saúde, racionalidade neoliberal empreendedora, técnicas psicopolíticas, educação sanitária, educação popular em saúde, entre outros.

Pandemia de Covid-19 e acontecimento discursivo sobre saúde e atividade física na gestão da vida

O surto pandêmico gerado pelos casos de adoecimento e morte por infecção pelo novo coronavírus (COVID-19), causada pela síndrome respiratória aguda grave coronavírus 2 (SARS-CoV-2), foi um acontecimento que acentuou a atenção à pauta das demandas em saúde coletiva e individual a nível global, cujos desdobramentos incluem a elaboração de diretrizes e guias voltados à instrução de instituições e indivíduos acerca de protocolos de segurança para o enfrentamento do

estado de adoecimento gerado (ver SBPT, 2021; WHO, 2020; CNS, 2020). Essa profusão de discursos enunciados a respeito do COVID-19 versa desde suas características a como enfrentá-lo, bem como a seus impactos na dinâmica social, incluindo a esfera da saúde, mas não se restringindo a ela.

Contudo, as condições de emergência de tais discursos desvelam que, por vezes, diferentes conjunturas, orientações e finalidades os modulam. São exemplificativos a esse respeito os enunciados citados a seguir, proferidos, respectivamente, pelo então diretor geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Ghebreyesus, e pelo então diretor de Promoção da Saúde da OMS, Ruediger Krech. Tais enunciados referem-se às novas diretrizes sobre atividade física e comportamento sedentário (WHO *et al.*, 2020), lançadas em 26 de novembro de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19, de seus impactos sociais e das medidas globalmente adotadas para seu enfrentamento:

Cada movimento conta, especialmente agora que gerenciamos as restrições da pandemia de COVID-19. Devemos todos nos mover todos os dias - com segurança e criatividade. (OPAS, 2020).

Qualquer tipo de atividade física, de qualquer duração, pode melhorar a saúde e o bem-estar, mas quanto mais exercício melhor. (OPAS, 2020).

Dois aspectos a respeito desses enunciados chamam a atenção para essa análise. O primeiro diz respeito à regularidade, que indica a lógica somatória/quantificável dos movimentos e o segundo refere-se ao caráter imperativo orientado à dimensão comportamental individual. Esses aspectos chamam a atenção, pois parecem se vincular ao dispositivo da “individualização” (Viana Braz, 2021) como operador de um modo específico de gestão de pessoas e de subjetivação corporal. Isso se mostra pela mobilização de recursos discursivos que valorizam a

quantificação dos movimentos que devem ser continuamente realizados e, de certo modo, contabilizados, monitorados pelos sujeitos para a melhora da saúde e do bem-estar. Esses recursos desvelam elementos que Viana Braz (2021) percebe como componentes de uma ideologia gerencialista que se estabelece hegemonicamente na atualidade, consagrando-a como a era da individualização dos percursos, da competitividade e da corrida ao mérito.

Entende-se por dispositivo “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (Foucault, 2012, p. 364), constituindo “[...] estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles [...]” (p. 367). Tais estratégias atuam na produção de verdades, forjando seus sentidos históricos e fazendo-os funcionar em uma dada realidade social, sobretudo pelas dimensões simbólica e discursiva. Contudo, a estruturação dos sentidos sócio-históricos carece de um dispositivo de controle que a coloque em funcionamento, ou seja, de um mecanismo que faça o efeito de verdade ser identificado, apropriado, validado e estruturalmente mantido nas relações. Em outras palavras, uma determinada verdade precisa estabelecer identificação com formas de organização dos sujeitos, e com os próprios sujeitos, para serem mantidas.

As discussões propostas por Viana Braz (2021) a respeito da individualização se voltam a condições de saúde-adoecimento e sofrimento vivenciadas por diferentes sujeitos na dimensão do trabalho. Parte-se da concepção de trabalho sob uma perspectiva ampliada em relação à sua redução à empregabilidade e ao assalariamento, já que o trabalho está relacionado à práxis, às ações com

orientação ao ato da criação e/ou da ação, e não à mera produtividade voltada à geração e ao acúmulo de lucro (Enriquez, 2014). Nessa concepção, as discussões sobre trabalho, dispositivo e individualização auxiliam na compreensão das funções estratégicas que enunciados como os destacados acima exercem na edificação do neoliberalismo, materializando condições para que todas as formas de expressão da liberdade manifestas em ações humanas sejam exploradas para a obtenção de lucro e manutenção sistêmica do capitalismo na atualidade (Han, 2020).

Tais discussões informam acerca do caráter geral de modelos de gestão de pessoas operados por organizações sociais de ordem capitalista: a orientação estratégica dos comportamentos humanos ao trabalho, como forma de potencializar a produtividade e a lucratividade (Fischer, 2002). Nesse tipo de organização social, o trabalho, reduzido ao trabalho remunerado, é entendido como totalidade da essência humana e hipervalorizado em detrimento de outros atributos que a constituem, como a religião, a guerra, o lazer, a linguagem (Enriquez, 2014). Entretanto, a gestão de pessoas por/em organizações capitalistas se torna possível por meio de investimentos que mobilizam tais atributos para operar e sedimentar a racionalidade neoliberal, especialmente por meio da linguagem e de transformações no ideário social, impactando formas de comunicação e produção da vida (Grohmann, 2020).

Os modelos de gestão de pessoas referem-se a formas de gerenciamento e orientação dos comportamentos dos sujeitos a partir de como diferentes instituições² – entre elas, empresas, escolas, organizações administrativas – se organizam (Fischer, 2002). Essa

² Em consonância com Foucault (2012, p. 368), entende-se por instituição “[...] todo comportamento mais ou menos coercitivo, aprendido. Tudo que em uma sociedade funciona como sistema de coerção, sem ser um enunciado, ou seja, todo social não discursivo é a instituição”.

organização ocorre por meio da determinação de fatores internos e externos às organizações, estabelecida na relação (histórica e/ou setorial) com conceitos-chave, definidos a partir de princípios, estratégias, políticas ou práticas comuns aos sujeitos que integram tais organizações (Fischer, 2002). Isso significa que os modos de organização institucional dos sujeitos enquanto indivíduos em coletividade, seja em contextos micro ou macrosociais, impactam a determinação de seus comportamentos, sendo essa organização modulada por conceitos-chave que os ordenam em relação a uma dada racionalidade e a seus ideais.

Conceitos-chave organizados como investimentos da racionalidade neoliberal empreendedora em corpos, comportamentos e subjetividades

A racionalidade neoliberal empreendedora referida neste capítulo se caracteriza, principalmente, pela atualização de ideais capitalistas, ou melhor, pela “[...] generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação [...]” (Dardot & Laval, 2016, s/p). O neoliberalismo expressa a razão contemporânea do capitalismo, representa sua forma de aparição na atualidade em distinção a suas formas originárias e historicamente precedentes, consolidando o capitalismo como norma geral da vida ainda hoje (Han, 2020; Dardot & Laval, 2016). O neoliberalismo promove rupturas, mudanças e aprimoramentos nos modos de viver e de se fazer sujeito na atualidade, sobretudo no que diz respeito às técnicas e às estratégias de poder³ (Han, 2020). Segundo Dardot e Laval (2016, s/p), o

³ Compreende-se a racionalidade neoliberal empreendedora como uma forma de aparição e expressão do poder de ordenamento da vida. Sendo assim, essa racionalidade é apreendida sob a perspectiva do poder, cuja lógica de estruturação tem como principal característica a orientação ipsocentrada e expansiva (Han, 2019). Isso implica o trato do poder como um fenômeno relativamente autônomo, como algo que se exerce nas/pelas relações e que é, também, exercido por sujeitos e instituições.

neoliberalismo se apresenta por um “[...] conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência.” (Dardot & Laval, 2016, s/p).

Constituem exemplos de conceitos-chave que normalizam comportamentos e a vida nas sociedades capitalistas contemporâneas: liberdade, produtividade, competitividade, performance, desempenho, recompensa, sucesso, lucro (Han, 2020 Fischer, 2002). Tais conceitos compõem diferentes estratégias de investimentos nos comportamentos dos sujeitos, de modo a adequá-los a determinados ideais orientados à racionalidade neoliberal empreendedora (Enriquez, 2014). Com isso, fatores como, por exemplo, usos de tecnologias, estratégias para estimular comportamentos esperados em determinados espaços e/ou situações, fabricação de uma cultura que reforce e reproduza premissas vinculadas a tais expectativas (Fischer, 2002), contribuem para materializar e estruturar a racionalidade almejada – no caso deste estudo, a racionalidade neoliberal –, condicionando e modulando comportamentos e ações e, com isso, a própria subjetividade dos sujeitos.

Entre as diferentes estratégias de investimentos nos comportamentos dos sujeitos, situa-se a subjetivação corporal, que se refere a investimentos nos corpos dos sujeitos, nas formas de educar e aprender com/sobre os corpos, seus movimentos, suas particularidades físicas, seus marcadores sociais, entre outros elementos. A subjetivação corporal é um modo de se referir a processos pelos quais os sujeitos incorporam pedagogias ordenadas em/por determinadas instituições (Marques, 2023). Tais processos perpassam as dimensões da linguagem, da educação, da cultura, da economia, incluindo práticas corporais cotidianas e institucionalizadas, a exemplo de gestos de cumprimento

e/ou saudação, da representação de papéis sociais, de hábitos de higiene e cuidados com o corpo, de jogos e brincadeiras, danças, esportes, entre outras manifestações. Disso decorre a atenção direcionada aos dois aspectos ressaltados em relação aos enunciados inicialmente citados, acerca das novas diretrizes da OMS para atividade física e comportamentos sedentários.

Observa-se que tais enunciados atuam estrategicamente na subjetivação corporal, ao ativarem dispositivos que operam investimentos da ordem da racionalidade neoliberal empreendedora em comportamentos que buscam ser estimulados pelas diretrizes em questão. Enunciados da ordem dessa racionalidade expressam uma preocupação por tenderem a aumentar o sofrimento dos sujeitos na busca pela manutenção do estado de saúde à medida que acionam o dispositivo da individualização e, com ele, fazem operar, subjetiva e discursivamente, conceitos-chave como os mencionados acima (Viana Braz, 2021; Seligmann-Silva, 2006). Com isso, tais enunciados centralizam nos sujeitos a responsabilidade pelas condições de seus estados de saúde-adoecimento, uma centralização que, no entanto, se estende a todos os fatores que determinam o estilo e a qualidade de vida, dado que o neoliberalismo como princípio de razão das relações cotidianas tende ao totalitarismo do indivíduo em detrimento de ideias e valores de coletividade/sociedade (Rago & Pelegrini, 2019).

Incorporação do modelo de gestão neoliberal e instituição da individualização da responsabilidade pela saúde

O avanço da racionalidade neoliberal empreendedora nas esferas pública e governamental em saúde ignora a necessidade de intervenções que considerem seus determinantes sociais, o que finda por agravar os estados de adoecimento, à medida em que constituem políticas

pautadas em intervenções comportamentalistas (Safai, 2017; Crawford, 2006). Intervenções em saúde nessa perspectiva se voltam à mudança de comportamentos considerados de risco, a partir de modelos prescritivos direcionados à incorporação, pelos sujeitos, de hábitos preditivamente considerados saudáveis. Com isso, a força de vontade, os desejos, a motivação e a responsabilidade individual se apresentam como conceitos-chave que acionam o dispositivo da individualização, cooptando os sujeitos à racionalidade neoliberal empreendedora e promovendo a incorporação de signos e valores da saúde não como um direito humano, e sim como um mérito decorrente do esforço individual.

Esse mecanismo, entendido como operador do dispositivo de individualização da responsabilidade pela saúde, desconsidera a existência de fatores sociais determinantes dos estados de saúde-adoecimento e seus impactos nos próprios comportamentos dos sujeitos. Segundo Safai (2017) e Crawford (2006), essa desconsideração constitui uma ação estratégica que fertiliza o solo no qual germinam políticas públicas neoliberais, favorecendo e fortalecendo seu avanço na dinâmica da vida contemporânea, bem como a institucionalização da racionalidade neoliberal no imaginário social e nas subjetividades dos sujeitos. Tal estratégia integra o mecanismo sistêmico ao qual se vincula o dispositivo de individualização, por meio do qual busca-se responsabilizar integralmente os sujeitos por suas condições de vida e existência, especialmente pelo enfraquecimento e pela dispersão de ações coletivas, com potenciais para reflexões, debates e proposições de mudanças sociais (Safai, 2017; Crawford, 2006).

Dito de outro modo, a individualização da responsabilidade pela saúde ausenta de espaços públicos debates acerca da gestão dos fatores sociais determinantes da saúde, como: condições dignas de trabalho,

moradia, educação, saneamento, segurança, consumo. A isso se relaciona parte da preocupação quanto aos enunciados destacados inicialmente neste capítulo, pois, enquanto formas de investimento político nos corpos e, especificamente, na saúde dos sujeitos, expressam vinculação com uma rede discursiva que desconsidera o peso das circunstâncias nas ações que os sujeitos, supostamente, deveriam fazer por si mesmos. Ecoam, nessa rede discursiva, enunciados como os focalizados por Palma (2009) em relação a discursos que associam, de modo causal, a prática da atividade física ao combate ao sedentarismo e à promoção da saúde, bem como, os observados por Abib, Gomes e Galak (2020) em relação a conselhos para uma vida saudável que atualizam discursos que vinculam o autocuidado a um estilo de vida fisicamente ativo transportado para a dimensão do privado, individualizada, como preconiza a racionalidade neoliberal empreendedora (Dardot & Laval, 2016).

Intervenções políticas fundamentadas na racionalidade neoliberal empreendedora, ainda que na dimensão discursiva, da linguagem, da comunicação, tendem a agravar estados de adoecimento, pois nutrem a lógica de fracasso social cujo único responsável pelo insucesso é o próprio sujeito. Como comenta Han (2020, p. 16), “[...] quem fracassa na sociedade neoliberal do desempenho, em vez de questionar a sociedade ou o sistema, considera a si mesmo como responsável e se envergonha por isso [...]” (Han, 2020, p. 16). O fracasso também é um conceito-chave da racionalidade neoliberal e que, na dimensão subjetiva, opera sentimentos como vergonha e culpa, que fragilizam os sujeitos e potencializam o sofrimento vivido decorrente da pretensa incapacidade de se autocontrolar e de obter sucesso no controle de fatores determinantes de sua vida. Contudo, esse conceito integra estratégias de gestão dos afetos no neoliberalismo, especialmente por meio de técnicas psicopolíticas de exercício do poder (Han, 2020).

Segundo Han (2019, 2020), as técnicas psicopolíticas operam um tipo de poder que se exerce sobre a psique humana, modulando desejos, pensamentos, inclinações e impulsos dos sujeitos a nível pré-reflexivo, com vistas à própria manutenção sistêmica do neoliberalismo. Com isso, essas técnicas de poder neoliberais instituem, de forma sutil, inteligente e eficiente, o modelo de subjetivação de empresa referido por Dardot e Laval (2016). Nesse modelo de subjetivação, o comportamento de cobrança por performance, produtividade, desempenho e otimização constantes é instituído e mantido pelo próprio sujeito que, no entanto, não percebe a si mesmo como sujeito (submetido, assujeitado) a fatores externos, que condicionam e normalizam suas ações nesse sentido, ordenando sua vida, e sim como sujeito livre, como um projeto autônomo em constante aperfeiçoamento e que, para isso, deve se monitorar e investir em si mesmo de forma ininterrupta (Han, 2020).

O sujeito contemporâneo, ao incorporar ideais da racionalidade neoliberal empreendedora, torna-se “[...] um empreendedor de si mesmo que se autoexplora. Ao mesmo tempo, é um fiscalizador de si próprio. O sujeito autoexplorador traz consigo um campo de trabalhos forçados, no qual é ao mesmo tempo carrasco e vítima. [...]” (Han, 2020, p. 85). Ontológica e paradoxalmente, a racionalidade que alimenta o sistema neoliberal torna a própria liberdade do sujeito produtora de coerções, de modo que “[...] o sujeito do desempenho, que se julga livre, é na realidade um servo: é um servo absoluto, na medida em que, sem um senhor, explora voluntariamente a si mesmo. [...]” (Han, 2020, p. 10). Essa autoexploração, operada por um processo de subjetivação inerente à racionalidade neoliberal, abrange também processos de saúde-adoecimento à medida que coagem os sujeitos a monitorarem comportamentos entendidos como sendo de risco/saudáveis e a

empreenderem a própria saúde, como é possível exemplificar a partir dos enunciados destacados inicialmente e sob a perspectiva da subjetivação corporal indicada acima.

Cuidados e comportamentos em saúde como formas de trabalho e gestão individualizada da sobrevivência

Partilhando das considerações de Enriquez (2014), parte-se do entendimento de que ações envolvendo hábitos e comportamentos em saúde, bem como intervenções profissionais e governamentais em saúde, referem-se a formas de trabalho, dado que tratam de ações desenvolvidas pelos sujeitos orientadas a uma finalidade específica, seja a de busca/manutenção da saúde individual ou a de gestão da saúde coletiva, por exemplo. Sob essa perspectiva, a proposição de praticar qualquer tipo de atividade física todos os dias incita os sujeitos a incorporarem em seus cotidianos uma dinâmica de trabalho que visa suprir uma necessidade de governo dos corpos e das condutas dos sujeitos, expressa pelo imperativo de que as pessoas se movimentem constantemente, e quanto mais, melhor (OPAS, 2020). É válido notar essa relação entre os enunciados em questão e a dimensão do trabalho, pois eles desvelam certa regularidade histórica no que se refere à mobilização discursiva da saúde como meio para exercer o governo dos corpos (e) dos sujeitos, sobretudo em relação a investimentos em rotinas de cuidados com a saúde do corpo como forma de potencializar a performance e o desempenho (Marques, 2023).

Sendo os comportamentos e os cuidados em saúde do corpo uma forma de trabalho e sendo a saúde um atributo humano condicionado a determinantes que não se reduzem à esfera individual e/ou comportamental, o fracasso em empreendê-la na sociedade neoliberal do desempenho torna-se iminente. A essa iminência pode ser referida,

por exemplo, a prevalência de quadros de adoecimento psíquico como a depressão e o *burnout*, entendidos como sintomas patológicos que expressam a condição coercitiva que, por vezes, a liberdade assume no modo de gestão da vida característico dessa sociedade (Han, 2017, 2020). Junto às considerações de Abílio, Amorim e Grohmann (2021, p. 41) acerca do autogerenciamento subordinado que se estabelece nas formas de organização e controle do trabalho na contemporaneidade, observa-se, associado ao avanço da racionalidade neoliberal empreendedora, um movimento que os autores descrevem como sendo de “[...] generalização de elementos estruturantes de modos de vida periféricos [...]”:

Pode-se afirmar que nessas décadas de flexibilização do trabalho e políticas neoliberais, o trabalhador vai se tornando solitariamente responsável pela gestão de sua própria reprodução social, ao mesmo tempo em que se aprimoram os meios técnico-políticos para o uso eficiente e informalizado da força de trabalho. As garantias e limites socialmente estabelecidos e regulados, que operam na determinação do tempo de trabalho, do salário, da saúde e segurança, vão cedendo espaço a uma gestão individualizada da sobrevivência, que hoje aparece como empreendedorismo de si. (Abílio, Amorim & Grohmann, 2021, p. 41)

É válido ressaltar que enunciados que acionam o dispositivo da individualização da responsabilidade pela saúde na esfera da gestão de políticas públicas, como os mobilizados para análise neste capítulo, abrem precedentes para intervenções que operem essa gestão individualizada da sobrevivência. A esse respeito, sobressaem-se intervenções com formas de aparição assistencialistas, que, segundo Teixeira, Paim e Vilasbôas (2000, p. 8), são intervenções que reproduzem conflitos característicos dos modelos assistenciais hegemônicos, constituídos pelo “[...] modelo médico-assistencial privatista (ênfase na assistência médico-hospitalar e nos serviços de apoio diagnóstico e terapêutico) e [pel]o modelo assistencial sanitarista (campanhas,

programas especiais e ações de vigilância epidemiológica e sanitária [...]”. Tais modelos são subordinados ao modelo sanitarista (Teixeira, Paim & Vilasbôas, 2000), ou seja, têm como premissa a “educação sanitária” (Morel, 2021). Essa concepção educacional baseia-se na transmissão autoritária de “hábitos higiênicos” aos sujeitos, pois pressupõe a ignorância como principal causa das doenças, de modo a se voltar ao enfrentamento de epidemias a partir de estratégias de ordenamento e controle social (Morel, 2021).

As considerações de Morel (2021) a respeito de políticas fundamentadas na educação sanitária reforçam a importância dessa ressalva, pois pontuam que elas tendem a afastar os sujeitos dos espaços públicos de cuidado e educação em saúde, já que intervenções dessa ordem parecem desconsiderar necessidades populares em relação à vida em sua complexidade e dinamicidade sistêmica, as quais impactam na saúde, no bem-estar e no estilo de vida, dentre outros elementos. Como comenta a autora,

A educação sanitária desconsidera as condições sociais e ambientais em que as pessoas estão envolvidas e acaba culpabilizando as classes populares por não conseguirem colocar em prática determinados hábitos. No momento atual, por considerar o combate ao [corona]vírus uma questão de hábito individual, essa estratégia termina por afastar aqueles que não têm condições de praticar todos os cuidados. [...] O afastamento criado pode abrir espaço para o negacionismo entre a população: ao perceber que o conhecimento científico traz indicações que não cabem à minha realidade, procuro outras referências, aprofundando ainda mais o ‘déficit de práticas comuns’. Os ‘negacionistas profissionais’ fazem uso desse tipo de fato para introduzir confusão articulada com vistas ao silenciamento, por exemplo, da reivindicação de direitos como água, saneamento e sabão em populações vulnerabilizadas. (Morel, 2021, p. 8)

Com base nessa consideração da autora, interpreta-se que, em intervenções individualistas e comportamentalistas, marcada pelo

modelo assistencialista, o desempenho e o êxito na adoção e manutenção de hábitos prescritos se sobressaem ao atendimento às necessidades populares. Essa condição encontra raízes na ideologia gerencialista predominante na atualidade (Viana Braz, 2021), na qual avanços em investimentos tecnológicos e econômicos se sobressaem em detrimento do enfrentamento de condições indignas e desiguais de acesso a direitos fundamentais à vida e à existência humana. Portanto, é caro a ações e a intervenções em saúde de caráter popular a conscientização acerca do cenário e dos mecanismos e dispositivos descritos e exemplificados neste capítulo, sobretudo para gerar uma sensibilização aos elementos constituintes da racionalidade neoliberal empreendedora e oferecer resistência a seu avanço. A esse respeito, é válido retomar as considerações de Bonetti (2021, p. 1) acerca da importância de reflexões e discussões envolvendo a educação popular em saúde no cenário nacionalmente vivido pelos brasileiros, marcado pelo “[...] real desmonte do projeto de Estado de Bem-Estar Social, regado pela pregação de uma cultura político-social de cunho fascista [...] em prol de um projeto de poucos, um projeto ultraneoliberal conservador”.

Ao comentar acerca da Política Nacional de Educação Popular em Saúde do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS), Bonetti (2021, p. 4) afirma que, desde sua concepção e implantação, essa política pública se orienta a “[...] um projeto de sociedade e de ser humano que se contrapõe ao que atualmente domina o espaço político nacional [...]”. O autor pontua que a defesa da PNEPS-SUS converge com a defesa da democratização da saúde, das políticas e das relações sociais, pois sua perspectiva visa a leitura crítica da realidade, problematizando-a para identificar determinantes sociais da saúde e questões que os impactam. Além disso, Bonetti (2021, p. 4) ressalta a importância de repensar a

saúde sob a perspectiva da educação popular frente ao cenário nacional atual, destacando que essa perspectiva pode “[...] nos ajudar a quebrar as barreiras, superar medos e frustrações que esse período caótico possa nos causar, contribuindo para nos estimular a continuar fortalecendo nossas práticas e a esperar, instigados pela potência de nossas ações e práticas”.

Entre tais medos e receios, está o negacionismo científico, que se ramifica junto à racionalidade neoliberal, instituindo posições radicais irrefletidas que negam a busca por espaços e intervenções públicas eficazes à melhora das condições sociais de saúde, a exemplo do movimento antivacina – uma regularidade histórica que irrompe como acontecimento contemporâneo junto à pandemia de Covid-19. Nesse sentido, ao discutir a educação popular em saúde no enfrentamento do negacionismo vivido no período pandêmico da Covid-19, com especial atenção à realidade brasileira, Morel (2021) pontua como principal desafio a ser enfrentado o conflito e o diálogo na comunicação com o outro – não apenas o outro igual a mim, com o qual me identifico, mas também o outro diferente de mim, o qual me gera estranhamento, dúvidas, questionamentos em relação a crenças, verdades e valores pessoais.

Segundo Morel (2021), há um trabalho fundamental nos setores da saúde que precede o adoecimento da população e que deve ser conjuntamente realizado, tanto no sentido preventivo quanto de engajamento e mobilização popular na construção e aproximação do conhecimento científico. Trata-se de um trabalho educativo voltado a ações que “[...] favorecem a transformação dos conhecimentos científicos em cultura, prática e realidade das pessoas, assim como ajudam a trazer questionamentos feitos com base em diferentes realidades e saberes populares para a própria ciência [...]” (Morel, 2021, p. 8). Nesse sentido, a autora relembra que as políticas públicas em

saúde, especialmente aquelas desenvolvidas após a Revolta da Vacina, embora tenham assumido a educação como um pilar, fizeram-no sob a perspectiva de uma educação sanitária, ou seja, que tem como foco o enfrentamento de epidemias relacionadas a hábitos higiênicos por meio de ações autoritárias centradas nos sujeitos. Logo, como ressalta a autora, é preciso indagar se as práticas educativas propostas dialogam com a população, de fato, ou apenas contribuem para afastá-la de espaços de atenção, cuidado e educação com a saúde.

Considerações finais

A partir das considerações tecidas neste capítulo, ressalta-se a importância e a carência de profissionais das áreas da Saúde atentarem-se aos determinantes sociais desse componente da vida humana, sobretudo no que se refere a impactos decorrentes de operações da racionalidade neoliberal empreendedora. Isso implica olhar para demandas populares relativas à dimensão da saúde de modo não reducionista ou individualizador, considerando sua complexidade e dinamicidade sistêmica, a fim de tornar possível resistir e enfrentar o avanço dessa racionalidade sobre os modos de existir e viver. Para isso, uma postura inicial que pode ser exercitada é a sensibilização quanto às formas de aparição e manifestação de elementos dessa racionalidade nas relações cotidianas. Nesse sentido, espera-se que sejam contributivos os temas abordados neste capítulo, especialmente no que se refere às noções de dispositivo de individualização da responsabilidade pela saúde, de subjetivação corporal e de modos de gestão da vida na contemporaneidade, diluídas nas reflexões propostas.

Vale frisar que a premissa de individualização da vida, ou melhor, de gestão individualizada da sobrevivência (Abilio, Amorim &

Grohmann, 2021) se mostra contraditória em relação à própria estrutura psíquica e social dos sujeitos, histórica e contingencialmente formada no decurso evolutivo da humanidade pela constituição coletiva dos sujeitos e de suas relações (Rossler, 2004; Leontiev, 1978). No entanto, essa premissa se dissemina no imaginário e nas ações cotidianas dos sujeitos, especialmente com o avanço da racionalidade neoliberal empreendedora, de modo a agravar condições de desigualdade, injustiça e explorações sociais, bem como processos de adoecimento e sofrimento. Isso porque, ao promulgar e atualizar conceitos-chave como performance, mérito, desempenho, competitividade de modo centrado no indivíduo e desconsiderando fatores de ordem social, essa racionalidade finda por manter e atualizar as estratégias e os mecanismos do sistema de exploração capitalista e agravar as disparidades hierárquicas das relações organizacionais das sociedades.

Nesse sentido, os enunciados focalizados neste capítulo acerca das novas diretrizes da OMS para atividade física e comportamento sedentário no contexto pandêmico da Covid-19 podem ser mobilizados como exemplos elucidativos de formas de aparição dessa racionalidade, as quais se dão em relação a contextos, sujeitos e ordens discursivas que carecem de atenção analítica, como almejou-se demonstrar nas considerações feitas. Em específico, direcionou-se um olhar analítico, ainda que preliminar e limitado, para a compreensão das funções enunciativas estrategicamente operadas por tais enunciados em modos de gestão de pessoas e da vida, bem como, de subjetivação corporal e de individualização da responsabilidade pela saúde, buscando elucidar, por meio desses temas, a percepção de como tais enunciados se mostram vinculados à manutenção e à estruturação do que foi denominado nesse estudo de racionalidade neoliberal empreendedora, ou neoliberalismo.

É importante salientar que intencionou-se demonstrar, com as considerações tecidas neste capítulo, implicações da instituição de conceitos como desempenho, competitividade, empreendedorismo de si enquanto valores ordenadores dos modos de se relacionar, ser, existir e viver dos sujeitos na contemporaneidade. Sobretudo em condições de desigualdade, exploração e injustiça social, ao invés de contribuir para melhorar a saúde, ações que incorporam tais conceitos findam por agravar esse componente. Isso ocorre, por exemplo, ao desconsiderar-se a existência de déficits e limitações no que diz respeito à educação popular em saúde, ou seja, à formação de saberes em saúde que dialoguem as especificidades do conhecimento científico e profissional com demandas e conhecimentos populares, incluindo práticas e lógicas de ordenamento próprias (Bonetti, 2021; Morel, 2021). Ao invés disso, como buscou-se demonstrar, tais conceitos operam políticas de saúde projetadas e ordenadas à manutenção sistêmica de tais condições, sistema esse que atende a demandas e interesses hegemônicos, sobretudo de ordem econômica, sobrepostos e impostos aos populares.

Assim, a análise esboçada neste capítulo visou evidenciar modos pelos quais a racionalidade neoliberal empreendedora, enquanto forma de aparição do poder (Han, 2019), é mobilizada e faz uso de enunciados como os referidos acerca da prática de atividade física no contexto pandêmico por e para operações nos modos como os sujeitos se fazem sujeitos à realidade social contemporânea (Mansano, 2009), bem como demonstrar modos como a saúde integra e se configura nesse contexto, perspectivada sob a concepção do trabalho. Pressupõe-se que essa seja uma leitura analítica da realidade atual relevante para tratar, ainda que de modo limitado, parcial e/ou preliminar, de uma educação em saúde visada sob a perspectiva da reflexividade e da transformação social, voltada à redução de desigualdades e injustiças e à melhoria das

condições de vida e existência de populações vulnerabilizadas pela estruturação social fundamentada na exploração e na capitalização radical da vida.

A isso se relaciona o direcionamento dado pela análise esboçada à sensibilização quanto à racionalidade neoliberal empreendedora e às reflexões acerca da educação popular em saúde, com vistas a estimular a reflexividade em torno de temas que informam sobre processos de subjetivação e de saúde-adoecimento afetos ao sistema de relações neoliberais. Trata-se de um esforço teórico que convida o/ leitor/a ao exercício reflexivo e analítico dos modos de educação dos corpos e governo da vida na contemporaneidade, especificamente em relação à saúde, buscando “[...] dar sentido ao debate político, desfazer confusões, nomeando concretamente os movimentos e palavras, buscando ‘pronunciar’ o mundo [...]” (Morel, 2021, p. 9) na tentativa de um diálogo, ainda que analítica e teoricamente limitado, mas que possa ser coletivamente estabelecido, transformando pessoas e, assim, a realidade à qual se volta.

É válido frisar a atenção e o cuidado necessários em relação a discursos que atualizam e colocam em funcionamento estratégias de poder e de subjetivação neoliberal, dado o agravamento das condições de vida de sujeitos vulnerabilizados e/ou em situação de subordinação e exploração social. A essa postura, considera-se contributivo o desvelar e o estímulo à reflexividade e ao debate em torno de elementos como a figura de um dispositivo de individualização da responsabilidade pela saúde, de um modo de gestão individualizada da sobrevivência, ou de uma cultura de culpabilização do sujeito, potencializada pela gestão política do medo. A individualização reduz o espaço político de ação e, consequentemente, o poder dos sujeitos. O sujeito individualizado, isolado, é solitário, com espaço-poder reduzido, pois não há um

conjunto que o dê suporte, que legitimidade e condições possíveis de afirmação (Han, 2020; 2019). Nesse sentido, é indispensável a ocupação e utilização de espaços como o da produção de conhecimento acadêmico e científico para estimular o envolvimento com essas questões.

Como ressalta Han (2020, p. 148), “[...] aparecer é mais do que existir. É atuar em sentido enfático. De tal modo que somente o poder produz uma 'sensação de realidade' para além da 'sensação se estar vivo' [...]”. Essa aparição, ou seja, a criação de um “espaço de aparência”, significa igualmente criar um espaço de poder na dimensão da linguagem, segundo o autor, pois “[...] o espaço de aparência é um espaço que se ilumina na ação e na conversa conjunta uns com os outros [...]” (Han, 2020, p. 147). No entanto, Han (2020, p. 152) alerta para a necessidade de “[...] adicionar algo para que o espaço de aparência se torne espaço do poder [...]”. Esse algo se refere a uma subjetividade mínima, inerente a toda forma de poder (Han, 2019). Nesse sentido, uma questão relevante a ser pensada a partir deste estudo, a qual se apresenta como possível ponto de partida para novos diálogos, é: qual a subjetividade almejada em resistência e/ou contraposição à do sujeito empreendedor de si mesmo, operada pelo poder neoliberal?

Referências

- Abib, L. T., Gomes, I. M. & Galak, E. L. (2020). Conselhos privados e medicalização da atividade física em um aplicativo de saúde móvel: a produção de corpos homogêneos e sujeitos universais. *Motrivivência*, 2(62), 01-18. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2020e65313>.
- Abílio, L. C., Amorim, H. & Grohmann, R. (2021). Uberização e plataformação do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*, 23, 26-56. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/soc/a/XDh9FZw9Bcy5GkYGzngPxwB/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 18 de jan. de 2022.

Bonetti, O. P. (2021). Por uma institucionalidade transformadora e contra-hegemônica: reflexões sobre o inédito viável da Política de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 25. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/icse/2021.v25/e200660/pt/>. Acesso em: 18 de jan. de 2022.

CNS – Conselho Nacional de Saúde. (2020). *Documento Orientador para Conselhos Estaduais, Municipais e Distrital de Saúde sobre Novo Coronavírus (Covid-19)*. Disponível em: http://www.susconecta.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Documento_Orientador_CNS-covid-REVISADO-1.pdf. Acesso em: 18 de jan. de 2022.

Crawford, R. (2006). Health as a meaningful social practice. *Health*, 10(4), 401-420. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1363459306067310>. Acesso em: 18 de jan. de 2022.

Dardot, P. & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo*. Boitempo editorial.

Enriquez, E. (2014). O trabalho, essência do homem? O que é o trabalho? *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17(1), 163-176.

Fischer, A. L. (2002). Um resgate conceitual e histórico dos modelos de gestão de pessoas. In: *As pessoas na organização* [S.l: s.n.].

Foucault, M. (2008). *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2011). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.

Foucault, M. (2012). *Microfísica do poder*. São Paulo, SP: Graal.

Grohmann, R. (2020). Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura*, 22(1), 106-122.

Han, B. C. (2017). *Sociedade do cansaço*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Han, B. C. (2019). *O que é poder?* Petrópolis, RJ: Vozes.

- Han, B. C. (2020). *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Âyiné.
- Leontiev, A. (1978). *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Mansano, S. R. V. (2009). Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 8(2). Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/946>. Acesso em: 18 de jan. de 2022.
- Marques, J. P. (2023). *Processos de subjetivação corporal e de saúde-adoecimento na sociedade de desempenho: psicopolítica, aceleração da vida e cuidado de si*. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Centro de Ciências da Saúde. Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- Morel, A. P. M. (2021). Negacionismo da Covid-19 e educação popular em saúde: para além da necropolítica. *Trabalho, Educação e Saúde*, 19. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/pnVbDRJBcdHy5K6NSc4X65f/>. Acesso em: 18 de jan. de 2022.
- OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. (2020). *OMS lança novas diretrizes sobre atividade física e comportamento sedentário*. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/26-11-2020-oms-lanca-novas-diretrizes-sobre-atividade-fisica-e-comportamento-sedentario>. Acesso em: 18 de jan. de 2022.
- Palma, A. (2009). Exercício físico e saúde; sedentarismo e doença: epidemia, causalidade e moralidade. *Motriz: Revista de Educação Física da UNESP*, 185-191. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/2273>
- Rago, M. & Pelegrini, M. (Org.). (2019). *Neoliberalismo, feminismos e contracondutas: perspectivas foucaultianas*. Intermeios, Casa de Artes e Livros.
- Rossler, J. H. (2004). O desenvolvimento do psiquismo na vida cotidiana: aproximações entre a psicologia de Alexis N. Leontiev e a teoria da vida cotidiana de Agnes Heller. *Cadernos Cedes*, 24, 100-116.

Safai, P. (2017). Medicalized and scientized bodies. In M. Silk, D. Andrews & H. Thorpe. (Org.), *Routledge Handbook of Physical Cultural Studies* (191-199). London and New York: Routledge International Handbooks.

SBPT – Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. (2021). *Recomendações COVID-19*. Disponível em: <https://sbpt.org.br/portal/recomendacoes covid/>. Acesso em: 18 de jan. de 2022.

Seligmann-Silva, E. (2006). Psicopatologia no trabalho: aspectos contemporâneos. In: *Congresso Internacional Sobre Saúde Mental no Trabalho*. p. 64-98.

Teixeira, C. F., Paim, J. S. & Vilasbôas, A. L. (2000). SUS, modelos assistenciais e Vigilância da Saúde. In S. Rozenfeld (Org.). *Fundamentos da Vigilância Sanitária*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 49-60. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-16731998000200002&lng=pt&nrm=is. Acesso em: 18 de jan. de 2022.

Viana Braz, M. (2021). *Trabalho, Sociologia Clínica e Ação: alternativas à individualização do sofrimento*. Porto Alegre, RS: Editora Fi.

WHO – World for Health Organization. (2020). *Recomendações sobre o uso de máscaras no contexto da COVID-19*. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/332293/WHO-2019-nCov-IPC_Masks-2020.4-por.pdf. Acesso em: 18 de jan. de 2022.

WHO – World for Health Organization et al. (2020). *WHO guidelines on physical activity and sedentary behaviour: web annex: evidence profiles*. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240015128>. Acesso em: 18 de jan. de 2022.

6

A MERCANTILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DO PESQUISADOR

Marilucia Ricieri ¹
Guilherme Elias Silva ²

Introdução

Este capítulo é resultado da pesquisa de doutorado que contribuiu com reflexões sobre o contexto do gerencialismo, da busca pela excelência e alta performance, do produtivismo na educação, especialmente, na produção científica dos programas de pós-graduação *stricto sensu* (PPG), das situações de saúde e adoecimento dos discentes. São conjecturas que convergem para o contexto laboral relacionado à educação, contemplando atores pertencentes a esse cenário, como os docentes, discentes, IES (Instituições de Ensino Superior), Universidades e órgãos regulamentadores como a CAPES, CNPq, MEC. Buscamos compreender a relação entre o sentido do trabalho e a subjetividade do discente de PPG *stricto sensu* referente à realização das atividades que lhe são incumbidas; refletir sobre as transformações no mundo do trabalho e na educação. Por fim, procuramos averiguar se as experiências laborais dos sujeitos pesquisados suscitam vivências subjetivas que acometem implicações à saúde mental, e quais são as estratégias elaboradas para o enfrentamento dessas (possíveis) vivências.

¹ Doutora em Psicologia. Docente do Departamento de Psicologia da UEL e da Universidade Cruzeiro do Sul/Positivo. Membro do Centro de Estudos Subjetividade, Saúde e Trabalho – CESST. <https://orcid.org/0000-0001-6666-8757>

² Doutor em Psicologia. Docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UEM. Membro do Laboratório Interinstitucional de Subjetividade e Trabalho-LIST.

Metodologia

A abordagem da pesquisa foi definida como qualitativa e de campo, sendo realizadas entrevistas semiestruturadas com mestrandos e doutorandos; e, coleta de dados documentais nos sites do CNPq, CAPES, MEC, Universidades, entre outros, relacionados à educação e PPG *stricto sensu*. Estruturamos as averiguações com base nas premissas do gerencialismo e nas fundamentações teórico-metodológicas da Psicossociologia do Trabalho e da Psicodinâmica do Trabalho. As entrevistas foram analisadas a partir do processo de análise dos núcleos de sentido (ANS). A técnica consiste no desmembramento do texto em núcleos de sentido que são formados a partir da investigação dos temas psicológicos que se destacam no discurso (Bardin, 1977); “os temas são categorizados pelo critério de semelhança de significado semântico, lógico e psicológico” (Mendes, 2007, p. 73). A partir dos resultados e das análises, encontramos uma provável relação entre sofrimento e adoecimento psíquico dos mestrandos e doutorandos entrevistados e os enfrentamentos das fustigadas gerencialistas, presentes nas diretrizes que estruturam e mantêm os PPGs *stricto sensu*.

É um cenário emergente, que requer aproximação dos atores envolvidos, a fim de propor discussões e ações coletivas que possibilitem a maximização de cuidados com a saúde psíquica dos profissionais da educação e a minimização das práticas quantofrênicas e pragmáticas do gerencialismo tecnicista.

Subjetividade e Saúde Mental do Pesquisador

Acreditamos que falar sobre a subjetividade e a saúde mental é bastante complexo, haja vista as inúmeras possibilidades conceituais a esse respeito. Por isso, trilhamos um caminho de conceitos que

permitem relacionar a subjetividade, a saúde mental e o trabalho, partindo de contribuições da Psicossociologia do Trabalho, da Psicodinâmica do Trabalho e da Psicanálise.

Iniciamos com a indagação: O que é a saúde? Parece simples definir saúde, mas não o é. Dejours (1986) relaciona três elementos a serem considerados para uma melhor compreensão da noção de saúde: a fisiologia, a psicossomática e a psicopatologia do trabalho. Vejamos cada um dos elementos. A fisiologia ensinou que o organismo não se encontra num estado estável, ele não para de se mexer, está o tempo todo em mudança, mesclando-se em movimentar-se, aquietar-se, vontade de ter atividades ou dormir. Portanto, a contribuição da fisiologia no entendimento da saúde é que a vida é concebida de movimentos, e a liberdade desses movimentos é o primeiro ponto a ser discutido. Por isso que, quando o trabalhador executa tarefa fixa, regular, imutável e repetitiva é possível causar-lhe muito mal.

Como segundo elemento para melhor compreensão da noção de saúde, Dejours (1986) menciona a psicossomática, assinalando para uma relação existente entre o que se passa na cabeça das pessoas e o funcionamento de seus corpos. Assim, entre um e outro, há relações que se estabelecem em permanência. Há doenças que ocorrem em momentos em que o sujeito está passando por alguma situação no plano psíquico, no plano mental e no plano afetivo; “existem doenças que são desencadeadas por uma situação afetiva difícil, por uma espécie de impacto psíquico” (p. 2). Partindo para o entendimento da saúde a nível psíquico, Dejours (1986) discorre sobre a angústia considerada penosa, tida como uma causa de sofrimento; porém,

[...] a saúde não consiste absolutamente em não ter angústias (...) há pessoas que, embora angustiadas, encontram-se em boa saúde. Não se trata de acabar com a angústia, mas de tornar possível a luta contra ela, de tal modo

que se a resolva, que se a acalme momentaneamente, para ir em direção a outra angústia (p. 2).

A nível psíquico, sobre as questões mentais, não há um estado de bem-estar e de conforto, mas objetivos, desejos e esperanças; ou seja, o desejo é o que move as pessoas a viverem (Dejours, 1986). A saúde mental não é, certamente, o bem-estar psíquico; a saúde é quando se permite ao sujeito ter esperança!

Silva (2020) abaliza que saúde mental pode ser descrita como o “equilíbrio emocional entre as exigências ou vivências externas e os desejos subjetivos, é um estado de bem-estar emocional e psicológico, através do qual o sujeito é capaz de utilizar suas capacidades cognitivas, habilidades afetivas e funções sociais” (p. 429), permitindo responder, desta forma, às solicitações da vida cotidiana.

No olhar da Psicodinâmica do Trabalho, de acordo com Dejours (2004), o trabalho sempre coloca à prova a subjetividade, da qual esta última pode sair enaltecida, acrescentada ou, contrário a isso, diminuída, mortificada. Logo, o trabalho, nesse contexto, é um elemento fundamental para a saúde, e a indagação: “qual o trabalho?”, é a questão relevante que vigora na psicopatologia do trabalho – definida como o terceiro elemento nessa conceituação de saúde, principalmente em relação à vida mental, funcionamento psíquico e organização do trabalho.

A organização do trabalho é definida por Dejours (1986) como a divisão das tarefas e a divisão dos homens. E qual a relação da organização do trabalho com a saúde mental? O conteúdo das tarefas e as relações humanas imbricadas na organização do trabalho atingem diretamente o funcionamento mental das pessoas que trabalham. Algumas são mais perigosas do que outras, acarretando sofrimento, doenças mentais e físicas, principalmente porque essas organizações do

trabalho atacam o desejo do trabalhador. Todavia, quando a organização do trabalho possibilita que o trabalhador se sinta melhor depois de um trabalho realizado, quando a tarefa oferece um campo de ação, um terreno privilegiado para que o trabalhador concretize suas aspirações, suas ideias, seus desejos, essa situação torna-se favorável à saúde mental, considerada um meio de equilíbrio.

Qual a relação da subjetividade com o trabalho? Conforme aponta Dejours (2004), trabalhar é engajar sua subjetividade num mundo ordenado, hierarquizado e coercitivo, perpassado pela luta para a dominação. “O trabalho não é apenas uma atividade; ele é, também, uma forma de relação social, o que significa que ele se desdobra em um mundo humano caracterizado por relações de desigualdade, de poder e de dominação” (p. 31). Isso pode significar que, no sofrimento mental relacionado ao trabalho e em suas expressões mórbidas, é a subjetividade do indivíduo que é atingida; ela é construída ao longo das experiências sociais da existência de cada ser humano.

O fato de a subjetividade referir-se àquilo que é único e singular do sujeito não constitui que sua origem esteja no interior do indivíduo, e sim, justamente nas suas relações sociais. Sendo assim, ao se apropriar ou se subjetivar de tais relações de forma única – entendendo a partir desse fato que o desenvolvimento da subjetividade ocorre pelo intercâmbio contínuo entre o interno e o mundo externo e coletivo – é que ocorre essa dialética da construção do sujeito (Silva, 2020).

Por isso que “a perspectiva utilitarista e o primado da racionalidade instrumental, levam a negar uma dimensão particularmente essencial do humano: os seres humanos não são coisas, mas sim o produto de uma história da qual ele procura se tornar o sujeito” (Gaulejac, 2007). Isso posto, compreendemos que o sujeito, na sua relação com o trabalho, comparece com o seu corpo, seu psiquismo,

sua comunicação, com a sua vida inventiva, enfim, com sua subjetividade, que é acionada para a produção, seja ela materializada em produtos, serviços ou em produção intelectual, científica (Ricieri, 2022).

Esse ponto nos leva a refletir que, ao produzir artigos, livros, conhecimento, o sujeito (pesquisador) também despende suas energias, pois há um desgaste não somente cognitivo, mas físico e mental, que pode vir a ser agravado com as diretrizes imperativas do contexto gerencialista e produtivista, no qual se preconiza a produção intelectual de maneira quantofrênica e desenfreada para obtenção de resultados quantificáveis estabelecidos como indicadores de desempenho, acarretando no produtivismo acadêmico.

Gerencialismo e Educação no Brasil

Dialogar sobre a educação é promover reflexões sobre uma das práticas mais propulsoras para o desenvolvimento de uma sociedade. Não há como abordar a temática que circunda a educação sem, contudo, retomarmos as diretrizes políticas e gestionárias presentes nas últimas décadas, principalmente no Brasil. No discurso da ideologia neoliberal, a educação deixa de ser parte do campo político e social para ingressar no mercado e funcionar de acordo com sua regência.

Muitas organizações privadas se valeram de ganhos com as transformações contemporâneas, otimizando seus resultados econômicos, financeiros, abrangência de mercado e competitividade. O setor público também sofreu alterações a partir da reforma do Estado brasileiro nos anos 90, em decorrência da implementação de modelos gestionários que reconfiguraram a organização do trabalho do servidor público, o qual passou a ser maciçamente avaliado e cobrado por desempenho e produtividade, assemelhando-se aos ditames

mercadológicos do setor privado. Essas incompatibilidades acarretaram fonte de sofrimento psíquico para os trabalhadores do setor público (Nardi, 2006).

E na educação, como isso aconteceu? Seguindo esse raciocínio sobre o mercado e o neoliberalismo, Cruz (2003) destaca que a ideologia neoliberal propõe a transferência da lógica do mercado para a educação – nomeando a livre concorrência como ação fundamental para a garantia da qualidade e da eficiência dos serviços educacionais prestados. Do mesmo modo, transfere a “meritocracia vigente no campo empresarial para o educacional, pois assim estaria garantindo o estabelecimento de critérios competitivos, adequados para promover os mais capazes e esforçados” (p. 66).

No bojo dessas transformações, a marcante década de 90 protagonizou um contingente de reformas educacionais que influenciaram o trabalho docente, levando a novas exigências educacionais no âmbito de um mercado competitivo. A instauração da lógica do mercado neoliberal, da racionalidade empreendedora, da autonomia, da competitividade pautada nas exigências de produtividade, desencadeou um processo de deterioração das condições de trabalho (Ricieri, 2022).

Toda a ideologia disseminada nas políticas públicas e nas organizações se evidenciam através das diretrizes definidas pelos gestores e as praticadas pelas equipes de pessoas que, hierarquicamente, são responsáveis em torná-las exequíveis. Esse processo é permeado pela gestão (Gaulejac, 2007, p. 40), apresentado como “um conjunto de técnicas, destinadas a racionalizar e otimizar o funcionamento das organizações. A gestão é, definitivamente, um sistema de organização de poder”. Todavia, de acordo com o autor referenciado, a gestão não é um mal em si, porque é legítimo que

organizar o mundo, preocupar-se com a rentabilidade e otimizar a produção, desde que tais preocupações melhorem as relações humanas e a vida social, não suplantando a condição humana dos trabalhadores.

Para Gaulejac (2007), a educação está se colocando a serviço da economia para satisfazer as demandas do mercado de emprego, de tal modo “que todos os aspectos da existência humana são apreendidos no registro da gestão” (p. 315). Nesse sentido, o gerencialismo carrega em si um ordenamento da produção científica e tecnológica que se insere e catalisa um cenário precário de trabalho propiciado aos sujeitos que a produzem, que se encontra marcado pelo aumento compulsório do desempenho, atrelado à ambiguidade aviltante da escassez de investimentos/recursos dirigida ao certame (Ricieri & Silva, 2019).

Modelo gerencialista na pós-graduação *stricto sensu*

A implementação da reforma educacional pelo governo brasileiro, na década de 90, estava orientada, sobretudo, à modernização e profissionalização do sistema educativo que deveria ocorrer em nível nacional, tendo fortes implicações do modelo gerencialista na educação. Os parâmetros de produtividade causam impactos sobre os docentes vinculados aos Programas de Pós-Graduação, pois estes têm a missão de manter uma elevada produção científica sobre a austera pena de serem desvinculados dos mesmos. Seguindo essa linha de pensamento, Costa e Goulart (2018) alertam para o chamado “capitalismo acadêmico” como uma forma de conceber a educação como percurso que consiga dar conta, de maneira criativa, da exacerbada produtividade regida pelos direcionamentos do capitalismo.

São estabelecidas diretrizes para avaliação dos programas, uma das prerrogativas para que um professor possa fazer parte do mesmo

são as exigências de produção científica dos docentes e discentes, computadas através de relatórios como o Relatório da Plataforma Sucupira da CAPES, compilado a cada quadriênio, e que consiste na Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Cabe à Capes, também, realizar periodicamente a avaliação das principais revistas científicas de cada área de conhecimento por meio do Qualis³, que é um conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para a avaliação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Pelo Qualis é atribuído um “estrato” a cada periódico, representando um somatório de pontos para cada artigo nele publicado (CAPES, 2010; Barata, 2016).

Esse sistema de avaliação tem provocado um impulso à pós-graduação no Brasil; por um lado, considerado bom; todavia, devido às pressões por produção científica, tem elevado a realização de pesquisas superficiais apenas para cumprir tais exigências, o que tem acarretado na busca por publicação a todo custo, criando o chamado produtivismo acadêmico (Borsoi & Pereira, 2013).

Contudo, torna-se importante diferenciar o que é o produtivismo acadêmico e a produção científica. De acordo com Sguissardi (2010), derivado dos processos de avaliação da pós-graduação, o produtivismo acadêmico é compreendido como um fenômeno caracterizado pela excessiva valorização da quantidade de produção científica gerada no âmbito acadêmico e pela escassa atenção à sua qualidade, à formação e ao bem-estar dos pesquisadores, é a produção percebida de forma quantofrênica. Entendemos que o produtivismo caracteriza-se como

³ Sistema que afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise de qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos. A função do QUALIS é exclusivamente a de avaliar a produção científica dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender às necessidades específicas do sistema de avaliação da CAPES, e é baseado nas informações fornecidas por meio do módulo Coleta da Plataforma Sucupira.

uma pressão ou estímulo à produção, em circunstâncias mercadológicas poderia ser válido se produzir cientificamente fosse uma mercadoria e não um trabalho intelectual de altíssimo nível.

O produtivismo acadêmico, conforme apontado por Sguissardi e Silva Júnior (2009), assemelha-se a um processo de pesquisa de produção em massa, e os trabalhadores envolvidos – no caso, docentes, discentes e pesquisadores – passam a ser avaliados e medidos por números. Nesse sentido, o tempo para reflexão não é priorizado e o desenvolvimento intelectual passa a significar apenas números em rankings e tabelas que pontuam e classificam as instituições de ensino.

Implicações do gerencialismo na formação de mestres e doutores

Na apreciação de Gaulejac (2007), a doença da gestão contemporânea é o gerencialismo, que se tornou uma verdadeira epidemia. O autor esclarece que a gestão não é um mal em si, não é maléfica, não é uma patologia. Entretanto, “a gestão se perverte quando favorece uma visão do mundo na qual o humano se torna um recurso a serviço da empresa” (p. 79), uma vez que “a metáfora da doença é um artifício para descrever diferentes sintomas que decorrem diretamente do modo pelo qual a gestão apresenta problemas e soluções que ela preconiza para os resolver” (Gaulejac, 2007, p. 148).

O autor supracitado também aponta que a obsessão gerencialista por resultados – a qual contabilizou a maximização de todas as vantagens com o mínimo de custos, sempre no prazo mais curto possível e com a exploração de pessoas – avançou no setor privado ao longo da reestruturação produtiva norteada pelo neoliberalismo, presente no setor público pelo não preenchimento das vagas deixadas pelos funcionários que, no decorrer dos anos, se aposentaram,

morreram ou outras causas. Isso tudo resulta em sobrecarga de trabalho para os demais, que permanece afetando a qualidade dos serviços prestados e a saúde dos trabalhadores.

Resultados e discussão

Pautado no referencial teórico da Psicossociologia do Trabalho e na Psicodinâmica do Trabalho, e com um arsenal de expressões e falas riquíssimas que coletamos com a realização das entrevistas, vamos apresentar apontamentos referentes a dois núcleos de sentido: gerencialismo na educação e saúde mental, e o pesquisar e o(a) pesquisador(a): subjetividade e saúde mental.

No núcleo de sentido ‘gerencialismo na educação e saúde mental’, abordamos aspectos centrais das diretrizes gerencialistas que norteiam a educação de modo geral. Já no núcleo de sentido ‘o pesquisar e o(a) pesquisador(a): subjetividade e saúde mental’, procuramos conhecer os aspectos relacionados à subjetividade, e as implicações advindas das diretrizes do gerencialismo e impactos na saúde mental que reverberam em sofrimento.

Núcleo do sentido: gerencialismo na educação e saúde mental

No paradoxo entre “ser excelente” no trabalho e “ter qualidade na produção científica”, como fica a saúde mental do pesquisador diante do produtivismo? De acordo com Faro (2011), o principal dilema enfrentado pelo corpo docente e discente de PPGs incide no constante imperativo de aumento no volume de produção bibliográfica, levando à cultura de produtivismo e quantitativismo, o que tem acarretado sobrecarga dos pesquisadores. Além do mais:

[...] somam-se queixas em relação aos rigorosos critérios de avaliação da CAPES, às dificuldades quanto à progressão do nível mestrado para doutorado dos cursos de pós-graduação e as exigências quantitativas e qualitativas para essa ascensão (p. 52).

Nem sempre é possível conciliar vida pessoal, pós-graduação e outros trabalhos. Como assevera Dunker (2010), “vida real: o mundo não vai parar para você fazer sua tese. Você precisa sobreviver a tudo isso levando a cabo seus próprios sonhos de autonomia e liberdade” (p. 5). Percebemos essa situação na fala do(a) entrevistado(a) E1: *“é a realidade de alguns colegas que estão conciliando trabalhar o dia todo, enfim, trabalhar oito horas por dia e precisar escrever e dar conta desses prazos... não é fácil”*.

Para Silva (2009), embora não seja possível quantificar a angústia e o sofrimento humano de quem vive sob essa pressão da publicação, é importante atentar para a indagação de que o sentimento daquele que vivencia esse cenário não é quantificável, e que “nem todos somos escritores, nem todos temos os mesmos recursos e habilidades. Nem todos querem escrever e publicar. No entanto, não publicar é uma espécie de suicídio acadêmico e a condenação à exclusão” (p. 2).

A questão dos prazos apertados com os quais se deparam no mestrado e doutorado, além das exigências altamente criteriosas de excelência do que se produz, como por exemplo, os critérios estabelecidos pelo sistema de avaliação de periódicos Qualis, é evidenciado na fala do(a) entrevistado(a) E2: *“Essas coisas... de que a gente precisa fazer, tem que terminar, tem que produzir.... ah tem que fazer um artigo para amanhã, tem que fazer um artigo para outra semana, tem que produzir”*. Complementando com a fala do(a) entrevistado(a) E3: *“Essa questão do produtivismo vem lá de cima, se a gente pensar... porque nossos orientadores são cobrados por produtividade, a CAPES gira em torno*

disso, tem aquelas plataformas lá... tipo Sucupira, que eles têm que constantemente estar alimentando, para ver se ele tem projetos em vigor, quais alunos, quantos artigos são produzidos, e aí acaba afetando a gente, que somos cobrados diretamente pelos nossos orientadores”.

Como essas situações afetam a subjetividade do pesquisador? Sabemos o quanto a identificação e o reconhecimento são fatores cruciais para a subjetivação e o fato de “dar sentido ao trabalho”. Conforme delineado por Dejours (2004), o trabalho não se reduz a uma atividade de produção no mundo objetivo, ele sempre coloca à prova a subjetividade, “trabalhar constitui, para a subjetividade, uma provação que a transforma. Trabalhar não é somente produzir; é, também, transformar a si mesmo e, no melhor dos casos, é uma ocasião oferecida à subjetividade para se testar, até mesmo para se realizar” (p. 30).

Infelizmente, no Brasil, o trabalho acadêmico não é reconhecido como trabalho por grande parte da sociedade, que indaga: “você não trabalha? só estuda?” ou “só dá aula?”. São comentários vindos de familiares, grupos sociais, de amigos, pessoas que não estão envolvidas no universo que compõe o mundo da pesquisa. Segundo Dejours *et al.* (1994), “um trabalho intelectual pode se revelar mais patogênico que um trabalho manual” (p. 31).

O trabalho é subordinado a um objetivo coletivo, organizado, canalizado e realizado com os outros e para os outros. Vale ressaltar que as repercussões aqui discutidas, que reverberam na saúde mental do trabalhador, não são efeitos unicamente do gerencialismo, mas resultado do modo de operacionalização do sistema educacional (especificamente dos programas de pós-graduação) regidos pelas diretrizes definidas por aqueles que detêm o poder nas instituições e organizações. Para produzir conhecimento e ciência, há a necessidade de tempo de pesquisa, de estudo e de reflexão (Ricieri, 2022).

Núcleo do sentido: o pesquisar e o(a) pesquisador(a): subjetividade e saúde mental

Há situações em que a definição dos objetivos a serem atingidos é percebida como um desafio, uma busca possível de ser alcançada, pode até gerar medo, mas sabendo que esse “outro jeito de fazer algo” permite uma identificação e flexibilização, poderá contribuir para a saúde mental. São muitos os desafios que o(a) mestrando(a) e doutorando(a) se depara no decorrer da pós-graduação, há momentos de angústia, de ansiedade e de autocobrança quando nos deparamos com a escrita, seja de um artigo, de um livro, da dissertação ou da tese.

Identificamos esse paradoxo de percepções e sentimentos de enaltecimento e diminuição impactando a subjetividade na busca pelo Mestrado e Doutorado, pelo trabalho na docência, onde a trajetória do pesquisador não se limita a realizar a pós-graduação *stricto sensu* somente para obter um título, mas também demonstra que o desejo eminente é galgar por um trabalho qualificado, em busca por uma vaga nas Universidades públicas e que possa cumprir com o papel de construir uma sociedade melhor. Todavia, para manter-se na pós-graduação é necessário ter renda, algum trabalho ou bolsa de estudo que proporcione recursos financeiros. Identificamos essa vivência na fala do(a) entrevistado(a) E4: *“Querida me dedicar... acabei conseguindo a bolsa, mas foi só um ano... aí depois eu fiquei sem fazer nada... então a questão econômica foi bem complicada ... tanto que na época do mestrado trabalhei de garçom... e doutorado a mesma coisa”*.

Nesse contexto, para que o(a) doutorando(a) ou mestrando(a) consiga cumprir com suas obrigações de trabalho do qual tem vínculo, com as etapas de uma pesquisa e a elaboração da dissertação ou tese, dos artigos, dos livros, enfim, conciliar vida acadêmica com vida laboral

requer, em muitos momentos, o seu isolamento, o afastamento do convívio familiar e social. Acompanha o cotidiano do(a) discente a solidão, porque a pesquisa requer leituras, reflexões, a compreensão do referencial teórico-metodológico definido, por vezes a transcrição das entrevistas realizadas, o entendimento do que foi apresentado pelos(as) entrevistados(as). Há, portanto, uma elevada exigência de investimento cognitivo, emocional e social. Identificamos essa vivência na fala de E5: *“Tudo para mim que era escrito em 10 páginas tinha que virar 20... esse meu processo de dificuldade de escrever.... chegava final de semana meu marido falava assim: vamos viajar? Eu não posso... às vezes, eu ficava em casa, levantava, ia sentava na mesa, voltava, ia pro quarto, não produzia nada, isso foi um sofrimento”!*

A fala do(a) entrevistado(a) E6 também corrobora nesse sentido, que comenta: *“Eu acho que tem momentos e momentos... Tem momentos que a escrita flui mais facilmente e tem momentos que é mais difícil, às vezes você fica dias e escreve cinco linhas, eu acho que é parte do processo mesmo”.*

Lembrando que, segundo Dejours *et al.* (1994), as diferentes situações de trabalho (sendo a pesquisa considerada um trabalho) associadas às características pessoais e à rigidez na organização do trabalho podem revelar-se como carga psíquica, representada como resultante da confrontação entre os desejos dos que trabalham com os desejos dos gestores, das instituições e empresas. Essa carga psíquica é difícil de ser mensurada, é repleta de elementos afetivos e relacionais, revelando-se como reguladora da carga global presente no trabalho e que pode não ser canalizada de forma a propiciar a satisfação e o prazer no trabalho, podendo, assim, desencadear sofrimento.

Considerações finais

Chegamos no momento das considerações finais, não que esse tema se esgote aqui nessas linhas que estou escrevendo, mas é preciso encerrar esta etapa. Aprendemos com as leituras e o doutorado que pesquisar é trabalhar. Trabalho intelectual que requer dedicação, tempo, desejo, paciência, disposição, curiosidade para buscar, forças para vencer o isolamento, a capacidade para escrever e produzir (Ricieri, 2022).

Nas atividades acadêmicas do pós-graduando, a maestria de ser altamente produtivo sem estar atrelado à forte pressão por atingimento de metas é considerado positivo no meio acadêmico e científico (Estácio et al., 2019). Contudo, nos deparamos com manifestações de angústia, de insatisfação entre os(as) discentes, por medo de não serem capazes de atingir as exigências e resultados, metas estabelecidas pelas diretrizes dos programas e acabarem prejudicando a si mesmo por não concluírem o mestrado ou doutorado, o(a) orientador(a), o próprio programa que poderá ser punido e a Universidade que poderá perder sua classificação e nota de acordo com o Sistema de Avaliação de Pós-graduação da CAPES e ser prejudicado pelas consequências advindas dos órgãos regulatórios.

Retomando uma citação de Dunker (2010), alertando mestrandos(as) e doutorandos(as) sobre “perder o prazo”; quem são os afetados pelas consequências punitivas: o próprio discente, seu orientador(a), o programa que ganhará menos bolsas, os colegas que terão menos bolsas para disputarem, o departamento que terá menor produção científica, a Universidade que terá que explicar a má escolha dos candidatos. É uma trajetória de isolamento, solidão e individualismo, contando com o apoio imensurável do(a) orientador(a)

para concluir o mestrado ou doutorado, mas, as consequências pelo desempenho não satisfatório, perda de prazos, dentre outros, poderá prejudicar um coletivo.

Essas consequências aterrorizam os mestrandos e doutorandos, afetam sua subjetividade e podem desencadear adoecimento, impactando na saúde mental do pesquisador. Ah, sem dúvida que os(as) discentes entrevistados(as) expressaram essa angústia, esse medo como parte do cotidiano, autocobranças, autopunições, somatizações e adoecimento mental em detrimento da amplitude das diretrizes e das punições que reverberam na subjetividade de cada um. E o ciclo se torna vicioso!

Não podemos deixar de sinalizar, novamente, o denominado produtivismo acadêmico, entendido como um fenômeno que caracteriza a produção de forma quantofrênica, a excessiva valorização da quantidade de produção científica e a escassez da atenção à sua qualidade, à formação e ao bem-estar dos pesquisadores (Sguissardi, 2010), o que afeta, em demasia, docentes e discentes dos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Identificamos, em nossa pesquisa, que a maior parte dos(as) mestrandos(as) e doutorandos(as) concilia jornada de trabalho em Universidades e Instituições de Ensino Superior ou outras atividades, a fim de obter recursos financeiros e remuneração para o sustento; são indivíduos que precisariam da bolsa de estudo para se manterem enquanto trabalham como pesquisadores. Todavia, não há bolsa de estudo disponível para todos(as) nos PPGs, a disputa por uma bolsa é acirrada e, também foi mencionado que o valor é insuficiente para manter-se, quiçá, para o sustento familiar. Esse cenário contribui para que mestrandos(as) e doutorandos(as) trabalhem em jornadas exaustivas e necessitem conciliar estudos, pesquisa, produção,

publicações, sejam competitivos e excelentes para se destacarem no “mercado acadêmico” ou mesmo para se manterem nos programas.

O tempo todo nos indagamos durante a pesquisa, o que fazer para melhorar essa situação? O que poderíamos propor para contribuir com o(a) mestrando(a) e doutorando(a) para conseguirem passar por essa etapa importante da vida educacional e profissional, conseguindo equilibrar a saúde mental sem incorrer em situações demasiadas desgastantes que os impossibilitariam, inclusive, de finalizar a pós-graduação? Nos deparamos com algumas reflexões!

Nossos(as) entrevistados(as) relataram a importância da boa relação com o(a) orientador(a), crucial para a realização e conclusão do Mestrado ou Doutorado. Todavia, há de se pensar que, fossem revistas e redefinidas as tarefas, atividades e responsabilidades dos docentes que ocupam lugares de orientação PPGs *stricto sensu* nas Universidades e IES, objetivando mais o trabalho dos mesmos para a pesquisa e aliviando ou isentando-os de outras obrigações acadêmicas que lhes exige dedicação de tempo, pensamento, carga psíquica e sobrecarga com exaustivas horas de trabalho.

Outra possibilidade que consideramos para os discentes que precisam conciliar trabalho e estudos – como já foi dito, não há bolsas de estudo para todos e os valores das bolsas são irrisórios diante de uma vida inflacionária galopante que vivemos – é que houvesse mais reconhecimento e apoio por parte das IES particulares de onde provêm o trabalho e o sustento dos mestrandos e doutorandos, talvez possibilitando horários mais flexíveis, com atividades que pudessem ser conciliadas com as obrigações dos programas e sem prejuízos financeiros, incentivando a pesquisa, fomentando a participação em eventos, congressos, entre outras alternativas.

Temos pensado em alternativas que pudessem dar apoio psicológico aos mestrands e doutorandos, como grupos de discussões sobre suas pesquisas, troca de experiências sobre as pesquisas, uma rede de apoio psicológico, um grupo de acolhimento ou apoio emocional, psicológico, com a disponibilidade de profissionais da psicologia, evitando o agravamento de adoecimentos como a depressão, crises de ansiedade, sentimentos de solidão em decorrência de isolamento.

Por fim, criar espaços de discussões sobre uma temática fundamental para a sociedade que é a educação, desde a educação básica até os programas de pós-graduação *stricto sensu*. Seria através de fóruns, congressos, simpósios, encontros estudantis com o comprometimento e a participação de gestores. Cada etapa da educação tem suas particularidades, que demandam de direcionamentos advindos de diretrizes políticas e gestonárias, portanto, de interesse de todos nós, cidadãos e cidadãs brasileiros. Não há como mudarmos somente a nível individual, a mudança tem que partir de um coletivo, atingir as instâncias superiores de onde se elaboram as diretrizes. É importante repensar essas premissas gerencialistas e produtivistas, que assolam a sociedade e massacram a educação.

Acreditamos que não há um único caminho, tampouco uma única ação. São inúmeras as transformações que precisam coexistir com mudanças de valores, atitudes e subjetividades. O convite para repensarmos o caminho que estamos trilhando e os resultados que estamos alcançando já está lançado por outros pesquisadores que nos antecederam e serviram como referências, por isso, não se esgota aqui essa discussão. Desejamos, com a nossa, pesquisa abrir possibilidades de espaços para discussões, reflexões e lutas por mudanças significativas em prol da educação, da pesquisa, da ciência e da saúde mental de pesquisadores – mestrands(as), doutorands(as) e docentes.

Referências

- Barata, R.C. (2016). Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. RBPB (Brasília), 13(30), 13-40. <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2016.v13.947>
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70
- Borsoi, I. C. F., & Pereira, F. S. (2013). Professores do ensino público superior: produtividade, produtivismo e adoecimento. *Universitas Psychologica*, 12(4), 1213-1235. Brasil. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (1995). Plano Diretor da Reforma do Estado. Brasília, DF: MARE/Presidência da República.
- Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – COPEP. (2016). Resolução n. 510, de 07 de abril 2016. Recuperado de: <http://www.ppg.uem.br/index.php/etica-biosseguranca/copep>
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. (2010). Plano Nacional de Pós-graduação [PNPG] 2011-2020. Brasília, CAPES.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. (2020). Orientações sobre o processo avaliativo CAPES Ciclo 2017-2020. Informativo no.1. Recuperado de: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>
- Costa, C. F. da, & Goulart, S. (2018). Capitalismo acadêmico e reformas neoliberais no ensino superior brasileiro. *Cadernos EBAPE.BR*, 16(3), 396-409. Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/65788>
- Cruz, R. E. da. (2003). Banco Mundial e política educacional: cooperação ou expansão dos interesses do capital internacional?. *Educ. rev.* (Curitiba), 22, 51-75. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.312>
- Dejours, C. (1986). Por um novo conceito de saúde. Palestra proferida na Federação dos Trabalhadores da Metalurgia, da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e publicada no Brasil pela Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, 14(54), 1986.
- Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Production*, 14(3), 27-34. <https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300004>

- Dejours, C., Abdoucheli, E., & Jayet, C. (1994). *Psicodinâmica do trabalho – contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Ed. Atlas S.A.
- Dunker, C.I.L. (2010). Os 27+1 erros mais comuns de quem quer escrever uma tese em psicanálise. *Revista da Associação Psicanalítica de Curitiba*, vol. 20. Curitiba: Juruá Editora.
- Estácio, L. S. S., et al. (2019). O produtivismo acadêmico na vida dos discentes de pós-graduação. *Em Questão (Porto Alegre)*, 25(1), 133-158. <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245251.133-158>
- Gaulejac, V. de. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida-SP: Ideias & Letras.
- Faro, A. (2011). Estresse e Estressores na Pós-Graduação: Estudo com Mestrandos e Doutorandos no Brasil. *Psic.: Teor. e Pesq.*, 29(1), 51-60. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722013000100007>
- Mendes, A. M. B (2007). *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Nardi, H. C. (2006). *Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Ricieri, M. (2023). *O gerencialismo e os impactos na saúde mental do sujeito que produz ciência: a mercantilização da educação e da produção científica*. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
- Ricieri, M., & Silva, G. E. (2019). Mercantilização da produção científica: impactos na saúde psíquica do sujeito que produz. In *Anais do 10º Colóquio Internacional de Psicodinâmica e Psicopatologia do Trabalho - CIPPT*. São Paulo: USP. Recuperado de <https://pro.poli.usp.br/cippt10/>
- Ricieri, M., & Silva, G. E. (2022). Verso e Reverso: produtivismo na produção científica e o adoecimento dos profissionais da educação. In: G. E. Silva, & L. M. Soldera, (Orgs). *Psicologia e Trabalho: reflexões contemporâneas*. Curitiba: Editora CRV.

Sguissardi, V. (2010). Produtivismo acadêmico. In D. A. Oliveira, A. M. C. Duarte, & L. M. F. Vieira, (Orgs). Dicionário: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação.

Sguissardi, V., & Silva Júnior, J. R. (2009). Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico. Xamã. Revista Inter Ação, 36(1), 331-336, 23.

Silva, A. O. (2009). Produtivismo no campo acadêmico: o engodo dos números. Revista espaço acadêmico, 216(XIX). ISSN: 1519.6186.

Silva, G. E. (2020). Subjetividade e saúde mental no trabalho. In M. L. G. Schmidt, (Org.). Dicionário Temático de Saúde/Doença mental no Trabalho: principais conceitos e terminologias. 1ª ed. São Paulo: Filo Czar.

7

BURNOUT COMO SINTOMA SOCIAL DOMINANTE DO TRABALHO DOCENTE

Matheus Viana Braz ¹

Introdução²

Embora seja estudado desde a década de 1970 (Maslach e Shaufeli, 1993), somente no ano de 2019 o Burnout (ou esgotamento profissional) foi oficialmente reconhecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um fenômeno ligado ao trabalho e ao emprego, o que o levou a ser incluído na nova Classificação Internacional de Doenças (CID-11) que entrou em vigor em janeiro de 2022 (World Health Organization, 2019). Na literatura, é substancialmente aceita a definição postulada por Maslach e Leiter (1997), a qual se concebe que a síndrome de Burnout (SB) corresponde a um fenômeno psicossocial ligado ao trabalho, identificado e constituído a partir de três dimensões. A *exaustão emocional* é evidenciada pelo sentimento constante de esgotamento, como se o trabalhador não encontrasse mais energias e recursos emocionais para dar conta de sua rotina, o que leva comumente à sensação de frustração. A *despersonalização* (ou *desumanização*) pode ser percebida pela predominância da irritação, da insensibilidade emocional, do isolamento psicoafetivo ou mesmo pela emergência de

¹ Doutor em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCLA). Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: mvianabraz@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1193-9753>

² O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Estado de Minas Gerais (CAAE 46413921.4.0000.5115); (ii) Agradecimento especial deve ser endereçado à Isabela Teodoro dos Santos e Maria Fernanda Flausino Couto, egressas do curso de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) que participaram da etapa de coleta dos dados analisados nessa pesquisa; (iii) Essa pesquisa foi financiada pela UEMG, mediante o Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ), chamada PROPPG nº06/2021.

sentimentos negativos, como o cinismo e a descrença. Por fim, a *baixa realização profissional* implica sentimentos de insatisfação, incompletude e incompetência, o que produz também o declínio da autoestima e do autoconceito do trabalhador (Couto e Viana Braz, 2023).

Para além dessa tríade, é comum que o Burnout seja acompanhado de manifestações psicossomáticas variadas, como distúrbios gastrointestinais, cefaleias tensionais, dores musculares, insônia, palpitações e taquicardia, dificuldades de atenção, concentração e memória, bem como diminuição da paciência e desânimo constante (Benevides-Pereira, 2002; Cardoso et al., 2017). Comportamentos compulsivos relacionados à alimentação e ao uso abusivo de álcool, cigarro e outras drogas, nesse cenário se apresentam como mecanismos compensatórios, para mitigar o sofrimento decorrente do esgotamento profissional (Andrade e Cardoso, 2012).

Atualmente, há uma vasta literatura que se debruça sobre o esgotamento profissional docente (Codo e Vasques-Menezes, 2000; Carlotto, 2002; Carlotto e Palazzo, 2006; Carlotto e Câmara, 2007; Cardoso et al., 2017), pois se trata de uma das categorias mais suscetíveis ao Burnout em nossa sociedade (Dalcin e Carlotto, 2017). Tais autores indicam que o processo de desenvolvimento da SB nessa população demora a ser percebido e se agrava progressivamente, amiúde sem a percepção e conhecimento dos pares e gestores do trabalhador. Dentre os elementos desencadeadores do esgotamento, enfatizam-se a indisciplina dos alunos, o excesso de demandas burocráticas e paradoxais, a pressão e expectativas irreais endereçada aos docentes, a falta de autonomia decisória, a sobrecarga laboral e a naturalização do estresse. Codo e Vasques-Menezes (2000) discorrem ainda sobre a falta de reconhecimento social e financeiro, a precariedade material e estrutural das escolas e as limitações de ascensão de carreira. No âmbito

institucional, a resposta predominante diante do desencadeamento do Burnout tende a se operar individualmente, por meio do afastamento do docente e devido encaminhamento a médicos ou psicólogos especializados (Dalcin e Carlotto, 2017).

De maneira a buscar caminhos alternativos à essa resposta, objetivamos nesse estudo problematizar a gênese sócio-psíquica do Burnout docente, de maneira a compreendê-lo em sua complexidade (Castro, 2013). Para tanto, nos servimos de dados empíricos coletados nos anos de 2020 e 2021, em pesquisa realizada anteriormente, cujo objetivo consistiu em compreender os fatores de risco preditivos do Burnout em professores durante a pandemia da Covid-19. Na ocasião, primeiro aplicamos um questionário sócio-demográfico e o Inventário de Burnout de Maslach (MBI) a uma amostra de 467 docentes, de variadas regiões do Brasil. Depois, realizamos 16 entrevistas em profundidade com participantes dessa pesquisa que indicaram alto risco de desenvolvimento do esgotamento profissional. Não iremos nos debruçar pormenorizadamente em tais dados, pois isso foi feito em outro trabalho (Santos et al., 2023), contudo nos debruçaremos sobre eles para avançarmos em nossas problematizações.

O contexto pandêmico foi tomado como ponto de ancoragem analítica, pois em consonância com Pessanha e Trindade (2022) defendemos que as ofensivas neoliberais (Dardot e Laval, 2016) e gerencialistas (Gaulejac, 2007) exacerbaram e reatualizaram um processo de precarização do trabalho docente iniciado nos anos de 1990 no Brasil (Oliveira e Ribeiro, 2022). Por isso, as vivências de professores durante a pandemia parecem revelar, *in status nascendi*, os efeitos sócio-psíquicos da radicalização das contradições sociais que permeiam o trabalho dessa categoria.

Argumentamos que o Burnout se configura como um Sintoma Social Dominante (no sentido atribuído pelo psicanalista Charles Melman) do trabalho docente na contemporaneidade. Ou seja, como produto do esvaziamento do sentido (Dejours, 2012) da atividade docente, o Burnout se inscreve em discursos hegemônicos que operam como regentes da organização do trabalho no âmbito da educação no Brasil. Tal inflexão conceitual cumpre o objetivo de tensionamento de uma lógica preponderante, que tende a individualizar o esgotamento profissional dos professores, psicologizando contradições estruturais de seus ofícios (Viana Braz, 2021).

Em termos estruturais, primeiro discorreremos sobre o conceito de Sintoma Social Dominante (SSD) e o articularemos com a noção de ideologia gerencialista, norteadora das práticas de gerenciamento escolar. Depois, abordaremos o esgotamento profissional docente e apresentamos pressupostos ligados à degradação do sentido da atividade da referida população. Enfim, após sustentar a tese do Burnout como SSD do trabalho docente, lançaremos luzes compreensivas que nos permitirão tecer reflexões no sentido da proposição de ações de prevenção e promoção a saúde dos docentes no nível coletivo.

Sintoma Social Dominante e ideologia gerencialista

Quando Freud começou a investigar a histeria, constatou que o sintoma neurótico seria efeito da recusa da repressão sexual. A angústia e inibição se vinculavam, portanto, à coerção do gozo sexual. Para além de suas análises e teorizações sobre a sintomática neurótica, em *Mal-estar na cultura* (1929/1996), Freud defendeu a tese de que haveria um mal-estar inerente à constituição da cultura, que seria resultado do

antagonismo entre as exigências da pulsão e as restrições que a civilização impõe à sua satisfação. Nesse conflito, os indivíduos seriam marcados pela insatisfação e pela incompletude, as quais serviriam de motor para uma busca infindável da felicidade infantil perdida e jamais reencontrada.

Diante de tal impasse, caberia aos indivíduos passar do funcionamento no princípio do prazer para o princípio da realidade, onde o desejo precisaria ser negociado e, muitas vezes, adiado. Ao passo que o indivíduo é apreendido como um ser simbólico, que sairia do registro da necessidade e entraria no registro do desejo (que é em essência incompleto e sempre insatisfeito), o mal-estar passa a ser compreendido como efeito da ausência de satisfação total ou da completude. A noção de sintoma, nesse contexto, se ampliou, foi subvertida do discurso médico, passou a ser apreendida como o resultado das negociações no processo civilizatório e como preço a pagar pela cultura, fundante e constituinte do homem. Segundo Vanier (2002), de modalidade de expressão do inconsciente (sobretudo do recalque), o sintoma passou a ser concebido também como defesa contra a angústia.

Posteriormente, em sua teoria sobre os discursos, Lacan explorou os enlaces dos modos de produção da vida social e material com a constituição do sujeito, analisando as formas como o sintoma se inscreve e circula no laço social (Costa e Dionísio, 2020). Por meio dessa perspectiva, o psicanalista francês Charles Melman (1992) cunhou o conceito de Sintoma Social Dominante (SSD) para situar um campo particular, no qual se expressa a singularidade do sintoma subjetivo, porém que se inscreve também em um mal-estar cultural, provocado por discursos dominantes localizados historicamente.

Antes de prosseguir, é preciso fazer uma digressão. Concebemos nesse estudo que todo sintoma é social, pois entre social e psíquico há uma relação de influência recíproca e irredutível (Gaulejac, 1999/2012). O social preexiste e coexiste ao psíquico. Todavia, se o psíquico é produto do social, seus efeitos sobre este último são retroativos e posteriores (Gaulejac, 1999/2012). À título de elucidação, desde Freud apreendemos que a transmissão psíquica, a dinâmica pulsional e processos primários como a identificação, a idealização e a introjeção incidem e modificam a organização do social (Viana Braz, 2021). “Observa-se, portanto, uma dinâmica recursiva e dialética do psíquico sobre o social, que faz com que o produto se torne também produtor daquilo que o produziu” (Viana Braz, 2021, p. 89).

O fato de que os sintomas se servem dos imaginários sociais em sua constituição (Vorcaro, 2004) não é dado novo na literatura. A originalidade da proposição de Melman reside no caráter estrutural e de dominância conferido ao sintoma, o qual metaforiza determinada organização do social. Embora singular, todo SSD é produto de uma formação social específica e, portanto, é homólogo a ela. Na literatura, há diversas investigações (Melman, 1992, 2003; Vorcaro, 2004; Silva, 2006; Benelli et al., 2017; Basoli e Benelli, 2019) que problematizam a ansiedade, depressão, toxicomania, anorexia e bulimia como SSDs. Tratam-se de sintomas que traduzem características de discursos hegemônicos que ocupam função central na organização de instituições de nossa sociedade.

Um SSD não se caracteriza por sua prevalência ou incidência estatística (Melman, 1992), mas por sua inscrição e correspondência a discursos dominantes em determinada época. As dimensões temporal e espacial, portanto, cumprem papel central na produção de SSDs específicos. Logo, como forma psíquica de expressão de conflitos sociais

e culturais, o SSD se configura como manifestação coletiva de angústias oriundas de contradições que permeiam nossa sociedade. Atribuímos ao Burnout o estatuto de Sintoma Social Dominante, pois sua gênese sócio-psíquica se inscreve em transformações recentes do modo de produção capitalista, marcadas pela ideologia gerencialista (Gaulejac, 2007) como discurso dominante e regente da divisão social do trabalho no âmbito da educação.

Sobretudo após a consolidação da globalização financeira, nos anos de 1980, a superação do modelo fordista de produção pelo toyotismo deu origem a um novo regime de acumulação flexível do capital (Antunes, 2018). Diante do aumento da competitividade e da reconfiguração dos padrões de competição internacionais (Viana Braz, 2019), a gestão das organizações foi requisitada a dar respostas e sentidos que servissem de base às modalidades de trabalho e emprego que emergiam. A ideologia gerencialista surge como paradigma de gestão cujo objetivo consiste em garantir o máximo de energia libidinal dos trabalhadores, mediante uma abordagem utilitarista, contábil, positivista e instrumental das relações humanas (Gaulejac, 2007; Viana Braz, 2019). A atividade de trabalho, nesse sentido, tende a ser reconhecida somente quando traduzida em números e indicadores de desempenho. A economia política se transmuta em uma economia gestonária e a corrida ao mérito se coloca como imperativo (Gaulejac e Hanique, 2015), de maneira que todos os trabalhadores devem buscar se superar constantemente, seja para lograr alguma posição de destaque, seja para afirmar sua existência social, seja para evitar a desfiliação (Castel, 2003).

Como sistema simbólico e de organização de poder, a ideologia gerencialista opera como vetor de identificação, pertencimento, controle e visa a regulação social, por meio de pressupostos subjacentes ao neoliberalismo (Dardot e Laval, 2016). De acordo com Gaulejac (2007),

tal ideologia ultrapassou a esfera organizacional, das empresas públicas e privadas, e na contemporaneidade passou a operar como reguladora de nossas relações sociais. Assentada em valores vinculados ao desejo de progredir, a celebração do mérito e a busca pela excelência, o gerencialismo parece se enraizar em diferentes esferas de nossas vidas. Cotidianamente, somos cobrados e nos sentimos cobrados para sermos produtivos, gerirmos melhor nosso tempo, nossa família, nossas carreiras, nossas emoções e finanças. O discurso dominante que se coloca de maneira categórica é o da gestão (Gaulejac, 2007). Aqueles que não seguem o léxico gerencialista comumente são tidos preguiçosos, acomodados e medíocres (Viana Braz, 2019), afinal, numa sociedade que gravita em torno do trabalho, naturalizamos a importação desse discurso para todo o tecido social.

No âmbito educacional, nos anos de 1990 uma série de reformas educacionais foram colocadas em marcha em diferentes países da América Latina (Oliveira e Ribeiro, 2022). Notadamente influenciadas por uma matriz neoliberal (Dardot e Laval, 2016), em especial no Brasil, investimentos insuficientes na formação de professores e nos sistemas públicos de ensino se colocaram em detrimento da expansão da educação privada (Fanfani, 2005; Oliveira, 2015; Oliveira e Ribeiro, 2022). Desde então, a ideologia gerencialista parece ter se consolidado como regente soberana da gestão dos sistemas educacionais, de modo que a informalização e precarização do trabalho docente é evidenciada pela intensificação das jornadas de trabalho, pelo aumento de contratos temporários e mal remunerados, assim como pela falta de autonomia e crescente burocracia nas escolas. Cada vez mais, exercitam-se nesses espaços formas de gestão baseadas em princípios e estratégias próprias de empresas privadas (orientadas majoritariamente pela racionalidade econômica), tal como a avaliação individual de desempenho e resultado,

gestão por projetos, trabalho sob demanda, avaliações numéricas sistemáticas, pagamentos atrelados a sistemas de metas, bem como a busca pelo máximo de eficácia e eficiência, em cada vez menos tempo, com a menor quantidade de recursos possível (Fanfani, 2005; Gaulejac e Guerrero, 2017; Oliveira e Ribeiro, 2022). É nesse cenário, inclusive, de flexibilização e individualização das relações de trabalho, que Venco (2019) discute o processo de uberização do trabalho de docentes da rede estadual de ensino de São Paulo, à luz dos princípios da Nova Gestão Pública (Oliveira, 2015).

Esgotamento profissional docente e a degradação do sentido no trabalho

Em consonância com pesquisadores (Baade et al., 2020; Silva, 2020, Pessanha; Trindade, 2022) que se debruçaram sobre as mudanças do trabalho docente durante a pandemia, em 2020 realizamos uma pesquisa quantitativa (Santos et al., 2023), cujo objetivo consistiu em analisar e compreender os impactos psicossociais daquele momento histórico em professores de ensino fundamental e médio no Brasil, no que diz respeito aos riscos preditores da Síndrome de Burnout.

Aplicamos um questionário sociodemográfico e o Inventário de Burnout de Maslach (MBI) em uma amostra de 467 professores de ensino fundamental e/ou médio no Brasil, tanto de escolas públicas como privadas. No que concerne às três dimensões da Síndrome de Burnout, 79,9% dos respondentes apresentaram valores acima daqueles estipulados à indivíduos saudáveis para Exaustão Emocional, 55,2% para Despersonalização e 80,9% para baixa Realização Profissional. Ainda em relação à análise dos dados provenientes do MBI, ao avaliar o risco de desenvolvimento da síndrome, constatamos que 7,5% da amostra apresentava baixo risco, 15,8% médio risco e 76,6% alto risco (Santos et

al., 2023). Não iremos nos aprofundar nessas análises, pois foram feitas em estudo anterior (Santos et al., 2023), contudo, se resgatamos tais resultados, é para demonstrar o contexto de fragilidade e alto risco ao desenvolvimento do Burnout nessa população. Ao passo que 358 professores se encontravam em situação de alto grau de risco e exposição ao Burnout, os dados sugeriram se tratar de uma categoria profissional saturada, vulnerável, sobrecarregada e que passava progressivamente por um esvaziamento de sentido em seus trabalhos.

Com efeito, de maneira a nos aprofundarmos na compreensão dos fatores de risco preditivos do esgotamento profissional, em 2021 recorremos a amostra anterior e fizemos entrevistas em profundidade com 16 docentes (que indicavam alto risco ao desencadeamento do Burnout), mediante um roteiro de entrevista semidirigida (Santos et al., 2023). Tomando como pano de fundo a ideologia gerencialista (Gaulejac, 2007) e com base nessas entrevistas, defende-se a tese do Burnout como Sintoma Social Dominante do trabalho docente contemporâneo, à luz do esgotamento profissional vivenciado pelos trabalhadores durante a pandemia da COVID-19. Duas hipóteses sustentam a pressuposição de que o esgotamento docente, durante a pandemia, é produto do esvaziamento do sentido atribuído ao ofício de professor: 1) o trabalho remoto e o contexto da pandemia reatualizaram um processo que já estava em curso, de precarização das condições e organização do trabalho dos docentes; 2) e restringiram as dinâmicas de sociabilidade e as fontes de reconhecimento entre os professores.

As entrevistas realizadas indicaram que devido à indistinção de espacialidades, o tempo de descanso e de lazer do docente passou a se confundir com seu tempo do trabalho durante a pandemia (Souza et al., 2021), assim como seu ofício interferiu na rotina de sua casa, o que colocou o professor amiúde em uma situação paradoxal (Gaulejac, 2007).

A indistinção entre espaço familiar e espaço de trabalho parece ter pulverizado ainda mais as fronteiras entre tempo de trabalho e tempo de descanso. Cristina³, docente há cinco anos, desabafou:

[...] nossa casa virou escola. Hoje eu tenho uma cadeira melhor, que eu tive que comprar. Tive que comprar computador novo. Minha casa não estava preparada para dar aula. Tive que conversar com os vizinhos, moro num prédio, então tive que avisar “a partir de hoje minhas aulas são gravadas, então por exemplo, vizinho quebrando pau dentro de casa e eu gravando aulas... outro vizinho fazendo obra... tenho uma vizinha que nem lavava roupa nos horários da minha aula... super legal. E essa questão de que o ambiente deixou de ser meu espaço pessoal. Por que antes eu saía do trabalho e ia tratar das minhas coisas pessoais, agora essa fronteira entre o pessoal e profissional acabou (Cristina).

Nesse cenário, a extensão da jornada de trabalho parece ter sido uma constante no depoimento dos trabalhadores. Cristian menciona ter gravado “[...] mais de 300 vídeos. Trabalhava de 7h da manhã até 22h30 no início da pandemia”. Andressa, por sua vez, testemunhou: “Fico no meu quarto sentada de 7h as 00h, porque faço mestrado também. Tudo do meu bolso. Fizeram eu assinar um contrato pra isentar a escola, desresponsabilizando de não ter condições de trabalho, ainda mais eu que tenho um problema na coluna”. O trabalho extraclasse, portanto, se decuplicou e coube tão somente a cada docente, de maneira isolada, encontrar maneiras de manejar sua situação. O relato de Patrícia é representativo dessa gramática:

O que me frustra é trabalhar tanto pós horário de aula. Porque a maioria das profissões você trabalha ali as 8h e depois chega em casa e vai aproveitar seus filhos, ver TV... Eu falo assim, amo a sala de aula, mas fora dali é uma loucura. Essas horas trabalhadas a mais, fora da sala, é muito cansativo. [...] Penso 24h nas coisas que tenho que fazer, nos meus alunos, nas aulas que

³ Todos os nomes adotados são fictícios.

tenho que montar, no conteúdo que tenho que passar, na matéria da prova que tenho que disponibilizar (Patrícia).

Outra injunção paradoxal (Gaulejac, 2007) emergiu no âmbito da violação do direito à desconexão, que também interferiu na privacidade do docente (Mello, 2021). Em variadas situações, os professores relataram receber excessivas mensagens e ligações, por parte da direção e dos pais, para além de seus horários de trabalho. As palavras de Edgar são ilustrativas dessa sobrecarga e da invasão de sua privacidade:

[...] era doentio, muito doentio... existiam abusos, não bastava o Whatsapp, que virou um contato profissional, existiam cobranças por horário. Muito, muito, muito mesmo. Tinham ligações... Quando eu demorava cinco minutos para responder Whatsapp eles já me ligavam, tinha reclamação. Foi triste, assim... Eu agradecia o não contato, eu tinha reuniões além do meu momento profissional, então era exaustivo... responder as demandas dos pais e da direção ao mesmo tempo (Edgar).

O paradoxo, aqui, está atrelado a ideologia gerencialista (Gaulejac, 2007) presente nas escolas, sobretudo privadas (Gaulejac e Guerrero, 2017), em que alunos são tratados segundo uma perspectiva clientelista. Em especial em contextos de crise, como o da pandemia, as escolas receiam perder alunos e passam a cobrar cada vez mais que os docentes acolham indiscriminadamente os estudantes e seus pais. Logo, os professores relataram ter assumido para si uma ampla gama de responsabilidades que não faziam parte de seu ofício: gravar aulas e disponibilizá-las em plataformas digitais, realizar reuniões e atividades fora de sua jornada formal de trabalho, bem como responder prontamente aos alunos e instâncias superiores das escolas em aplicativos como o Whatsapp. “O serviço triplicou, agora temos que preencher anexos de registro diário, questionários, também para cada alunos tenho que preencher cerca de 4 formulários”, disse Pedro.

A liberdade percebida pelos docentes, elementar para a construção e atribuição de sentido às suas atividades (Dejours, 2012), foi também colocada em xeque. Cristian, professor há mais de 20 anos, discorreu:

Quando eu comecei a dar aulas, eram mais aulas e eu tinha mais liberdade de dar aula. Não é que eram menos cobranças, mas eu me sentia mais livre. Haviam menos formulários a serem preenchidos. Hoje a burocracia é enorme. Hoje há mais preocupação em preencher relatórios do que o conhecimento do aluno. Eu consigo lecionar melhor quando sinto essa liberdade. Quando vejo que querem mais o papel do que o aprendizado, isso me frustra (Cristian).

Na iniciativa pública e na privada, o fazer docente parece ter sido subsumido pela lógica conteudista. Naturalmente, não nos remetemos a um fenômeno novo. Todavia, em concordância com Pessanha e Trindade (2022), observamos que os procedimentos administrativos, de gestão e prescrição das escolas reatualizaram a precarização do trabalho docente, em detrimento de princípios educativos caros à formação dessa categoria profissional. Os relatos abaixo exemplificam esse processo:

A forma de trabalho, assim, queremos tornar os alunos mais críticos, mas o sistema limita muito. E como vocês sabem, o sistema não quer pessoas inteligentes, críticas e que busquem seus direitos. Então isso é uma coisa que me frustra, eu não sou professor pra isso, sou professor pra mudar meus alunos (Cristian).

Quando eu estudava tinha reprovação todo ano e a gente levava mais a sério. Hoje que não tem reprovação, a gente vê que não tem compromisso, a família vai empurrando. E a gente vê que o governo gosta, porque o reprovar o aluno é um gasto. A direção fala assim “nossa, a gente não pode reprovar esse tanto de aluno. Como eu vou mandar pra SEDUC esse tanto de reprovação?” Vem de cima pra baixo. Porque atrapalha no Ideb. Eles tapam a nossa boca quando falam que não pode reprovar, que a SEDUC não aceita (Érica).

Se defendemos que os docentes se depararam com injunções paradoxais (Gaulejac, 2007) em seus ofícios, é porque eles defendem e acreditam, em sua maioria, no impacto social e no potencial de transformação da sociedade, mediante o exercício de seus ofícios. Todavia, o fazer docente parece estar cada vez mais atravessado por exigências contraditórias, que vão ao encontro de seu sentido ontológico (Pessanha e Trindade, 2022). Durante a pandemia, se as interações se tornaram escassas, a cobrança e produção se intensificou, o que implicou ainda mais sofrimento no trabalho. Leonardo, a esse respeito, compartilhou: “Eles querem nos formatar, nos colocar em pacotes, nos colocar em um lugar fechado, 8 horas por dia. As minhas maiores frustrações são: a limitação do meu fazer docente, por vir tudo pronto, e a não possibilidade de reflexão”.

Demandas burocráticas e administrativas, embora fossem cobradas e colocadas como obrigatórias, não eram consideradas como parte da jornada de trabalho do docente, de maneira que foram invisibilizadas, ainda que fossem percebidas como estratégia de gestão e dispositivo político de controle sobre o trabalho dos professores. Nas entrevistas realizadas, somente dois docentes relataram ter tido espaço para negociação das condições e organização de seus trabalhos. Em especial em escolas privadas, a ameaça tácita da demissão se colocou como imperativo e a sobrecarga laboral se naturalizou como parte da rotina dos professores, os quais desde suas casas encontravam meios limitados de respostas.

Traço característico do processo de precarização e informalização do trabalho (Antunes, 2018; Viana Braz, 2021), as escolas passaram a terceirizar aos professores os custos decorrentes da organização do trabalho. Com a exceção de uma docente, todos tiveram seus custos fixos aumentados, em função dos gastos com energia elétrica ou mesmo

devido à busca de melhoria do serviço de banda larga utilizado. Custos variáveis, por sua vez, foram também verbalizados mediante aquisição de cursos, computadores, notebooks, cadeiras, mesas, luminárias etc.

O redesenho dos processos de trabalho culminou na deterioração das condições de trabalho e, logo, implicou maior carga psíquica aos docentes. Trata-se, na perspectiva dejouriana (Dejours, 2012), de um processo no qual há dispêndio desproporcional de investimento emocional e cognitivo no trabalho, o qual vai de encontro ao desejo e mobilização da inteligência dos trabalhadores. O depoimento de Cristina traduz esse fenômeno:

No início me desesperei. Me incomodava dar aulas gravadas, nunca pensei que fosse me incomodar tanto, porque eu sou jornalista, [...] estava acostumada a lidar com câmera, falar pro público, mas nunca gostei da exposição, preferia os bastidores. [...] É uma sensação de ter que dar conta de tudo o tempo todo, então no início eu trabalhava 16 horas por dia, parava pra almoçar 15 minutos. No início foi muito difícil, péssimo, chorei até (Cristina).

Ademais da redução do tempo de descanso e da potencialização da sobrecarga laboral, os docentes se confrontaram com as mudanças nas dinâmicas de sociabilidade de sua profissão. Diante de um cenário de isolamento social, o distanciamento entre os docentes parece ter produzido uma fratura significativa em um pilar cardeal da produção de saúde no trabalho (Dejours, 2012).

Do mesmo modo, a relação professor/aluno também sofreu substanciais mudanças no ensino remoto. A falta de interações descortinou uma gramática de isolamento do docente, de distanciamento para com os estudantes, assim como reduziu os espaços potenciais de realização de si no trabalho. Isolados inclusive de seus pares, sem retorno financeiro compatível com seu trabalho, restringidas as fontes de reconhecimento de seu trabalho e distante de

seus alunos, o sentido do ofício da docência passou por um esvaziamento profundo, o que desvela um tensionamento dos projetos de vida e ideais de tais docentes.

Para piorar a situação, se a relação com os pais dos discentes já não era fácil antes da pandemia (Cardoso et al., 2017), após sua eclosão parece ter piorado. Constatamos verbalizações de professoras que mencionaram sofrimento decorrente dessa relação a partir de distintos quadrantes. Mensagens fora do horário do expediente, excesso de vigilância durante as aulas online, ameaças, atritos e queixas para instâncias superiores foram relatados variadas vezes.

Ficou constatado, nas análises dos dados coletados em 2020 e em 2021, numa perspectiva quali e quantitativa, que houve aumento dos fatores de risco preditivos do esgotamento profissional dos docentes durante a pandemia. A precarização das condições e da organização do trabalho dos professores não é um fenômeno novo (Codo e Vasques-Menezes, 2000), mas parece ter se radicalizado, sobretudo devido à restrição das dinâmicas de sociabilidade e das fontes de prazer e reconhecimento laboral. Com efeito, a significativa exposição ao Burnout parece ser produto de *uma crise na atribuição de sentido ao trabalho* realizado por essa categoria profissional.

O sentido no trabalho, nesse sentido, se opera no encontro entre a diacronia e a sincronia do espaço de trabalho (Dejours, 2012). Cada trabalhador, ao ingressar em um espaço de trabalho, carrega consigo sua história, suas heranças e sua genealogia, mas também projeta expectativas, constrói idealizações e se forja em meio a identificações. A construção de sentido, portanto, se opera pela intersubjetividade e depende do potencial de inventividade, das malhas coletivas das organizações e da capacidade de sustentação do tecido social (Viana Braz, 2021). Depende do caráter inusitado dos encontros, que se inscreve

no registro sincrônico, contudo é determinada pelas fontes de reconhecimento, prazer e sofrimento no trabalho.

Para além de um processo individual, o sentido do trabalho somente pode ser compreendido pela irredutibilidade do social e do psíquico. Ao mesmo tempo que vivências profundamente singulares da história de um trabalhador têm papel importante na atribuição de sentido que ele dá ao seu trabalho, esse processo depende também do quanto as condições e a organização do trabalho lhe oferecem ferramentas para tal. No contexto de nossa pesquisa (Santos et al., 2023), os docentes nos confiaram suas histórias, nos contaram sobre suas lutas e obstáculos encontrados para encontrarem satisfação e realização no trabalho. Todavia, o principal denominador comum encontrado, que ressoava em cada entrevista, é evidenciado pela precariedade de suportes materiais e simbólicos à construção de sentido referente às suas atividades.

Carentes de tais suportes, parece que a resposta das instituições de ensino tem sido majoritariamente endereçada pela via da cobrança de mais produtividade. Mariana, nesse sentido, discutiu essa questão, colocando em primeiro plano sua saúde:

Há umas 4 semanas eu tirei uma licença de 7 dias porque eu já tava com pensamentos repetitivos, problemas gástricos de comer em excesso por ansiedade... então tirei licença, comecei a tomar remédio homeopático, tô mais firme em não trabalhar fora do meu horário de trabalho... não trabalho nos sábados... pelo menos não nos letivos. Tô buscando cuidar mais de mim, procurar um atendimento psicológico... Aos poucos ir acrescentando essas coisas na minha rotina... Eu não consigo fazer tudo ao mesmo tempo... tenho que ir incorporando aos poucos... Já incorporei a atividade física... já perdi 1kg dos 10kg que ganhei. Não pretendo fazer curso... não consigo... eu vejo as pessoas fazendo curso, curso, curso e nossa... gente... eu não consigo fazer isso não. Eu tô tentando cuidar da minha saúde mental (Mariana).

Burnout como Sintoma Social Dominante do trabalho docente

Tomamos como foco de análise o contexto pandêmico, pois observamos que nesse período houve uma radicalização de contradições que já permeavam essa categoria profissional, o que evidenciou maior risco ao desencadeamento do Burnout. Isso revelou como discursos dominantes relacionados ao trabalho docente operam como fontes condicionantes de sofrimento laboral. Isso implica conjecturar que quanto mais a educação é concebida na forma de mercadoria, tributária às leis do mercado e à ideologia gerencialista (Gaulejac, 2007), mais são reificadas as relações sociais nas escolas, culminando na restrição de possibilidades de atribuição de sentido ao trabalho docente.

Ao resgatar as três dimensões do Burnout, observa-se que a intensificação laboral, a dissolução das fronteiras entre espaço profissional e espaço familiar, a violação do direito à desconexão do docente, bem como a sobrecarga de trabalho vivenciada, parecem culminar na *exaustão emocional*. O distanciamento entre os pares, as pressões institucionais e a falta de interação com os alunos, atreladas à desvalorização social e financeira da profissão, indicam produzir a baixa *realização profissional* e induzem à *despersonalização* (ainda que parcial). Eis, portanto, a gramática nos que nos ajuda a compreender a gênese e os nós sócio-psíquicos (Viana Braz, 2021) do Burnout docente no Brasil.

Uma vez que o Burnout é caracterizado como um processo e não um episódio (Pezé, 2022), observamos que a derrocada do sentido no trabalho para alguns docentes parece ter chegado a uma situação limítrofe, de modo que não encontravam recursos para se projetarem num futuro cuja realidade fosse distinta. A esse respeito, Ana desabafou conosco, em nosso encontro: “Eu tô pedindo pra Deus pra sair da

educação... porque tem muita coisa que eu não concordo e eu acabo sendo a única que levanta a voz. E eu acabo ficando muito desgastada”. Quando perguntamos a Leonardo, professor há 26 anos, sobre o que lhe dava prazer em seu trabalho, a resposta foi taxativa:

Hoje nada. Inclusive isso é muito triste. Quando eu estava no ensino médio, eu queria ser cientista. Uma professora me falou pra eu não ser professor, que eu não seria feliz. Mas eu ingressei e fui feliz por um tempo. Hoje, não mais. As pessoas responsáveis pela educação no Brasil não sabem o que é educação. [...] As escolas esqueceram de formar, não há uma formação continuada, para em situações futuras não expor tanto o professor. O que aconteceu foi que cobraram sem nos dar formação. E no desespero, quem salva a gente hoje nesse país é só médico e psicólogo (Leonardo).

De maneira a ocultar ou mitigar os conflitos que se apresentam na cena escolar, as respostas predominantes do gerencialismo parecem ter sido substancialmente centradas no nível individual, em detrimento ao coletivo. Cristina nos relatou uma situação que ilustra de maneira cristalina essa argumentação. Docente desde 2015, em dado momento da pandemia a professora começou a ter crises de choro e a “passar mal”. Em suas palavras, “tive colegas com vários problemas de saúde, trombose, alopecia... porque os professores estavam com medo de conversar uns com os outros, de demonstrar fraqueza e cansaço e não ser bem aceito”. Dias depois, ao conversar com uma colega de trabalho, tal docente confidenciou a Cristina que “deu aula com a lixeira do lado dela, vomitando... que ela fechava a câmera, vomitava, voltava pra dar aulas.”. Nesse momento, exaltada, Cristina nos relatou os fatos subsequentes:

[...] aí eu falei “não, não dá! isso tem que mudar!” também porque eu tava dando aula pra EJA ano passado, alunos mais velhos... e os idosos estavam me ligando por não saber ligar o computador, e eu dava aulas das 7h às 22h. Aí eu pirei total, entrei em colapso. Não conseguia conversar com as pessoas sem agredir... e aí eu fui conversar com a coordenadora pedagógica e falei

que não tava dando certo. Minha sensação era que eu ia pifar... e falei pra ela que eu sabia que isso também tava acontecendo com outros colegas, e que a escola precisa olhar. Eu falei “você sabem que isso tá acontecendo” e a resposta que eu tive foi “isso é um problema individual, cada um tem que dar conta dos seus problemas”. Na hora, minha vontade era de chorar, jogar o telefone. Aí eu falei que não é pessoal, é um problema do trabalho. Então, eu falei que ia resolver meu problema individual, e que então vou largar a EJA. Aí ela falou que não podia, perguntou como iam arrumar outro professor. Aí eu falei que isso era um problema dela, que é problema da escola arrumar professor, não é um problema meu (Cristina).

Ao passo que Gaulejac e Hanique (2015) defendem que os conflitos no trabalho são amiúde frutos de contradições não resolvidas nas organizações, apreendemos que o discurso gerencialista opera para evitar que tais conflitos insurjam coletivamente. Ao endereçar o sofrimento tão somente ao nível individual, reforçam-se os sentimentos de fracasso, solidão e desilusão, concebidos por Pezê (2022) como os elementos mais decisivos ao desencadeamento do Burnout.

Imersos na urgência, no imediatismo e cobrados para se adaptar permanentemente, os docentes parecem sentir de maneira cada vez mais deletéria o peso das cobranças que se apresentam no espaço escolar. Se defendemos que o Burnout constitui um Sintoma Social Dominante do trabalho docente, é porque sua estrutura sintomática é produto de conflitos produzidos no seio da transposição da ideologia gerencialista ao âmbito educacional. Isso implica reconhecer que o sentimento de impotência, a irritabilidade, o cansaço de si, a hiperatividade laboral, a indistinção de espaço familiar e espaço de trabalho, a perda do direito a desconexão, etc, não são efeitos colaterais de eventuais falhas na gestão de uma instituição de educação. Ao contrário, tais sintomas, característicos do esgotamento profissional docente (Cardoso et al., 2017), são o reflexo da radicalização dos pressupostos gerencialistas.

O quadro nosográfico do Burnout se inscreve em discursos predominantes que determinam as condições de trabalho dos professores. Reflexo também da estrutura do laço social contemporâneo (Viana Braz, 2019), o adoecimento docente é fruto de um engodo, disseminado no seio das instituições de ensino. Em outros termos, nossos dados indicam que os docentes mais suscetíveis ao Burnout são exatamente aqueles que mais se dedicam emocional e cognitivamente aos seus ofícios (Santos et al., 2023), cujo trabalho cumpre função de centralidade (ou de exclusividade) em suas vidas. São aqueles, portanto, que interiorizam os imperativos do gerencialismo e naturalizam a competição, o isolamento psicoafetivo e a resignação com o funcionamento do coletivo (Santos et al., 2023).

Dispende-se um alto contingente de energia para lograr objetivos irrealizáveis ou mesmo para sanar conflitos que fogem substancialmente do campo de autonomia e atuação do docente. Conforme evidenciado nas entrevistas realizadas, nesse cenário se instaura uma relação de dependência com o trabalho, porém parece que a sobrecarga e o estresse passam a ser naturalizados, sobretudo pela gestão, como se fossem frutos somente de escolhas pessoais (embora sejam vividos pelos docentes como respostas às exigências das escolas).

Considerando sua dimensão organizacional e sócio-histórica (Castro, 2013), o Burnout é compreendido como resposta psíquica a conflitos entre as normas sociais, culturais e os desejos e necessidades individuais dos trabalhadores. Logo, defender o Burnout como SSD do trabalho docente nos parece fundamental, pois nos possibilita fazer uma inflexão reflexiva, cujos desdobramentos práticos são norteadores de estratégias de tensionamento à lógica hegemônica de individualização do sofrimento (Viana Braz, 2021). Para que os

trabalhadores possam externalizar as tensões nas quais são imersos, se revela premente a historicização do Burnout docente.

Historicizar o Burnout significa concebê-lo em sua complexidade, para além de um viés estritamente nosográfico, em favor de uma ótica analítica que considera as vivências singulares dos trabalhadores, porém atreladas às dimensões organizacionais e sócio-históricas de seus ofícios. Nesse sentido, parece que uma via profícua de ação se opera pela criação de espaços coletivos de discussão e deliberação nas escolas, que permitam a emergência de reflexões sobre a atividade docente. Tal caminho pode garantir que o problema do esgotamento profissional docente não seja tomado tão somente em sua dimensão individual, como se fosse um problema somente de uma escola ou de professores isolados. Trata-se, portanto, de localizar e colocar em debate as transformações recentes do mundo do trabalho, em que se desenha uma tendência à informalização das formas de emprego (Antunes, 2018) e precarização do trabalho docente.

Por fim, profissionais da Psicologia podem contribuir nesse campo, trabalhando junto aos docentes na mediação dos referidos espaços de discussão, em diferentes esferas. Atualmente, temos empreendido esforços nesse sentido e nossas experiências têm sido interessantes. Fizemos rodas de conversa, oficinas e intervenções diversas junto a secretarias de educação, sindicatos e, sobretudo, em escolas municipais e estaduais. Não se trata de se colocar como especialista e tampouco fazer grupos psicoterápicos nas escolas. Ao contrário, nos referimos ao papel de facilitação, para que sejam criados espaços seguros de reflexão, onde é possível colocar em discussão vulnerabilidades, angústias e sofrimentos variados, mas também colocar em xeque as contradições que emergem da organização do trabalho docente, engendrada por jogos de força políticos, econômicos e ideológicos que contribuem para

o assujeitamento dos professores. Portanto, se a perda de sentido do trabalho docente e o Burnout passam pela pulverização dos laços tecidos entre os pares, discentes e gestão (Pezé, 2022), é por meio do coletivo que se torna possível a proposição de ações que visam a reconstrução de tais laços. Por isso, a cooperação, a solidariedade e a escuta sensível endereçada ao outro parecem ser ingredientes profícuos a prevenção do Burnout.

Conclusão

O trabalho docente se opera no âmbito de relações intersubjetivas (Viana Braz, 2021), com pares, superiores, alunos e seus pais. Quando as dinâmicas de sociabilidade se fragmentam e as fontes de prazer e reconhecimento são reduzidas (em função da radicalização da precarização do trabalho docente), cria-se um cenário propício a experiências de frustração, levando os docentes a se decepcionarem com o que fazem e com o que desejam ser, provocando uma ruptura e perda do sentido social e existencial de seus ofícios. A intensificação da atividade laboral, a falta de recursos financeiros e a naturalização de cobranças desproporcionais, produtos do redesenho das condições e da organização da atividade docente em meio à pandemia, parece ter fragilizado ainda mais as possibilidades de êxito e consumação da realização pessoal e profissional dos docentes.

As vivências de professores durante a pandemia da COVID-19 constituem operadores analíticos privilegiados ao estudo sobre o Burnout docente, pois em consonância com a literatura (Souza et al., 2021; Pessanha e Trindade, 2022; Santos et al., 2023), constatamos que nesse período as ofensivas gerencialistas (Gaulejac, 2007) e neoliberais

(Dardot e Laval, 2016) radicalizaram um processo de precarização do ofício do professor que já estava em curso em território nacional.

Ao analisar o Burnout docente, a partir de sua complexidade sócio-histórica, compreendemos que sua gênese sócio-psíquica está ligada ao esvaziamento de sentido atribuído às atividades laborais pelos professores. Defendemos, nesse contexto, que o Burnout se consolida como um Sintoma Social Dominante do trabalho docente na contemporaneidade, pois inscreve-se em discursos hegemônicos (gerencialistas) organizadores e determinantes das condições de trabalho nas escolas.

Tal inflexão conceitual possui dois desdobramentos. Primeiro, trata-se de reconhecer que o quadro nosográfico do Burnout não é produto de um efeito colateral decorrente de eventuais falhas na organização do trabalho docente. Ao contrário, o Burnout é reflexo da radicalização de pressupostos gerencialistas que determinam as condições de trabalho docente. Segundo, tensiona-se uma lógica preponderante que tende a individualizar o esgotamento profissional dos professores, psicologizando contradições e conflitos elementares de seus ofícios (Viana Braz, 2021).

Pezé (2022) sublinha que o Burnout não é uma doença, mas uma síndrome de adaptação. Com efeito, a definição do Burnout e seu impacto sobre a saúde dos trabalhadores é proteiforme e cambiante, pois flutuam de acordo com as transformações das organizações e do mundo do trabalho. Nesse estudo, os dados analisados levam a crer que o esgotamento profissional docente é um fenômeno coletivo, expressão de um processo institucional e sócio-histórico em curso na sociedade atual, de flexibilização e precarização das relações de trabalho (Venco, 2019; Pessanha e Trindade, 2022; Oliveira e Ribeiro, 2022).

A desestruturação das trajetórias profissionais dos professores, nessa direção, torna cada vez mais escassas as possibilidades de realização pessoal dos trabalhadores, desferindo um “golpe” na saúde dos docentes (parafraseando expressão comumente utilizada por Dejours). Portanto, conceber o esgotamento profissional como um acontecimento de ordem individual significa individualizar sofrimentos que são, antes de tudo, coletivos, bem como psicologizar contradições sociais que encerram os professores em situações paradoxais. O que está em jogo é a saúde mental dos docentes e a busca pela melhoria de suas condições de trabalho.

Os altos índices de risco ao desencadeamento da Síndrome de Burnout, em si, já denotam a importância de ampliar tais discussões. Nas análises e problematizações realizadas, explicitamos em quais condições se operam a degradação de sentido do trabalho docente. Ao fazer este percurso, propusemos caminhos alternativos, pela via da construção de espaços coletivos de discussão e deliberação, de maneira a promover a saúde dos docentes e a reconstrução de espaços de escuta e sociabilidade nas escolas brasileiras.

Referências

- Andrade, Patrícia Santos de., Cardoso, Telma Abdalla de Oliveira. (2012). Prazer e dor na docência: revisão bibliográfica sobre a Síndrome de Burnout. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, 21(1), 129-140. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000100013>
- Antunes, Ricardo. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.
- Baade, Joel Haroldo., Gabiec, Cristiane Elizabeth., Carneiro, Fabiana Kitiane., Micheluzz, Sandra Ciane Prawucki., Meyer, Pablo Andrés Reyes. (2020). Professores da educação básica no Brasil em tempos de COVID-19. *HOLOS*, Natal, 5(1), 1-16, 2020. <https://doi.org/10.15628/holos.2020.10910>

- Basoli, Laura Pampana., Benelli, Silvio José. (2019). Medicalização como Sintoma Social Dominante: estratégias a partir do Paradigma Psicossocial. *Revista de Psicologia da UNESP, Assis*, 18(1), 217-242.
- Benelli, Silvio José., Périco, Waldir., Costa-Rosa, Abílio da. (2017). Por um psicólogo não normalizador no contexto das instituições públicas. *Revista de Psicologia da UNESP*, 16(1), 01-17.
- Benevides-Pereira, Ana Maria (Org.). (2002). *Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador*. Casa do Psicólogo.
- Cardoso, Hugo Ferrari., Baptista, Makilim Nunes., Sousa, Denise Francioni Amorim de., Goulart Júnior, Edward. (2017). Síndrome de Burnout: Análise da literatura nacional entre 2006 e 2015. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, Brasília, 17(2), 121-128. <https://dx.doi.org/10.17652/rpot/2017.2.12796>
- Carlotto, Mary Sandra. (2002). A Síndrome de Burnout e o trabalho docente. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 7(1), 21-29. <https://www.scielo.br/j/pe/a/hfg8JKJTYFpgCNqgLHS3ppm/?format=pdf&lang=pt>
- Carlotto, Mary Sandra., Palazzo, Lilian dos Santos. (2006). Síndrome de Burnout e fatores associados: um estudo epidemiológico com professores. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 22(5), 1017-1026. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006000500014>
- Carlotto, Mary Sandra., Câmara, Sheila Gonçalves. (2007). Preditores da Síndrome de Burnout em professores. *Psicologia Escolar e Educacional*, Campinas, 11(1), 101-110. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572007000100010>
- Castel, Robert. *La insécurité sociale*. Paris: Seuil, 2003.
- Castro, Fernando Gastal de. (2013). Burnout e complexidade histórica. *Revista Psicologia, Organizações e Trabalho*, Florianópolis, 13(1), 49-60. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v13n1/v13n1a05.pdf>
- Codo, Wanderley., Vasques-Menezes, Iône. (2000). *Burnout: Sofrimentos psíquicos dos trabalhadores em educação*. Cadernos de Saúde do Trabalhador: Central Única dos Trabalhadores. [http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2007/T1-6SF\(Educao\)/Burnout_Cartilha_CNTE_e_CUT.pdf](http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2007/T1-6SF(Educao)/Burnout_Cartilha_CNTE_e_CUT.pdf)

- Costa, Maico Fernando., Dionísio, Gustavo Henrique. (2020). Aproximações possíveis: Marx e Freud, a práxis da psicanálise e a política. *Revista Internacional de Humanidades*, São Paulo, 09(01), p. 23-31. <https://doi.org/10.37467/gka-revhuman.v9.2473>
- Couto, Maria Fernanda Flausino., Viana Braz, Matheus. Da perspectiva nosográfica à sócio-clínica: desafios para o diagnóstico da síndrome de burnout. *Revista Laborativa*. 12(2): 06-32, 2023. <http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>
- Dalcin, Larissa., Carlotto, Mary Sandra. (2017). Síndrome de Burnout em Professores no Brasil: considerações para uma agenda de pesquisa. *Psicologia em Revista*, São João del Rei, 23(2), 745-771. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n2p745-770>
- Dardot, Pierre., Laval, Christian. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução: M. Echalar. São Paulo: Boitempo.
- Dejours, Christophe. (2012). *Trabalho vivo: trabalho e emancipação*. Tradução: Frank Sudant. Brasília: Paralelo 15.
- Fanfani, Emilio Tenti. (2005). *La condición docente: análisis comparado de la Argentina, Brasil, Perú y Uruguay*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.
- Freud, Sigmund (1929). *El malestar en la cultura*. In: Obras Completas, vol. XXI. Buenos Aires: Amorrortu, 1996.
- Foucault, Michel. (1997). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Gaulejac, Vincent de. (1999). *L'histoire en héritage: roman familial et trajectoire sociale*. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2012.
- Gaulejac, Vincent de. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Tradução: Ivo Storniolo. Aparecida: Ideias & Letras.
- Gaulejac, Vincent de., Hanique, Fabienne. (2015). *Le capitalisme paradoxant: un système qui rend fou*. Paris: Seuil, 2015.
- Laplanche, Jean., Pontalis, Jean-Bertrand Lefebvre. (2001). *Vocabulário da Psicanálise*. Tradução de P. Tamen. ed. 4, São Paulo: Martins Fontes.

- Maslach, Christina., Shaufeli, Wilmar. (1993). Historical and Conceptual Development of Burnout. In W. Shaufeli, C. Maslach, T. Marek. (Orgs.). *Professional Burnout: Recent Developments in Theory and Research*. pp. 01-26, Taylor & Francis.
- Maslach, Christina., Leiter, Michael. (1997). *Trabalho: fonte de prazer ou de desgaste?* Campinas: Papirus.
- Melman, Charles. (1992). *Alcoolismo, delinquência, toxicomania: uma outra forma de gozar*. São Paulo: Escuta.
- Melman, Charles. (2003). *Novas formas clínicas no início do terceiro milênio*. Porto Alegre: CMC.
- Mello, Édina Maria Machado de. (2021). Direito à desconexão e dano existencial no trabalho remoto de profissionais da educação. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. 118f.
- Oliveira, Dalila Andrade. (2015). Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. *Educação & Sociedade*, 36(01), 625-646. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87342690003>
- Oliveira, Leonardo Walas de., Ribeiro, Luis Antônio. (2022). Reflexões sobre a precarização do trabalho docente na América Latina. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, 31(3), 29-47. <https://doi.org/10.35699/2238-037X.2022.40831>
- Pessanha, Fabiana Nery de Lima., Trindade, Regina Aparecida Correia. (2022). A pandemia da Covid-19 e a precarização do trabalho docente no Brasil. *Revista Actualidades Investigativas en Educación*, Costa Rica, 22(02), 01-28. <https://doi.org/10.15517/aie.v22i2.48916>
- Peze, Marie. (2022). *Prévenir et soigner le burn-out*. Paris: Éditions First.
- Santos, Isabela Teodoro., Couto, Maria Fernanda Flausino., Pereira, Michelle Morelo., Viana Braz, Matheus. Síndrome de Burnout em professores durante a pandemia da COVID-19. *Psicologia em Pesquisa*. 17(1):e35535, 2023. <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2023.v17.35535>

- Silva, Edson Flávio Barbosa. (2006). *Mal-estar na cultura: das articulações discursivas à emergência dos sintomas sociais*. Mestrado Acadêmico em. Universidade Católica de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Psicologia, 239f.
- Silva, Amanda. (2020). Da uberização à youtuberização: a precarização do trabalho docente em tempos de pandemia. *Revista Trabalho, Política e Sociedade*, 5(9), 587-610. <http://costalima.ufrrj.br/index.php/RTPS/article/view/698>
- Souza, Katia Reis., Santos, Gideon Borges., Rodrigues, Andréa Maria., Felix, Eliane Guimarães., Gomes, Luciana., Rocha, Guilhermina Luiza., Conceição, Rosilene do Carmo., Rocha, Fábio Silva., Peixoto, Rosalda Bezerra. (2021). Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, 19(1), e00309141. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00309>
- Vanier, Alain. (2002). *O sintoma social*. Ágora, Rio de Janeiro, 5(2), 205-217.
- Viana Braz, Matheus. *Paradoxos do trabalho: as faces da insegurança, da performance e da competição*. Curitiba: Appris, 2019.
- Viana Braz, Matheus. *Trabalho, Sociologia Clínica e Ação: alternativas à individualização do sofrimento*. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.
- Venco, Selma. (2019). Uberização do trabalho: um fenômeno de tipo novo entre os docentes de São Paulo, Brasil? *Cadernos de Saúde Pública*, 35(1), 1-17. <https://www.scielo.org/pdf/csp/2019.v35suppl1/e00207317/pt>
- Vorcaro, Ângela. (2004). Seria a toxicomania um sintoma social? *Revista de Saúde Mental e Subjetividade da UNIPAC*, Barbacena, 2(3), 61-73.
- World Health Organization. (2019). *Burn-out an "occupational phenomenon"*: International Classification of Diseases. World Health Organization. Official Website. https://www.who.int/mental_health/evidence/burn-out/en/

ESCUTAR, ACOLHER E DESENVOLVER: PESQUISA-INTERVENÇÃO COM SERVIDORES DE UMA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

*Kelly Naiara Soares de Souza Santos*¹

*Matheus Viana Braz*²

Introdução

O mundo do trabalho passou por metamorfoses incontornáveis, sobretudo nos últimos 30 anos, decorrentes das transformações do capitalismo e da consolidação da revolução gerencialista (Gaulejac, 2007). No Brasil, tais transformações potencializaram, a partir do próprio Estado, reconfigurações importantes no setor produtivo, tais como o enxugamento da força de trabalho, ampliação de terceirizações e desregulamentações de leis trabalhistas (Coutinho, Diogo & Joaquim, 2011). Concebido pelo setor privado, o gerencialismo tem sido importado e implementado como modelo de gestão também na iniciativa pública, mesmo que a natureza de ambos setores seja diferente (Chanlat, 2002a).

A introdução da ideologia gerencialista (Gaulejac, 2007) no funcionalismo público se manifesta na tentativa de elaborar uma Reforma Administrativa no Estado surgindo como projeto de “enxugamento da máquina estatal” (Tonetto, Prieb & Tonetto, 2011, p. 55). Como consequência, há um direcionamento das responsabilidades do Estado e a redefinição sobre serviços básicos mantidos pelo governo.

¹ Psicóloga formada na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), unidade de Divinópolis e mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde na Universidade Federal de São João Del Rei, campus Centro-Oeste Dona Lindu em Divinópolis (UFSJ). <https://orcid.org/0000-0001-8293-5421>

² Doutor em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCLA). Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: mvanabraz@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1193-9753>

Com esta nova forma de gestão, os servidores públicos passam a experienciar uma constante contradição, lhes custando sua saúde, uma vez que lhes é exigido um trabalho com resultados, qualidade e excelência em processos ainda burocratizados e tecnocráticos (Chanlat, 2002a) que, por sua vez, impedem a autonomia, a criatividade e o poder de ação dos servidores diante de suas tarefas cotidianas.

Neste capítulo, abordaremos uma experiência de pesquisa-intervenção conduzida pela junto a servidores de uma instituição de ensino superior no Brasil. Objetiva-se problematizar o processo de Análise Institucional realizado ao longo de 21 meses, com foco nos caminhos percorridos e nos processos instituintes mobilizados. Para tanto, apresentamos uma estrutura não-cronológica, organizada a partir dos diversos encontros com servidores e ações promovidas na instituição de ensino, mesclando conceitos fundamentais utilizados na construção de trabalho de intervenção.

O campo da intervenção

Para iniciarmos o processo de Análise Institucional, tornou-se fundamental a construção de um campo de análise por meio da sistematização de informações políticas, históricas e conjunturais relativas ao campo da intervenção e objeto de investigação. Conforme Baremblytt (2012, p. 102) “pode-se entender-se sem intervir, mas não se pode intervir sem entender”.

A pesquisa-intervenção foi realizada em uma das unidades regionais pertencentes a uma grande instituição de ensino superior pública do Brasil, criada no final dos anos 80 e oficialmente regulamentada em 1994. Para expandir sua rede de ensino, essa instituição estabeleceu convênios com prefeituras e fundações em

idades do interior de um estado do sudeste do Brasil, para oferecer cursos. No entanto, a história da unidade regional remonta a 1964, quando uma fundação de direito privado³ de ensino foi criada por professores locais, com o objetivo de oferecer cursos de licenciatura à comunidade. Em 1990, essa fundação se incorporou à rede pública da grande instituição, ampliando os cursos oferecidos e melhorando sua infraestrutura. Em 2013, iniciou-se um processo de estadualização de várias fundações ligadas à instituição, e a fundação da sede da pesquisa-intervenção foi estadualizada em 2014, tornando todos os cursos superiores da unidade públicos e gratuitos.

Como resultado dos primeiros movimentos realizados pela investigação de campo, pôde-se compreender com maior profundidade a história não registrada na literatura, formal ou informal, do local da intervenção. Acerca de seu gerenciamento, na fundação educacional original existia a figura de um presidente e vice-presidente, que instruíam as formas de gestão institucional, de pessoal e financeira. Na parte que nos interessa neste relato, os funcionários administrativos e docentes eram contratados em regime formal de trabalho por períodos indeterminados. Apesar de alguns funcionários antigos ainda ativos relatarem haver processos seletivos de maneira mais profissionalizada, muitas contratações eram realizadas por indicações da presidência e/ou de funcionários. Sob a gestão e princípios de uma fundação privada, eram cobradas mensalidades dos alunos e o valor recebido mantinha o funcionamento de toda a fundação. Havia distribuição de bolsas parciais ou totais a alunos, sobretudo a funcionários que desejassem cursar o ensino superior na instituição.

³ Instituição de direito privado possui organização funcional através de um instituidor da fundação que detém o poder de representar e administrar tal entidade, segundo os atos e estatutos da instituição, conforme prevê a Lei nº10.406 de janeiro de 2002.

Após o processo de estadualização, a gestão mudou radicalmente, levando os funcionários a transicionarem ao serviço público, ocupando a função de servidores públicos. Em 2014, foi realizado um acordo com o estado para manter os funcionários ativos sem a necessidade de demissão e contratação posterior. Contudo, em 2018 houve o primeiro Processo Seletivo Simplificado (PSS) para a designação temporária de docentes, que se repete anualmente. Para os servidores técnicos e administrativos, o primeiro PSS ocorreu no final de 2019, com início de exercício em 2020. O contrato temporário é realizado com prazo de um ano, sendo prorrogável por até dois anos. Após esse período ocorre novo PSS, de domínio público.

Atualmente, a instituição local é a segunda maior das unidades regionais da universidade, possuindo 18 cursos de graduação, com média de 3 mil estudantes e 340 servidores. O quadro funcional é composto por 51 analistas universitários, 16 técnicos universitários, 28 estagiários, 2 adolescentes trabalhadores, 81 docentes efetivos, 134 docentes contratados e 28 funcionários terceirizados. A organização do trabalho administrativo é dividida em 27 setores caracterizados, com funções distintas. As equipes que compõem cada setor são formadas de acordo com a complexidade do trabalho, variando de um a nove servidores. Apenas os setores com funções que exigem coordenação específica possuem docentes como coordenadores.

A organização interna do trabalho nos setores é diferenciada de setor para setor, devido a acordos implícitos entre as equipes sobre divisão de tarefas. Contudo, é possível compreender que muitos setores possuem um servidor como referência para o gerenciamento da equipe, distribuição de tarefas, ponto focal para trâmites com servidores da sede administrativa e representação do setor em reuniões diversas. Esse

servidor é denominado, de maneira informal, como líder, não recebendo nenhuma forma de gratificação por exercer tais funções.

Em 2021, ocorreu a primeira eleição oficial para diretoria da instituição, com chapas compostas de professores efetivos. Os eleitos desenvolveram um plano de gestão pautado em princípios de expansão do ensino, melhorias no ambiente físico da unidade e instauração de uma nova política de gestão de pessoas. Após a finalização da eleição e posse da nova diretoria, iniciou-se um processo de institucionalização de uma Comissão de Capacitação e Desenvolvimento Institucional, composta por um docente efetivo de psicologia, coordenador da comissão, quatro analistas universitárias ligadas aos setores de RH e Diretoria, uma técnica universitária e estagiárias do curso de psicologia, todas do setor de RH.

O objetivo da comissão era construir estratégias institucionais voltadas para melhorias da capacitação, desenvolvimento, relações e condições de trabalho no local. Como função e primeira atividade, os membros da comissão propuseram a realização de um trabalho em conjunto com os servidores de diagnóstico institucional, a fim de construir e implementar programas que atingissem o objetivo principal da comissão.

A construção do dispositivo de intervenção

Antes de introduzir o dispositivo de intervenção utilizado nesta experiência, é importante fazer uma digressão e percorrer conceitos importantes na Análise Institucional, com o objetivo de facilitar o entendimento da mudança institucional como um dispositivo de análise. Baremblytt (2012) aponta uma sequência de passos no caminho de construção de análises em instituições, contudo o autor chama

atenção que se tratam de passos em um caminho ideal que devem ser analisados com cuidado e operacionalizados conforme a realidade de cada intervenção.

Rossi e Passos (2014) afirmam que uma intervenção deve iniciar pela análise da *encomenda*, ou seja, partir da reflexão sobre quem é o cliente que solicita ao interventor uma análise de sua instituição. Esse trabalho de análise deve ser cuidadoso, percebendo aspectos que abarcam a organização, a *produção da encomenda* e como ela é feita. Outro passo dado em conjunto a análise da encomenda, é analisar a *oferta*. Essa parte é feita dentro do próprio grupo de intervenção como um trabalho de autoanálise.

Por fim, um último e importante conceito da Análise Institucional é a *demanda*, caracterizada por “um sentido mais psicológico” (Rossi & Passos, 2014, p. 166). A demanda é produzida no encontro do grupo-interventor com o grupo-cliente, pois é dos elementos que emergem desse encontro que se pode buscar o que dá por trás da encomenda, além de se iniciar a captura de pistas sobre a dinâmica institucional.

A nova diretoria da instituição encarregou a comissão de elaborar uma proposta de intervenção na unidade junto aos servidores, visando desenvolver ações relacionadas à gestão de pessoas e saúde do trabalhador. Para começar a Análise Institucional e criar um dispositivo de intervenção, foi crucial compreender profundamente o pedido de intervenção, analisando a demanda e buscando entender as condições de produção, os conteúdos conscientes, inconscientes e não-ditos por trás dele. Iniciou-se, então, a análise da oferta, envolvendo a definição do campo de intervenção em colaboração com a diretoria, a formalização do contrato de intervenção, a determinação da composição do grupo de intervenção e o estabelecimento da autonomia

necessária para a realização das propostas, especialmente em relação ao sigilo e confidencialidade das intervenções.

Definiu-se que o grupo de intervenção seria composto pelo coordenador da Comissão, uma servidora do RH responsável pela gestão de pessoas, uma servidora da diretoria e duas estagiárias de psicologia. Antes de iniciar a intervenção, realizamos um Seminário de Capacitação do grupo para analisar a implicação de cada membro. Monceau (2015) afirma que o profissional que realiza uma intervenção deve analisar a implicação de sua atividade dentro do ambiente profissional.

A análise de implicação é outro conceito fundamental na Análise Institucional, referindo-se à análise realizada sobre as relações estabelecidas com as instituições (Monceau, 2008). Segundo Lourau (2014), as implicações se caracterizam de duas formas: são primárias, quando se relacionam ao vínculo formado entre grupo-cliente, e são secundárias diante da análise empreendida por todos os atravessamentos institucionais sobre os interventores. No grupo de intervenção, a análise de implicação se fez ainda mais importante, pois todos passariam a possuir múltiplas funções na instituição, ao mesmo tempo pesquisadores-interventores, servidores (analistas e docentes), estagiários, discentes, psicólogos.

Realizamos, para tanto, um seminário entre a equipe de intervenção (conduzido pelo coordenador da comissão), centrado na abordagem biográfica, de modo que trabalhamos a partir de nossas próprias trajetórias socioprofissionais (Gaulejac, 2007; Pinto, Carreteiro & Rodrigues, 2015; Viana Braz, 2021). A finalidade era analisar as implicações e expectativas dos interventores, assim como construir vínculos entre os integrantes do grupo. Essa abordagem possibilitou elucidar a posição de cada um dentro do grupo e definir as fases da intervenção.

Diagnóstico Institucional – 1ª Fase

A sinalização positiva à encomenda passou, primeiro, pela realização de um contrato psicológico com a direção. Nosso trabalho deveria resguardar todas as condições de sigilo e confidencialidade necessárias. Ou seja, aspectos dos trabalhadores junto aos trabalhadores, ficariam sempre reservados àqueles espaços, de modo que não atuaríamos como mensageiros de nenhuma instância instituída da instituição.

Com o objetivo de analisar a demanda a partir das vivências dos servidores da instituição, foi desenvolvida uma primeira fase, composta de entrevistas semiestruturadas individuais, realizadas com cada servidor que ocupava os cargos de analistas universitários, técnicos universitários e com docentes que também exerciam a função de coordenação de setores administrativos no momento da intervenção. Em conjunto com a direção, o grupo de intervenção realizou uma reunião virtual com todos os servidores para a apresentação oficial da Comissão de Capacitação e Desenvolvimento Institucional e proposta de entrevistas para elaboração de um Diagnóstico Institucional.

Nas entrevistas com os coordenadores e líderes, optou-se por realizar um roteiro mais longo, que abarcasse de forma mais detalhada a história da instituição e a história de vida de cada trabalhador, dado que os ocupantes de cargos de liderança eram funcionários mais antigos e portadores da história da instituição desde a época anterior à estadualização. Nas entrevistas, foram explorados também aspectos pontuais sobre a relação dos servidores com suas atividades diárias, relacionamento entre pares/líderes/coordenadores, realização profissional, reconhecimento, prazer e sofrimento no trabalho. Além

disso, solicitou-se que os servidores fizessem uma análise amplificada de cada setor e uma avaliação da instituição, de forma geral.

Conforme Bertaux (2010), a entrevista é um importante método de compreensão dos sujeitos e de tudo o que os cercam. O autor ainda propõe que, no primeiro momento de uma entrevista, o pesquisador estimule que o sujeito conte sobre sua história de vida, se aprofundando nos aspectos a serem analisados através da condução do pesquisador. Com esse propósito, antes de cada entrevista, tanto com os líderes/coordenadores quanto com os demais servidores, foi reservado um momento de exploração das histórias de vida laboral (Carreteiro, 2017) dos entrevistados. Como uma ferramenta importante da Psicossociologia e Sociologia Clínica (Viana Braz, 2021; Souza & Carreteiro, 2016), a utilização das histórias de vida e trajetórias profissionais é uma maneira de considerar que o sujeito, no âmbito da pesquisa-intervenção, é um ser social portador de história (Viana Braz, Casadore & Hashimoto, 2020) que se entrelaça com a história da instituição.

Ao todo, foram entrevistados 67 servidores, sendo 22 líderes/coordenadores e 45 integrantes das equipes de cada setor. Diante do momento de pandemia e trabalho remoto, as entrevistas ocorreram remotamente, em horários previamente marcados com cada servidor. Para cada entrevista, havia uma dupla de entrevistadores integrantes do grupo de intervenção, na qual um conduzia a conversa e outro tomava notas para análise posterior.

Diagnóstico Institucional – 2ª Fase

Após a realização de todas as entrevistas e transcrições, o grupo de intervenção realizou reuniões de análise do material obtido. Formou-se um arquivo com 437 laudas com as transcrições das entrevistas. Das

leituras, se extraíram-se pontos principais organizados por semelhanças e quantificados conforme eram citados pelos entrevistados. O objetivo era compreender, a partir da escuta das vivências e relatos dos trabalhadores, as principais dinâmicas de conflitos na instituição e as demandas dos trabalhadores, sobretudo no que dizia respeito à gestão da unidade e à possibilidade de ação no âmbito da saúde dos servidores. Além disso, se deu destaque aos pontos considerados relevantes, mas que não eram temas generalizados pelos servidores. Tais pontos diziam sobre situações localizadas em determinados setores, por exemplo.

Diagnóstico Institucional – 3ª Fase

Com as análises feitas, foi confeccionado um relatório completo com quatro eixos: 1) *síntese diagnóstica* (planejamento, comunicação, relação interpessoal e infraestrutura); 2) *principais motivos de frustração e de construção de sentido no trabalho*; 3) *visão geral sobre a instituição local* (em que se abarcou a perspectiva dos servidores sobre os recursos físicos da unidade, normas, planejamento, organização, relação com sede administrativa e professores, oportunidades de desenvolvimento, salários, benefícios, relações interpessoais, saúde etc.); 4) *visão geral dos setores, aspectos críticos e propostas preliminares de ações*.

O relatório foi encaminhado a todos os servidores para análise, considerações e reformulações, considerando que o processo de Análise Institucional se faz na co-construção entre todos os envolvidos (Barus-Michel, Enriquez & Levy, 2016). Em seguida, realizou-se nova reunião *online*, com todos os servidores da unidade, para apresentar o relatório completo, assim como para discutirmos e delimitarmos juntos as propostas de ações, agradecendo a participação de cada um no processo.

As cinco frentes de ações

Durante todas as fases do Diagnóstico Institucional e, principalmente, após a análise final das entrevistas e elaboração do relatório, diversas propostas surgiram para a promoção de intervenções na instituição que abarcassem as demandas dos servidores. Partindo dos princípios norteadores de *escutar, acolher e desenvolver*, o grupo de intervenção elaborou um caminho com intervenções que promovessem um novo espaço na unidade no qual o desenvolvimento do potencial humano não fosse encarado somente na perspectiva de um benefício à organização (Viana Braz, 2021), mas uma necessidade para a melhoria da saúde dos trabalhadores, dentro e fora do ambiente profissional. Contudo, o grupo era reduzido e a introdução das ações foi realizada aos poucos, conforme a disponibilidade de cada integrante em conduzir e acompanhar as propostas. De forma sucinta, descreveremos as cinco ações desenvolvidas.

Reorganização do setor de Recursos Humanos

As análises revelaram a necessidade de reestruturação das políticas de gestão de pessoas, conforme indicado no plano da nova direção. O setor de Recursos Humanos, centrado em tarefas administrativas, deixava a gestão de pessoas em segundo plano, resultando em uma sobrecarga da diretoria com questões que deveriam ser tratadas pelo RH. Isso gerava uma dinâmica de centralização do poder na direção e aumentava a carga de trabalho desta área com responsabilidades que não lhe competiam.

A frente de ação foi iniciada com uma reunião entre a diretoria e o setor de Recursos Humanos, mediada pelo grupo de intervenção, para delimitar funções e reorganizar fluxos de trabalho. O encontro baseou-

se na exposição das percepções dos servidores sobre os conflitos entre as áreas, visando construir alternativas. Propôs-se uma redefinição conjunta das funções e atribuições, destacando que as resoluções de conflitos seriam inicialmente acolhidas pela diretoria e depois encaminhadas ao RH, para resolução e acompanhamento.

Após a reunião, ocorreu uma reformulação interna no setor de Recursos Humanos, visando criar espaço para novos projetos e iniciativas voltadas aos servidores. As servidoras e estagiárias dividiram as funções, levando em conta suas trajetórias profissionais, experiências, formações e afinidades. Uma servidora foi designada como ponto focal para mediação de conflitos e promoção de iniciativas de gestão de pessoas. As responsabilidades foram divididas entre as três servidoras: (1) departamento de pessoal; (2) folha de ponto e férias; e (3) gestão de pessoas.

Reconhecimento da história institucional e dos pares

Durante as entrevistas, os servidores apontaram a falta de entendimento sobre as funções de diferentes setores e a forma de trabalho na unidade como problemática. Isso afetava o planejamento e o relacionamento interpessoal, causando distanciamento, escassez de reconhecimento, personalismo excessivo, dificuldades de trabalho em equipe e desvalorização de setores. O grupo de intervenção, em colaboração com a servidora responsável pela Gestão de Pessoas, elaborou novas propostas para promover o reconhecimento da universidade pública, dos setores e dos servidores. Essas propostas seriam organizadas e implementadas pela servidora de Gestão de Pessoas, com apoio das estagiárias e da Comissão de Capacitação e Desenvolvimento Institucional.

Na história da instituição, a falta de documentação sobre funções e processos internos era notória. O primeiro passo foi realizar um levantamento das funções de cada cargo, onde os servidores listaram suas responsabilidades. Com base nessas descrições, foi elaborado um esquema de trabalho, considerando a organização interna, liderança e trabalho em equipe de cada setor. Os líderes foram, então, solicitados a criar descrições de seus setores para compartilhar com a comunidade acadêmica. Esses dados foram compilados em um Manual de Integração, contendo história, missão, visão, valores, planta da unidade, organograma interno e informações de contato. Este manual foi distribuído a todos os funcionários e passou a ser utilizado nos processos de integração.

Outra proposta para ampliar as possibilidades de reconhecimento dos servidores e de seus trabalhos foi a criação de informativos quinzenais do setor de Recursos Humanos. Com a colaboração do setor de Assessoria de Comunicação, cada setor foi convidado a tirar uma fotografia de sua equipe pelos espaços da unidade para que fosse divulgada na capa do informativo, juntamente com a descrição do setor. Os informativos também incluíam informações sobre aniversariantes, agenda de eventos, comunicados internos e artigos relevantes para os servidores.

A terceira proposta consistiu na organização de confraternizações durante o expediente para promover a socialização dos servidores. Em dezembro de 2021, foram organizados (re) encontros pós-trabalho remoto e encerramento do ano, onde o setor de Recursos Humanos dividiu os setores em pequenos grupos para atividades de jogos, dinâmicas e discussões. Em junho de 2022, ocorreu uma Festa Junina com colaboração dos setores para pratos típicos, bebidas e brindes. Em dezembro de 2022, foi realizada uma festa de final de ano aberta a todos

os servidores da instituição, todas ocorrendo nas dependências da instituição.

Programa de Formação de Líderes

As entrevistas evidenciaram falta de organização interna nos setores, onde certos líderes assumiam a responsabilidade de organizar processos internos e articular demandas entre setores, sem que essas atribuições fossem formalmente direcionadas a eles. Devido a falhas de comunicação e falta de direcionamento das funções, os líderes necessitavam de recursos para se desenvolverem e resolverem os problemas de seus setores de forma adequada. Reconheceu-se a importância de envolver as lideranças nas iniciativas de promoção da saúde no trabalho e os líderes solicitaram espaços para trocar experiências e encontrar soluções para melhorar suas condições de trabalho.

Diante desse ponto analisado, o grupo de intervenção elaborou um Programa de Desenvolvimento de Líderes, cuja finalidade era fomentar espaços de escuta, trocas e construir possibilidades de desenvolvimento pessoal. O programa compreendeu duas frentes de trabalho: uma realizada individualmente com cada líder e outra em formato de grupo.

A frente individual do programa foi organizada em encontros⁴ semanais presenciais com duração de uma hora, com uma média de oito encontros com cada trabalhador. O trabalho se pautou na compreensão da história de vida, trajetória socioprofissional e construção da historicidade de cada servidor, com foco especial em sua construção e desenvolvimento como líder. A frente grupal foi estruturada a partir de

⁴ Essa, contudo, não foi uma regra cristalizada. Houve casos em que, em razão das demandas dos líderes, esse número excedeu significativamente.

práticas vivenciais como rodas de conversas, oficinas, dinâmicas, estudos de casos e organidrama (Viana Braz, 2021) para trabalhar demandas variadas, trazidas pelos próprios trabalhadores.

Grupos operativos de trabalhadores

Uma demanda recorrente entre os servidores era a ocorrência de conflitos interpessoais, que surgiam de diferentes âmbitos: individual, coletivo, organizacional, político e/ou institucional. Esses conflitos se tornaram um importante foco de análise. Os servidores relataram práticas problemáticas, como vigilância, fofocas, denúncias e problemas de comunicação, que dificultavam ou até impediam as relações no ambiente de trabalho. Esses conflitos existiam desde antes da estadualização da instituição e estavam ligados ao desconhecimento da própria instituição e da realidade dos colegas, causando sofrimento e até adoecimento em alguns servidores.

Sustentados sobre a teoria de que o grupo ocorre quando pessoas se reúnem em torno de uma tarefa, criando uma rede e estabelecendo vínculos (Pichon-Rivière, 2007), o grupo de intervenção desenvolveu uma frente de ação focada na criação de espaços para troca e formação de vínculos entre os servidores. Inicialmente, o grupo consistia em sete encontros quinzenais de duas horas, com participação voluntária durante o horário de trabalho. A equipe mediadora era composta por três membros do grupo de intervenção, que alternavam entre os papéis de facilitadores e observador.

Os encontros focavam na tarefa de discussão de temas sobre relacionamentos no ambiente de trabalho e a saúde mental dos servidores. De modo a desvincular o grupo de intervenção do lugar de saber, foram utilizadas dinâmicas e perguntas sobre o tema de discussão do dia, de modo a estimular a troca de experiências entre os

participantes. Entretanto, essa proposta foi de difícil condução entre os participantes por parte do grupo de intervenção, uma vez que os participantes focavam no compartilhamento de conflitos no trabalho e buscavam a intervenção dos mediadores.

Diante dessa experiência, optou-se por repensar uma nova proposta de trabalho. Reavaliando a implicação na condução deste primeiro momento e analisando os pontos que surgiram durante os encontros, foi proposto um novo trabalho de curta duração e focalizado na discussão de temas emergentes. Desta maneira, promoveu-se dois pequenos grupos temáticos de curta duração, com quatro encontros semanais de 1h30. O primeiro abordou o tema “Projeto de Futuro e Realização Profissional” e contou com a participação de analistas e técnicos universitários e um trabalhador terceirizado. O segundo grupo temático discutiu sobre “Maternidade e Trabalho”, com uma participante docente, duas trabalhadoras terceirizadas e oito analistas e técnicas universitárias.

Acolhimento psicológico para os trabalhadores

Essa experiência se iniciou no período de retorno ao trabalho presencial, depois de um ano e meio de distanciamento. Considerando as situações de sofrimento dos servidores relatadas nas entrevistas, tanto aquelas de caráter pessoal/familiar, quanto as vinculadas ao trabalho e, sabendo que o retorno demandaria outras situações de insegurança, optou-se por ofertar um serviço de acolhimento psicológico aos trabalhadores.

Os acolhimentos eram feitos por duas estagiárias de psicologia, integrantes da comissão, e supervisionados semanalmente pelo coordenador da comissão, com base no arcabouço teórico-metodológico da psicossociologia e sociologia clínica. Desta maneira, os acolhimentos

foram agendados a partir de uma listagem de interessados divulgada no grupo e e-mail dos servidores. Inicialmente foram apenas sete interessados, mas, conforme o trabalho caminhava e era mais “falado” entre os servidores, chegavam novas solicitações de acolhimento.

Os acolhimentos foram realizados em salas de aula, escolhidas em ambientes mais privativos. Tal ponto foi solicitado pelos próprios servidores e a sala era indicada antes do atendimento para verificar se sentiriam-se à vontade no local. Como um atendimento breve e focado nas urgências dos servidores, os acolhimentos se desenrolaram entre quatro a oito encontros. Em casos excepcionais, cuja urgência sociopsíquica demandava, naturalmente eram feitas sessões adicionais.

Alguns analisadores encontrados no caminho

Conforme L’Abbate (2012, p. 198) “a Análise Institucional tem por objetivo compreender uma determinada realidade social e organizacional, a partir dos discursos e práticas dos sujeitos”. Baremblytt determina que “um analisador é um produto que pode se autoanalisar” (2012, p.62) e Lourau (2014, p. 284) complementa afirmando que analisador é “aquilo que permite revelar a estrutura da organização, provocá-la, forçá-la a falar”. Embora este seja um relato de experiência, é importante realizarmos uma breve análise teórica sobre pontos relevantes da instituição, revelada no processo da pesquisa-intervenção, de modo a compreendermos um pouco mais a realidade de trabalho dos servidores deste local.

Precarização do vínculo de trabalho

Durante alguns trabalhos desenvolvidos pelo grupo de intervenção, nas conversas e relatos dos servidores, um ponto era

recorrente em suas falas: a insegurança do vínculo de trabalho. Os servidores da instituição, em sua maioria, são contratados temporariamente por meio de PSS com validade de um ano, prorrogável por mais um ano, a depender da necessidade de continuação do cargo e pedido da chefia imediata. Geralmente, o processo ocorre em duas etapas para os cargos de analistas e técnicos e uma para os docentes. Nos últimos editais de PSS, a primeira etapa consiste em pontuação pelo tempo de serviço em uma função correlata à descrição do cargo pleiteado somado à cursos de capacitação na área de atuação desse cargo e a segunda etapa é composta de uma entrevista em formato de banca (com três representantes da instituição) fechada e diretiva para avaliação de proatividade, comunicação, trabalho em equipe e conhecimento das atividades.

A insegurança ocasionada por um vínculo de trabalho precarizado foi palco de muitas conversas nos grupos e acolhimentos. Fato que gerava nos servidores diversas formas de adoecimento. Durante um grupo com as lideranças, ouvimos que uma das dificuldades que os líderes teriam ao longo do ano era promover o engajamento das equipes, visto que todos ficam extremamente apreensivos por precisarem passar pelo PSS novamente. Os relatos eram desde dispersão no trabalho, a ansiedades, estados depressivos, irritabilidade e até a intensificação de dores crônicas. Fato que se intensificou no segundo semestre de 2022, devido ao lançamento do último edital, para contratos iniciados em 2023.

Há um resquício de pensamento popular no Brasil de que o setor público é a garantia de um emprego seguro, estável, no qual uma parcela da população sonha e se prepara durante anos para conquistar uma vaga. Porém, com a introdução das práticas neoliberais em diversas esferas da sociedade, o Estado e o setor público também foram afetados.

Os fundamentos neoliberais preconizam que o Estado reduza sua participação e interferência na economia, afetando diretamente as relações de trabalho produzidas no setor público, reduzindo custos com trabalhadores e modificando a forma de gerenciamento (Celeste, 2021).

No Brasil, podemos citar que a precarização das relações de vínculo trabalhista no setor público foi impulsionada pela Reforma Gerencial de 1995, implantada na presidência de Fernando Henrique Cardoso (Brasil, 1995). O nome “*gerencial*” vem da ideologia gerencialista, a qual determina que a gestão deve ser pautada pela lógica do mercado: concorrência, eficácia, qualidade e excelência (Gaulejac, 2007). Para que esses princípios fossem implementados no setor público, era preciso redefinir o papel do Estado e, sobretudo, modificar as formas de implementação de serviços públicos, terceirizando ao setor privado atividades que não seriam mais específicas do Estado (Celeste, 2021).

Em 2020, no governo de Jair Messias Bolsonaro, eleito com uma agenda neoliberal, um novo projeto de Reforma Administrativa voltou a tramitar com o objetivo de aumentar as privatizações, diminuir direitos dos servidores públicos (Brasil, 2020) e continuar a reforma do Estado para além da proposta pela Reforma Gerencial de 1995. A PEC 32/2020 apresenta uma proposta do cargo com vínculo por prazo determinado, podendo ser rompido se a demanda for suspensa e com forma de ingresso através de processo seletivo simplificado. Essa proposta é conhecida e vivenciada pelos servidores da instituição analisada. Diante de todos esses fatos, podemos considerar que a ameaça de reformulações e flexibilizações dos direitos dos servidores públicos só impulsiona o serviço no setor a um lugar de precarização tanto do trabalho quando da qualidade dos serviços ofertados a população.

Dispositivos, defesas e resistências

A construção da intervenção partiu de uma encomenda vinda da diretoria da instituição, onde tivemos liberdade e autonomia para criar os dispositivos apresentados. Conforme Rossi e Passos (2014), os dispositivos representam estruturas diversificadas e provisórias criadas para os momentos específicos da intervenção cujo foco é desestabilizar o que está instituído, ou seja, fazer falar (Lourau, 2014) às contradições presentes na instituição. Os dispositivos utilizados nesta intervenção foram construídos e reconstruídos no caminhar dos interventores pelo campo, pois percebemos que a cada intervenção proposta novas demandas surgiam.

O primeiro dispositivo criado foi a entrevista semiestruturada com a abordagem biográfica (Viana Braz, 2021; Carreteiro, 2017; Souza & Carreteiro, 2016; Beartux, 2010) como forma de investigação da história da instituição e levantamento de analisadores importantes para os próximos passos a serem dados. Através desse contato inicial com os servidores, as demandas apontavam para angústias acerca do cotidiano e das dificuldades nas relações interpessoais no ambiente de trabalho.

No começo da intervenção, ouvimos algumas vezes que o diagnóstico que propusemos não era o primeiro realizado na unidade, havia uns 4 ou 5 que foram feitos e não deram certo. Iniciar um trabalho com essa fala não foi fácil e foi a primeira resistência que causou impactos em ambos os lados: na equipe e nos servidores. Durante as reuniões, nas análises de implicação semanais realizadas entre o grupo de intervenção, questionávamos o nosso lugar neste trabalho. Nossas resistências pareciam se originar de sentimentos de receio, medo pelo desconhecimento do campo de intervenção e angústia do enfrentamento de alguns servidores mais defensivos e resistentes.

Ao ouvir a história de vida e suas trajetórias profissionais, percebemos que muitos servidores mais antigos da unidade cultivavam ressentimentos de conflitos interpessoais acontecidos no passado. Pela não resolução adequada desses problemas, os conflitos se tornavam maiores, as pessoas eram remanejadas de setor com a finalidade de que, separadas, pudessem continuar seus trabalhos. Mas o mal estar instaurado continuava e afetava outros no local. Diante de um problema não resolvido no passado, o questionamento que escutamos no começo de tudo começou a fazer sentido. A defesa de alguns servidores se tornou tão fortificada que, ao divulgar os trabalhos de intervenção, escutamos que não participariam, pois agora era tarde para mudar o contexto de trabalho. Percebemos que este pode ter sido um ponto que influenciou na adesão dos servidores aos trabalhos grupais ampliados a todos os trabalhadores.

No primeiro grupo de trabalhadores, outro dispositivo criado, tivemos uma baixa procura que reduziu com o passar dos encontros. Diante de uma proposta reflexiva, alguns participantes se posicionavam contrários a problematização de suas próprias práticas, estabelecendo um movimento de resistência das intervenções reflexivas dos mediadores. Lourau (2014) considera que as resistências podem ser consideradas como analisadores das contradições institucionais. Sob essa perspectiva, no passado da instituição, em seus tempos de fundação, a resolução de conflitos era uma situação sempre impositiva e focada na figura do presidente da fundação. Não eram considerados os dois lados da história e não havia participação efetiva dos trabalhadores. Geralmente ouvia-se o lado daquele que era mais próximo do presidente e esse determinava o remanejamento das partes envolvidas. Raramente ouvimos relatos de que havia conversas com todos os envolvidos no conflito. A figura de uma pessoa que resolve os

problemas pode ter se transferido ao grupo de intervenção, resistindo às tentativas que fazíamos de colocá-los como os agentes principais de movimentos de mudança. Inicialmente, os encontros focaram em reclamações e pedidos de intervenção nos problemas por parte dos interventores. O grupo não produziu avanços, como imaginávamos, e pouco foi possível trabalhar com as resistências e defesas de alguns participantes.

Outro ponto importante que atravessou quase todas as propostas de intervenção se configurando uma resistência dizia respeito aos atrasos e as remarcações. Por diversas vezes precisamos remarcar os grupos e acolhimentos por causa de trabalhos de última hora. Ouvíamos, desde as entrevistas, que a rotina de trabalho na instituição não segue regras devido ao surgimento de demandas vindas da sede administrativa de difícil entendimento e com prazos curtos. A falta de processos e de organização dos setores, a comunicação falha e o não conhecimento de suas funções deixavam tais demandas urgentes na obrigação de apenas alguns servidores mais experientes.

Na criação de um novo dispositivo, substituto ao primeiro grupo ofertado aos trabalhadores, elaboramos um grupo temático com quatro encontros semanais de uma hora e meia, com a oferta de temas direcionadores de discussão, que foram selecionados a partir de analisadores do primeiro grupo. Desta forma, observamos que o interesse mudou e, além dos servidores analistas e técnicos, os docentes e terceirizados nos procuraram para realizar inscrições. Após duas rodadas de grupos temáticos, o grupo sobre maternidade e trabalho propõe a continuação dos encontros e que podem ser mediados pelas próprias participantes.

Outro dispositivo grupal também foi criado para os líderes de setor da instituição. Inicialmente, a liderança foi o foco das intervenções,

devido à própria estruturação do trabalho e dos processos internos da unidade. Trabalhar com o líder e capacitá-lo para ocupar um lugar de mediação de conflitos em sua equipe era a base do início das intervenções com objetivo da melhoria das relações interpessoais. O grupo de líderes foi um importante potencializador de mudanças, com o interesse por grande parte das lideranças e outros servidores que desejavam se tornar líderes. O desenvolvimento dos encontros ocorreu além das expectativas do grupo de intervenção, havia uma implicação por parte dos líderes para questionarem tanto os processos de trabalho quanto a posição que ocupavam e como vinham desempenhando tal tarefa. Em um ano de duração, o grupo discutiu pontos importantes que, a princípio, eram propostos pelos interventores baseados nos analisadores das entrevistas. O que antes era um ajuntamento de pessoas, evoluiu para um grupo unido por discussões e resoluções coletivas de problemas vivenciados por cada um em suas rotinas de trabalho.

Contudo, foi no acolhimento psicológico, oferecido durante toda a intervenção, que observamos as quebras mais significativas de defesas e resistências. Quando no início ouvimos os questionamentos sobre a eficácia dos dispositivos em promover mudanças organizacionais, ao longo do tempo tais falas foram mudando de enfoque. A propagação silenciosa, de servidor a servidor, acerca dos benefícios individuais dos encontros em grupo e dos acolhimentos, fez outros servidores procurarem acolhimento. Desta forma, o que ouvíamos era que alguém comentava sobre o quanto o acolhimento/grupo foi bom e, por esse motivo, desejavam iniciar um acolhimento.

Ao final, refletimos que tais resistências e defesas contidas nos servidores diante da entrada do grupo de intervenção justifica-se pela história institucional e por fatores que evidenciam contradições

implícitas na instituição. Embora haja avanços nas políticas para que a gestão dos serviços públicos tenha referências na ideologia gerencialista, o que vemos na prática é algo entre o modelo tecnoburocrático (Chanlat, 2002) e o gerencialismo. Observamos um nível hierárquico bem definido quando visto na relação sede administrativa-sede regional que impactava diretamente os processos de trabalhos internos na instituição regional. As demandas encaminhadas, em geral, restringiam a autonomia e criatividade dos trabalhadores, ao mesmo tempo que lhes exigiam extrema qualidade, em prazos sempre urgentes. Isso é fundamental, pois quando fazemos referência às resistências, não objetivamos individualizar o fenômeno. Na instituição, compreendemos que muitas resistências se revelavam estratégias de defesa dos trabalhadores, diante do excesso de contradições das demandas que lhes eram endereçadas.

(In)Conclusões

A intervenção nesta instituição pública de ensino superior evidenciou a relevância de práticas de cuidado no ambiente de trabalho. As melhorias e mudanças pessoais têm sido o foco dessa primeira parte do trabalho, consequentemente outros pontos estão sendo tocados no processo. Abrir espaços de acolhimento, escuta e desenvolvimento aos servidores potencializou novas frentes de ação, melhorou a forma de se relacionar com os pares e tem facilitado o processo de trabalho quando demanda envolvimento de mais de um setor. A entrada na unidade e a valorização das histórias de vida dos servidores apontou para uma identificação que estes tinham com a instituição, refazendo (ou até criando) um sentido para os seus trabalhos.

Contudo, todo trabalho tem suas limitações e este não foi diferente. Os desafios enfrentados pelo grupo de intervenção foram diversos: falta de recursos para construção de atividades mais elaboradas; falta de uma sala privativa para acolhimentos psicológicos e mediações de conflito realizadas pela servidora de gestão de pessoas; por vezes, precisávamos desmarcar nossas programações devido a reuniões de última hora em que se convocava todos os servidores; além de todos aqueles atravessamentos que não temos poder para interferir, como a falta de concursos públicos, bem como a necessidade de desburocratização de processos, melhoria da comunicação entre reitoria e unidade e gratificação aos servidores que desenvolvem funções de lideranças nos setores. Trabalhar com as mãos atadas em pontos que presenciamos as consequências que trazem à vida e à saúde dos servidores é como tirar a água de um barco furado com as mãos: sustentamos ele sobre as águas por um tempo, na hora que os braços cansam, se outras mãos não fazem esse serviço, ele começará a afundar.

O trabalho de intervenção está se expandindo, sem prazo para acabar. O que foi feito até o momento é só o começo da caminhada. A instituição é composta por diversos servidores, que se distribuem em muitas funções. Até o momento, o foco foi a atuação junto aos analistas e técnicos, mas os próximos passos a serem dados apontam para a criação de novos dispositivos que envolvam mais os docentes, terceirizados e estagiários da unidade. É uma longa caminhada à frente, que será possível enquanto houver mãos dispostas a continuar tirando a água do barco, assim como Jorge Amado escreveu em *A morte e a morte de Quincas Berro D'Água* “o importante é tentar, mesmo o impossível”.

Referências

- Baremblyt, G. F. (2012). *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teorias e práticas*. Belo Horizonte: Editora FGB/ IFG.
- Barus-Michel, J., Enriquez, E., & Levy, A. (2016). *Vocabulaire de psychosociologie: références et positions*. Toulouse: Eres.
- Bertaux, D. (2010). *Narrativa de vida: a pesquisa e seus métodos*. Natal: EDUFERN; São Paulo: Paulus.
- Brasil. (1995). Plano Diretor da Reforma do aparelho do Estado. Brasília: Presidência da República, Câmara de Reforma do Estado, *Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado*. Recuperado de <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>
- Brasil. (2020). *Projeto de Emenda à Constituição PEC 32/2020*. Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PEC/2020/msg504-setembro2020.htm
- Carreteiro, T. C. O. (2017). História de vida laboral e aposentadoria: uma metodologia em discussão. *Psicologia em Revista*, 23(1), 430-441. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682017000100026
- Celeste, R. (2021). A precarização nas relações de trabalho no setor público (*Dissertação de mestrado*). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/231187>
- Chanlat, J.-F. (2002). Modos de Gestão, saúde e segurança no trabalho. In Davel, E. P. B., & Vasconcellos, J (Eds). *Recursos Humanos e Subjetividade* (pp. 118-128). Petropólis, RJ: Vozes.
- Chanlat, J.-F. (2002a). O gerencialismo e a ética do bem-comum: a questão da motivação para o trabalho nos serviços públicos. Em *Anais do Congresso Internacional Del Clad Sobre La Reforma Del Estado Y De La Administración Pública* (pp. 8-11). Lisboa: Portugal

Recuperado de: <https://doczz.com.br/doc/529818/o-gerencialismo-e-a-a-%C3%A9tica-do-bem-comum--a-quest%C3%A3o-da-moti>

Coutinho, M. C., Diogo, M. F., & Joaquim, E. de P. (2022). Sentidos do trabalho e saber tácito: estudo de caso em universidade pública. *Psic – Revista de Psicologia da Vetor Editora*, 9(1), 99-108. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psic/v9n1/v9n1a12.pdf>

Gaulejac, V. de. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida: Ideias & Letras.

L'Abbate, S. (2012). Análise Institucional e Intervenção: breve referência à gênese social e histórica de uma articulação e sua aplicação na Saúde Coletiva. *Mnemosine*, 8(1), 194-219. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41580>

Lourau, R. (2014). *A análise institucional*. Petrópolis: Vozes.

Monceau, G. (2008). Implicação, sobreimplicação e implicação profissional. *Fractal Revista Psicologia*, 20(1), 19-26. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/fractal/a/nLW73FGMTwHxPgynNsC73hP/?format=pdf&lang=pt>

Monceau, G. (2013). A socioclínica institucional para pesquisas em educação e em saúde. In L'ABBATE, S., Mourão, L. C., & Pezzato, L. M. *Análise institucional & saúde coletiva* (pp. 91-103). São Paulo: Editora Hucitec.

Pichon-Rivière, E. (2007). *Teoria do Vínculo*. São Paulo: Martins Fontes.

Pinto, B. de O. S., Carreteiro, T. C. O. C., & Rodrigues, L. da S. (2015). Trabalhando no “entre”: a história de vida laboral como método de pesquisa em Psicossociologia. *FAROL – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, Belo Horizonte, 2(5), 976-1017. Recuperado de <https://doi.org/10.25113/farol.v2i5.3129>

Rossi, A., & Passos, E. (2014). Análise Institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. *Revista EPOS*, 1(5). Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epos/v5n1/09.pdf>

Souza, C. R. A., & Carreteiro, T. C. O. C. (2016). Narrativas de vida e o seu uso pela Psicossociologia (Narrativas de vida e Psicossociologia). *Clínica & Cultura*, 59(1), 23-36. Recuperado de <https://seer.ufs.br/index.php/clinicaecultura/article/view/4665>

Tonetto, E. da S., Prieb, S. A. M., & Tonetto, T. da S. (2011). *Os efeitos da reforma administrativa do estado sobre os servidores técnico-administrativos da UFSM*. Universidade e Sociedade, 21(48), 54-63.

Viana Braz, M. (2021). *Trabalho, Sociologia Clínica e Ação: alternativas à individualização do sofrimento*. Porto Alegre: Editora Fi.

Viana Braz, M., Casadore, M. M., & Hashimoto, F. (2020). Intervenção em psicossociologia: a construção da escuta e a implicação nas organizações. *Psicologia em Estudo*, 25, e48468. Recuperado em <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0.48468>

EIXO 3
PLATAFORMAS DIGITAIS,
TELETRABALHO E TRABALHO

REFLEXÕES ACERCA DAS ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL NO TELETRABALHO *HOME-OFFICE*

*Anna Sophia Pussi*¹

*Bianca Marques Longo*²

*Tamara Mulari Coneglian*³

Introdução

Se até pouco tempo atrás o teletrabalho era algo pouco comentado e conhecido, pois estava restrito a algumas áreas de trabalho, essa realidade não nos pertence mais: com a pandemia da Covid-19, esta forma de organização do trabalho foi extremamente impulsionada e passou a ser vivenciada por muitos trabalhadores, seja no Brasil ou em qualquer outro país no mundo. Isto se torna evidente a partir dos dados obtidos através Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apontou que, em 2018, 3,8 milhões de pessoas trabalhavam em domicílio, de forma que após o início da pandemia da Covid-19, em 2020, a pesquisa realizada por este mesmo órgão público mostrou que este número havia praticamente dobrado: 8,6 milhões de brasileiros, ou seja, 11% da população ocupada, estava trabalhando remotamente (IPEA, 2021).

É fato que neste período pós-2020, o teletrabalho em domicílio salvou muitas vidas, evitando o aumento dos números de contágio, mas

¹ Psicóloga e professora universitária, mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá e doutoranda em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP- Câmpus de Assis).

² Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

³ Psicóloga clínica e do trabalho, mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá e doutoranda em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

também foi cercado por muitas especificidades, como o isolamento social e o medo constante do contágio. No entanto, a perspectiva é que mesmo após o fim da pandemia, exista uma manutenção *home-office* em muitas áreas profissionais. Devido a isto, entendemos que se faz urgente e necessário refletirmos sobre os impactos que o teletrabalho, de forma específica o que é realizado em domicílio, pode acarretar sobre a saúde mental e as relações sociais dos trabalhadores, visto que é uma forma de organização do trabalho que estará cada vez mais presente em nosso meio, mas que ainda é uma temática com estudos escassos na área da psicologia.

Pensando nisso, nos questionamos: como podemos compreender o teletrabalho e os aspectos de sofrimento e prazer a ele relacionados? Diante desses elementos, quais estratégias de promoção de saúde mental no teletrabalho em domicílio podem ser utilizadas? E, por fim, quais as perspectivas pós-pandemia para esta organização de trabalho?

Para refletirmos sobre esse assunto e tentarmos responder essas perguntas, primeiramente definimos o que é teletrabalho, as suas diferentes modalidades e discutimos brevemente sobre alguns pontos positivos e negativos a ele vinculados. Após isso, iniciamos uma discussão sobre saúde mental e as contribuições da Psicodinâmica do Trabalho para este assunto. Por fim, levantamos algumas reflexões e possíveis estratégias de promoção de saúde mental no Teletrabalho *home-office*, pelo viés da Psicodinâmica do trabalho. Com isso, esperamos que este capítulo possa suscitar reflexões sobre as formas de enfrentamento aos riscos e sofrimentos que o teletrabalho em domicílio pode levar à saúde mental dos teletrabalhadores.

Algumas considerações sobre o Teletrabalho

Em oposição ao taylorismo e ao fordismo, que tinham como principais características a padronização e a rigidez mecanicista na linha de produção, a Revolução Tecnológica que se iniciou em torno de 1970, impulsionada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e pelo uso massivo da internet, levou o mercado a procurar novas formas de organização produtiva que melhor se adaptassem às novas demandas sociais e do mercado na era digital. Neste contexto, a flexibilização, a terceirização e a informalidade passaram a ser a trípole de sustentação (e de destruição) do trabalho na contemporaneidade (Antunes, 2020), possibilitando às empresas reduzir os custos do trabalho e aumentar a sua competitividade, gerando as novas formas de contratação consideradas “modernas”: a terceirização, o contrato temporário e o teletrabalho.

Assim, foi neste cenário mundial, que a flexibilização do trabalho, aliada a modernas formas organizativas e à utilização da telemática, deu origem ao Teletrabalho. Deste modo, o teletrabalho pode ser definido como aquele que é realizado com ou sem subordinação e sempre mediado pelas tecnologias de informação (TICs), sendo assim, possível a sua realização à distância, de forma que não seja necessário a presença física do trabalhador em algum lugar específico de trabalho. Nesse sentido, Cavalcante e Netto (2017) apresentam os elementos que caracterizam o teletrabalho, que segundo eles, são três: a) atividade realizada à distância; b) as ordens são dadas por quem não tem condições de controlá-las fisicamente, ou seja, o controle costuma se dar pela cobrança de resultados; e por fim, c) as tarefas devem ser executadas por intermédio de computadores ou de outros equipamentos de informática e telecomunicações.

Como foi exposto, as atividades realizadas pelo trabalhador não são mais controladas fisicamente no local da produção, como no modo de organização taylorista/fordista, mas passaram a ser controlados, na maioria das vezes, pela exigência de resultados, mas também por programas de computador, que muitas vezes fiscalizam o trabalhador à distância com maior rigor quando comparada a fiscalização física, de modo que se torna possível registrar o tempo que se ausentou, o tempo de trabalho, por onde navegou na internet, etc (Antunes, 2020). Com isso, apontam para uma contradição do teletrabalho: poucas vezes o trabalho (e o trabalhador) pode ser tão controlado, facilitado pela via informacional-digital, apesar do discurso que rodeia esta organização laboral, que costuma enfatizar a liberdade e autonomia do trabalhador frente ao seu trabalho, como iremos discutir em outros momentos deste capítulo.

É importante ressaltar que existem diferentes formas de se realizar o teletrabalho, pois, como mostram Cavalcante e Netto (2017), podemos agrupar e classificar o teletrabalho a partir de vários critérios, como local de trabalho, tempo de trabalho e tipo de comunicação. Quanto ao critério do local de trabalho, tem-se o teletrabalho em domicílio, que é o trabalho realizado na casa do empregado ou em qualquer lugar por ele escolhido. Já o teletrabalho em telecentros é uma forma de organização das atividades em um local preparado para receber este tipo específico de atividade, podendo estar dentro da empresa ou não. No trabalho nômade (móvel), o teletrabalhador não possui local específico para prestar seus serviços, e por fim, no teletrabalho transnacional, os teletrabalhadores se encontram em países distintos, mas trocam informações e elaboram projetos em conjunto. Ainda segundo os mesmos autores, com relação ao critério temporal, o teletrabalho pode ser permanente quando o tempo de

trabalho exceda 90% fora da empresa, e pode ser alternado, quando se consome 90% da carga horária no mesmo local. Ainda pode ser considerado suplementar, quando o teletrabalho é frequente, mas não é diário, ocorrendo pelo menos um dia na semana. Pelo critério comunicativo, os autores colocam que o teletrabalho pode ser off-line (desconectado) e on-line (conectado).

No que se refere aos benefícios atribuídos à organização do teletrabalho, este passou a ser propagandeado como uma modalidade que contribui para maior autonomia e independência do trabalhador, sendo uma garantia de melhor qualidade de vida. Neste sentido, Smaha (2009) expõe que, entre os pontos positivos do teletrabalho mais citados pela literatura especializada, evidenciam que os trabalhadores irão ter mais horários móveis e flexíveis, maior liberdade e autonomia, e que irão conseguir conciliar a vida familiar e profissional; o que levaria, então, os indivíduos a terem mais tempo para realizar suas atividades pessoais e montar sua própria rotina. Além disso, o teletrabalho em domicílio foi muito propagandeado para as mulheres, visto que ele facilitaria a conciliação da vida profissional com a vida familiar, responsabilidade que ainda recai sobre as mulheres e que reforça estereótipos e papéis sociais de gênero.

Já para as empresas, Smaha (2009) expõe que as consequências positivas mais citadas referem-se ao fato de que elas conseguirão ter maior produtividade e rendimento de seus funcionários, terão diminuição de custos imobiliários, redução do absenteísmo e redução da rotatividade. Ainda assim, além destes aspectos citados, outro fator que foi amplamente divulgado como positivo é o fato de que o teletrabalho poderia ser mais sustentável e causar menos prejuízos ao meio ambiente, diminuindo a emissão de gases poluentes e reduzindo os problemas de transporte que ocorrem principalmente nas grandes cidades.

Entretanto, ainda segundo Smaha (2009), os aspectos negativos mais comumente citados na literatura sobre o teletrabalho para os funcionários são: isolamento social, quebra de barreiras entre as esferas família/trabalho, dificuldade em controlar o tempo trabalhado, resultando em tempo maior realizando as atividades profissionais, falta de suporte técnico, sentimento de coletivo enfraquecido, menor proteção trabalhista.

Sobre a simbiose do espaço laboral e doméstico no teletrabalho em domicílio, percebe-se que as consequências da divisão do tempo e do espaço se encontram tanto nos pontos considerados positivos, como também nos negativos, pois ao mesmo tempo que facilitaria a realização das atividades no dia a dia, podem levar a uma sobrecarga e confusão entre os papéis assumidos pelo trabalhador. Além disso, nesta organização, os trabalhadores deixam de vivenciar a centralidade do trabalho vivo, enquanto espaço de sociabilidade e de relacionamentos humanos, passando a vivenciar um ambiente individualizado e permanentemente mediado pela tecnologia avançada (Almada; Hilário, 2017; Antunes, 2009). Neste sentido, Antunes (2020, p. 15) aponta que esta demolição da separação entre o tempo de vida no trabalho e o tempo de vida fora dele é fruto, principalmente, da expansão do trabalho digital e da organização flexível, sendo denominado por ele de escravidão digital.

Outro aspecto preocupante é que não há uma vigilância e leis que regulamentem especificamente as funções dos teletrabalhadores em domicílio, por exemplo, o que faz com que muitas vezes não exista reconhecimento de horas extras trabalhadas e falta de fiscalização em relação à segurança e à saúde do trabalhador, acarretando piores condições de trabalho e perda de direitos e garantias sociais, implicando em um aumento na precarização das condições de trabalho.

Nesse sentido, pode-se compreender que a reconfiguração produtiva e organizacional pós- anos 70 teve um custo alto: o trabalho precário tem se tornado uma característica marcante dos empregos atuais, de forma que se tornou realidade acompanhar a corrosão de direitos trabalhistas arduamente conquistados, além de um aumento das desigualdades na divisão sóciosexual e racial do trabalho (Antunes, 2020).

Saúde mental e Psicodinâmica do Trabalho

Considerando as especificidades das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) sob as relações interpessoais no teletrabalho, vê-se a importância de refletir sobre suas consequências à saúde mental dos teletrabalhadores. De acordo com Maeneja e Abreu (2020), o contato face a face facilita a criação, a manutenção e o fortalecimento de vínculos afetivos, visto que a proximidade física promove a percepção e o processamento de informações do ambiente e das pessoas ao seu redor, decodificando emoções não-verbais, por exemplo – cujos aspectos acabam se configurando enquanto uma das dificuldades no teletrabalho, visto que as relações mediadas pelas tecnologias podem prejudicar os modos de expressão interpessoal.

Por outro lado, compreende-se que há maneiras de mediar a utilização dessas tecnologias informacionais a ponto de transformá-las em ferramentas que reforçam potencialmente as relações entre os teletrabalhadores, contudo, entende-se que são necessárias uma série de mudanças organizacionais, passando a adotar estratégias que possam minimizar as dificuldades das relações à distância e atemporais, bem como maximizar o fortalecimento das mesmas (Maeneja & Abreu, 2020). Devido a isso, faz-se extremamente necessário refletirmos sobre

a saúde mental dos teletrabalhadores, entendendo que estes, muitas vezes, não estão aptos adequadamente a trabalhar à distância e que se deparam de modo repentino com essa mudança.

Desse modo, tendo em vista que o campo de estudo entre Saúde Mental e Trabalho compreende inúmeras teorias que abordam reflexões sobre o assunto, neste capítulo traremos pensamentos embasados na Psicodinâmica do Trabalho, especialmente da escola francesa, a partir das reflexões de Christophe Dejours, que se pauta sob os aspectos subjetivos mobilizados a partir das relações e da organização do trabalho. Segundo Areosa (2014), uma das inovações trazidas pela Psicodinâmica do Trabalho confere-se ao entendimento do trabalho como um aspecto que pode ser benéfico, assim como pode ser prejudicial, no entanto, que nunca será neutro, visto que exerce influência constante sobre a saúde mental dos trabalhadores – cujas reflexões serão discutidas adiante.

Em um primeiro momento, Dejours debruçou-se acerca da compreensão das Psicopatologias do Trabalho, porém, ao longo de seus estudos, observou-se que, frequentemente, os trabalhadores não desenvolviam números maiores de patologias mentais, mesmo em condições laborais degradantes, mas pelo contrário, averiguou que aqueles que não trabalham estavam mais suscetíveis às psicopatologias do que os primeiros. A partir disto, centralizou seu eixo de pesquisa a partir dos estudos da normalidade, compreendendo a complexidade das relações subjetivas envolvidas em meio ao processo de trabalho – aspecto o qual deu origem ao nome da abordagem, denominada enquanto Psicodinâmica do Trabalho (Lancman & Jardim, 2004).

Sendo assim, os estudos sobre a normalidade levaram ao entendimento de que os trabalhadores desenvolvem estratégias defensivas, individuais e/ou coletivas para lidarem com o sofrimento no

ambiente de trabalho. Dessa forma, a normalidade surge como produto da dinâmica entre o sofrimento laboral e as estratégias contra o mesmo, entendendo que a patologia do trabalho origina-se a partir do esgotamento de todas as estratégias possíveis por parte do trabalhador, culminando em um sentimento de impotência e de desgaste frente à impossibilidade de transformar e de adaptar a sua realidade (Lancman & Jardim, 2004).

Conforme expõe Lacman e Jardim (2004, p. 84),

O trabalho permite o confronto entre mundo externo e mundo interno do trabalhador. O mundo objetivo, com suas lógicas, seus desafios, suas regras e seus valores, vai entrar em conflito com a singularidade de cada trabalhador, fazendo com que o confronto entre, de um lado, relações e organizações do trabalho e, de outro, mundo interno e subjetivo do trabalhador sejam geradores de sofrimento psíquico.

Diante disso, verifica-se que os trabalhadores encontram-se em um constante desacordo com a lógica capitalista, tendo em vista que o olhar das organizações estão voltados ao lucro, à produtividade, ao desempenho, o que faz com que os trabalhadores sejam tratados como simples peças de um sistema, sendo que, contraditoriamente, os sujeitos que trabalham possuem desejos, individualidade, medos, angústias, buscando equilibrar a saúde mental em meio à gama de particularidades dessas relações no mundo do trabalho (Lancman & Jardim, 2004).

Isso significa que o trabalho é gerador de sofrimento a partir do momento em que insere o trabalhador neste confronto com a organização do trabalho, isto é, com aquilo que é externo a ele, contudo entende-se que essas dificuldades podem se configurar em oportunidades de aprendizado e crescimento psicossocial, visto que o trabalho, bem como as relações por ele permeadas, jamais será um

espaço de neutralidade subjetiva e/ou social, pelo contrário, será sempre relacionado à ambiguidade de prazer e sofrimento, de adoecimento e desenvolvimento do indivíduo. Essa compreensão é essencial para pensarmos em intervenções nos locais de trabalho, ao passo que define o olhar do interventor frente à situação a ser repensada.

O autor Enriquez (2014), em um de seus trabalhos, fala sobre um dos aspectos que pode gerar sofrimento subjetivo e falta de espaço para a formação de identidade e crescimento do sujeito, que é o reconhecimento. O autor publicou algumas condições para que o trabalho não seja um fator de alienação. Uma dessas condições é a busca pelo reconhecimento, não o reconhecimento a todo custo, mas o reconhecimento saudável, o desejo de querer ser reconhecido (desejo de reconhecimento pelo outro – a luta pelo reconhecimento, está no centro da vida). Segundo Enriquez (2014, p. 164):

Quanto às relações sociais cotidianas que exigem que todos saibam conversar, dialogar, fazer favores uns aos outros, compartilhar refeições, é preciso pelo menos que alguns fragmentos do Eros estejam presentes, para que as instituições, as organizações e os grupos permaneçam como conjuntos vivos, nos quais cada um, coordenando seus esforços com os outros, possa esperar ser reconhecido, considerado, estimado (ainda que muitas vezes fique decepcionado).

Assim como o reconhecimento tem um papel social importante para o trabalhador, sendo um dos elementos que ajuda a dar sentido à sua vida e ajuda na sua construção identitária, a falta do reconhecimento pode ser extremamente prejudicial para o trabalhador.

Partindo destes pressupostos, a Psicodinâmica do Trabalho visa compreender o mundo do trabalho a partir de algumas noções centrais. A formação da identidade é uma delas. Neste, entendemos que a

formação da identidade ocorre ao longo da vida do sujeito, sempre vinculado à noção de alteridade, ou seja,

É a partir do “olhar do outro” que nos constituímos como sujeitos; é justamente na relação com o outro que nos reconhecemos em um processo de busca de semelhanças e de diferenças; são as relações cotidianas que permitem a construção da identidade individual e social, a partir de trocas materiais e afetivas, fazendo com que o sujeito, ao longo de toda a sua vida, constitua sua singularidade em meio às diferenças. Na vida adulta, o espaço do trabalho será o palco privilegiado dessas trocas. Ele aparece como o mediador central da construção, do desenvolvimento, da complementação da identidade e da constituição da vida psíquica (Lancman, 2008, p. 34).

O que significa que essa relação representa uma lacuna sempre aberta, ou melhor, que nunca será preenchida, visto que está a todo momento dependendo de algo externo ao sujeito, dependendo do desejo, das vivências de prazer e de sofrimento, mediados pelo julgamento do outro (Bouyer e Merlo, 2010).

Dito isso, entende-se que o sofrimento no trabalho é certo, ou seja, sempre irá existir, contudo o que difere é se este será sofrido ou suportado, sendo sucedido de uma descompensação psicopatológica do sujeito ou de estratégias de defesas, individuais e/ou coletivas, que transformarão essa vivência desprazerosa. Neste sentido, Dejours (1999) utiliza o conceito de “estratégias defensivas” para denominar os mecanismos de proteção utilizados pelos trabalhadores. Ainda, o sofrimento no trabalho poderá exercer forças em direções distintas, sendo relacionada à mobilização criativa ou à acomodação e alienação, entendendo que, em relação à última, os sujeitos podem construir defesas que podem neutralizar o sofrimento, mas também os sentimentos de indignação, confiança e a solidariedade, por exemplo – mecanismos estes que foram compreendidos a partir do conceito de

“sublimação”, visto que transformam algo impulsos psíquicos negativos em algo prazeroso e valorizado socialmente (Areosa, 2014).

Desse modo, “Na psicodinâmica do trabalho, o sofrimento é uma experiência vivenciada, ou seja, é um estado mental que implica um movimento reflexivo da pessoa sobre seu “estar no mundo” (...)” (Dejours, 1999, p. 19), sendo assim, compreende-se que

O conceito de sofrimento pertence à ordem do singular; o sofrimento coletivo é inconcebível, já que não existe corpo coletivo. Se, clinicamente, se observam estratégias coletivas de defesa fundadas em uma cooperação entre sujeitos, por outro lado o sofrimento permanece sempre individual e único (Dejours, 1999, p. 19).

Nesse sentido, as intervenções baseadas na Psicodinâmica do Trabalho pautam-se na coletividade laboral, isto é, em uma determinada organização do trabalho, porém não descarta as singularidades e especificidades de cada trabalhador, o que significa dizer que busca “compreender o espaço entre o que está dado na dimensão coletiva (a patogenia de uma dada organização do trabalho, como na que predomina o trabalho parcelado, repetitivo, monótono) e as suas manifestações na totalidade biopsíquica do indivíduo” (Bouyer & Merlo, 2010, p. 252), e não somente a denominada “normalidade sofrente” (Dejours, 2006, p. 36), mas inclui também as descompensações psicopatológicas.

Relacionado à coletividade, cabe refletirmos acerca das estratégias de intervenção na Psicodinâmica do Trabalho. Dentre elas, ressaltamos a Escuta Clínica, que como expõe Araújo (2013), é um escuta similar à escuta da clínica psicanalítica, pois busca as dimensões invisíveis do trabalho, isto é, subjetivas. Para tanto, resgata o protagonismo que os próprios trabalhadores não têm consciência acerca de seu processo produtivo, configurando-se enquanto uma possibilidade de

manifestação de descobertas, que, desse modo, não ficarão sem identificação. Sendo assim, é necessário que o trabalhador transfira a ideação de seu papel aos membros do grupo, entendendo que o potencial transformador é coletivo. Nesse sentido, é necessário um espaço público de discussão, promovido no ambiente organizacional, sendo necessário também a criação de um espaço de acolhimento e confiança (Merlo, Bottega & Magnus, 2014). Diante disso,

A tarefa do clínico profissional é valorizar a interpretação não como imputação de sentido ou como forma rígida de entendimento de uma verdade subjetiva, mas como um campo em que se possa construir a experimentação e encontro com o novo. Amarrado ao universo simbólico, o trabalhador pode assim estabelecer uma mediação com a realidade vivida, criando no coletivo uma experiência política para o enfrentamento dos processos de sofrimento (Araújo, 2013, p. 143-144).

Sucintamente, a escuta clínica frente a um espaço público de discussão tem o objetivo de apontar as causas dos incômodos psíquicos sentidos pelos trabalhadores nos ambientes organizacionais, tornando-as públicas, para que sejam analisadas, interpretadas e superadas coletivamente.

Considerando as reflexões frente à saúde mental dos trabalhadores, faz-se necessário ainda compreendermos a Psicodinâmica do Reconhecimento, visto que o olhar do Outro transfere um sentido e um significado ao trabalho realizado, que exprime o esforço do ego para suprimir as demandas da lacuna entre a organização do trabalho prescrito e a real do trabalho, entendendo que o primeiro se refere à tarefa e à coordenação, enquanto o segundo é à atividade e à cooperação (Areosa, 2014). Frequentemente, isso demanda que o sujeito subverta as regras para que possa realizar um trabalho bem feito, sendo que esse julgamento feito pelo Outro atribui um significado edificante à identidade do sujeito.

Ainda de acordo com Lancman e Uchida (2003), Dejours desenvolve os conceitos de inteligência prática e sabedoria prática para compensar essa face obscura do trabalho, visto que vai além do saber-fazer prático, dos conhecimentos e experiências do sujeito, entendendo que estes “se enraízam no corpo, é desde a vivência corporal do trabalho que estas vão sendo gestadas. Implicam também uma prática ardilosa, um modo astucioso de lidar com os problemas e enigmas do trabalho” (Lancman & Uchida, 2003, p. 80), que configura-se enquanto estratégias criativas para resistir às pressões impostas pelo trabalho prescrito.

Essas pressões frente às regras do trabalho demandam a construção e reconstrução constante das mesmas por parte dos trabalhadores, o que consome boa parte de tempo e energia. Essa condição é denominada de “atividade deôntica”, visto que essas normas implicam em questões relacionadas à convivência comum, entendendo que o trabalho é permeado pela relação com os outros, porém não somente uma relação produtiva, mas uma relação experienciada a partir do outro. Desse modo, aqueles que são pró-ativos na organização do trabalho buscam retorno de seus esforços através de recompensas, isto é, anseiam o reconhecimento, uma retribuição, e não somente material, mas simbólica.

O poder simbólico, ou seja, o reconhecimento, resulta da mobilização dos trabalhadores, pelo engajamento de sua subjetividade e inteligência no trabalho. Contudo, essa retribuição não é gratuita, pelo contrário, passa por diversas provas e julgamentos rigorosos, a fim de conferir o reconhecimento no sentido de constatação da contribuição individual, bem como no sentido de gratidão pela contribuição dos sujeitos à organização do trabalho. Estes julgamentos podem ser conferidos de duas formas no ambiente de trabalho: pela utilidade técnica, econômica e social, portanto proferido pelas hierarquias,

confirmando o saber-fazer do trabalhador e conferindo sua afirmação no trabalho, cujo também conhecido como “julgamento de utilidade”; e pelas “artes do ofício”, isto é, pela conformidade do trabalho, pela produção ou pelo serviço, proferido pelos pares, possibilitando o sentimento de pertencimento ao grupo de trabalho, denominado como “julgamento de beleza” (Areosa, 2014). Cabe ressaltar também que o “julgamento da originalidade” deste último pode ser considerado o mais significativo, pois confere o reconhecimento de sua identidade singular do trabalhador. Vale complementar que:

O reconhecimento da identidade do sujeito no campo social não é direto; diz respeito à relação que o sujeito mantém com o real. Não se trata, portanto, de um julgamento direto do outro sobre o sujeito, que talvez dependa do amor, mas de um julgamento sobre a relação do sujeito com o real, que, neste caso, se dá no trabalho. O acesso ao real não é, nunca, imediato: supõe sempre uma instrumentalização, ou seja, um trabalho. O que o sujeito procura fazer reconhecido é o seu fazer e não o seu ser (Bouyer & Merlo, 2010, p. 253).

Sendo assim, sucintamente, compreende-se que a identidade é como uma proteção da saúde mental, uma vez que não há descompensações psicopatológicas que não estejam relacionadas à crise de identidade, entendendo que o trabalho está inscrito na dinâmica de realização e reconhecimento do ego, sendo essa a configuração dramática da relação entre subjetividade e trabalho. O não reconhecimento laboral implica na perda de sentido na relação do indivíduo com o trabalho, na qual o sujeito “(...) se vê reconduzido ao seu sofrimento e somente a ele. Sofrimento absurdo, que não gera senão sofrimento, num círculo vicioso e dentro em breve destruturante, capaz de desestabilizar a identidade e a personalidade e de levar à doença mental” (Dejours, 2006, p. 34-35). Devido a isso, a importância de pensarmos nas questões relacionadas à saúde mental e trabalho, na

Psicodinâmica do Trabalho. A seguir, serão discutidas as possibilidades de estratégias para promover esses cuidados no âmbito do teletrabalho *home-office*.

Estratégias de promoção de saúde mental no Teletrabalho *home-office*

Tendo em vista a expansão do teletrabalho *home-office* adotado pelas organizações no cenário mundial, principalmente nos últimos anos, por conta dos efeitos causados pela COVID-19, muitos pesquisadores da área acreditam que esse será um modelo de trabalho que permanecerá adotado por muitas empresas, mesmo após o fim da pandemia. Por esse motivo, esse capítulo irá apresentar um breve panorama dos resultados de algumas pesquisas que têm sido feitas nos últimos anos, principalmente nos últimos três anos (2020, 2021 e 2022), que em função da pandemia da COVID-19, proporcionou um aumento do número de teletrabalhadores *home-office* por causa do isolamento obrigatório. Esse panorama sobre os impactos do teletrabalho *home-office* na saúde mental dos trabalhadores terá como objetivo fazer um pano de fundo para o objetivo principal deste capítulo, que será refletir sobre possíveis estratégias para a promoção da saúde mental dos teletrabalhadores *home-office*. Essas estratégias serão apresentadas sob a ótica da Psicodinâmica do Trabalho.

Um outro ponto que merece destaque nesta pesquisa é que as pesquisas relacionadas ao teletrabalho e a saúde mental ainda são escassas. Isso é confirmado por pesquisas realizadas por alguns autores como Fonseca e Perez-Nebra (2012) e Coneglian (2020), autores os quais referem que o teletrabalho *home-office* tem sido abordado em estudos, principalmente, pelas teorias da administração e engenharia. Só apenas nos últimos cinco anos é perceptível uma nova vertente de estudos

relacionados às áreas da psicologia, sociologia, medicina do trabalho e direito, com o propósito de compreender o complexo funcionamento e as consequências dos diversos aspectos envolvidos no teletrabalho.

Ainda que tenham estudos mais complexos envolvendo as consequências do teletrabalho *home-office* na saúde mental, há uma escassez de estudos relacionados a estratégias de enfrentamento dos riscos que o teletrabalho *home-office* pode trazer à saúde mental do trabalhador. Dessa forma, a promoção de saúde mental dos teletrabalhadores *home-office* se apresenta como um desafio para as organizações e para os próprios trabalhadores.

É importante ressaltar que, para a Psicodinâmica do Trabalho, a promoção de saúde mental dos trabalhadores deve ser sempre coletiva (Dejours, 2006) e de responsabilidade da organização, juntamente com os trabalhadores. Essa compreensão é essencial para pensarmos em intervenções nos locais de trabalho. Essa ótica deve ser levada em consideração no momento da criação das estratégias organizacionais, para não cair na responsabilização e individualização dos teletrabalhadores como únicos responsáveis por cuidar e promover sua saúde mental.

“Hiperconectividade”: a necessidade de desconexão do trabalho

Em algumas pesquisas recentes, um fator identificado como potencial agravante de risco à saúde mental dos teletrabalhadores *home-office* é o aumento da carga psíquica do trabalho. Um ponto que contribui para o aumento dessa carga psíquica no teletrabalho *home-office* foi identificado em pesquisas realizadas com teletrabalhadores, e está relacionada à “necessidade” de eles estarem disponíveis o tempo todo para as organizações. Segundo Padilha e Santos (2021), alguns autores chamam esse fato de “hiperconectividade”.

Uma pesquisa qualitativa realizada no Brasil, com 50 teletrabalhadores, analisou a relação entre processos de trabalho e processos de subjetivação na atividade do ensino docente da educação à distância. Os resultados dessa pesquisa revelaram que os professores percebem as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como inerentes a todas as esferas de suas vidas, pessoal e profissional, revelando que houve um acirramento do volume de trabalho após eles iniciarem o trabalho à distância, ou seja, houve um aumento da carga psíquica relacionada a esse trabalho, que no presencial não havia (Luz & Neto, 2016).

Já na pesquisa intitulada “Teletrabalho *Home-Office*: Identidade, Subjetividade e Saúde Mental dos Trabalhadores”, a autora Coneglian (2020) entrevistou 6 teletrabalhadores da área de TI, e também identificou um aumento da carga de trabalho e a necessidade relatada pelos próprios trabalhadores de ficarem conectados 24 horas no trabalho. A fala da teletrabalhadora a seguir, evidencia que, ao sair da empresa, quando trabalhava na sede física, era mais fácil desconectar do trabalho – sob o ponto de vista físico e subjetivo. Ao trabalhar em casa, ela já não tem a opção de sair do seu ambiente de trabalho, pois seu trabalho é o local onde ela vive. Assim, por estar em casa e ser responsável pelo seu próprio controle e entrega de resultados, ela entende que ela precisa estar sempre disponível:

JE: Até depois do horário. É difícil acontecer, mas por exemplo, na semana passada entrou uma tela em produção, era sete horas da noite e o cliente estava fazendo pergunta para a gente e eu estava respondendo. Mas não é sempre que acontece. Isso é algo que mudou muito para mim, porque antes eu saía da empresa e meu computador ficava lá, então acabou, eu não estava mais ali, eu não estava trabalhando mais. Então agora não, agora eu estou sempre disponível (p. 103).

Esse mesmo fator também foi identificado na pesquisa brasileira intitulada “Percepções de funcionários sobre o *home-office* em uma multinacional de tecnologia da informação”, desenvolvida na Universidade Federal de São Carlos. Esse estudo foi realizado com 52 trabalhadores que atuam em uma empresa multinacional de tecnologia da informação (TI) e revelou que os teletrabalhadores vivenciam a extensão da jornada de trabalho, além do processo de isolamento, após terem iniciado como *home-office* (Pereira & Rachid, 2016). Segue abaixo um trecho da fala representada por um dos entrevistados nessa pesquisa:

(...) quando estamos no escritório e vamos pra casa, (...) existe um ponto de transição que avisa o subconsciente que acabou o trabalho naquele dia. É claro que sempre há e-mail chegando no celular e se a gente for ler todos, só vai acabar o trabalho na hora de dormir (p. 21).

Na pesquisa intitulada “A epidemiologia do teletrabalhador: impactos do teletrabalho na saúde mental”, realizada com 90 teletrabalhadores *home-office*, na qual a maioria dos pesquisados (51,1%) trabalham entre um e cinco anos no *home-office*, foi identificado a partir de suas vivências laborais, que há um risco dos teletrabalhadores que se conectam e se envolverem mais com o trabalho, isolar-se convívio social, trazendo prejuízos para sua saúde física, mental e social (Fonseca & Perez-Nebra, 2012).

Nas pesquisas feitas por Nassif et al (2020) e Barros-Delben et al (2020), também foi observado que a hiperconexão com tecnologias de comunicação, ligadas ao trabalho no *home-office*, podem acarretar a incidência de estresse, ansiedade, depressão, síndrome de Burnout, transtorno do estresse pós-traumático, desatenção pelo excesso de trabalho, síndrome do pânico e até o aumento considerável de dependência alcoólica e de outras drogas.

Um fator muito importante a ser considerado, segundo Padilha e Santos (2021), é que, especialmente no período de pandemia COVID-19, os trabalhadores passaram a ter medo de ficarem desempregados e de não ter condições para sua sobrevivência. Dessa forma, os trabalhadores se sujeitam a relações de trabalho degradantes e, principalmente no *home-office*, esses mesmos se disponibilizam o tempo integral ao empregador, visto que as tecnologias da informação permitem que isso aconteça, mesmo sem receber horas extras ou adicionais, ainda que isso acarrete redução de sua qualidade de vida. Essa disponibilidade integral em prol da organização, a “hiperconectividade” laboral, compreende em relativizar os direitos fundamentais, como: “o direito ao lazer, à saúde e ao descanso” (p. 304).

O Brasil ainda não possui nenhuma legislação específica utilizando a nomenclatura “desconexão” e/ou “hiperconexão”. A discussão sobre essa temática ainda está embrionária, tendo recebido grande repercussão a partir da pandemia da COVID-19. Apenas quatro países possuem legislação específica sobre essa temática, sendo: França, Itália, Bélgica e Espanha (Padilha & Santos, 2021).

No Brasil foram apresentados dois projetos de leis abrangendo o direito à desconexão. O primeiro deles foi o Projeto de Lei n. 6.038, de 2016 (Brasil, 2016), que não foi aprovado. O segundo, consiste no Projeto de Lei n. 4.044, de 2020, que ainda está em trâmite legislativo, porém, possui muitas lacunas (Brasil, 2020). Esses projetos ainda são incipientes para o objetivo de promover a saúde mental dos teletrabalhadores.

Dessa forma, diante desse desafio que é a hiperconexão acarretada pelo teletrabalho *home-office*, que tem causado o aumento da carga psíquica do trabalho, levando os teletrabalhadores a consequências nefastas a sua saúde mental, cabe às organizações a responsabilidade de

criar práticas de conscientização de gestores e trabalhadores, que coloquem limite ao tempo de trabalho, e não se sintam culpados, inseguros e com a necessidade de estar conectados 24 horas por dia.

A partir do momento que o teletrabalhador *home-office* se submete a ficar disponível e conectado para o trabalho praticamente 24 horas por dia, entende-se que ele está correndo um grande risco no que diz respeito a sua saúde mental, pois submeter-se a esse tipo de situação é como se esgotasse todas as estratégias possíveis por parte desse trabalhador de lutar contra essa realidade. Esse fato pode resultar em um sentimento de impotência e de desgaste frente à impossibilidade de transformar e mudar esse cenário (Lancman & Jardim, 2004), principalmente para aqueles trabalhadores que sentem medo de perder o emprego.

O autor Enriquez (2014), em uma de suas obras, discorre sobre como o trabalho tem ganhado ênfase na vida das pessoas no cenário capitalista na atualidade, porém também ressalta a importância do investimento subjetivo em outras esferas da vida do ser humano, para a construção identitária a partir de estratégias mais sustentáveis e saudáveis do ponto de vista psíquico. Por isso, é importante que o teletrabalhador *home-office* consiga desconectar do trabalho, e tenha condições de investir em outras esferas da sua vida, além do seu labor.

A conscientização da necessidade de desconexão do trabalho para promoção da saúde mental poderia ser um caminho possível, ainda que muito difícil, levando em consideração o cenário capitalista, que leva as organizações a se voltarem apenas ao lucro, à produtividade, ao desempenho. Porém, se essa conscientização partir de alta gestão para os trabalhadores, é possível através de uma conscientização coletiva, diminuir ou cessar a insegurança e desgaste mental diante dos momentos que os teletrabalhadores não estão conectados ao trabalho.

A responsabilidade de conscientização deve partir, então, da alta gestão da organização, e não dos trabalhadores, visto que não existe uma legislação clara e efetiva para garantir esse direito. Ao passo que trabalhadores conseguem desconectar do trabalho, é possível que os sintomas e efeitos deletérios do teletrabalho *home-office* diminuam, fazendo com que os teletrabalhadores possam usufruir minimamente de uma qualidade de vida e, conseqüentemente, tenham maiores condições de enfrentar os riscos que o teletrabalho *home-office* pode acarretar à sua saúde mental, dentro e fora do trabalho.

Resgate e fortalecimento do coletivo: criação de espaços (virtuais) públicos

A virtualidade e a distância fazem com que os teletrabalhadores, se comuniquem por telefone, ferramentas de comunicação virtual, como os chats, e esses meios dificultam a aproximação física e afetiva. Esse distanciamento é um potente fator para ocasionar o sentimento de solidão e aumento do individualismo.

O resultado da pesquisa qualitativa feita no Brasil, já citada acima realizada, com 50 teletrabalhadores docentes da educação à distância, revela em sua experiência profissionais que as relações socioprofissionais mediadas pela tecnologia tornaram o trabalho dos professores à distância mais solitário (Luz & Neto, 2016).

Uma pesquisa realizada pelos autores Andrade e Rafalski (2015), com 74 profissionais brasileiros, a qual teve o objetivo de conhecer aspectos de trabalho e variáveis psicossociais que circundam a experiência dos teletrabalhadores *home-office*, também apontou que o isolamento e a falta de socialização com os colegas de trabalho, além de interferir na disposição para a socialização de informações

profissionais, também provoca a perda do sentimento de pertença, tanto do grupo profissional quanto de amizade.

Já a pesquisa realizada por Coneglian (2020), já citada anteriormente, realizada com teletrabalhadores *home-office* da área de TI, concluiu que o distanciamento que o teletrabalho *home-office* proporciona, faz diminuir a possibilidade desses trabalhadores terem, além dos momentos de formalidade de trabalho, momentos informais para, porventura, falarem sobre outros assuntos, sem estar relacionados diretamente ao trabalho. O teletrabalho *home-office* diminui a possibilidade de acontecer os momentos de descontração e informalidade entre os trabalhadores.

Dejours (1999) ressalta a importância do coletivo para que haja o reconhecimento do trabalho e a construção da identidade do trabalhador. O coletivo de trabalho, nesse sentido, representa a definição e construção de regras e ofícios que vão nortear as relações interpessoais e de trabalho. Portanto, para a criação desse coletivo, é necessário estabelecer relações de confiança, sem as quais não haverá possibilidade de uma pessoa se submeter ao julgamento do outro e trabalhar de forma cooperativa.

Dessa forma, é possível dizer que as conversas e os relacionamentos no teletrabalho *home-office* se tornam mais secos e frios. Esse fator é uma barreira para que as relações de trabalho se tornem mais humanas, dificultando o processo de cooperação, confiança e empatia com o outro. Essas relações de trabalho vão ter implicações diretas na construção identitária do teletrabalhador. Sem cooperação, existe um aumento do individualismo, o social e coletivo do trabalho acabam sendo fragilizados, existe a construção de vínculos frágeis de confiança e cooperação, e isso terá implicações diretas na sua construção identitária.

Para a Psicodinâmica do trabalho, uma forma de enfrentamento do individualismo é a criação de espaços públicos de discussão, promovidos no ambiente organizacional (Merlo, Bottega & Magnus, 2014). Esses espaços poderiam ser potentes promotores de cooperação, confiança e empatia entre os teletrabalhadores *home-office*, o grande desafio seria a criação desses espaços virtualizados.

Diante de todos os empecilhos encontrados na formação de vínculos afetivos pelos teletrabalhadores que atuam no formato *home-office*, devido à virtualidade e à distância, foram encontradas algumas estratégias de enfrentamento para lidar com essa situação.

Na pesquisa realizada por Coneglian (2020), supracitada neste trabalho, revela um exemplo de estratégia de enfrentamento compartilhada pelo coletivo de trabalho, na qual um teletrabalhador sugere implantar um espaço chamado “cozinha virtual”, no qual todos os teletrabalhadores *home-office* da equipe tiram 15 minutos de suas tarde para tomar um café juntos, através da plataforma de trabalho, o que gera um momento de descontração e informalidade entre eles. Nesse espaço, segundo o trabalhador, geralmente não são discutidos assuntos sobre o trabalho, mas é uma forma que os próprios trabalhadores encontraram para suprir a demanda de socialização e resgate do coletivo, ainda que seja de forma virtual. Esse espaço, segundo ele, gerou maior empatia e confiança entre a equipe.

Além da ideia da “cozinha virtual”, outros teletrabalhadores começaram a fazer reuniões diárias com a câmera ligada, para discussão de melhoria no trabalho da equipe virtual, além disso, a equipe decidiu fazer ginásticas laboral também, ou seja, esse tipo de prática proporciona os momentos informais de descontração, que são condições mais propícias para a criação dos vínculos afetivos, e melhoria no processo de trabalho.

Uma pesquisa feita por Bendassolli e Coelho-Lima (2020) sobre intervenções possíveis frente aos impactos da pandemia para o trabalhador e suas relações com o trabalho, utilizando o recurso eletrônico, revela a dificuldade que o teletrabalho impõe aos trabalhadores de socializarem frente ao virtual e a distância, afirmando que ainda que seja um caminho difícil, uma intervenção possível para minimizar os riscos à saúde mental desses teletrabalhadores é o fortalecimento dos coletivos de trabalho e adoção de práticas direcionadas para a promoção de colaboração, solidariedade e cooperação.

Esse tipo de estratégia é potente para o enfrentamento das dificuldades do isolamento social e da solidão causadas pelo teletrabalho *home-office*, e também ajuda na construção da identidade dos mesmos, visto que a identidade se constitui na dinâmica das relações sociais, ou seja, a formação da identidade ocorre ao longo da vida do sujeito, sempre vinculado à noção de alteridade (Lancman, 2008). Dessa forma, se torna imprescindível a criação desses espaços públicos e coletivos para a construção da identidade individual e social dos teletrabalhadores.

A criação desses espaços públicos dentro das organizações deve ser ofertada pela própria empresa, não transferindo essa responsabilidade apenas para os trabalhadores. Ao criar esses espaços coletivos de forma institucional, principalmente no formato *home-office*, pode ser possível aumentar o poder de ação desses teletrabalhadores sobre seu trabalho, o mundo e sobre si mesmos, de uma forma tanto coletiva como individual. Nessa perspectiva, ao empoderar o sujeito de sua ação, ele terá um enriquecimento subjetivo a partir do coletivo, podendo ser capaz de criar possibilidades de ações para enfrentar de forma mais

saudável – e não precária – as dificuldades e empecilhos que o formato de trabalho *home-office* proporciona.

Necessidade de apoio psicológico: Escuta clínica no espaço organizacional

Em função das características do teletrabalho *home-office*, como o isolamento social, as relações mediadas pela virtualidade, a falta de contato pessoal, entre outras características já citadas aqui neste trabalho, é possível identificar alguns itens que podem potencializar e colocar em risco a saúde psíquica e emocional de quem trabalha em casa.

Algumas pesquisas realizadas com teletrabalhadores *home-office*, como é o caso das pesquisas de Losekann e Mourão (2020), intitulado “Desafios do teletrabalho na pandemia COVID19: quando o home vira office”, foi possível encontrar sintomas como alterações de humor que são ocasionadas pelos conflitos interpessoais, a perda de apetite, sono ou agitação exagerada, crises de pânico, causadas pelo aumento da ansiedade, dentre outras.

Já na pesquisa realizada por Coneglian (2020), também foi possível identificar alguns sintomas parecidos relatados pelos teletrabalhadores *home-office*, como sentimento frequente de tristeza, sensação de falta de sentido, desânimo, ansiedade, irritabilidade, insegurança, sentimento de anestesia para a vida, fortes fatores para ocasionar um cenário depressivo. Esses prejuízos psíquicos fazem com que esses teletrabalhadores vão se esvaziando cada vez mais da sua capacidade de ação, de desejo, levando-lhes muitas vezes ao adoecimento.

O resultado do estudo realizado por Coneglian (2020) aponta que os próprios teletrabalhadores *home-office* sugerem que uma das formas de enfrentamento para reduzir os riscos à saúde psíquica dos mesmos é a

criação de canais de apoio psicológico, realizada por um profissional capacitado, e oferecido pela própria organização.

Segundo a Psicodinâmica do Trabalho, esse apoio psicológico pode ser constituído através da criação de um espaço de escuta clínica oferecido pela organização, no qual tenha um profissional especializado na área. O diferencial da escuta clínica individualizada de um consultório para escuta clínica em psicodinâmica do trabalho é que esta, segundo Araújo (2013), está centrada no seu esforço para colocar em articulação a dinâmica da organização do trabalho (como os processos organizacionais, os procedimentos, as regras e normas, os instrumentos, as práticas de gestão, as relações de trabalho), e psíquicos (transferências, projeções, identificações, idealizações, resistências).

A escuta clínica em psicodinâmica do trabalho tem o objetivo de compreender as dimensões invisíveis do trabalho, pois existem angústias difíceis de nomear no ambiente laboral, e isso se deve à impossibilidade de sua expressão, pelo fato das organizações valorizarem e seguirem uma lógica da positividade, de performance e de resultados, não abrindo espaço para a expressão e simbolização de algumas manifestações psíquicas, como o sofrimento, a angústia, a ansiedade (Araújo, 2013). Tais sentimentos são frequentemente vivenciados pelos teletrabalhadores *home-office*, como já foi revelado por muitos estudos citados neste trabalho, e por isso precisam ser expressados, ouvidos e elaborados em espaços organizacionais, a fim de evitar um adoecimento psíquico.

Os teletrabalhadores *home-office*, segundo pesquisas (Coneglian, 2020) se sentem invisíveis, não se sentem importantes perante a organização e seus colegas de trabalho, pelo fato de trabalharem à distância, remotamente, isso dificulta ainda mais expressarem o que

sentem, principalmente quando se trata dos sentimentos descritos acima.

Além do sentimento de não importância para a empresa ou invisibilidade, outros sentimentos nocivos à saúde mental no teletrabalho *home-office* também foram identificados na pesquisa intitulada “O *Home office* na pandemia do Covid-19 e os impactos na saúde mental”, na qual as autores Falcão e Santos (2021) trazem o resultado de um estudo com 97 participantes, seguindo os critérios de não ter trabalhado na modalidade *home-office* antes da pandemia COVID-19. Os resultados apresentados a partir da vivências desses teletrabalhadores *home-office* indicam uma grande exigência de adaptação, dificuldades em lidar com as novas rotinas, cuidados da casa, crianças e ao mesmo tempo do trabalho. Todas essas novas imposições que o *home-office* trouxe a esses trabalhadores, geraram sensações de exaustão mental, estresse, sobrecarga, ansiedade, fatores que podem afetar a saúde mental dos mesmos, contribuindo para o surgimento de doenças como estresse ocupacional, transtornos de ansiedade, síndrome de burnout e depressão.

Nesse sentido, a escuta clínica em psicodinâmica do trabalho funcionaria, para esses teletrabalhadores *home-office*, como um dispositivo de suporte psíquico, pois possibilitaria que os achados e descobertas pudessem ter espaço para manifestação para lidar com as consequências do teletrabalho *home-office*, de uma forma que o sofrimento pudesse ser compartilhado e pudesse ficar mais suportável.

Ao ter uma escuta clínica endereçada ao teletrabalhador *home-office*, poderia permitir que ele atribuísse significado àquilo que ele pensa e compartilha, assim, esse trabalhador terá mais condições de construir a relação entre os conteúdos manifestos e latentes emergentes em seu discurso, que são atravessados pela lógica

organizacional (Araújo, 2013). Além do mais, essa escuta clínica poderia cuidar para não responsabilizar o trabalhador por seus sentimentos, visto que no teletrabalho *home-office*, por ser um trabalho que exige um isolamento social, é um fator promotor para individualizar ainda mais esse sujeito que trabalha sozinho fisicamente de sua casa.

Segundo Araújo (2013), é importante salientar que, para a psicodinâmica do trabalho, a própria escuta clínica se torna tão potente, que abre espaço não só para a manifestação do sofrimento, mas permite outros processos como a simbolização, assimilação, elaboração, transformação e mudança. A escuta clínica em psicodinâmica do trabalho é um dispositivo que tem como objetivo mudar um modo de funcionamento psíquico, permite que o sujeito, à medida que se expressa pela palavra e se sente ouvido, possa sair da repetição, permite que ele lide com o sofrimento de uma forma diferente. Assim, escutar o sofrimento não significa eliminá-lo, mas sim criar uma nova posição diante do seu sentido.

A escuta clínica abre a possibilidade de refletir, no espaço de trabalho, sobre a dimensão existencial das relações sociais. Através da escuta clínica, é possível construir estratégias saudáveis de enfrentamento do sofrimento, pois ela vai ao encontro de buscar resgatar o protagonismo dos atores que não se dão conta do seu papel (Ghizoni & Mendes, 2014).

A escuta clínica em psicodinâmica do trabalho abre espaço para a mobilização subjetiva no trabalho, que é o engajamento afetivo mediado pela palavra. Ela vai funcionar como instrumento humanizador no trabalho, pois busca trazer de volta a capacidade de estabelecer laço social de forma a trazer novamente o afeto, resgatar o sentido do trabalho (Araujo, 2013), tão esvaziado no teletrabalho *home-office*.

Dessa forma, cabe às organizações adotarem medidas de apoio a estes trabalhadores, sendo que dentre as possíveis estratégias de apoio e intervenções para minimizar os impactos negativos e promover a saúde psíquica e emocional dos teletrabalhadores estão a criação de canais de escuta e acolhimento psicológico.

Embora pareça difícil, as empresas ofereceram esse tipo de escuta clínica nos espaços organizacionais, já é possível encontrar aqui no Brasil, algumas práticas profissionais com esse objetivo, como pode ser constatadas em algumas publicações dos autores Viana Braz, Casadore e Hashimoto (2020), das quais pode ser encontrado relatos de uma escuta clínica individual; e também é possível encontrar registros de práticas de escuta clínica no espaço organizacional realizada de forma coletiva, em grupo, a partir de estudos como o de Ghizoni e Mendes (2014).

Esses estudos revelam que, ainda que não seja um caminho fácil, é uma estratégia possível. As práticas de escuta clínica citadas acima foram realizadas de maneira presencial, o grande desafio do teletrabalho *home-office* será transformar essa escuta clínica, seja ela individual ou coletiva, utilizando metodologias virtuais, realizadas à distância.

Considerações finais

O mundo do trabalho vivencia uma série de transformações tecnológicas, que foram aceleradas com a pandemia do COVID-19. É possível compreender que uma das mudanças mais significativas nos últimos três anos ocasionadas pelo cenário pandêmico, foi a aceleração da implantação do teletrabalho *home-office* para muitos trabalhadores, os quais, quicá, nem estavam preparados para enfrentar essa nova configuração laboral.

Foi possível identificar, através de pesquisas realizadas com teletrabalhadores *home-office*, que o formato de trabalho a partir da virtualidade e a distância, traz muitos riscos e impactos na sua saúde mental. Algumas pesquisas recentes também têm revelado que uma das formas de lidar com esses riscos é a implantação de estratégias de enfrentamento frente à configuração de formato do teletrabalho *home-office*.

É essencial que as organizações e sua alta gestão adotem estratégias de enfrentamento para minimizar os efeitos negativos destes, bem como a promoção de saúde mental nos moldes do teletrabalho *home-office*. O grande desafio está em implementar essas estratégias de maneira virtual e à distância. Apesar de parecer um caminho novo e difícil devido à virtualidade e à distância, inerentes ao teletrabalho *home-office*, algumas pesquisas embrionárias sobre o tema vêm mostrando que é possível.

Uma reflexão foi feita a partir deste trabalho com o objetivo de ajudar organizações, alta gestão, trabalhadores, e profissionais que atuam na área da saúde mental do trabalhador, a pensar em formas de enfrentamento dos riscos que o teletrabalho vem acarretando a à saúde dos teletrabalhadores. Dentre as estratégias que foram sugeridas neste trabalho, encontra-se a necessidade das organizações criarem dispositivos e políticas institucionais para ajudar os teletrabalhadores a desconectar de seus trabalhos em casa, visto que a “hiperconectividade” tem ocasionado um superinvestimento subjetivo no trabalho, ocasionando uma sobrecarga psíquica aos teletrabalhadores e também o afastamento desses trabalhadores de outras esferas sociais de sua vida.

O fato de os teletrabalhadores *home-office* estarem trabalhando de suas casas, também os têm distanciado de seus coletivos, fazendo com

que seus vínculos sociais fiquem fragilizados, ou até fazendo com que esses se anulem. Um estratégia possível aqui, segundo uma proposta baseada na Psicodinâmica do Trabalho, seria a criação de espaços (virtuais) públicos, para que os teletrabalhadores pudessem construir vínculos subjetivos e afetivos com seus próximos, o que os ajudaria a lidar com as dificuldades do isolamento e da solidão.

E como uma última proposta a ser refletida como forma de enfrentamento dos sintomas psíquicos e emocionais, seria a oferta de apoio psicológico aos teletrabalhadores *home-office*, na forma de uma escuta clínica especializada oferecida pela organização. Vale ressaltar aqui, que essa escuta pode ser feita de maneira individual e coletiva, inclusive já existem registros de práticas como essa no Brasil, sendo ofertadas pela organização. O grande desafio, mais uma vez, é ofertar esse apoio mediado pela virtualidade e à distância.

Por fim, esse trabalho não pretende esgotar a reflexão sobre as possibilidades existentes para o enfrentamento dos riscos que o teletrabalho *home-office* tem oferecido à saúde dos trabalhadores. Na verdade, esse capítulo é uma reflexão embrionária sobre o tema, a partir do que tem se discutido, nos últimos anos, sobre impactos do teletrabalho na saúde mental do trabalhador e estratégias para o enfrentamento dos riscos; e um convite a novas pesquisas na área.

Referências

- Almada, P. & Hilário, G. M. (2017). Precarização e Teletrabalho: sobre a morfologia do trabalho virtual. In: Colnado, L. M. & Chaves, J. R. J. & Estrada, M. M., Teletrabalho. LTr.
- Antunes, R. (2020). Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. Boitempo.

- Araújo, L. K. R. (2013). Escuta clínica. In: Vieira, F. de O. & Mendes, A. M. & Merlo, A. R. C. Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho. Biblioteca Juruá de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho, p. 143-145.
- Areosa, J. (2014). Os efeitos do trabalho na saúde mental: uma análise a partir da psicodinâmica do trabalho. In: Neto, H. V. & Areosa, J. & Arezes, P. Manual sobre riscos psicossociais no trabalho. Vila do Conde: Civeri Publishing, p. 49-72.
- Barros-delben, P. et al. & Merlo, A. R. C. (2020). Saúde mental em situação de emergência: COVID-19. Debates em Psiquiatria, 10(2), 18-28. <http://dx.doi.org/10.25118/2236-918X-10-2-3>
- Bouyer, G. C & Merlo, A. R. C. (2010). Contribuição da Psicodinâmica do Trabalho para o debate: “o mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador”. Rev bras Saúde ocup, 35(122), 249-259.
- BRASIL. (2016). Projeto de Lei n. 6.038. Acrescenta o artigo 72-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para dispor sobre o direito à desconexão do trabalho. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=ABD82A2FF00AD36D8C5EB537CBA80C1B.proposicoesWebExterno1?codteor=1488226&filename=Avulso+-PL+6038/2016.
- BRASIL. (2020). Projeto de Lei nº 4044, de 2020. Disciplina o teletrabalho quanto às regras da jornada de trabalho, períodos de descanso e férias. <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/143754>.
- Cavalcante, J. C. & Netto, F. F. J. (2017). Teletrabalho: aspectos econômicos e jurídicos. In: Colnado, L. M. & Chaves, J. R. J. & Estrada, M. M., Teletrabalho. LTr.
- Coelho-lima, F & Bendassolli, P. F. (2020). Trabalhadores e Trabalhadoras na Informalidade: Intervenções Possíveis Os impactos da pandemia para o trabalhador e suas relações com o trabalho. Coleção o trabalho e as medidas de contenção da COVID-19 contribuições da Psicologia Organizacional e do Trabalho, 2(1), 35-44. <https://www.sbpot.org.br/publicacoes>.
- Coneglian, T. N. M. (2020). Teletrabalho Home-Office: Identidade, Subjetividade e Saúde Mental dos Trabalhadores. (1 ed.). CRV.

- Dejours, C. (1999). Conferências brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho. EAESP/FGV.
- Dejours, C. (2006). A banalização da injustiça social. FGV.
- Enriquez, E. (2014). O trabalho, essência do homem? O que é o trabalho?. *Cad Psicol Soc Trab*, 17(1), 163-176.
- Falcão, P. P. H. L & Santos, M. F. S. (2021). O Home office na pandemia do Covid-19 e os impactos na saúde mental. *Rev. Bras. Psicoter.*, 23(2), 63-78.
- Fonseca, R. L. .A & Pérez-nebra, A. R. (2012). A epidemiologia do teletrabalhador: impactos do teletrabalho na saúde mental. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 15(2).
- Ghizoni, L. D & Mendes, A. M. (2014). Dispositivos para uma escuta clínica do sofrimento no trabalho dos catadores de materiais recicláveis. *Contextos Clínicos*, 7(1).
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). PNAD Covid-19. PNAD Contínua.
- IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2021). Carta de Conjuntura. (2).
- Lancman, S & Uchida, S. (2003). Trabalho e subjetividade: o olhar da Psicodinâmica do Trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 6(1), 79-90.
- Lancman, S & Jardim, T. .A. (2004). O impacto da organização do trabalho na saúde mental: um estudo em psicodinâmica do trabalho. *Rev Ter Ocup Univ*, 15(2), 82-89.
- Lancman, S. (2008). O mundo do trabalho e a psicodinâmica do trabalho. In: Lancman, S.; Szelwar, L. I. (Org.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Fiocruz, p. 25-36.
- Losekann, R. .G. .C. .B & Mourão, H. .C. (2020). Desafios do teletrabalho na pandemia COVID19: quando o home vira office. *Caderno de Administração*, 28(1), 71-75. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/53637/751375150139>.

- Luz, M. A. M & Neto, J. L. F. (2016). Processos de trabalho e de subjetivação de professores universitários de cursos de educação à distância. *Psicologia Escolar e Educacional*, 20(1).
- Maeneja, R & Abreu, A. .M. (2020). Ubiquidade das TICS: perigos para a saúde mental reforçados pela crise Covid-19. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 21(3), 571-581.
- Merlo, A. R. C. & Bottega, C. G. & Magnus, C. N. (2013). Espaço público de discussão. In: Vieira, F. de O. & Mendes, A. M. & Merlo, A. R. C. *Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho*. Biblioteca Juruá de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho, p. 147-151.
- Nassif et al.. (2020). Estão Os Empreendedores E As Pequenas Empresas Preparadas Para As Adversidades Contextuais? Uma Reflexão À Luz Da Pandemia Do Covid-19. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, 1(1), <http://dx.doi.org/10.14211/regepe.v9i2.1880>.
- Padilha, N. .S & Santos, P. .R. (2021). O home que virou office: saúde mental no meio ambiente do trabalho e o direito à desconexão no contexto de pandemia. *Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional*, 13(25), 291-311. <http://abdconstojs.com.br/index.php/revista/article/view/397/274>.
- Pereira, L. .E & Rachid, A. (2016). Percepções de funcionários sobre o home office em uma multinacional de tecnologia da informação. *Anais do XXXVI Encontro nacional de engenharia de produção: Contribuições da Engenharia de Produção para Melhores Práticas de Gestão e Modernização do Brasil*.
- Smaha, H. C. (2009). Trabalho e família no contexto do teletrabalho: o olhar de teletrabalhadores e seus co-residentes. *EBAPE/FGV*.

CAPITALIZANDO VISIBILIDADE: REFLEXÕES SOBRE O SUJEITO EMPRESARIAL PRODUTOR DE CONTEÚDO

*Amanda Thuns Biazzi*¹

*Matheus Viana Braz*²

Introdução

O neoliberalismo, para além de uma ideologia ou regime/sistema/discurso econômico e político instalado na sociedade contemporânea, é, antes de tudo, uma racionalidade, a qual estrutura e organiza a ação de governos, governantes e governados (Dardot; Laval, 2016). Ao pensarmos a racionalidade neoliberal, partimos da perspectiva proposta por Dardot e Laval (2016), os quais a apontam enquanto uma normativa de vida que nos impõe um modo de viver competitivo, individualizado, responsabilizado pelas desigualdades sociais e fracassos pessoais; esta racionalidade, para os autores, “muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa” (Dardot & Laval, 2016, p. 16). O neoliberalismo, assim, instaura uma nova forma de governo dos indivíduos que implica, necessariamente, na internalização de suas normativas para alcançar tal governo na liberdade do sujeito, ou seja, através do autogoverno, mudando a relação que o indivíduo tem consigo mesmo.

Tais normativas sobre o sujeito se apresentam enquanto uma ética e uma moral, uma prescrição da vida que vale a pena ser vivida. Segundo

¹ Psicóloga formada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), especialista em Psicologia em Saúde pelo Centro Universitário Celso Lisboa, mestranda em Psicologia na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Atua como psicóloga na atenção secundária à saúde. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6446-5451>

² Doutor em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCLA). Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: mvianabraz@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1193-9753>

Cabanas e Illouz (2022, p. 81), as máximas do neoliberalismo que incidem sobre os indivíduos correspondem a que “todos os indivíduos são (e devem ser) seres livres, estratégicos, responsáveis e autônomos, capazes de governar estados psicológicos a seu bel-prazer, de atingir seus interesses e buscar o que entendem ser o objetivo inerente da vida: a conquista da felicidade”. Dessa forma, as mudanças e rupturas provocadas pelo neoliberalismo incidem também - e principalmente - na subjetividade e nos processos de subjetivação do sujeito contemporâneo. Para Dardot e Laval (2016, p. 326-327), esse fenômeno produz um novo tipo de sujeito através da “homogeneização do discurso do homem em torno da figura da empresa. ... A partir de então, diversas técnicas contribuem para a fabricação desse novo sujeito unitário, que chamamos indiferentemente de ‘sujeito empresarial’, ‘sujeito neoliberal’ ou, simplesmente, neossujeito”. A empresa não é apenas o alvo de enaltecimento na racionalidade neoliberal; é o objetivo de ser do sujeito contemporâneo.

A psicologia, enquanto área de saber, pesquisa e intervenção, tomou parte importante neste processo através da “psicologização” dos fenômenos sociais (Lipovetsky, 2007; Cabanas & Illouz, 2022), da fusão com a economia na construção de panoramas econômicos de sucesso, gestão de si e bem-estar (Cabana & Illouz, 2022) e da construção da ideia de terapêutica que implica na construção de um “eu autêntico” através da exposição de si para o outro (Bruno, 2013, p. 57). Para além disso, ao incentivar que o sujeito esteja sempre disposto a olhar para “dentro” de si e se questionar, quando deparado com problemas de qualquer espécie, o discurso psicologizante favorece a perspectiva de que existe um ‘eu’ autônomo, passível de ser modificado, independente de fatores sociais, econômicos, políticos, históricos ou comunitários; favorece, assim, a manutenção da moral individualista do neossujeito - se alinhando aos

interesses do mercado. Para Cabanas e Illouz (2022, p. 20), esse processo de psicologização e promoção da normativa da felicidade realizado pela ciência psicológica legitima a ideia de que “não há problemas estruturais, apenas deficiências psicológicas”, gerando culpabilização, frustração, individualização e isolamento do sujeito que vivencia dificuldades antes entendidas como ligadas a ordem do social. Gera, também, um novo papel para a psicologia: ela não apenas serve para “consertar” sujeitos adoecidos, mas atuando pela racionalidade neoliberal, passa também a servir para aprimorá-los.

A felicidade é apontada por Cabanas e Illouz (2022) também como uma forma de subjetivação neoliberal. Assim como Dardot e Laval (2016) que, ao observarem a problemática da individualização e mercantilização dos sujeitos, apontam o homem empresarial como uma subjetividade imposta e adotada no contemporâneo, Cabanas e Illouz (2022) veem o “indivíduo feliz” enquanto uma forma de controle subjetivo da sociedade neoliberal. Os autores denotam enquanto motivo para a importância ganha pela felicidade na contemporaneidade o fato de que ela “se provou um conceito muito útil para reacender, legitimar e institucionalizar a chama do individualismo em termos aparentemente não ideológicos por meio do discurso científico neutro e de autoridade” (Cabanas & Illouz, 2022, p. 83); além de servir enquanto importante ferramenta de imposição de responsabilização individual, de flexibilidade frente à precarização e de guia/técnica/alvo para a busca por constante aprimoramento. Lipovetsky (2007) aponta a felicidade como ponto relevante e paradoxal da sociedade de consumo, visto que ela se origina das novas formas de prazer derivadas do hiperconsumo e das possibilidades - realistas ou não - de mobilidade, mas que também ocasiona sofrimento e vergonha aos sujeitos por

relegar o fracasso ao âmbito do individual; afinal, temos todas as possibilidades de sermos felizes, cabe a nós as aproveitarmos.

Bruno (2013), por sua vez, propõe a ideia de que novos regimes de visibilidade são fundamentais a estas mudanças sociais e subjetivas, nos quais a vigilância é constante, muitas vezes voluntária, e que implica na construção de uma imagem de si - de sua própria subjetividade e personalidade - para o externo, para o olhar do outro. Para a autora, apesar da maior “autonomia” do sujeito na construção de sua imagem, esta sempre passa pelo crivo da impressão que provoca no outro. Considerando a amplitude do acesso às mídias sociais e a importância crescente que estas ganham em nossas vidas, é relevante levar em conta o processo de parecer-para-o-outro ao pensarmos no sujeito contemporâneo.

Uma das manifestações mais simbólicas do tornar-se empresa no regime de visibilidade contemporâneo é o surgimento da profissão de produtor de conteúdo em plataformas digitais. Isto é especialmente verdadeiro sob as especificidades daquelas atividades ligadas à própria imagem e personalidade como produto, como é o caso de *streamers* (Woodcock & Johnson, 2017; 2019; Taylor, 2018; Wollborn et. al., 2023), *influencers* (Duffy, 2017; Karhawi, 2020; Karhawi & Prazeres, 2022; Dias et al., 2023) e *youtubers* (Duffy, 2017; Dias et. al., 2023).

Estas novas formas de trabalho demandam, com frequência, a apresentação de uma imagem ou até mesmo de uma marca de si que seja feliz, positiva, autêntica, empreendedora, sociável e otimista, mesmo que muitas vezes implique em uma atividade mal remunerada ou mesmo gratuita, em sobrecarga de funções, em dedicação constante e total do sujeito, e em competitividade extrema em um meio de muitos outros produtores-produto (Karhawi, 2020). Todos esses processos, além de tudo, se dão em plataformas digitais, as quais possuem um

controle desproporcional acerca das regras de monetização, de moderação do conteúdo e também de quem será visto ou não, sem que tais regras sejam claramente expressadas para os produtores na plataforma (Poell, Nieborg & Duffy, 2021). Ao mesmo tempo, tais plataformas promovem ideias de autonomia, diversão, flexibilidade, meritocracia e, principalmente, de “ganhar dinheiro fazendo o que se ama” (Duffy, 2017), nublando as linhas entre trabalho e lazer e fortalecendo a ideia de investimento e lucro a partir do “capital humano” (Dardot & Laval, 2016, p. 31).

É a partir da intersecção entre os conceitos de sujeito empresarial, felicidade e regime de visibilidade que traçamos a reflexão aqui proposta. Buscaremos, no decorrer deste texto, articular e problematizar tais explicações teóricas acerca das subjetividades contemporâneas em perspectiva ao fenômeno do trabalho digital de produção de conteúdo.

Para isso, realizamos um levantamento bibliográfico sobre o trabalho, a socialização e a subjetividade de produtores de conteúdo em plataformas, através de pesquisas já realizadas com tais sujeitos ou sobre as atividades exercidas por eles. Tal levantamento se deu a partir da pergunta: quais as implicações dos modos de subjetivação empresarial, feliz e pautado na visibilidade para o sujeito produtor de conteúdo? Buscamos, com isso, observar as relações entre o neossujeito e a premissa da felicidade, compreender como tal premissa se comporta/é comportada pelo regime de visibilidade contemporâneo e quais as manifestações de tais processos de subjetivação no trabalho cultural plataformizado. Também foi realizada uma pesquisa documental acerca das plataformas de produção de conteúdo, através da qual buscamos levantar aspectos contextuais nos quais os sujeitos estão inseridos, como regras de monetização/visibilidade, discurso das

plataformas sobre o trabalho realizado nelas, e a imagem dos produtores de conteúdo retratada na mídia convencional (jornais, televisão, sites de notícia). As produções levantadas serão analisadas pela luz do conceito de sujeito empresarial proposto por Dardot e Laval (2016); de regime de visibilidade, conforme descrito por Bruno (2013); e de felicidade e hiperconsumo, pelas perspectivas trazidas por Cabanas e Illouz (2022) e por Lipovetsky (2007).

Ao nos propormos a refletir sobre tais conceitos e fenômenos, temos consciência da impossibilidade de exaurí-los, visto que o trabalho de produção de conteúdo é um processo novo, em construção e em constante modificação (Karhawi, 2020); o mesmo se aplica à maneira com que observaremos a racionalidade neoliberal e o regime de visibilidade contemporâneo. Esse texto se trata, antes de tudo, de um exercício de reflexão sobre as subjetividades neoliberais, em uma tentativa de contribuir para uma visão integrada e crítica acerca das condições subjetivas dos sujeitos envolvidos no processo de produção de conteúdo em plataformas.

Nossa análise e discussão, então, se dará em dois momentos: no primeiro tópico, *O sujeito empresarial no regime de visibilidade contemporâneo*, será realizado um aprofundamento dos conceitos de sujeito empresarial e autogoverno de Dardot e Laval (2016), assim como uma reflexão destes em articulação com a discussão de vigilância promovida por Bruno (2013), de consumo trazida por Lipovetsky (2007) e de felicidade proposta por Cabanas e Illouz (2022), pensando o papel da psicologia nesse fenômeno; no segundo tópico, *Capitalizando o eu nas plataformas e o trabalho de produção de conteúdo*, contextualizaremos a discussão a partir dos dados encontrados em nosso levantamento, em uma busca por compreender os desdobramentos subjetivos da

racionalidade neoliberal para os indivíduos que trabalham com o ser visto no digital.

O sujeito empresarial no regime de visibilidade contemporâneo

A redução dos direitos e do investimento em políticas públicas, a expansão das desigualdades sociais, o abismo cada vez maior entre classes sociais, o adentramento do trabalho nas outras esferas e espaços da vida, o aumento dos transtornos mentais em nossa sociedade e a culpabilização individual por todos estes e muitos outros problemas pode nos levar ao questionamento: como aceitamos isso? Ou ainda, como chegamos neste ponto?

Para Dardot e Laval (2016), isso ocorre porque o neoliberalismo é um mecanismo que se retroalimenta através da sua governamentalidade; ou seja, o processo de formação da situação de mercado neoliberal é, também, um processo formativo de subjetividades. Assim, “o mercado é um processo de formação de si” (Dardot & Laval, 2016, p. 145), um processo subjetivo de aprendizagem e disciplinamento dos sujeitos, através do qual os indivíduos aprendem a agir. Essa ação individual, por sua vez, é tomada enquanto desempenho da liberdade, já que o sujeito se move a partir de seus próprios interesses e desejos. Esse mover-se a partir do melhor para si implica em agir através da competitividade, da capitalização de si, da autorresponsabilização por suas vitórias e fracassos, da busca constante por autoeficácia e melhoria das próprias condições de vida. Esses interesses, entretanto, fortalecem a lógica de mercado neoliberal, mantendo o ciclo vicioso da lógica de competição e eficácia econômica individual.

Como apontado por Dardot e Laval, o que se produz através da racionalidade neoliberal é uma “relação do sujeito individual com ele

mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, uma relação do sujeito com ele mesmo como um ‘capital humano’, que deve crescer indefinidamente” (2016, p. 31). Com efeito, acompanhamos esse fenômeno em nossa sociedade com a atomização das atividades trabalhistas e a precarização do trabalho como o conhecíamos, surgindo novas formas contratuais, temporárias e fragilizadas de trabalho, como a terceirização, a “pejotização”, a uberização, o trabalho por tarefas/projetos, entre outras que carregam a ideia de negociação entre iguais, ou seja, entre empresas, ocultando a desigualdade econômica e de poder existente entre empresa e trabalhador (Abílio et. al., 2021).

Por este motivo, para Dardot e Laval (2016), o governo neoliberal não se dá pela disciplina externa sobre os indivíduos, mas sim através de um governo do sujeito sobre si mesmo, que se autorregula, se cobra, se aprimora, se flexibiliza, se pune e se responsabiliza pelos efeitos individuais do sistema capitalista. É por essa subjetividade cada vez mais econômica e financeira, que se constrói com o neoliberalismo, que os autores definem o autogoverno como empreendedorismo (Dardot & Laval, 2016). Cada sujeito torna-se uma empresa que deve mover-se pelos seus próprios interesses e estabelecer relações baseadas em contratos que aumentem seu capital humano. Ao falar da empresa enquanto parâmetro para o ser humano, os autores apontam que isso ocorre

[...] estabelecendo uma correspondência íntima entre o governo de si e o governo das sociedades, a empresa define uma nova ética, isto é, certa disposição interior, certo ethos que deve ser encarnado com um trabalho de vigilância sobre si mesmo e que os procedimentos de avaliação se encarregam de reforçar e verificar. Nessas condições, pode-se dizer que o primeiro mandamento da ética do empreendedor é ‘ajuda-se a ti mesmo’ e

que, nesse sentido, ela é a ética do *self-help* [autoajuda]” (Dardot e Laval, 2023, p. 332).

Para Lipovetsky (2007), a responsabilização e individualização dos sofrimentos e dificuldades vivenciadas pelos sujeitos contemporâneos podem ser compreendidas não apenas pela razão neoliberal, mas também pela cultura consumista que rege nossas relações. Segundo o autor, é o rompimento das identidades e da consciência de classe provocados pelo hiperconsumo que desloca tudo para a esfera individual, responsabilizando o sujeito, pois, estando este sozinho, as mazelas sociais e econômicas são vivenciadas como falhas pessoais, de caráter ou desempenho.

De toda forma, o sujeito é, constantemente, remetido a si; e se depende apenas de si mesmo para ter sucesso - ou fracasso -, é importante que, caso queira ampliar seu campo de satisfação de desejos ou alcance de consumo, o indivíduo seja capaz de se vigiar, se controlar, se aprimorar. Bruno (2013), pensando na pressão individual pelo aprimoramento da performance, fala que ela simultaneamente justifica e é alvo da vigilância contemporânea. Para a autora, a vigilância constante e difusa vivenciada - e socialmente aceita - atualmente se dá porque “o controle social contemporâneo visa diretamente a própria ação, modulando o comportamento pela promessa da otimização da performance e pela exigência de melhores resultados nos diversos planos da vida profissional, pessoal, social etc” (Bruno, 2013, p. 35). A vigilância é, então, aceita enquanto medida de desempenho em vistas de melhora de performance, mas também internalizada e utilizada pelo sujeito em um processo de autovigilância, de forma a obter uma otimização de sua performance e valorização de seu capital humano (Dardot & Laval, 2017). Não é sem motivo que, após tantas polêmicas acerca de rastreamento de uso da internet e coleta e venda de dados de

usuários de plataformas, seguimos usando mídias sociais sem grandes perturbações. A vigilância é vista enquanto parte necessária da vida cotidiana, e a prática dela sobre si é tratada enquanto desejável (Cabanas & Illouz, 2022).

Cabanas e Illouz (2022) trabalharam o conceito de felicidade individual enquanto finalidade existencial estabelecida no neoliberalismo, de modo a ser o substituto perfeito para a busca do bem coletivo, pois este último não se encaixa na ética de mercado contemporânea. Os autores definem a felicidade na atualidade como

[...] uma atitude passível de ser engendrada pela força de vontade; resultado do treino de nossa força interior e nosso eu autêntico; única meta que faz a vida valer a pena; o padrão pelo qual devemos medir o valor de nossa biografia, o tamanho de nossos sucessos e fracassos; e a magnitude de nosso desenvolvimento psíquico e emocional. Mais importante, a felicidade passou a ser o modelo, a encarnação do bom cidadão (Cabanas e Illouz, 2022, p. 13).

Os autores ainda afirmam que essa busca por felicidade traduzida em auto-otimização do indivíduo constitui uma forma de subjetivação individualista e consumista do sujeito contemporâneo, a qual forma o “psidadão”, termo dado por eles para a transformação dos cidadãos em clientes em busca da felicidade através da autovigilância e do uso de técnicas psicológicas de autocontrole para a aprimoração de si (Cabanas e Illouz, 2022, p. 180). Assim, a felicidade se apresenta enquanto um modelo de subjetividade neoliberal.

A partir desta reflexão teórica, vemos os processos de subjetivação descritos por Cabanas e Illouz (2022), por Bruno (2013) e por Dardot e Laval (2016) enquanto parte do mesmo fenômeno de constituição do sujeito neoliberal. Consideramos válido, então, pensar no sujeito contemporâneo enquanto regido através do autogoverno empresarial, em busca de uma felicidade que se realiza por intermédio da

capitalização de si e do hiperconsumo, num processo constante de construção de um eu autêntico e vigiado, em concordância com a racionalidade neoliberal.

Capitalizando o eu nas plataformas e o trabalho de produção de conteúdo

O avanço tecnológico propiciou formas novas de conexão e expressão e facilitou o acesso a bens culturais (Lévy, 1999), possibilitando o surgimento de uma cultura de participação na qual a produção de conteúdo não se restringia mais àqueles que detêm os meios tradicionais de mídia. Tal forma de cultura, segundo Bruno (2013), tem seu lado positivo nas novas formas de produção e compartilhamento de saberes e bens culturais; porém, a autora alerta que, em contrapartida, “esta mesma participação vem sendo capturada e capitalizada, seja de modo a reiterar lógicas comerciais, seja de forma a alimentar processos de vigilância” (p. 126). Este processo de captura e capitalização descrito por Bruno (2013), condiz com a condição neossujeitiva analisada por Dardot e Laval (2016), visto que nessa a economia é aceita enquanto lógica que rege as relações, em que toda produção humana pode e deve ser utilizada para ampliação de capital. Cabanas e Illouz (2022, p. 194), no mesmo sentido, observam que “indivíduos das sociedades neoliberais, em especial as gerações mais novas, internalizaram de forma bastante profunda o mantra de que uma vida escrutinada e autogerida é a vida mais rica e valiosa que se pode viver”.

Alves (2019, p. 133) traz o fenômeno da digitalização das atividades e expressões humanas enquanto a digitalização do simbólico em si, afirmando que este processo permitiu “a consolidação definitiva de um novo amálgama entre o domínio simbólico-estético-artístico e o domínio econômico-comercial-tecnológico”, visto que algumas das

maiores empresas do mundo - Google, Apple, Meta, Amazon e Microsoft - são da área de tecnologia e estão progressivamente dominando os serviços culturais; o autor nomeia esta fusão realizada pelas Big Tech como capitalismo cultural-digital. O indivíduo, ao produzir conteúdo nesse meio, se torna sua própria mídia, seu próprio público; mas, também, se submete ainda mais a processos de controle e vigilância ao exercer sua autonomia de produção de sua visibilidade (Bruno, 2013).

Para Karhawi (2020), através das novas mídias, as linhas entre lazer e trabalho foram borradas, assim como entre o consumidor e o produtor. Com cada vez mais frequência, usuários de mídias sociais se engajam na atividade de produção de conteúdo com a esperança de “virar seu próprio patrão”, ou de alcançar o “emprego dos sonhos”, ou mesmo de, quem sabe, conseguir remuneração fazendo aquilo que ama (Duffy, 2017). As histórias de sucesso na mídia, os cursos que ensinam a “domar o algoritmo” das plataformas de conteúdo, a proximidade sentida pela audiência com os *influencers*, streamers e youtubers milionários, tudo isso se soma à precarização do trabalho vivenciada atualmente, à insegurança financeira, à lógica de capitalizar qualquer qualidade ou hobby seu que possa te levar ao sucesso. Com a facilidade de entrada na atividade de criação de conteúdo, a flexibilidade no formato de trabalho que também se assemelha a um lazer e as diversas possibilidades de monetização existentes, o trabalho nas plataformas se apresenta como opção atraente para pessoas em situação de desemprego ou que buscam um complemento de renda (Wollborn et. al., 2023). Como apontam Dardot e Laval (2016) ao falarem do sujeito implicado no processo de expansão do seu capital humano,

Especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. Todas

as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos. A economia torna-se uma disciplina pessoal (p. 330 - 331).

Essas novas profissões surgem deste contexto individualista de empresarização e capitalização de si e dos novos regimes de visibilidade (Bruno, 2013). Estes regimes, marcados pela exposição do eu, transformam a subjetividade, ao deslocá-la da interioridade (o privado, o íntimo, o verdadeiro) para a exterioridade (pública, aparente, visível). Bruno (2013) acrescenta que o olhar do outro ganha valor renovado, sendo priorizado na construção do que se entende por “eu”. A criação dessa imagem voltada ao outro, naturalizada e incentivada nas mídias sociais, é atravessada pela lógica empresarial, e a subjetividade - agora exteriorizada - ganha o novo potencial de ser capitalizada.

Em pesquisa com *influencers*, Dias et al., (2023) observaram o processo de empresariamento de si implicado nessa atividade, afirmando que “estes sujeitos não monetizam apenas publicações ou divulgações, mas também a própria imagem, criando um “eu mercadoria” ou um ‘eu commodity’” (p. 60). Os sujeitos na plataforma, então, se tornam produtores-produto frente à audiência, dependendo de capitalizar seus atributos pessoais para diferenciá-los dos tantos outros disponíveis para o rápido consumo dos usuários. Karhawi (2020), após analisar publicações e comportamento de blogueiras de moda brasileiras, avalia que o ser blogueira sintetiza os padrões de sociabilidade valorados em nossa sociedade, sendo eles: o discurso meritocrático neoliberal do “*self made man*”, sujeito individualista que não precisa de ninguém, se constrói sozinho a partir de seu esforço e do aproveitamento de suas oportunidades; e o regime de visibilidade “que prega a exibição constante e a espetacularização do próprio eu” (p. 197).

Um fenômeno marcante deste processo de tornar-se empresa a partir da imagem de si é a criação da marca pessoal, ou *self-branding*. Esta ação de construir uma marca de/para si é frequentemente descrita em pesquisa com criadores de conteúdo (Duffy, 2017; Taylor, 2018; Karhawi, 2020; Dias et. al., 2023), sendo considerada pelos trabalhadores como fundamental para garantir a visibilidade e rentabilidade da atividade. Para Cabanas e Illouz (2022), a marca pessoal é a epítome da automercantilização; os autores a consideram como “sintoma visível de um processo crescente de responsabilização pessoal, assim como um conceito útil para legitimar um mundo profissional altamente individualizado que ressoa em alto e bom som o *mythos* do sucesso-pelo-próprio-esforço que caracteriza a ideologia neoliberal” (p. 202). A mercadoria passa a ser o eu; esse eu, por sua vez, equivale a um eu autêntico, distinguível, comercializável. Lipovetsky (2007) denuncia que há uma angústia de diferenciação derivada do hiperconsumo, o qual produz um desejo de ser um eu que se diferencia do outro. Cabanas e Illouz (2022) também trazem o consumo enquanto um dos grandes responsáveis pela ideia de um eu autêntico, salientando a função da autenticidade para o mercado visto a propagação da ideia de que o dito eu é formado pelas escolhas individuais, as quais “sempre refletiriam quem as pessoas são de fato e o que elas de fato querem” (p. 199). Para Bruno (2013, p. 54), com as mídias sociais, a autenticidade reside no se fazer ser visto:

A autenticidade migra para a imagem, que faz do referente a sua semelhança; é de controle que se trata e sua face é sorridente – os relógios de ponto e o soar dos sinais das instituições disciplinares não nos deixavam esquecer do tempo e das tarefas a cumprir; as tecnologias de controle hoje não nos deixam parar de sorrir. Lá, a capitalização do tempo. Aqui, a capitalização da felicidade.

A autenticidade, por sua vez, é vista como ponto inflexível para um criador de conteúdo conquistar e manter sua audiência, porém sendo um aspecto difícil de equilibrar com a necessidade de produção de conteúdo constante para satisfazer a demanda algorítmica. Woodcock e Johnson (2019), pesquisando *streamers*, afirmam que um grande elemento do trabalho de produção de conteúdo é o trabalho afetivo implicado neste. Por trabalho afetivo, os autores entendem as atividades realizadas com a intenção de gerar respostas emocionais, as quais podem muitas vezes não ser entendidas como um trabalho tradicional, mas que foram capitalizadas. Em sua pesquisa, Woodcock e Johnson (2019) concluíram que *streamers* devem demonstrar e gerar emoções positivas, as quais são mediadas por ferramentas da plataforma para gerar monetização; para conseguir manter este trabalho afetivo, *streamers* entrevistados pelos autores afirmaram que veem tal trabalho como uma performance, através da qual tentam manter uma *persona* que seja única, interessante, mas também que pareça autêntica e que gere a sensação de intimidade.

Conciliar a demanda por autenticidade e intimidade com a necessidade de estar sempre *on* e produzindo para se manter relevante pode parecer uma contradição em que um aspecto exclui o outro, mas é parte inerente da atividade de criação de conteúdo em plataformas. Para Bruno (2013, p. 69), a autenticidade do sujeito nas mídias sociais “não mais se esconde por trás de signos a interpretar, mas se constitui no ato mesmo de se fazer ver pelo outro”. Ser autêntico e performar para o outro são processos que se aproximam e se confundem. Para conseguir transmitir a ideia de eu verdadeiro e de intimidade com o público, o criador de conteúdo recorre a estratégias como, por exemplo, a exposição do privado (Dias, Fernandes & Vieira, 2023); a atitude

carismática com a audiência (Karhawi, 2020); e o engajamento rápido e constante com seu público (Woodcock & Johnson, 2019).

O modelo de subjetividade pautado na felicidade, conforme descrito por Cabanas e Illouz (2022), se apresenta, então, como útil nesta lógica de midiaticização e capitalização de si nas plataformas. A moral da felicidade descrita pelos autores rege o ideal do criador de conteúdo bem sucedido, visto que este é feliz, produtivo, autêntico e flexível. Tal moral também está emaranhada na motivação de muitos *influencers*, *streamers*, *youtubers* e outros produtores de conteúdo, para se engajarem na atividade, através do imaginário de “trabalhar com o que se ama”. Como denunciam Dardot e Laval (2016, p. 360), é justamente essa fusão entre os discursos psicologizantes e os discursos econômicos que dão ao novo sujeito a forma do arbítrio supremo entre ‘produtos’ e estilos diferentes no grande mercado dos códigos e dos valores. Foi ainda essa conjunção que deu origem a essas técnicas de si que visam ao desempenho individual por meio de uma racionalização gerencial do desejo.

Para os autores, essa racionalização do desejo – que encontramos no discurso de trabalhar com o que se ama –, leva ao cúmulo da alienação do sujeito empresarial, visto que este não tem qualquer sentimento de estar alienado; acredita estar apenas seguindo seu desejo, sem perceber que este desejo corresponde à voz do Outro falando dentro de si. Estes aspectos são ainda mais demarcados ao pensarmos que a monopolização dos meios e técnicas exercidos nas plataformas outorga a quem os possui um poder de controle monumental sobre aqueles que os usam.

Karhawi e Prazeres (2022, p. 802), ao realizarem pesquisa com influenciadores digitais, analisam que as condições de trabalho destes se tratam de “uma atuação não regulamentada como profissão,

amparada no ambiente cultural e nos aparatos tecnológicos e submetida a regras de produtividade e a penalidades características do capitalismo de plataforma”. A dependência dos produtores de conteúdo no meio propiciado e dominado pelas plataformas aumenta a precariedade do trabalho desempenhado nelas, pois além de não ser um trabalho reconhecido como tal, quem o desempenha não tem voto nas decisões que o afetam (Woodcock & Johnson, 2019). As mudanças das regras que incluem e excluem produtores nas graças da monetização nunca são discutidas e, raramente, são esclarecidas com os trabalhadores que, do dia para a noite, perdem parte de sua renda por uma abstrata mudança no algoritmo (Karhawi; Prazeres, 2022). Essa volatilidade e opacidade do sistema de trabalho das plataformas faz com que ações que afetam toda a vida de indivíduos sejam abstratas demais para que sejam apontadas; Gaulejac (2007, p. 210) descreve estas ações enquanto “violências inocentes”, ou seja, violências disfarçadas de decisões estratégicas obscuras cujas consequências são igualmente abstratas, sendo permitidas pelo Estado e ignoradas pela lei. Logo, se a plataforma não é responsabilizada, a culpa pelas perdas financeiras e de audiência é transferida para o produtor de conteúdo, que além de ser responsável pelo seu próprio sucesso, também o é pelo próprio fracasso.

Ao considerarmos a produção de conteúdo em plataforma enquanto uma forma de trabalho, reconhecemos a importância que essa atividade tem na vida das pessoas que se envolvem nela, ainda que seja uma forma de trabalho flexibilizada, precarizada e com formato diferente das formas de trabalho tradicionais com as quais estávamos acostumados (Karhawi, 2020). Segundo Duffy (2017), para aqueles que desejam seguir carreira na produção de conteúdo em plataforma, esse arranjo de trabalho é demarcado por uma ideologia e prática de “trabalho aspiracional”, na qual o trabalho não-remunerado é realizado

na expectativa de um dia ser pago fazendo o que ama, obscurecendo a exploração e contradição presentes na transformação do lazer em trabalho gratuito em prol de um possível futuro no qual o lazer será remunerado. Como apontam Cabanas e Illouz (2022, p. 73), esse critério de ser recompensado ou ser avaliado através da satisfação e felicidade conquistadas no trabalho é “bastante conveniente de um ponto de vista tecnocrático: ele parece oferecer um verniz de humanidade à visão desumanizadora da tecnocracia”. A Twitch (2023), plataforma de *streaming*, em seu passo a passo para novos criadores de conteúdo, incentiva esta ideia, propondo que “criadores como você têm a chance de fazer as suas comunidades crescerem, de se conectarem com a audiência, e de inclusive ganharem dinheiro compartilhando o que adoram com o mundo”. A remuneração vem em último lugar, sendo sua presença ou sua falta sempre atribuída ao mérito do indivíduo na plataforma.

Reflexões finais

O trabalho de criação de conteúdo em plataformas tem se mostrado enquanto caminho viável para pessoas compartilharem suas paixões, opiniões, saberes e também conhecer novas pessoas, criar comunidades, mas também, enquanto uma possibilidade de renda extra ou de caminho profissional em um cenário de instabilidade e incerteza. E, como lembra Lipovetsky (2007, p. 199),

[...] a nova precariedade é vivida como uma crise identitária, uma experiência humilhante e deprimente. Nas sociedades liberais, dominadas pela dinâmica de individualização e livres das promessas da luta de classes, o desemprego mudou de sentido: não sendo mais assimilado a um destino de classe, ele remete a um fracasso ou a uma insuficiência pessoal, frequentemente acompanhada de auto-estigmatização.

A insegurança, a falta de direitos e a precarização facilitam que as plataformas exerçam comportamentos predatórios sobre as angústias de seus usuários que buscam renda no espaço virtual, lucrando em cima do trabalho cultural que, na maioria das vezes, é pouco ou mal-remunerado, exercido na esperança de um dia conseguir uma carreira de sucesso fazendo o que se ama (Duffy, 2017; Karhawi, 2020). Tais atividades se originam em um contexto específico - e, concomitantemente, o fortalecem-no qual impera uma moral individualista, com justificativas psicologizantes para sucessos e fracassos, onde é relegada ao indivíduo a função e obrigação de ser feliz a partir de seus próprios meios (Cabanas e Illouz, 2022). Como denunciam Dardot e Laval (2016, p. 367), “o discurso da ‘realização de si mesmo’ e do ‘sucesso de vida’ leva a uma estigmatização dos ‘fracassados’, dos ‘perdidos’ e dos infelizes, isto é, dos incapazes de aquiescer à norma social de felicidade”. Tornar-se produto na sociedade do hiperconsumo implica, também, em ser posto de lado quando a performance é considerada insuficiente. Isso porque, de acordo com Lipovetsky (2007, p. 164), a lógica de consumo é estruturada “pelos princípios de diversificação marginal e de renovação perpétua”.

A missão de tornar-se empresa de si nas plataformas de criação de conteúdo tem dois lados: o da possibilidade de sucesso e ascensão social, mas também o do fracasso internalizado frente às rígidas necessidades de performance e a volatilidade dos processos da midiatização de si. Capitalizar esse “eu autêntico” é uma missão com alto potencial de frustração, visto que “não há um eu único e mais autêntico ou absoluto, tampouco uma meta única e inequivocadamente suprema a perseguir” (Cabanas e Illouz, 2022, p. 265). Por ser uma meta muitas vezes solitária, com frequência exposta às histórias de sucesso de outros criadores que construíram impérios por sua própria conta, tentar o sucesso enquanto

empresa de si nas mídias sociais implica em um investimento total do indivíduo que, quando não retorna como o esperado, é vivenciado como uma falha enquanto sujeito (Duffy, 2017).

A falta de responsabilização e regulação das plataformas de produção de conteúdo é tão generalizada que estas chegam ao ponto de ameaçar processos eleitorais e, conseqüentemente, democracias (Caldas & Caldas, 2019). Uma tentativa no âmbito nacional está sendo feita, de regular as plataformas de forma a responsabilizá-las pela propagação de *fake news* ou discurso de ódio, por exemplo; mas também do estabelecimento de deveres de cuidado das plataformas, a partir dos quais se determinam obrigações em garantir a transparência da plataforma quanto ao uso de dados e às decisões tomadas de moderação de conteúdo frente aos seus usuários, produtores e ao governo. Trata-se do projeto de lei nº 2.630 de 2020, o qual, no momento, segue em tramitação. Tal projeto de lei vem sofrendo muitas retaliações, não apenas das plataformas que, obviamente, não concordam com a ideia de serem fiscalizadas, regulamentadas e responsabilizadas, mas também por parte de usuários e produtores de conteúdo nas plataformas, que apelidaram o projeto como “PL da censura”, afirmando que inibiria o direito de liberdade de expressão na internet. Não buscamos aqui realizar uma análise de tal projeto, mas sim utilizá-lo de exemplo para apontar não só a complexidade implicada na regulamentação de um âmbito social, tecnológico e cultural tão novo e tão mercantilizado, mas também da ética existente em nossa sociedade de que o mercado, aqui simbolizado pelas plataformas, deve se autorregular. O discurso do governo empresarial não impacta o sujeito apenas na visão que faz de si, mas também a que possui quanto ao âmbito político e social, agindo neste em prol de seus interesses pessoais (Dardot & Laval, 2016). Já que os riscos econômicos das empresas são transferidos para os sujeitos, faz

todo o sentido que o produtor de conteúdo se oponha a tal movimento, mesmo que isto implique na continuidade e aprofundamento de sua incerteza e precarização dentro dela.

Isto ocorre porque, como apontam Dardot e Laval (2016, p. 396), “é mais fácil fugir de uma prisão do que sair de uma racionalidade, porque isso significa livrar-se de um sistema de normas instaurado por meio de todo um trabalho de interiorização”. Culpar ou vitimizar o produtor de conteúdo por se engajar ou até mesmo defender as plataformas seria, novamente, agir em prol da individualização dos conflitos. Cabe lembrar que as plataformas não são imutáveis, pelo contrário, se constituem em um contexto social, histórico e ideológico específico, que é passível de mudança. Para Dardot e Laval, tal mudança na racionalidade, subjetivação e sociabilidade neoliberal pode ocorrer da seguinte forma:

À subjetivação-sujeição constituída pela ultrassubjetivação, devemos opor uma subjetivação uma subjetivação pelas contracondutas; à governamentalidade neoliberal como maneira específica de conduzir a conduta dos outros, devemos opor, portanto, uma *dupla* recusa não menos específica: a recusa de se conduzir em relação a si mesmo como uma empresa de si e a recusa de se conduzir em relação aos outros de acordo com a norma da concorrência (Dardot & Laval, 2016, p. 400).

Movimentos coletivos e solidários entre produtores de conteúdo e trabalhadores plataformizados têm ocorrido com cada vez mais frequência. Como exemplo, tivemos o “apagão na Twitch” em 2021, que foi uma greve realizada por *streamers* demandando melhora nos repasses financeiros e também nas atitudes da plataforma frente aos ataques e discursos de ódio praticados contra produtores pertencentes a minorias.

Neste artigo, buscamos refletir acerca dos processos de subjetivação implicados no trabalho de criação de conteúdo em

plataformas a partir do conceito de “sujeito empresarial”, de Dardot e Laval, no contexto do regime de visibilidade contemporâneo descrito por Bruno (2013). Analisamos que tal forma de trabalho simboliza a epítome da racionalidade neoliberal, que cria formas de subjetivação as quais são alimentadas e alimentam ideias de autenticidade, hiperconsumo, felicidade, flexibilidade, sucesso individual e capitalização de si. Estas características, além de fragilizarem e isolarem os criadores de conteúdo, tornam também mais difícil o processo de geração de mudanças significativas dos modos de governança das plataformas, visto que a expressão de tais sujeitos se dá dentro da soberania destas, e a partir da racionalidade que as favorecem: a do governo empresarial de si. Apesar disso, o avanço nas discussões acerca da regulamentação e responsabilização das plataformas e também a organização coletiva dos produtores de conteúdo sinalizam a possibilidade de mudança futura.

Referências

- Abílio, L. C., Amorim, H., & Grohmann, R.. (2021). Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*, 23(57), 26–56. <https://doi.org/10.1590/15174522-116484>
- Bruno, F. (2013). *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. Sulina.
- Cabanas, E., & Illouz, E. (2022). *Happycracia: fabricando cidadãos felizes*. Editora UBU.
- Caldas, C. O. L., & Caldas, P. N. L.. (2019). Estado, democracia e tecnologia: conflitos políticos e vulnerabilidade no contexto do big-data, das fake news e das shitstorms. *Perspectivas Em Ciência Da Informação*, 24(2), 196–220. <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3604>
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.

- Dias, K. S., Vieira, M. J. P., & Rocha, C. M. F. (2023). INFLUENCIADORES DIGITAIS: ENTRE O TRABALHO DE PLATAFORMA E O EMPRESARIAMENTO DE SI. *Brazilian Creative Industries Journal*, 3(1), 49–69. <https://doi.org/10.25112/bcij.v3i1.3203>
- Duffy B. E. (2017). *(Not) getting paid to do what you love: Gender, social media, and aspirational work*. Yale University Press.
- Lévy P. (1999) *Cibercultura*. Editora 34.
- Karhawi, I. (2020). *De blogueira a influenciadora: etapas de profissionalização da blogosfera de moda brasileira*. Sulina.
- Karhawi, I., & Prazeres, M. (2022). Exaustão algorítmica: influenciadores digitais, trabalho de plataforma e saúde mental. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, 16(4), 800–819. Disponível em: <https://www.reciis.iciet.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3378>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- Lipovetsky, G. (2007) *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*. Companhia das Letras.
- Poell, T., Nieborg D., & Duffy, B. E. (2021). *Platforms and Cultural Production*. Cambridge, Polity.
- Twitch. (2023). Planos 2023: Carta da Diretor de Produtos e Diretor de Monetização. *Twitch Blog*. <https://blog.twitch.tv/pt-br/2023/01/25/2023-an-open-letter-from-our-chief-product-officer-and-chief-monetization-officer/>
- Wollborn, P., Holder, U., & Dornekott, D. (2021). Entrepreneurial Efforts and Opportunity Costs: Evidence from Twitch Streamers. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3801017>
- Woodcock, J. & Johnson, M. R. (2017): ‘It’s like the gold rush’: the lives and careers of professional video game streamers on Twitch.tv. *Information, Communication & Society*, DOI: 10.1080/1369118X.2017.1386229
- Woodcock, J. & Johnson, M. R. (2019). The Affective Labor and Performance of Live Streaming on Twitch.tv. *Television and New Media*, first published online, available at <https://doi.org/10.1177/1527476419851077>.

IDEOLOGIA GERENCIALISTA E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA GESTÃO ALGORÍTMICA

José Leonardo de Amorin Vignotti ¹

Introdução

Ao lançarmos luz sobre as características do mundo do trabalho na sociedade hipermoderna, saltarão aos nossos olhos nuances, tendências e novos caminhos. Com a revolução digital, o mundo está, como um todo, adaptando-se às facilidades que chegam por todos os lados: temos acesso a milhares de informações em tempo real; oportunidade de ver, ouvir, e falar com pessoas que estão do outro lado do mundo; maior flexibilização do trabalho; diminuição de barreiras linguísticas, geográficas e políticas.

No entanto, as antigas características da organização capitalista permanecem muito fortes enquanto pedra angular de sua renovação e de seu desenvolvimento, e essa característica se refere à concentração de renda e riqueza por uma minoria da sociedade, e exploração da classe trabalhadora: Afinal, a desigualdade é o que sempre sustentou e sempre sustentará esse sistema.

Frente a frente com o vislumbre de uma produção entrelaçada de novas técnicas e aceleração do processo produtivo visando o desempenho, as empresas e instituições buscaram rapidamente um investimento direcionado a essas novas tecnologias, o que levou os trabalhadores a terem que se adaptar a esse novo movimento, sem levar

¹ Psicólogo formado pela Universidade Estadual de Maringá-PR

em conta todo o movimento necessário para que os processos mentais e psíquicos também tenham seu espaço de adaptação, muito menos que os mesmos fossem colocados em pauta, questionando quais as possíveis consequências do emprego desse novo ritmo ainda mais acelerado aos trabalhadores.

Neste capítulo, nosso objetivo foi analisar a difusão da ideologia gerencialista como âncora estrutural para todas as novas formas de controle e de organização social do trabalho. Acreditamos na hipótese de que a gestão algorítmica, atrelada a esse contexto, pode carregar consigo um ritmo nocivo, temperado com maiores precarizações para o mundo do trabalho e para a classe trabalhadora.

Trata-se de um estudo teórico bibliográfico, no qual se aprofunda a relação entre ideologia gerencialista dentro da temática do trabalho, tendo como guias a gestão algorítmica e a precarização do trabalho.

Desenvolvimento e análise

Com a chegada da pandemia, os processos de fragmentação e de precarização do trabalho tiveram sua velocidade acelerada, justificando-se a sombra de uma recessão iminente e da necessidade de uma maior flexibilização no trabalho para seguir os protocolos de isolamento e de saúde. Com essa nova organização pela qual a sociedade está passando, serviços de aplicativos popularizaram-se ainda mais ao redor do globo.

Devemos colocar aqui o conceito de *gig economy*, que se refere às novas formas de estruturas laborais flexíveis, utilizando-se de contratações temporárias ou por serviços prestados sem necessidade de vínculo empregatício, muitas vezes oportunizados através de plataformas online que são utilizadas para negociação do trabalho a ser

prestado e a demanda de quem busca o serviço (De Stefano, 2016; Kässä & Lehdonvirta, 2018).

Essa *uberização* do trabalho toma uma força ainda maior pois, nessa configuração, o trabalhador majoritariamente sem carteira assinada e com a ausência de direitos trabalhistas, torna-se o responsável por seu próprio trabalho, pelos seus instrumentos de trabalho, por sua manutenção, por seus prazos e metas. O empregado, então, assume riscos e se coloca em situações precárias para poder compor sua renda, a fim de suprir necessidades básicas de sobrevivência, ampliando, muitas vezes, ao máximo sua jornada de trabalho e sua produtividade. A lógica, aqui é, quanto mais se trabalha, mais se ganha.

Inicialmente, a ideia de flexibilidade é atrativa; mas, segundo Benanav, em entrevista dada ao Laboratório de Pesquisa DigiLabour (2021), essa estrutura não cria novas condições para um trabalho menos desgastante, mas sim explora os trabalhadores como outros negócios tradicionais. A questão do tempo de trabalho flexível ludibria, em primeira instância, contudo, após um tempo, percebe-se que essa flexibilidade se transfigura em jornadas extenuantes de trabalho.

A precarização constante do trabalho, somada à sociedade hipermoderna em que vivemos, coloca os trabalhadores frente a uma encruzilhada, com oportunidades e demandas cada vez mais escassas. Assim, os indivíduos sujeitam-se a condições laborais desgastantes e desumanas, pressionados a sobreviverem em meio à selva de pedra, nesse sentido, Benanav (2021) comenta que:

Enfrentando uma demanda persistentemente baixa por sua mão de obra, os trabalhadores fazem o que podem para sobreviver. Ao mesmo tempo, as empresas estão sempre procurando novas maneiras de explorar trabalhadores desprotegidos. Quando esses trabalhadores ganham

proteções trabalhistas, as empresas encontram maneiras de contorná-los (Benanav, 2021).

Com a marcha em curso do sistema neoliberal, a classe política sempre busca viabilizar formas estratégicas de captar mais recursos e instaurar maior confiança para empresas e capital estrangeiro, fazendo com que o investimento do setor privado coloque mais engrenagens em movimento e, assim, estão dispostos a facilitar, por meio da aprovação de leis, que empresas possam explorar essa desproteção trabalhista (Benanav, 2021).

No Brasil, durante a década de 1990, a partir do governo Collor, o país observa a inserção e a implementação de uma agenda neoliberal, a qual alterou a dinâmica da economia brasileira e o papel do Estado frente às demandas da classe trabalhadora (Pinheiro, Souza & Guimarães, 2020, p. 54). A partir de então, essa política neoliberalista foi aprofundada em governos seguintes. A partir do governo de Michel Temer, observou-se uma aceleração e um aprofundamento desse processo, expressos numa série de alterações nas relações de trabalho e nas políticas sociais que mantiveram sua continuidade no governo Bolsonaro (Pinheiro, Souza & Guimarães, 2020, p. 54).

Se compreendermos que essa uberização é uma forma de organização do trabalho, entendemos que a saúde do trabalhador será afetada diretamente por ela. Quando a organização do trabalho se altera, a relação saúde-doença no trabalho é também alterada (Oliveira, 2020). Segundo pesquisa do Instituto Locomotiva, em abril de 2019, 4 milhões de trabalhadores autônomos utilizam plataformas digitais, como Uber, Rappi, 99 e iFood, para obtenção de suas rendas. Juntas, as empresas-aplicativos podem ser consideradas as maiores empregadoras do país e, quando observamos trabalhadores que se utilizam dessas plataformas para complementação de renda, esse

número sobe para 17 milhões (Oliveira, 2020). Em pesquisas mais recentes do mesmo instituto, no ano de 2021, chegamos a 32,4 milhões de pessoas que recebem renda por algum aplicativo, o equivalente a 20% da população, segundo esse levantamento obtido com exclusividade pelo Estadão (Guimarães, 2021).

Para além das plataformas mais conhecidas de trabalho uberizado, ao adentrarmos no ambiente do trabalho digital, vemos também os sites destinados ao micro trabalho, em que os sujeitos desempenham funções variadas realizando microtrabalhos, nos quais são executadas microtarefas de baixa complexidade, que exigem pouca qualificação; o trabalhador não conhece o contratante de seu serviço e, frequentemente, não sabe qual a finalidade da tarefa que lhe foi requisitada (Viana Braz, 2021).

As funções requisitadas através desses sites de micro trabalho são inúmeras e variadas, e geralmente são orientadas no sentido da alimentação de algoritmos e regulação e manutenção de dados para ferramentas de inteligência artificial. Como salienta Viana Braz (2021), as principais tarefas requisitadas são:

Atividades de moderação de conteúdos em redes sociais, categorização e reconhecimento de imagens, análise de expressões faciais, traduções pontuais, criação de palavras-chave para textos, experimentação e teste de produtos, transcrição de áudios, digitalização de documentos, preenchimento de questionários em pesquisas acadêmicas ou de mercado, visitas de sites para geração de tráfego ou mesmo ao desenho de estruturas geométricas em mapas e geolocalizações específicas (Viana Braz, 2021, p. 140).

Com esses dados, podemos apreender a magnitude precarização do trabalho na sociedade brasileira nos dias de hoje e, com o desenrolar da pandemia, cada vez mais e mais pessoas estão adentrando nessas novas formas de trabalho, a tendência, juntamente com o avanço do

neoliberalismo, é que esses números continuem a crescer em todo o mundo.

Seguindo na esteira das constantes inovações provenientes da revolução digital, surge a necessidade de novas formas de gestão e de organização, não só da estrutura do trabalho em si, considerando as ferramentas de dominação, para regulação do *status quo*, fez-se necessário encontrar novas formas de ordenar e de controlar o tempo, as maneiras as quais os trabalhadores se relacionam com o trabalho e como esta regulação está sendo feita pelos indivíduos.

Para essa manutenção do sistema capitalista, de tempos em tempos, faz-se necessário seguir um curso contínuo que busque constantes renovações e transmutações, visto que os meios de dominação e de controle dos corpos, por mais que permaneçam concretos, ao passar do tempo, desenham-se e mostram-se sob novas faces, como dito por Faria (2019):

Os processos de controle sobre as relações de trabalho foram sendo modificados conforme o desenvolvimento das forças produtivas. Tanto a incorporação de tecnologias físicas quanto de tecnologias de gestão fizeram alterar as formas singulares da gestão do trabalho e da produção sob o capital (Faria, 2019, p. 273).

Com essa reorientação dos pontos de conflito, escondendo-se por detrás da figura de uma maior flexibilização, é gerado um aumento da insegurança e torna as relações dos indivíduos com o trabalho cada vez mais líquidas. Essas mudanças se fixam em uma região delicada da vida dos trabalhadores, alojando-se em uma local muito mais pessoal, individual e particular. Essa forma de organização se demonstra cada vez mais nociva à saúde mental, como exemplifica Enriquez (2014), que discorre sobre a importância do trabalho como um constituidor de

sentido para o indivíduo, de modo que o trabalhador possa transformar sua vida e o mundo do qual faz parte.

Entendemos que um sujeito produz e é produzido pelo social, em um movimento contínuo de construção do meio e de si. Nesse sentido, podemos entender que há uma relação de mutualidade entre os processos do funcionamento psíquico singular tal qual os processos organizacionais que regulam o meio externo. É preciso que busquemos compreender essas esferas distintas (indivíduo e organização) sob uma ótica coletiva, para que evitemos que haja uma individualização do sofrimento, como também uma psicologização de contradições sócio-organizacionais (Viana Braz & Hashimoto, 2020).

Seguindo nessa direção, para Viana Braz e Hashimoto (2020), faz-se necessário levantar e manter aceso o debate acerca do papel dessas organizações e dos trabalhadores frente ao surgimento desses novos sistemas de gestão. Nesse sentido, Gaulejac, entrevistado por Braz e Silva (2018), explica:

Na sociedade hipermoderna, o estabelecimento desse modelo gerencialista de produção nas empresas, visa atender às demandas do processo de globalização e do mercado financeiro, “[...] pois são eles quem determinam o valor capitalista da empresa” (p. 3).

Segundo Gaulejac (2015), essa revolução digital a qual nos referimos está pouco a pouco transformando profundamente a sociedade quando nos referimos à construção de laços, na forma como estamos nos comunicando, como estamos internalizando a relação com o espaço, tempo e trabalho. Isso contribui, à primeira vista, com avanços em relação aos modelos hierárquicos, uma vez que permite “[...] a autonomia, a iniciativa, a eficiência, a responsabilidade, a comunicação e a mobilidade” (Gaulejac, 2007, p. 191).

No entanto, esse mesmo modelo, que pode trazer consigo muitas contribuições emancipatórias, se demonstra paradoxal pois concomitantemente contribui com a criação de novas cisões sociais não antes conhecidas, de acordo com Gaulejac (2015):

Entre controles e dependências, fascínio e repulsa, poder e impotência, criatividade e normalização, a revolução digital contribui para produzir um mundo novo, carregando vínculos e fraturas que transformam as relações humanas e sociais (Gaulejac, 2015, p. 58).

A relação com o tempo, concebida anteriormente como linear, cronológica e planejável, muda radicalmente em favor de temporalidades plurais, fragmentadas, concomitantes e simultâneas (Gaulejac, 2015). Essa fragmentação se estende aos indivíduos em momentos de não-trabalho, criando uma sensação de prisão constante à labuta e à exaustão, mesmo em locais antes vistos como destinados a descanso e ao lazer.

Com o fácil acesso à rede de internet através de dispositivos móveis, há a possibilidade de o trabalho ser carregado juntamente aos trabalhadores em toda e qualquer situação possível; a tensão proveniente do ambiente laboral, então, extrapola seus limites geográficos e também de tempo, transformando, muitas vezes, parte da vida pessoal em trabalho. Sobre isso, Gaulejac (2015) comenta que:

A facilidade de uso das tecnologias de comunicação desativa a possibilidade de mencionar dificuldades ou impedimentos na tarefa a ser realizada. Muito pelo contrário, como é tão fácil se conectar, insônia no meio da noite, fora do horário de pico em movimento e em casa, momentos de ociosidade são oportunidades para resolver problemas não processados, responder a e-mails atrasados, atualizar registros. Transformar o tempo morto em tempo útil, reduzindo os momentos de descanso, permite intensificar o investimento em tempo de trabalho (p. 53).

A difusão e a facilitação do acesso à Internet, tanto no trabalho como em casa, torna cada vez mais fina e porosa a fronteira entre os âmbitos profissional e pessoal. O indivíduo digital, capaz de fazer tudo em qualquer lugar e a todo momento, está surgindo e se tornando o arquétipo do homem hipermoderno.

Como salientado pelo autor em sua entrevista a Viana Braz e Silva (2018), a vivência em meio a esse contexto individualizante de constantes pressões por metas, resultados e objetivos, revela um visível aumento patológico que acomete os trabalhadores. Ao levar em consideração as novas organizações do trabalho, podemos observar uma crescente cada vez mais notável de “[...] ‘riscos psicossociais no trabalho’ como, por exemplo, o mal-estar psicossomático, o estresse, o *burnout*, as depressões nervosas e, inclusive, o suicídio” (p. 3).

Para sustentar os instrumentos de controle do capital, é necessário que haja também ferramentas voltadas à vigilância dos corpos. Ao passarmos grande parte dos trabalhos para o meio virtual, desenvolvem-se meios para que essas ferramentas ganhem nova forma. Segundo Benanav, em sua entrevista (2021), as empresas, atualmente, se utilizam de tecnologias digitais para supervisionar seus trabalhadores de forma oculta; administrá-los à distância; separar processos produtivos, e fragmentá-los muitas vezes, ao redor do mundo, fracionando-os em pequenas partes. Essa possibilidade do controle em detalhes de cada etapa do trabalho uberizado é a utilização do taylorismo em sua mais bem-acabada versão. (De Oliveira, 2020).

Essas inovações tecnológicas trazem a liberdade a custo de um preço alto. O mundo inteiro está sob estado de vigilância. Tudo é registrado e visto, as conversas, ações e gestos de todos podem ser anotados, reconstituídos e listados (Gaulejac, 2015). Ao orientar a análise para essas formas de regulação e estruturação desse novo modelo que

vem surgindo de mãos dadas com a revolução digital e a ideologia gerencialista, deparamo-nos com a organização algorítmica das redes. Devemos, portanto, debruçar-nos mais atentamente sobre esse tema, para entender como as novas formas de controle estão se desvelando e se desenvolvendo.

Ao olharmos atentamente como os algoritmos das redes estão se comportando, podemos, com senso crítico, perceber que a criação de novas formas de cisões sociais está tomando cada vez mais corpo. É evidente que problemas estruturais os quais perpassam nossa vivência e o mundo concreto estão sendo transportados para dentro do arranjo do mundo virtual.

A falsa sensação de equidade e de emancipação perante o algoritmo das redes serve de véu para ocultar antigas estruturas de regulação social. Grande parte da população mundial vem tendo cada vez mais um fácil acesso às redes, e, dentro delas, existe um vislumbre de liberdade que, na prática, não é bem assim, como salienta Gaulejac:

Todos são livres para se conectar como quiserem, mas os tempos de conexão e desconexão podem ser medidos, registrados, analisados. A sensação de liberdade total pode emergir, mas é uma liberdade virtual supervisionada, raramente efetiva, mas muito real (2015, p. 54).

Comentando acerca de antigos sistemas de controle, devemos denunciar que o racismo estrutural é transferido também para esse ambiente virtual, podemos facilmente identificar seus rastros; basta pesquisarmos em mecanismos de busca termos como *cabelo ruim*, aparecerão majoritariamente fotos de cabelos cacheados ou crespos; ao pesquisarmos mulheres negras, as imagens que saltam à primeira tela serão de corpos negros extremamente sexualizados, ao passo que isso não ocorre quando a pesquisa se refere a pessoas brancas, essas sendo colocadas sempre em imagens de sucesso e de liderança.

Um recorte que também é necessário de se fazer é referente aos grupos minoritários: mulheres e grupos de pessoas não brancas que, diariamente, são marcados sob a sombra do estigma de serem pessoas com menor potencial para trabalho intelectual, tachados, muitas vezes, como preguiçosos, incompetentes e de má índole, além de sofrerem com disparidade salarial. Essas marcas estão sendo transportadas ao ambiente virtual para além do concreto, sendo registrados nos algoritmos, que se retroalimentam e selecionam cada vez mais a relevância em termos de alcance dessas pessoas.

Porém, um sistema algorítmico não é racista, sexista e exclusivo por si só, é uma estrutura inanimada que reflete diretamente quem o cria e da sociedade que o usa. Reparamos, então, que um ambiente que inicialmente poderia ser uma ferramenta poderosa para emancipação de grupos sociais, está reafirmando de maneira sutil e velada essas crenças racistas e sexistas as quais estamos imersos no mundo concreto, fora do virtual, como aponta Noble (2020):

Em maio de 2014, apenas 30% da força de trabalho do Google era composta por mulheres. Em julho de 2016, a empresa divulgou números atualizados sobre os empregos. Em dois anos, o emprego de mulheres no Google aumentou um por cento, para 31%. Além disso, apenas três por cento dos trabalhadores eram latinos e apenas dois por cento eram negros, portanto, é preciso sempre ter em mente o questionamento, quem constrói a estrutura e para quem ela é feita para favorecer (Noble, 2020, p. 40).

O algoritmo não é construído internamente pelas classes a quais vem excluindo, se olharmos para o outro lado da moeda, o lado dos usuários e, ao trazermos o conceito de *Machine Learning*, podemos ver que este é um ciclo que vem se retroalimentando, ao mesmo tempo em que essas pessoas não são colocadas em evidência, os próprios usuários da rede começam a também não as colocar nesse lugar de destaque.

Os executivos do Vale do Silício, como indica Noble (2020), defendem-se carregando consigo um discurso meritocrático com relação à constituição de trabalhadores, investem em um conceito de “cegueira de gênero”, em que dizem valorizar seus trabalhadores de acordo com suas competências, e não de acordo com outros atributos; No entanto, essa ideia, que é baseada em um pós-racialismo, vem perpetuando ainda mais exclusões de raça e gênero no contexto do trabalho.

No ano de 2020, usuários do Twitter perceberam que, ao postarem fotos em sua *timeline*, havia um algoritmo que fazia um recorte delas. No entanto, essa inteligência artificial estava, de forma automática, fazendo com que esses recortes favorecessem as pessoas de pele branca. Os usuários começaram, então, a fazer várias postagens de exemplos com rostos brancos e negros lado a lado para provar que a prévia do Twitter mostrava rostos de brancos com mais frequência.

Em vista disso, o site reconheceu a falha em seu sistema e começou a conduzir alguns experimentos internos, que identificaram uma diferença geral de 4% na paridade demográfica que favorece pessoas brancas em relação a pessoas não brancas, havendo também uma tendência sexista, considerando fotos de mulheres em detrimento aos homens como mais relevantes em 8% dos casos, segundo relatado pela própria equipe do site.

Com esse caso, podemos perceber como o algoritmo pode ser usado de forma sutil para selecionar quais discursos, falas e ideias são mais significativos perante a análise fria dessas operações e, portanto, ganham uma maior projeção com relação às demais, uma nova e diferente forma de cisão e de exclusão social, que pode, por muitas vezes, passar despercebida por olhos desatentos.

O site em questão finaliza comentando que está trabalhando para que seus algoritmos não façam mais essa seleção automática de destaque em fotos; que irá disponibilizar uma opção manual para que os próprios usuários possam fazê-lo; No entanto, esse é um caso em meio a um mar de números e equações sobre os quais não temos controle, se pensarmos em todas as demais redes sociais. Falta, então, uma forma de medir o quanto as populações marginalizadas estão a perder e sendo colocadas em segundo plano.

Mas afinal, o que são os algoritmos? Basicamente, na programação, algoritmos são um conglomerado de informações, instruções, operações e caminhos que visam a um objetivo específico. Funciona, de certa forma, como uma passagem que contém portas de entrada e saída para informações. Levando isso aos aplicativos, aliados ao uso dos usuários, esse algoritmo, muitas vezes, faz a seleção de quais informações são mais relevantes para um público específico consumir.

Trazendo exemplos mais concretos, em aplicativos de música, esse algoritmo vai analisar, primeiramente, quais estilos musicais o usuário mais consome e coleta essas informações; em uma segunda etapa, começa a produzir recomendações de acordo com as informações que foram coletadas inicialmente. Dessa maneira, os aplicativos e sites se utilizam dessa ferramenta para customizar a experiência do usuário, filtrando, em termos de relevância, quais conteúdos e propagandas serão mostrados em destaque para cada um.

Com o uso do algoritmo por todas as partes, ao olharmos sob uma perspectiva macro, podemos entender que, para que haja essa personalização, há também uma generalização de massas. Hoje, uma das mercadorias mais valiosas é a informação e, com o uso dos algoritmos, é possível que seja traçado, para cada usuário, um perfil específico. Depois, essas informações são vendidas pela rede para

alimentar e organizar o capital e, dessa maneira, a experiência individual acaba sendo jogada, muitas vezes, dentro de uma bolha de semelhantes.

Com essa massificação virtual, informações contrárias e que compõem a esfera que fica à margem dessa bolha dificilmente acessam seu interior; a ferramenta que, uma vez, carregou consigo um potencial de integração e dissolução de barreiras, acaba por levantar muros invisíveis entre os indivíduos, alimentando a cisão social e a polarização política já existente.

Cada vez mais, o ambiente virtual se torna uma realidade complexa de trocas sociais, o conhecimento de si é advindo de um reconhecimento dialético do sujeito com um dado grupo social, com sua história, normas, tradições e interesses. Vemos claramente essa constatação em “tribos urbanas”, nas quais as pessoas se reúnem por gostos semelhantes, como é o caso de grupos como Punks, Hippies, entre tantos outros grupos distintos, todos eles com uma filosofia específica, em que cada membro constituinte se identifica e é isso o que os levam a agrupar-se, tomando uma identidade para si.

Para Aguiar e Ozella (2006), a identidade é entendida como mutável; é pela ação que ela se realiza e alguém se torna algo. É possível estar integrado a certa classe/grupo, mas agir de forma díspar dele, o que evidencia que o indivíduo vai se construindo continuamente como algo, a partir do momento em que suas ações confirmam essa identidade.

O indivíduo em si é uma totalidade, mas em diferentes situações, ele expressa apenas uma face dessa totalidade; cada posição do indivíduo dentro de um contexto social ou virtual o marca e o evidencia como alguém portador de uma identidade específica. Com as inovações tecnológicas, há veiculação de informações em tempo real; as pessoas

se vestem como seus artistas favoritos, almejam ter uma vida que outros têm, imaginando e se projetando no lugar do outro.

Partindo dessa ideia, vemos como a constante individualização vem tangendo a construção e a regulação dos sujeitos em termos identitários e também como a questão algorítmica influencia nessa construção. Para Gaulejac (2015):

O narcisismo e o utilitarismo são as duas molas principais da identidade digital. O indivíduo conectado busca a autorrealização em uma multiplicidade de conexões que são inicialmente virtuais, mas que podem se tornar reais, com indivíduos considerados como potenciais agentes de satisfação antes de serem pessoas. A construção de si como sujeito passa então por uma instrumentalização de seus correspondentes, considerados segundo sua provável utilidade (p. 61).

Como salientado por Gaulejac (2007), a Ideologia Gerencialista transporta a grande maioria dos pontos de tensão e embates da responsabilidade da organização para um lugar muito mais individualizante e psicologizante nos trabalhadores, o que acarreta, dessa forma, diversas novas formas de relação com o trabalho e, conseqüentemente, novas formas de patologização e sofrimentos psíquicos.

Caminhando lado a lado, a combinação entre esse movimento individualizante da ideologia gerencialista, as precarizações advindas dos avanços neoliberais no mundo do trabalho e também a questão da formação identitária sendo regida pelos algoritmos por meio das redes, carregam consigo um potencial nocivo para a saúde mental dos trabalhadores. No entanto, para os teóricos do trabalho, ainda existe a dificuldade de relacionar e articular esses pontos com o surgimento de patologias enquanto nexos causais.

O fato de não termos a concretude do ambiente de trabalho e dessas empresas manterem sigilo de seus dados, regras e processos, dificulta

sobremaneira que os interessados na relação saúde-doença no trabalho consigam delinear diagnósticos mais precisos e ações junto a este determinado grupo de trabalhadores (Oliveira, 2020).

Últimas palavras

Os estudos referentes aos temas apresentados estão cada vez mais em alta; é necessário endossar cada vez mais as preocupações e os olhares que se voltam para essas questões; é preciso estimular e popularizar cada vez mais o debate, para que possamos começar a vislumbrar horizontes mais positivos.

Pensando em alcançar realidades mais otimistas e saudáveis para os trabalhadores, reformas políticas podem surgir em resposta à pressão advinda de um novo movimento social de massa, com o objetivo de mudar as composições da ordem social. Precisamos nos enxergar como parte desse movimento, ajudando a articular seus objetivos e caminhos a seguir (Benanav, 2020, p. 27).

A luta por uma melhor qualidade laboral para os trabalhadores desprotegidos deve se manter sempre operante e ativa; porém, a melhoria das condições dos trabalhadores partirá mais da transformação do ambiente econômico e político mais amplo do que de lobby para melhorar as leis trabalhistas. A organização social do trabalho afeta diretamente a qualidade de vida dos trabalhadores, isso é fato, no entanto, não seremos realmente capazes de mudar essa lógica empresarial até que mudemos a sociedade de forma mais ampla (Benanav, 2021).

O fato é que estamos navegando em um caminho sem volta com relação às inovações tecnológicas, portanto, temos que elaborar formas de nos beneficiarmos dessas ferramentas, utilizando-as de forma com

que os grupos sejam auxiliados em suas articulações, visando um horizonte emancipatório, perseguindo realmente a ideia inicial do uso das tecnologias. Com isso, devemos buscar a união entre os grupos sociais para a reivindicação de melhores condições de trabalho e, transversalmente, a absorção das tecnologias nos contextos laborais.

As lutas sociais têm de se articular mais fortemente em torno da tarefa histórica da conquista da produção. Sem isso, é impossível apreender uma nova síntese; para viver em um mundo sem pobreza e bilionários, de refugiados apátridas e campos de detenção, e de vidas gastas em labuta, que, dificilmente, oferecem um momento para descansar, muito menos sonhar. (Benanav, 2020).

Para tanto, devemos manter aquecidos os debates ao redor dessas temáticas; fazer com que os conhecimentos e os entendimentos acerca delas possam alcançar as diversas classes as quais se encontram espalhadas pelo mundo do trabalho. Em meio a uma realidade paradoxal, temos que buscar construir e pavimentar um caminho conjunto dos trabalhadores que nos leve, pouco a pouco, a uma existência menos desigual.

Referências

- Aguiar, W. M. J., & Ozella, S. (2006). Núcleos de Significação como Instrumento para a Apreensão da Constituição dos Sentidos. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 26(2), 222-245.
- Benanav, A. (2020). *Automation and the Future of Work*. London: Verso.
- Benanav, A. (2021). Automação e Futuro do Trabalho: entrevista com Aaron Benanav. *Digilabour*. Recuperado de <https://digilabour.com.br/2021/01/31/automacao-e-futuro-do-trabalho-entrevista-com-aaron-benanav/>

- De Oliveira, F. M. U. (2020). Saúde do trabalhador e o aprofundamento da uberização do trabalho em tempos de pandemia. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000012520>
- De Stefano, V. (2016). The rise of the “just-in-time workforce”: On-demand work, crowdwork and labour protection in the “gigeconomy”. *Geneva: International Labour Office*. Recuperado de https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_443267.pdf
- Dias, C. A., et al. (2020). Ideologia gerencialista e adoecimento mental no trabalho: uma análise crítica. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 22(2), 185-198. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v22n2/a05.pdf>
- Faria, J. H. (2019). Realidade e seu conceito: comentários sobre a crítica ao “sequestro da subjetividade”. *Revista Eletrônica de Administração*, 25(1), 269-282. <https://doi.org/10.1590/1413-2311.239.90276>
- Gaulejac, V. (2007). A parte maldita do desempenho. In V. Gaulejac (Ed.), *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social* (pp. 191-212). São Paulo: Ideias e Letras.
- Gaulejac, V., & Hanique, F. (2015). La révolution numérique. In V. Gaulejac (Ed.), *Le capitalisme Paradoxant : un système qui rend fou* (pp. 41-64). Paris: Seuil.
- Guimarães, F. (2021, abril 12). Brasileiro depende mais de aplicativos para ter renda. *O Estado de S.Paulo*. Recuperado de <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasileiro-depende-mais-de-aplicativos-para-ter-renda,70003678197>
- Karppi, T., & Nieborg, D. B. (2020). Facebook confessions: Corporate abdication and Silicon Valley dystopianism. *New Media & Society*. <https://doi.org/10.1177/1461444820933549>
- Noble, S. U., & Roberts, S. T. (2020). Elites tecnológicas, meritocracia e mitos pós-raciais no Vale do Silício. *Revista Fronteiras*, 22(01), 36-46.
- Pinheiro, S. S. M., Souza, M. P. & Guimarães, K. C. (2020). Uberização: a precarização do trabalho do capitalismo contemporâneo. *Revista Serviço Social em Debate*.

Viana Braz, M., & Hashimoto, F. (2020). Grupos de Implicação e Pesquisa e Organidrama como dispositivos de pesquisa e intervenção no mundo do trabalho. *Laboreal*, 16(2).

Viana Braz, M., & Silva, G. E. (2020). Entrevista com Vincent de Gaulejac. *Psicologia em Estudo*, 25, e 48, 212.

Viana Braz, M. (2021). Heteromação e microtrabalho no Brasil. *Sociologias*.
<https://doi.org/10.1590/15174522-111017>

ENSAIO EXISTENCIALISTA SOBRE A “PRODUÇÃO” DO SER E A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO NO METAVERSO

Dante Luis Tonezer ¹
Sylvia Mara Pires de Freitas ²

Introdução

Refletir sobre a realidade do metaverso ainda é uma tarefa difícil. Esse ambiente virtual é indefinido, tem conceitos diversos e alguns são destoantes entre si (Costa, Magalhães & Berzoini, 2022). O que se tem de consenso é que ele é um espaço desenvolvido a partir de softwares tridimensionais de alto desempenho, que seguem com o desenvolvimento da Web4.0 (Costa et al. 2022; Curvelo, 2023). Para compreendermos a Web4.0, retornemos ao final da década de 1980 – período em que a internet começou a conectar as pessoas. Essa fusão possibilitou que os(as) usuários(as) manipulassem e produzissem dados não mais de maneira local – *offline* – mas interligando terminais que estavam distantes entre si, transmitindo esses dados entre computadores a partir de um protocolo específico (Bártolo, 2009).

A primeira versão da internet é nomeada de Web1.0 (Sebrae, 2023). Por meio desta, os(as) usuários(as) ficavam passivos diante do que era criado pelo(a) desenvolvedor(a) do software. A Web1.0 apresentava dados e informações de forma estática, ou seja, parecido com um jornal, sendo assim, só era possível consumir o que estava disponível, não

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Psicologia. Linha 2 – Subjetividade e Práticas Sociais na Contemporaneidade. Universidade Estadual de Maringá. E-mail: dante.tonezer@gmail.com. ORCID <https://orcid.org/0009-0001-0895-6272>.

² Doutora em Psicologia. Docente e Orientadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Estadual de Maringá. E-mail: sylviamara@gmail.com. ORCID <http://orcid.org/0000-0002-5882-7065>.

possibilitando aos(as) internautas a criação de conteúdos. Isso só inicia com a Web2.0, revolucionando a forma de interação na rede. Os(as) usuários(as), ao começarem a gerar conteúdos (tecendo comentários, postando fotos, vídeos etc.), tornam-se coprodutores dos ambientes virtuais. Essa condição se intensificou a partir do início dos anos 2000, com o desenvolvimento das redes sociais como o MySpace, LinkedIn e Orkut (Curvelo, 2023; Moura, 2023).

A Web3.0, por sua vez, trouxe uma experiência personalizada. Por meio do desenvolvimento do aprendizado de máquina, mais comumente conhecido como os algoritmos, a máquina se eleva à dimensão da produção humana de conteúdos e tomada de decisão (Hodgson, 2016; Sebrae, 2023). Isso é possível devido à programação de algoritmos para resolver determinado problema. Com uma sequência finita de ações, por essa programação busca-se solucionar tanto problemas exatos, como, por exemplo, a análise dos conteúdos mais visualizados em uma rede social, quanto os que não tenham uma solução exata, como o planejamento de um pacote turístico (Sichman, 2021).

Com a implementação dos algoritmos, a produção de conteúdo pelos(as) internautas, e os produzidos por empresas e organizações, são mapeados. Diante disto, os algoritmos “entendem” que esses conteúdos são os que os(as) usuários(as) têm mais interesse, retornando outros conteúdos a eles(as) de forma personalizada. Ocorre, então, o aperfeiçoamento gradativo da eficiência das atividades que antes eram realizadas manualmente pelos(as) desenvolvedores(as) das plataformas.

Por fim, a Web 4.0 é uma nova etapa, ainda em desenvolvimento, que tem em vista integrar a Inteligência Artificial (IA) para impulsionar ainda mais a experiência online. Segundo Sichman (2021), a “[...] IA se caracteriza por ser uma coleção de modelos, técnicas e tecnologias (busca, raciocínio e representação de conhecimento, mecanismos de

decisão, percepção, planejamento, processamento de linguagem natural, tratamento de incertezas, aprendizado de máquina) que, isoladamente ou agrupadas, resolvem problemas” (p. 39). A IA direciona-se a problemas que não têm uma solução exata ou única, como no exemplo do pacote turístico, informar qual voo tem o melhor custo-benefício; se o hotel escolhido tem disponibilidade para a data planejada etc. Assim, o objetivo com a produção e aprimoramento das IAs é desenvolver sistemas que realizem tarefas que, até o momento, são melhor executadas por seres humanos.

Para solucionar esse paradigma surge, em 1995, uma área de pesquisa denominada “*agentes autônomos e sistemas multiagentes*” (Sichman, 2021, p. 40, grifos do autor). Agentes autônomos são sistemas computacionais capazes de agir de forma autônoma e flexível, a fim de cumprir um determinado objetivo. Ainda segundo o autor, eles podem ser entidades não virtuais ou virtuais – ou seja, implementados tanto em um sistema físico, como um robô aspirador, quanto em um ambiente virtual, como um simulador –; e conseguem exibir atividade organizada de modo a atingir seus objetivos, interagindo eventualmente com usuários.

Já sistemas multiagentes (SMS) são conjuntos de agentes autônomos que interagem de forma coordenada e cooperativa, visando resolver um problema quando nenhum deles poderia fazê-lo isoladamente. Os SMS podem ser compostos por agentes de diferentes tipos, que possuem habilidades e conhecimentos específicos, e precisam cooperar para atingir um objetivo comum. Um exemplo de sistemas multiagentes seria um conjunto de veículos autônomos que cooperam e se coordenam para não causarem acidentes em uma via (Sichman, 2021). Destacamos, ainda, que o termo “autônomo” é impreciso. Em concordância com Sichman, a autonomia não é inerente ao sistema, mas

sim um produto dinâmico da interação entre o sistema, sua tarefa e o ambiente circundante. Portanto, a autonomia emerge da sinergia entre o sistema e o seu contexto, não sendo uma qualidade orgânica do sistema, ela precisa ser programada.

Tudo isso aponta para uma experiência muito mais imersiva e personalizada na relação com a internet. A Web 4.0, assim como o metaverso, é um conceito em desenvolvimento, todavia, é possível traçarmos algumas perspectivas em relação ao que pode vir a ser a Web 4.0. Segundo Guimarães e Rocha (2021), a Web 4.0 é traçada para estabelecer uma maior integração entre os dispositivos e sistemas, permitindo uma associação mais intuitiva entre humanos e máquinas. Nesse contexto, a inteligência artificial é vista como uma tecnologia fundamental para a Web 4.0, já que ela permite que os sistemas consigam aprender e se adaptar ao comportamento dos(as) usuários(as), tornando a interação mais personalizada e eficiente, como mencionado.

Conforme a Comissão Europeia³, “Além da atual terceira geração da internet em desenvolvimento [...] a próxima geração, Web 4.0, permitirá uma integração entre objetos e ambientes digitais e reais, bem como interações aprimoradas entre humanos e máquinas” (European Commission, 2023, s/p, tradução nossa). Assim, a Web 4.0 parece fornecer a infraestrutura tecnológica necessária para o aprimoramento do metaverso, onde os(as) usuários(as) interagirão de maneira mais imersiva, permitindo uma experiência sensível (Guimarães & Rocha, 2021; Costa et al., 2022; Curvelo, 2023). Ainda, segundo a Comissão Europeia, o metaverso revolucionará significativamente a vida cotidiana das pessoas, promovendo mudanças

³ A Comissão Europeia (European Commission) é uma instituição independente, representante e defensora dos interesses da União Europeia no mundo. Acesso disponível pelo site: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_23_3718

nas relações sociais, comerciais e industriais. Alguns exemplos são o uso de mundos virtuais para treinar cirurgiões para procedimentos complexos e a inserção de edifícios e construções para preservação do patrimônio cultural de um país.

Importante destacar que o termo **metaverso** não é recente. Ele surgiu pela primeira vez em 1992, em um livro de ficção científica de Neal Stephenson, intitulado *Snow Crash*. Nesse livro, Stephenson descreve ao(a) leitor(a) um mundo com tecnologia de imersão, com a qual é possível acessar um mundo simulado e *online*, cujas experiências sensitivas das pessoas são vivenciadas da mesma maneira que no mundo não virtual. Contudo, para acessar o metaverso, é necessário que o(a) usuário(a) crie um avatar a partir das ferramentas dispostas no metaverso de *Snow Crash*. Em sua ficção, *Snow Crash* designa o mundo virtual (metaverso) no qual a pessoa, por meio de seu avatar, vivencia um ambiente livre, em que pode criar suas próprias regras, relações sociais e econômicas, manifestações culturais etc. (Zuin, 2022).

A ideia da imersão em uma realidade virtual, que propicia à pessoa uma experiência sensível, tem se aproximado cada vez mais da nossa realidade não virtual. Países como a China, Estados Unidos da América e a União Europeia têm investido bilhões para o desenvolvimento de um espaço virtual aos moldes do que foi proposto no livro *Snow Crash*. Em 2023, a possibilidade de experiências sensórias no metaverso ainda não estão disponíveis comercialmente, mas existem projetos que apontam para avanços no uso de *hardwares* de realidade virtual que a viabilizarão, possibilitando ao(à) usuário(a) sentir cheiros e mesmo o toque na pele a partir de trajes que simulam essas sensações, como exposto em conferência feita na *South by Southwest 2023* (SXSW 2023), festival que reuniu discussões sobre cinema, arte e tecnologia (Globo, 2023).

No entanto, diversos avanços relacionados ao metaverso já estão disponíveis e podem ser facilmente acessados pela internet ou a partir de terminais, como, por exemplo, óculos de realidade virtual. Exemplos disso é a inserção da Biblioteca do Goethe-Institut na Bahia e do acervo presente no The British Museum, shows musicais, como os realizados no jogo *Fortnite* por artistas como Ariana Grande, a banda sul-coreana BTS e o rapper brasileiro Emicida (Fortnite, 2022). Outro exemplo é Tuvalu, país que pode desaparecer devido às mudanças climáticas. Prevendo essa possibilidade, foi apresentado um projeto para transferir para o metaverso todo o acervo cultural do país, assim como reconstruir todo o arquipélago no metaverso para que a população refugiada e futura possa visitar o país, preservando também sua história (Midianinja, 2023).

É comum lermos em sites de notícias, ouvir em grupos, ou mesmo em conversas corriqueiras, a ideia de que o metaverso é sinônimo de solidão e isolamento social (Cointelegraph, 2022; Portal Medicina & Saude, 2023; Globo, 2023). Não obstante, o que percebemos hoje é que ele é um espaço virtual amplo, com uma pluralidade de possibilidades, em que indivíduos interagem e se relacionam com outros, com grupos e com instituições, mas sem as barreiras físicas e temporais que temos no mundo não virtual. Portanto, denota que o metaverso é constituído como uma espécie de comunidade global (Costa et al., 2022).

Tomando os escritos de Lee (2021), podemos sintetizar a ideia do metaverso como uma construção virtual, na qual os(as) participantes interagem entre si por meio de avatares criados por eles(as) mesmos(as) para participar ou reproduzir relações sociais. Para mais, o conceito de metaverso para Lee vai além, ele o considera “[...] uma comunidade artificial verdadeiramente virtual, na qual os usuários digitais ou avatares se tornam uma extensão de nós mesmos e interagem entre si

de forma social e econômica, em ambientes online tridimensionais imersivos e multiusuários” (Lee, 2021, p. 72).

Parecida com a definição de Lee, Pereira, em 2009, delineou a ideia de metaverso como

[...] programas computacionais de alto desempenho que viabilizam uma projeção de identidade em uma realidade simulada em gráficos tridimensionais, interagindo com outros usuários por meio de personagens digitais, ou avatares, onde é possível vivenciar interações sociais entre usuários, entre elas processos comunicacionais, por meio de experiências imersivas (pp. 81-82, grifos do autor).

Diante da ideia de comunidade global, Pereira já indagara se o desenvolvimento de ferramentas e instrumentos para a criação do metaverso conduziriam a uma imersão total do sujeito, em que a experiência sensorial fosse relacionada ao que acontece nesses ambientes virtuais, constituindo uma espécie de **lugar** ocupado por meio de um avatar ou se essa criação não acabaria por colocar os(as) usuários(as) em um **não-lugar** de simples circulação de informações, em que as trocas e interações entre usuários(as) e ambiente(s) não fossem reais, mas sim simulações (Pereira, 2009).

Destacamos que o conceito de lugar não se trata apenas de uma localidade geográfica, mas sim um espaço carregado de significados, afetividade e identidade (Augé, 2017). Espaço no qual o sujeito se conecta e interage com o outro e com os objetos a sua volta. A definição de lugar vai além da mera localização física, ela também abrange a importância dos espaços na constituição da identidade e na experiência do sujeito. Em síntese, o lugar é um espaço vivido.

Para nos auxiliar a pensar sobre a noção de lugar, recorreremos também a Jean-Paul Sartre. Em *O Ser e o Nada*, o filósofo aborda a questão do lugar como parte constituinte do sujeito. Ele define lugar como “[...] a ordem espacial e a natureza singular dos "istos" que a mim

se revelam sobre fundo de mundo” (Sartre, 1943/2011, p. 602). Isso inclui não apenas o ambiente físico em que uma pessoa habita, como seu país, solo, clima e riquezas, mas também a disposição e a ordem dos objetos que se apresentam a ela em seus arredores. Sartre destaca que o lugar de uma pessoa é aquele que ela habita, mas também a razão pela qual os objetos ao seu redor estão dispostos da maneira como estão.

Milton Almeida dos Santos, geógrafo e pesquisador brasileiro, que também se afina com a perspectiva existencialista sartriana, conceitua lugar com base na ideia de *território existencial*. Ele argumenta que o território existencial vai além da mera delimitação geográfica e inclui as relações sociais, culturais e emocionais estabelecidas pelos indivíduos com o espaço que habitam (Santos, 1988). Também enfatiza que o território existencial é moldado pelas experiências subjetivas das pessoas, suas memórias, identidades e práticas cotidianas, ou seja, um espaço de vivências, onde as relações humanas e as interações com o ambiente físico se entrelaçam. Além disso, esse território está sujeito a constantes transformações, influenciado por processos sociais, econômicos e políticos. Isso nos mostra a importância de reconhecermos as múltiplas territorialidades presentes no território existencial, incluindo as relações de poder, as práticas culturais e as formas de apropriação do espaço por diferentes grupos sociais.

Por sua vez, os não-lugares são espaços que carecem de identidade, relação e história. São ambientes que, de certa forma, desumanizam as interações e as experiências à medida que as relações e a identidade são suprimidas em prol da conveniência e da velocidade dos acontecimentos (Augé, 2017). Exemplos de não-lugares incluem comumente aeroportos, estações de trem, shopping centers, rodovias e outros espaços projetados para otimizar a eficiência e a funcionalidade. Assim, o autor menciona que os não-lugares são associados a

superabundância espacial, exacerbação do individualismo e a busca por fazer mais coisas em menos tempo. Já Santos (1988) não aborda esse conceito diretamente, mas sua ênfase na importância do território existencial sugere que a ausência desse território pode estar relacionada à falta de vivência, interação e significado atribuído ao espaço habitado; por conseguinte, associada a questões como a perda de identidade, a falta de pertencimento, a exclusão social e a degradação do ambiente.

Frente ao exposto, quando Pereira (2009) evidencia a possibilidade de metaverso se constituir como um não-lugar, isto é, um lugar de simples circulação de informações, podemos entender que ele se refere a esse espaço como privado das condições necessárias para que as pessoas que ali circulam. Não havendo relações significativas, as experiências de troca e o senso de pertencimento são diretamente impactados, como mencionado.

O metaverso é um ambiente virtual ainda desconhecido pela maioria das pessoas; parece viabilizar infinitas possibilidades para ser o que se projeta; mas como Sartre (1943/2011) coloca, ocupar um lugar, no caso um espaço não virtual, possibilita descobrir os dispositivos nele construídos e trabalhados por outras pessoas, e que poderão nos servir como meios para perseguir nosso projeto de ser, bem como os que operarão como empecilhos para a conquista desse projeto.

No entanto, em um ambiente virtual, esse entorno – as coisas-utensílios, como Sartre (1943/2011) conceitua – não são produzidas como no campo não virtual, os meios e modos de produção são diferentes. No metaverso, o entorno de cada usuário(a) é produzido a partir de códigos e criptografias⁴, por meio da Geração Processual de

⁴ A criptografia é um elemento fundamental para a segurança de dados, que intenta, a partir de um conjunto de regras e técnicas, codificar a mensagem (texto, áudio, vídeo etc.), transformando-a num

Conteúdo (PCG). A PCG é um método de criação de dados algorítmicos que permite criar texturas e modelos 3D em mundos virtuais, jogos, filmes, animações gráficas, e em outros ambientes. Existem diversas abordagens para gerar conteúdo processualmente, algumas das linguagens de modelagem/programação – que servem para criar esses ambientes, cenários, avatares e ferramentas 3D – são C++, C#, Python, JavaScript. Essas linguagens são aplicadas junto de *softwares*, como *Game Engines*, que funcionam como bibliotecas, com um conjunto de recursos que possibilitam criar ecossistemas inteiros, como florestas, casas, ferramentas e mesmo os próprios avatares personalizados e texturizados (Bhatt, 2023).

Diante deste mundo virtual (ainda) enigmático, a questão que colocamos, e que visamos refletir sobre ela neste capítulo, é se podemos entender o metaverso como um território existencial (Santos, 1988), nos valendo, principalmente, da compreensão existencialista de Sartre, Milton Santos e de Augé, bem como de outros autores que refletem sobre a noção de lugar para além da ocupação do espaço.

Lugar: um espaço para habitar

Habitar, para Sartre (1943/2011), é uma relação entre o indivíduo e o mundo ao seu redor, que envolve a percepção e a significação do território que se habita. Ele destaca que o lugar é uma manifestação da existência humana, e que a percepção do lugar é moldada pelas escolhas e ações humanas. Assim, para o autor, o lugar, por exemplo, pode ser captado como um exílio ou como um lugar tranquilizador, sendo a significação desse espaço adquirida à luz do fim que lhe é dado pelo

tipo de código incompreensível para quem não é autorizado a ter acesso ao seu conteúdo (que não tem a *chave* para decodificar o código).

sujeito. Isso sugere que o lugar é uma expressão da situação humana, e que a percepção do lugar é influenciada pela temporalidade e pela facticidade da existência. Sartre também destaca a importância dos arredores. Ele argumenta que a disposição e a ordem dos objetos que circundam o sujeito são fundamentais para a percepção e a significação daquele território. Além disso, Sartre enfatiza que o lugar é aquilo que a pessoa habita, mas também a razão pela qual os objetos ao seu redor estão dispostos da maneira como estão.

Ainda segundo Sartre (1943/2011), devemos compreender a existência humana sempre inserida em determinada situação; portanto, ocupar um lugar significa experienciar o espaço em que se situa e se localizar no tempo. Contudo, como mencionado, espaço e tempo são dimensões que sofrem contração no ambiente virtual; as coisas-utensílios que compõem o entorno de cada pessoa não são construídas e superadas como no mundo não virtual. No metaverso, os objetos são criados e modificados com muita facilidade e rapidez, inclusive os avatares que representam as pessoas, o que pode interferir na qualidade do vínculo com eles.

Não obstante, como no mundo não virtual, as relações de poder e a apropriação do espaço podem influenciar a construção e significação do metaverso. Grupos sociais com maior poder econômico e tecnológico podem ter mais recursos para realizarem essa empreitada. Além disso, a construção do metaverso pode ser influenciada por questões culturais e ideológicas, que podem levar a diferentes formas de apropriação e significação do espaço, por exemplo, grupos sociais com diferentes valores e crenças podem construir espaços virtuais que reflitam somente suas visões de mundo, o que pode levar a conflitos e exclusões. Vejamos como Sartre (1960/2002) pode nos ajudar a compreender essa sociabilidade.

A relação entre exterocondicionamento e alienação na construção de coletivos seriais

Para compreendermos como pode ocorrer essa relação no metaverso, retomamos a noção de Sartre sobre a sociabilidade descrita, fundamentalmente, em seu livro *Crítica da Razão Dialética (CRD)*. Para Sartre (1960/2002), é pela ação no mundo material, com vistas a transformá-lo visando um determinado fim, que o sujeito, a princípio, satisfaz suas necessidades. Dessarte, a necessidade faz surgir a primeira relação totalizante do sujeito enquanto organismo prático, sobre isso, Sartre (1960/2002) nos diz que “A necessidade é negação de negações na medida em que ela se denuncia como uma *falta* no interior do organismo, é positividade na medida em que, por seu intermédio, a totalidade orgânica tende a conservar-se *como tal*” (p. 196, grifos do autor).

Sartre nos mostra, com isso, que a carência orgânica que habita o organismo, isto é, a fome, e a necessidade de supri-la para sobreviver, foi o móbil primário para que o humano estabelecesse uma relação dialética com o mundo. Para tanto, precisou agir sobre o mundo buscando e criando condições para se alimentar. A partir da supressão dessa carência, os indivíduos foram produzindo outros objetos-utensílios, aprimorando a maneira de satisfazer suas necessidades e, a posteriori, seus interesses.

Isso significa que, ao agir na natureza, o humano a transforma criando, em curso, um campo de objetos circundantes, sendo que é por meio desses que ele se totaliza. No entanto, essa transformação não ocorreu, e ocorre, somente no meio externo (campo prático-inerte), como veremos, mas esse meio também o transforma e aos outros indivíduos que compartilham do mesmo espaço material. O trabalho de produzir meios para sobreviver não ocorreu somente por práxis

individuais e isoladas, primordialmente, esse trabalho foi e é compartilhado com outras pessoas. No entanto, suas obras, ou seja, suas totalizações, são sempre parciais, pois estão sujeitas a superação de outras pessoas ou grupos, logo vulneráveis à destotalizações (Sartre, 1960/2002). Assim, a práxis é uma atividade que está sempre em movimento, sempre em busca de novas totalizações, destotalizações e retotalizações, em uma lógica dialética.

O trabalho – aqui falamos do trabalho não remunerado; da ação sobre o mundo que o transforma – seja isolado ou com outros, possibilita que seus(suas) autores(as) signifiquem a matéria trabalhada, haja vista o humano ser produtor de signos e de significados (Sartre, 1960/2002). Contudo, quando o produto de sua(s) ações são socializados, outras pessoas podem significá-lo de outra maneira, por conseguinte, transcendê-lo, produzindo outras coisas. Mas o que permanece nessa temporalização dialética e irreversível da práxis humana, é que é por ela que a história humana é construída.

Todavia, segundo o filósofo, a História humana não inicia apenas com o movimento de busca pela satisfação das necessidades, antes, seu início se dá pela impossibilidade de satisfazê-las plenamente, na medida em que os recursos naturais existentes são finitos e as necessidades humanas tendem a se manter, consumindo esses recursos. À essa condição, Sartre (1960/2002) denominou de *escassez*. Este filósofo argumenta que a escassez é uma determinação contingente da relação dos seres humanos com a materialidade. A *rareté* torna os indivíduos antagonistas entre si, pela luta por recursos para satisfazer suas necessidades. Todavia, um campo escasso de bens a força, ao mesmo tempo, à cooperação em nome de sua sobrevivência. Segundo o pensador, toda sociedade se constitui como uma forma de luta contra a escassez, e o binômio necessidade/escassez seria o verdadeiro motor da História.

Diante da realidade da escassez, podemos observar o tipo de reciprocidade entre os indivíduos: ele pode ser para o outro um instrumento para o projeto totalizante deste, isto é, ser estabelecida uma reciprocidade negativa pela recusa de uma relação recíproca, ou agirem juntos em vista de um mesmo fim (reciprocidade positiva) (Sartre (1960/2002). A ação de cada sujeito é orientada à ação dos outros.

Comentamos que para superar uma dada situação – de necessidade – os seres humanos criam ferramentas e objetos e assim constroem o campo prático-inerte. No entanto, esse fenômeno positivo logo se reverte, pois, a negação originária não pode ser abolida, e reaparece em outro nível: o da produção social. Sendo assim, o produto da ação humana – sua objetivação – torna-se dialeticamente a fonte da alienação da liberdade. Isso significa que, ao produzir objetos, esses contêm o projeto humano, mas sendo um produto inerte, o objeto retorna esse projeto orgânico às pessoas de maneira inorgânica, ou seja, como uma determinação (contrafinalidade da matéria). Assim, nossa *práxis* é alterada pela *práxis* alheia, isto é, pela materialidade que impõe uma antipráxis aos indivíduos que por ela são mediados. (Sartre, 1960/2002)

Essa determinação do campo prático-inerte, ao “roubar” a liberdade de outras pessoas, as unificam pelo que Sartre (1960/2002) denomina de *exterocondicionamento*, ou seja, um condicionamento que produz fora da vida de um indivíduo ou de um grupo, o Ser que eles devem perseguir. Essa unificação pelo exterocondicionamento faz com que os indivíduos sejam “iguais”, por meio de uma reciprocidade não definida por eles, mas externamente, como “seres comuns”. Se o objeto realiza exigências de que se cumpra a sua finalidade, todos devem agir da mesma maneira. Podemos, então, entender, que as pessoas que agem conforme o imperativo do campo prático-inerte, são ajuntadas

quantitativamente, isto é, são ordenadas, categorizadas, serializadas, como denomina o autor.

A partir do momento em que a ação humana passa a ser repetitiva e serializada, Sartre (1960/2002) argumenta que ela se transforma em atividade passiva, e o prático-inerte passa a dominar. Nesse movimento, o indivíduo se aliena de si mesmo, de sua liberdade e da capacidade de criar e transformar o mundo. Segundo Sartre (1960/2002), a alienação é uma consequência da relação que os indivíduos estabelecem com a matéria. Na leitura do filósofo,

[...] a matéria aliena nela o ato que a trabalha, não na medida em que ela própria é uma força, tampouco na medida em que é inércia, mas na medida em que sua inércia permite lhe absorver e voltar contra cada um a força de trabalho dos outros (p. 262).

Isso significa que a alienação ocorre quando o indivíduo se experiencia como objeto passivo das forças externas que o cercam, agindo de acordo com as exigências que o(s) objeto(s)-utensílio(s) exerce(m).

No entanto, Sartre (1960/2002) não vê a alienação como um destino inevitável. Para ele, a liberdade é a possibilidade de superar a alienação e criar novas possibilidades de existência. A liberdade não é algo que o ser humano **possui**, mas algo que ele deve conquistar a cada momento, através da ação livre e da superação do prático-inerte. A ação livre é a única possibilidade de romper a inércia do coletivo e promover a transformação do mundo.

Vejamos, a seguir, como podemos analisar o metaverso, segundo o que foi exposto.

Metaverso: entre a liberdade e a alienação

O metaverso, como explicitado anteriormente, é um espaço virtual no qual os(as) usuários(as) podem interagir entre si, a partir de avatares,

de forma imersiva. No entanto, assim como no mundo não virtual, a interação no metaverso também é mediada externamente, como a tecnologia, os avatares, as moedas, as normas e outras criações humanas, diretas ou indiretas. O que não será encontrado no Metaverso é, literalmente, o corpo humano. Essas produções, condicionam os(as) usuários(as) conforme suas finalidades (Sartre, 1960/2002). Ou seja, eles(as) têm que seguir padrões de comportamento, utilizar determinados trajes e terminais para acessar o ambiente, e consumir determinados produtos para se manterem atualizados. Nesse sentido, podemos supor que o metaverso é um espaço propício para a serialização dos(as) usuários(as), mais do que oportunizar tecimentos de grupos.

Essa condição nos leva a refletir sobre o conceito de Marc Augé sobre o não-lugar. Os não-lugares criam tensões solitárias. Conforme este autor (2017), “[...] vê-se bem que por ‘não lugar’ designamos duas realidades complementares, porém distintas: espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços” (p. 87). Nesse sentido, as relações serializadas parecem ocupar não-lugares, visto que, como a coletividade serial é o fundamento da sociedade (Sartre, 1960/2002), considerando que as pessoas ocupam lugares comuns mediadas pelo contexto material que as circundam, como uma loja, um cinema, uma fila de ônibus, um hotel, esses ambientes foram criados geralmente para o uso e/ou circulação delas e, na maioria das vezes, não por elas. Sendo assim, elas estão conectadas por terceiros.

Essa experiência serial pode ser observada na forma como as pessoas se relacionam umas com as outras. Por exemplo, em ambientes de trabalho, as pessoas são muitas vezes condicionadas a seguir determinados padrões de comportamento, como serem competitivas e individualistas, em vez de colaborativas e solidárias. A moda é outro

fenômeno que ilustra bem a serialidade. As pessoas são condicionadas a seguir determinados padrões de vestimenta, que são ditados pela indústria da moda e pelos meios de comunicação de massa. Esses padrões mudam constantemente, o que faz com que as pessoas se sintam pressionadas a acompanhar as tendências para se sentirem incluídas na sociedade. Em outras palavras, alienam suas ações às regras que produções alheias lhes impõem.

Todavia, o não-lugar não se resume apenas a espaços de relação e objetos físicos, mas também pela interação com textos e imagens, como define Augé (2017): “[...] pelas palavras ou textos que nos propõem seu modo de usar, em suma, que se exprime, conforme o caso, de maneira prescritiva (‘pegar a fila da direita’), proibitiva (‘proibido fumar’) ou informativa (‘você está entrando em Beaujolais’)” (p. 89).

Dessa forma, podemos entender, por exemplo, o não-lugar das redes sociais virtuais, como o Instagram, o Facebook e outros. Nessas o(a) usuário(a) tende a agir conforme lhe indicam as imagens, vídeos e descrições produzidos por terceiros, só que ele(a) não vivencia esse ambiente virtual, ele(a) o observa e pode, ou não, interagir com e por meio do aplicativo. Quando há interação direta do(a) usuário(a) com essas postagens, que geralmente aparecem em seu *feed*, o ambiente virtual pode se tornar um espaço familiar para ele(a), como o vendedor de doces, que trabalha diariamente próximo ao portão de saída da Universidade, é para os(as) estudantes. O vendedor se encontra em um ambiente de passagem diária dos(as) estudantes, mas por esses(as) vê-lo cotidianamente, o vendedor lhes é familiar. Ademais, salvo nos casos em que a pessoa omite sua real identidade, os afetos são direcionados às pessoas cuja identidade é conhecida.

Diferente disto, a imersão no metaverso proporciona outras contradições. Os(as) usuários(as) estão conectados pelo que tem no

ambiente deste programa, que é construído por terceiros, logo, também se estruturam como coletivos seriais. No entanto, esse ambiente é construído, e se produz em curso por meio de relações entre os avatares, que usualmente forjam a real identidade da pessoa que se movimenta por ele – a relação entre desconhecidos ocorre propriamente em não-lugares.

Contudo, para se manter no anonimato, é obrigatório que os(as) usuários(as) forneçam provas de sua identidade concreta e real, por meio de um cadastro no qual informa seu nome, e-mail, endereço, documento, nacionalidade, foto, digital, entre outros dados que podem ser solicitados. Seu “corpo”, portanto, é o avatar pelo qual escolheu interagir nesse universo, sua identidade a que cria – apesar de ter de ser revelada ao grupo soberano que detém o poder sobre o metaverso –, e sua história a que deseja contar/inventar. Augé (2017) comenta que o não-lugar também não concebe espaço para a história, tudo é experienciado com caráter de urgência, no imediato.

O não-lugar e o lugar frequentemente se opõem e se atraem, como as palavras e noções que os descrevem. A passagem pelo não-lugar, que remove a identidade do sujeito, é sucedida pelo retorno ao lugar e, assim, a retomada de si. Isso não diz respeito ao território geográfico, mas a um território retórico. Estar em casa é estar à vontade em um espaço que é significativo para o(a) sujeito: em termos de suas experiências cotidianas, memórias, identidades e relações sociais.

Na condição de lugar, o metaverso também pode se caracterizar como território existencial – conceito tecido por Milton Santos que vai ao encontro do que foi descrito por Marc Augé. O território existencial (Santos, 1988) é um conceito que enfatiza a importância da subjetividade na construção do espaço. Isso significa que as experiências, memórias, identidades e relações sociais das pessoas são fundamentais para a construção do espaço vivido e sentido por elas. Por sua vez, o metaverso

é um ambiente virtual que permite o(a) usuário(a) se conectar e interagir com outras pessoas que compartilham interesses e valores semelhantes, em que se cria uma sensação de comunidade e pertencimento. Além disso, o metaverso permite a criação de identidades virtuais, que podem ser diferentes das identidades reais das pessoas. Isso pode ser positivo para pessoas que se sentem limitadas ou reprimidas em suas identidades reais, permitindo-lhes explorar diferentes aspectos de si mesmas e criar novas conexões com outras pessoas, inclusive podendo generalizar essa maneira de ser virtual no mundo vis a vis.

O metaverso, como possibilidade de espaço habitado, não é só construído a partir das relações com outros avatares (usuários/as), mas também a partir dos objetos que circundam esses indivíduos no mundo virtual. Os objetos têm um papel importante no habitar um dado espaço, porque são elementos materiais – nesse caso, virtuais – os quais fazem parte do lugar habitado e que são utilizados pelas pessoas para construir o significado daquele espaço, como realizar atividades, construir moradias, trabalhar, divertir-se, entre outras coisas.

Além disso, os objetos também são fontes de relações sociais e de significados culturais. Por exemplo, um objeto como uma estrutura religiosa, em um mundo virtual, pode ter um significado religioso para algumas pessoas, enquanto para outras pode ser um marco histórico ou arquitetônico. Da mesma forma, uma praça com seus bancos, chafarizes, árvores, pode ser um espaço de convivência, encontro e lazer para algumas pessoas, enquanto para outras pode ser um espaço de protesto político ou de manifestação cultural.

Nesse sentido, ao pensarmos em mundos virtuais imersivos, os objetos que circundam os sujeitos ali se fazem extremamente importantes para a formação desses ambientes como territórios existenciais ou como não-lugares, como explicitado anteriormente –

podendo ser utilizados para construir e significar o metaverso como fontes de relações sociais e de significados culturais ou de afastamento e solidão, quando experienciados por coletividades seriais.

De acordo com o que foi apresentado, finalizamos levando também em consideração que o metaverso é um ambiente que possibilita a concretização da idealização do Ser. Isso nos faz pensar que também se produz um ambiente místico, podendo caracterizá-lo como um espaço do “sagrado”, em que o(a) sujeito pode ser quem quiser e o que quiser, por intermédio do seu(sua) avatar. Sendo assim, as relações afetivas podem estar maculadas por certo encantamento, o que pode ser um móbil para potencializar o projeto de fazer do metaverso um território existencial, mesmo que atualmente ainda seja um ambiente de passagem. Desse modo, o metaverso tomará sentido conforme é experienciado pelo sujeito, mediado pela materialidade-virtualizada que o circunda. Destarte, a maneira como o metaverso aparecerá para o(a) usuário(a) deriva não só das propriedades objetivas – o ambiente, objetos e avatares que existem naquele espaço virtual –, mas também da subjetividade do(a) usuário(a), que tanto vivencia, quanto significa aquele espaço e a ele lhe atribui um sentido singular. Podemos dizer que o sujeito e o lugar se combinam dialeticamente, se constituindo e afetando mutuamente. Nessa senda de raciocínio, o metaverso como não-lugar também não surge “do nada”, ele existe enquanto invenção humana que age diretamente sobre ser humano, que ajunta quantitativamente os sujeitos ali presentes de modo serial.

Considerações Finais

Como explicitado anteriormente, o metaverso pode se configurar como um território existencial, onde as pessoas podem experimentar

diferentes identidades e expressões de si mesmas. Permitindo também que as pessoas criem e compartilhem conteúdo que reflita suas identidades e experiências, participem de eventos e construam comunidades virtuais que compartilhem seus valores. No entanto, é importante lembrar que o metaverso não é um espaço livre de problemas e desafios. Assim como no ambiente físico, o metaverso pode ser um espaço onde as pessoas enfrentam discriminação, assédio e outros problemas sociais. Além disso, assim como no mundo não virtual, a interação no metaverso é mediada por instrumentos e objetos, fruto do projeto de outros – organizações, empresas, programadores etc. – o que pode condicionar os(as) usuários(as) a seguirem padrões de comportamento, experienciando o metaverso de maneira alienada, ou seja, de forma serial.

Todavia, ainda não sabemos quais são as consequências que essa futura (e próxima) realidade poderá acarretar sobre a atual sociedade e admitimos que ainda é necessária pesquisa que visem compreender a ocupação do metaverso, assim como seu estudo em outros campos, como na sociologia, economia, arquitetura, psicologia e outras áreas das ciências humanas, biológicas e exatas.

Referências

- AUGÉ, M. (2017). *Não Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papirus.
- BÁRTOLO, J. M. (2009). Interfaces meta-comunicativas: uma análise das novas interfaces homem/máquina. *Biblioteca on-line de ciências da comunicação*, v. 1, 371-376. Recuperado de: <https://www.bocc.ubi.pt/pag/bartolo-jose-manuel-interfaces-meta-comunicativos-analise-novas-interfaces-homem-maquina.pdf>

- BHATT, T. (2023). *The complete Guide on How to Build a Metaverse in 2023*. Recuperado de: https://galaxykate0.tumblr.com/?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br
- COINTELEGRAPH (2022). *Professor da Universidade de Nova York faz alerta sobre o Metaverso: 'É um risco para a liberdade'*. Recuperado de: <https://br.cointelegraph.com/news/freedom-and-freedom-manipulated-by-the-almighty-of-the-metaverse>.
- COSTA, A. Q. R.; MAGALHÃES, A. L.; BERZOINI, T. (2022). Reflexões sobre realidade virtual e metaverso: ferramentas para o resgate da memória e patrimônio. *Analecta* 8(1) 1-15. Recuperado de: <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/ANL/article/view/3358>
- CURVELO, R. (2023) *Da web 1.0 à 4.0: conheça a evolução e entenda as diferenças*. Recuperado de: <https://br.hubspot.com/blog/marketing/evolucao-web>
- EUROPEAN COMMISSION (2023). *Towards the next technological transition: Commission presents EU strategy to lead on Web 4.0 and virtual worlds*. Recuperado de: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_23_3718
- FORTNITE (2022). *Refleta com o Emicida na série onda sonora do Fortnite!* Recuperado de: <https://www.fortnite.com/news/emicida-looks-inward-in-the-fortnite-soundwave-series>
- GLOBO (2023). *Metaverso sensorial e vida privada no SXSW 2023*. Recuperado de: <https://gente.globo.com/especial-metaverso-sensorial-e-vida-privada-no-sxsw-2023/>
- GUIMARÃES, L. J. B. L. S.; ROCHA, E. C. F. (2021). Práticas informacionais e design thinking: Abordando usuários 3.0 na Ciência da Informação. *Revista Digital de Biblioteconomia da Informação*, 19, 1-21. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/rdbci/a/QcgVHjdGRGmNXCN37SLmwzN/?format=pdf&lang=pt>
- HODGSON, M. (2016). *A decentralized web would give power back to the people online*. Recuperado em: <https://techcrunch.com/2016/10/09/a-decentralized-web-would-give-power-back-to-the-people-online/>

- LEE, J. Y. (2021). A Study on Metaverse Hype for Sustainable Growth. *International Journal of Advanced Smart Convergence*, 10(3), 72-80. Recuperado em: <https://koreascience.kr/article/JAKO202128054633800.pdf>
- MIDIANINJA (2023). *Primeiro país a desaparecer por causa da crise climática anuncia migração para Metaverso*. Recuperado de: <https://midianinja.org/news/primeiro-pais-a-desaparecer-por-causa-da-crise-climatica-anuncia-migracao-para-metaverso/>
- MOURA, C. E. (2020). Liberdade e necessidade: pensando a condição humana entre contingência e determinação. *Ética e Filosofia Política* 1(23), 75-101. Recuperado de: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/eticaefilosofia/article/view/31474>
- MOURA, F. (2023). *História das redes sociais*. Recuperado de: <https://www.unisuam.edu.br/noticias/nota-10/historia-das-redes-sociais/#:~:text=Qual%20foi%20a%20primeira%20rede,d%C3%A9cada%20de%201920%20at%C3%A9%201980>
- PEREIRA, I. C. (2009). *Metaverso: interação e comunicação em mundos virtuais*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília.
- PORTAL MEDICINA & SAUDE (2023). *METAVERSO e as implicações para a saúde mental*. Recuperado de: <https://portalmedicinaesaude.com/metaverso-e-as-implicacoes-para-a-saude-mental/>
- SANTOS, M. (1988) *Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológico da Geografia*. São Paulo: SP, Hucitec.
- SARTRE, J. P. (2002). *Crítica da Razão Dialética*. Rio de Janeiro: RJ, DP&A.
- SARTRE, J. P. (2011). *O Ser e o Nada: Ensaio de Ontologia Fenomenológica*. Petrópolis: RJ, Vozes.
- SEBRAE (2023). *O que você precisa saber sobre a Web 3.0*. Recuperado de: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-web-30,ef743398693a6810VgnVCM1000001b00320aRCRD#:~:text=Trata%2Dse%20de%20uma%20vis%C3%A3o,personalizada%20e%20imersiva%20aos%20usu%C3%A1rios>

SICHMAN, J. S. (2021). Inteligência Artificial e sociedade: avanços e riscos. *Inteligência Artificial* 35(101), 37-49. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/ea/a/c4sqqrthGMS3ngdBhGWtKhh>

ZUIN, L. (2022). *Primeiro como tragédia, depois como farsa: Snow Crash no século 21*. Recuperado de: <https://editoraaleph.com.br/primeiro-como-tragedia-depois-como-farsa-snow-crash-no-seculo-21/>.

EIXO 4
INTERSECCIONALIDADE E TRABALHO

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE: INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA E MEDICALIZAÇÃO

Karla Oliveira Kian¹

Introdução

Os pressupostos metodológicos aqui assumidos partem da recusa do modelo de ciência moderna e positiva, limitado à lógica formal e com pretensa neutralidade de valores e ideais. O paradigma moderno tende a reduzir os processos humanos a uma linearidade fragmentada e dicotômica, o rompimento radical com essa visão de sujeito/mundo parte da compreensão dialética da realidade como um todo, contextualizado, multidimensional e complexo (Morin, 2000).

Por este motivo, torna-se fundamental percorrer o caminho de compreensão do contexto histórico a ser analisado, no caso em questão: das circunstâncias que precederam o desenvolvimento do capitalismo até a contemporaneidade. Partimos da compreensão da categoria **trabalho** enquanto atividade de intercâmbio do ser humano com a natureza, na qual o primeiro intervém sobre a segunda e dela provém os seus meios de subsistência necessários para a (re)produção da vida. O modo desse intercâmbio é definido pela relação social do trabalho, e a história da humanidade desvela o seu caráter não “apriorístico” ou pré-determinado (Marx; Engels, 2013).

O modo de produção da vida, portanto, é determinante de todos os outros aspectos da vida, por esse motivo torna-se fundamental

¹ Psicóloga especialista em Atenção à Urgência e Emergência (UEM), Mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (UEM). ORCID: 0000-0001-6896-0540.

compreender o atual sistema econômico, pautado na exploração, mas sem desconectá-lo da sua relação com outros **sistemas de dominação-exploração**, a dizer: o patriarcado e o racismo. Sobre esta relação, concordamos com Silvia Federici (2017):

[...] o capitalismo, enquanto sistema econômico-social, está necessariamente ligado ao racismo e ao sexismo. O capitalismo precisa justificar e mistificar as contradições incrustadas em suas relações sociais – a promessa de liberdade frente à realidade da coação generalizada, e a promessa de prosperidade frente à realidade de penúria generalizada – difamando a “natureza” daqueles a quem explora: mulheres, sujeitos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização (p. 37).

O breve resgate da atual conjuntura do trabalho e de suas implicações para a *classe-que-vive-do-trabalho*, como define Ricardo Antunes, é necessária para a compreensão do seu **sofrimento** que, como aponta Alain Ehrenberg (2004), remete ao *cansaço de ser*, um processo mais amplo, a um mal-estar generalizado ou “mal-estar de qualquer um” que se diferencia de funcionamentos psíquicos patológicos ou das patologias graves. O autor considera impactos importantes com as mudanças dos manuais diagnósticos e da indústria farmacêutica, mas para além da psiquiatria, avalia, vivenciamos uma mudança social que difunde um modelo de “medicina do bem-estar e da qualidade de vida”. O sociólogo remete ao individualismo característico da contemporaneidade, uma vez que são dadas explicações individualistas a questões sociais e, em última instância, leva o sujeito ao abismo da lógica da meritocracia. Ademais, acrescenta que esta concepção de saúde é fragmentada e, por isso, não sustenta uma visão totalizante da experiência humana.

A **medicalização** é objeto de estudo em diversas perspectivas. As denúncias do conluio da indústria farmacêutica com a psiquiatria

foram muito bem documentadas na obra de Robert Whitaker (2017), em *Anatomia de uma epidemia*, o jornalista estadunidense abordou de forma minuciosa: a problemática do crescimento exponencial de diagnósticos de “transtornos mentais”, consoante com um processo de psicopatologização da vida; a questionável eficiência dos psicofármacos e a iatrogenia; a hegemonia do modelo asilar centrada numa psiquiatria biologizante; e, apresenta, por fim, possibilidades alternativas à centralidade da medicação no cuidado em saúde.

No ano de 2019, a indústria farmacêutica teve faturamento de R\$85,9 bilhões, ao todo 5,3 bilhões de embalagens foram comercializadas, sendo divididos em 502 subclasses terapêuticas, mercado composto por 224 empresas. Houve aumento de 27,7% na comercialização dos medicamentos de tarja preta em quatro anos o que representou a quantidade de 124.798.078 em 2019. (Anuário Estatístico do Mercado Farmacêutico 2019/20, 2021). Um levantamento realizado pelo Conselho Federal de Farmácia revelou o aumento de 36% nas vendas de antidepressivos e estabilizadores de humor e 21% nas de anticonvulsivantes e antiepiléticos de 2017 para 2022 (Cfp, 2023).

No que se refere aos psicoestimulantes, a Ritalina®, indicada para o tratamento do TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade), registrou venda de 58.719 caixas em outubro de 2009 e 108.609 caixas em outubro de 2013, um aumento de mais de 180% em 4 anos (Silva; Barreto, 2019, pp. 90-91).

O uso de medicamentos é crescente nas últimas décadas, dos quais destacamos a classe denominada de “psicotrópicos”. A expansão de seu uso atinge os mais diversos contextos. Assim como alertam Alvarenga e Dias (2021, p. 4): “O aumento do consumo de medicações psiquiátricas tem forte impacto no mercado e, independente do papel

que este fenômeno desempenha socialmente, o consumo de drogas psicotrópicas sustenta parte da indústria farmacêutica na atualidade”.

A busca pela síntese das relações aqui propostas almeja contribuir com as discussões das condições da classe trabalhadora na intersecção indissociável entre classe, raça e gênero, à luz do processo de medicalização, cada vez mais presente na vida contemporânea. Os **objetivos** foram definidos em: Investigar aspectos constituintes da precarização do trabalho na contemporaneidade; Analisar a historicidade dos sistemas de dominação-exploração (capitalismo-patriarcado-gênero); Relacionar classe, gênero, raça com a determinação dos processos de saúde-doença e, por conseguinte, da medicalização.

Método

Consoante com as proposições do método Materialista Histórico-Dialético, o sujeito em sua dimensão ontológica é um “indivíduo singular”, possuidor de uma existência individual que o diferencia de todos os outros sujeitos. Esse indivíduo está inserido num contexto mais amplo, social, e se relaciona com outros indivíduos, produtos e produções da sociedade na qual existe. Contudo, a tomada dessa relação como “indivíduo-sociedade”, limitada à lógica formal a qual afirmaria “individual é aquilo que não é social e social é aquilo que não é individual”, não é suficiente para compreender o sujeito como resultante de múltiplas determinações e a complexidade de sua realidade. Não por acaso, a manutenção dessa dicotomia indivíduo-sociedade, atende a interesses de uma determinada classe a qual convém propagar a ideia de que tais ideais e interesses são universais e inelimináveis (Oliveira, 2001).

A autora recorre aos escritos de Engels (1979), Marx & Engels (1987), Heller (1977) e Lukács (1978) para a discussão sobre a dialética universal-particular-universal. A superação da visão hegemônica que coloca indivíduo e sociedade como dois pólos opostos e excludentes incide na compreensão da categoria genericidade – diferenciando-a da sociedade, categoria percebida pelo imediatismo – por meio da mediação da particularidade.

Trata-se da **relação indivíduo-genericidade**, isto é, a relação do homem com o **gênero humano**, o que inclui, necessariamente, a relação de cada indivíduo singular com as objetivações humanas, quais seja, as objetivações concretizadas historicamente pelos homens através das gerações, ao longo de toda a história da humanidade. São objetivações que precisam ser apropriadas, pelo indivíduo, para que possa dominar o sistema de referência do contexto em que vive e, assim, objetivar-se como sujeito ativo e participante das transformações desse contexto. Mas para que isso possa ser compreendido nas suas múltiplas relações, é preciso considerar que todo esse processo entre o indivíduo (singular) e o gênero humano (o universal) se concretiza na relação que o indivíduo tem com a sociedade (o particular) (Oliveira, 2001, pp. 3-4, grifos nossos).

A particularidade, portanto, é a raiz do método dialético, enquanto categoria mediadora desvela a relação de unicidade entre o singular e o universal como pólos indissociáveis e complementares. Desse modo, a singularidade não pode ser tratada como entidade independente (num psicologismo) e tampouco a universalidade como uma categoria abstrata (num idealismo ingênuo), pois só se realiza na singularidade e de forma particular. Essa revolução ontológica, epistemológica e lógica implica na compreensão do humano em sua dimensão ontológica, determinado social e historicamente; do conhecimento desse processo de formação; e de seu caráter processual, do *vir-a-ser* real e histórico-social.

Destarte, a proposta da análise tomará como caminhos as reflexões acerca da compreensão dos estágios precedentes ao desenvolvimento capitalismo até a contemporaneidade, no contexto neoliberal de precarização do trabalho; das particularidades postas pelos determinantes das interseccionalidades de classe, gênero e raça e suas relações com a medicalização da vida.

Resultados e Discussão

O modo de produção capitalista e a precarização do trabalho na contemporaneidade

Circunscrevendo as análises ao modo de produção vigente, no **capitalismo**, o objetivo do projeto de sociedade é o acúmulo (e não a socialização) de riquezas, portanto, pressupõe que o acesso aos bens produzidos será permitido a alguns, cerceado e até mesmo negado a outros (Vygotski, 2004). E qual a lógica dessa divisão?

O capitalista, proprietário dos meios de produção, paga pela força-do-trabalho do indivíduo que não possui meios de produção. O pagamento recebido da força-de-trabalho, usualmente na forma salário, se destina à manutenção da vida da/o trabalhador/a (moradia, alimentação, vestimenta, transporte, etc.), para a reposição do dispêndio de energia gasto em um dia de trabalho para que, no dia seguinte, a/o trabalhador/a esteja apta/o para o trabalho novamente (Marx, 2013).

A perspicácia desse modo produtivo incide no fato de que o capitalista não paga por todo o trabalho produzido pelo trabalhador, ele se apropria de parte dessa riqueza, a mais- valia, fruto do trabalho explorado (Marx, 2013). A história da sociedade capitalista é, portanto, uma história de luta de classes: a classe dominante buscará formas de

extrair o máximo de riqueza à custa da classe dominada e a esta caberá opor-se a esta dominação.

Em linhas gerais, esse é o gérmen desse sistema econômico do qual a historicidade demonstra que a divisão sexual do trabalho, a exploração da mão-de-obra infantil e o colonialismo são sustentáculos da consolidação do capitalismo e da intensificação da degradação das condições de vida da classe trabalhadora.

Na análise sobre o desenvolvimento do capitalismo no final do século XIX até os dias atuais, Ribeiro (2015) observa características dos principais **padrões de produção** e destaca importantes implicações para a classe trabalhadora: no fordismo havia um rígido controle dos movimentos do trabalhador de modo a mecanizá-lo visando à máxima produção no menor tempo com a clara divisão entre o planejamento e a execução.

Já no início do século XX, o taylorismo aprimorou o ideal fordista com a inserção da esteira e o consequente aumento do ritmo do trabalho, e, sobretudo, investindo num modelo de gestão pautado na produtividade-recompensa por meio da valorização de altos salários alinhado à lógica do consumo e ao ideal do Bem-Estar Social. Contudo, diante da crise econômica do pós-guerra, a década de 1960/70 demarca o início da reestruturação produtiva e do toyotismo. O modelo japonês incorporou à produção estratégias de controle da produção como o *Just-in-time* e o sistema *Kaban*, além da flexibilização na forma de contratação dos trabalhadores (que passaram a ser contratados para a empresa e não mais para uma função específica), além da subcontratação de empresas menores como prestação de serviço. A autora destaca os estudos de Braga (2009) e Pena *et al.* (2011) acerca do *infoproletariado* e pondera que atualmente há condições extremas de trabalho que evidenciam “o limite da relação de cálculo que se

estabelece entre tempo e movimento, proposta por Taylor em 1911” (p. 78), condicionamento exacerbado que leva ao adoecimento em massa de trabalhadoras e trabalhadores.

De acordo com Vincent de Gaulejac (2007) as mudanças na forma de gestão do trabalho no contexto da globalização e do incremento tecnológico representam um progresso do ponto de vista da eficiência do trabalho, contudo, com significativas implicações ao plano das subjetividades. O **modelo gerencialista** é caracterizado pela flexibilização do tempo, por parâmetros inéditos de produtividade com a naturalização da pressão por entrega de resultados cada vez maiores em períodos cada vez mais curtos, e, contraditoriamente, sob a constante ameaça da perda do trabalho. A dissonância entre a exigência de total investimento (físico e psíquico) ao trabalho e a insegurança de sua permanência nele se apresenta como um ataque aos fundamentos da vida psíquica e social.

A perversa cultura do alto desempenho opera numa lógica individualista e meritocrática, nela os sujeitos são responsabilizados por seus resultados de modo que a materialidade dessas condições fomenta a competitividade em detrimento da cooperação entre trabalhadores: o individualismo, aspecto central do neoliberalismo, captura as possibilidades da organização cooperativa e das relações solidárias. Esta estratégia de desarticulação da classe trabalhadora reforça a ideologia por trás desse modo de organização do trabalho.

No modelo hierárquico e disciplinar, as condições de trabalho eram sem dúvida penosas, mas a solidariedade entre os empregados atenuava seus efeitos psicológicos. A comunidade de trabalhadores fornecia um apoio para suportar as obrigações. Essa solidariedade orgânica se enfraqueceu. A tentação do “cada um por si” é mais forte por ter sido encorajada pela corrida ao mérito, a ameaça dos planos sociais, a diversidade dos estatutos,

a mobilidade vertical e horizontal e a individualização das remunerações (Gaulejac, 2007, p. 207).

Corroborando tais ideias, Danièle Linhart (2014) discorre sobre a personalização como estratégia empresarial, e compreende que a desarticulação coletiva e a canalização das subjetividades das/os trabalhadoras/es por esta lógica são elementos constituintes de uma **precariedade subjetiva**, característica do trabalho contemporâneo. Ainda que suas conjecturas se dirijam às/aos assalariadas/os franceses, considera-se como um conceito útil para a análise em questão:

O que devemos entender, então, por “precariedade subjetiva”? É o sentimento de não dominar seu trabalho e precisar esforçar-se permanentemente para adaptar-se (...) É o sentimento de não ter a quem recorrer em caso de problemas graves no trabalho, nem aos superiores hierárquicos (cada vez mais raros e cada vez menos disponíveis) nem aos coletivos de trabalho, que se esgarçam com a individualização sistemática da gestão dos assalariados e a concorrência entre eles. É o sentimento de isolamento e abandono. É também a perda da autoestima, que está ligada ao sentimento de não dominar totalmente o trabalho, de não estar à altura, de fazer um trabalho ruim, de não estar seguro de assumir seu posto (Linhart, 2014, pp. 45-46).

Esse contexto torna-se promotor de um processo de fragilização e vulnerabilização dos sujeitos, que acabam por perecer em função do trabalho, e de um sentimento de insegurança generalizado, reforçado pelas taxas crescentes de desemprego. Por outro lado, constitui-se como uma ferramenta coercitiva:

Como obrigá-los [os trabalhadores] a tornar o uso de si próprios mais produtivo e mais rentável para a empresa? Vislumbra-se então a virtude da desestabilização, da precarização no trabalho, que obriga o assalariado a provar o tempo todas suas capacidades e ser validado permanentemente (Linhart, 2014, p. 53).

Ricardo Antunes (2018) pondera que atualmente vivenciamos uma **nova morfologia do trabalho**, frente ao processo de reestruturação produtiva e do acirramento do neoliberalismo, sobretudo após a crise econômica de 2008, o autor analisa a hipótese do aumento das formas de extração do valor, a nível global, por meio da expansão do setor de serviços e de sua *comoditização*, da precarização do trabalho e especialmente da terceirização. A chamada Indústria 4.0, originada na Alemanha em meados de 2011, significou um salto produtivo centrado nas tecnologias da informação e da comunicação e, por conseguinte, a intensificação dos processos produtivos automatizados. Antunes avalia que assim “Como o trabalho on-line fez desmoronar a separação entre o tempo de vida *no* trabalho e *fora* dele, floresce uma nova modalidade laborativa que combina mundo digital com sujeição completa ao ideário e à pragmática das corporações” (s/p).

Neste ponto, é imprescindível situar a conjuntura política e social brasileira que, desde o **Golpe em 2016** foi atravessada por brutais ataques à classe trabalhadora. A aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016 limitou o orçamento público para as políticas de saúde, educação e assistência social por 20 anos. Na sequência houve a aprovação da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) a qual Antunes (2018) avalia que: “(...) [esta] desfigura em definitivo a CLT, ao instituir o preceito *do negociado sobre o legislado*, que elimina o patamar basal dos direitos, e também ao introduzir o nefasto *trabalho intermitente*” (s/p, grifos do autor) e, além disso, restringe a atuação da Justiça do Trabalho.

Nesta direção, a chamada Lei da Terceirização (Lei nº 13.429/2017) tornou possível a terceirização de atividades-fim, a este respeito, Antunes (2018) problematiza as consequências degradantes da terceirização para a classe trabalhadora, entre elas: os altos índices de

adoecimento, acidentes e mortes relacionadas ao trabalho nessa categoria; a diminuição das vagas de trabalho e do acirramento da divisão sexual do trabalho e da fragmentação da classe trabalhadora (s/p). Acrescenta-se ainda que, já no governo bolsonarista, a Reforma Previdenciária (Emenda Constitucional nº 103/2019) compôs mais um violento golpe à população com a limitação do acesso aos benefícios previdenciários.

Cabe acrescentar ainda que, com o advento devastador da Pandemia por Covid-19 em 2020, houve o agravamento da crise econômica que já estava em curso. Desde os primeiros meses da pandemia, Antunes (2020) já evidenciava que o *capitalismo pandêmico* intensificara a exploração da classe-que-vive-do-trabalho e a sua *divisão sociossexual e racial*. As/os trabalhadora/es informais, desalentados e sem ocupação, já invisibilizados, tornaram-se ainda mais vulnerabilizados na luta pela sobrevivência, concomitante à expansão do processo de *uberização* do trabalho. As nefastas medidas do governo federal frente à pandemia não foram, em absoluto, fruto do acaso ou da ignorância, mas um projeto voltado para atender aos interesses da burguesia.

A breve retomada dos modelos de gestão do trabalho e das reformas no âmbito político-jurídico no Brasil desvela o caráter tensionador e de disputas permeadas na luta de classes. Destarte, “(...) a precarização não é algo estático, mas um modo de ser intrínseco ao capitalismo, um processo que pode tanto se ampliar como se reduzir, dependendo diretamente da capacidade de resistência, organização e confrontação da classe trabalhadora” (Antunes, 2018, s/p). Tornou-se evidente que a precarização do trabalho está diretamente relacionada ao acirramento do individualismo como modo de relação social na contemporaneidade. Desse modo, é correto afirmar que o caminho

para a superação de formas adoecedoras de sociabilidade será o da coletividade.

A busca pela compreensão das relações objetivas e subjetivas que envolvem o trabalho deve dimensionar a complexidade nelas imbricadas. Até aqui, os apontamentos se voltaram mais especificamente para a categoria “classe social”, enquanto uma unidade. Adiante serão investigadas as intersecções de gênero e raça, que aspiram às suas particularidades, considerando que:

Trabalhadores e trabalhadoras que com frequência oscilam entre a heterogeneidade em sua forma de ser (gênero, etnia, geração, qualificação, nacionalidade etc.) e a homogeneização que resulta da condição crescentemente pautada pela precarização, cada vez mais desprovida de direitos do trabalho e de regulamentação contratual (Antunes, 2018, s/p).

A divisão sexual e racial do trabalho no capitalismo

A análise dos dados da realidade brasileira evoca as indissociáveis intersecções entre classe, raça e gênero enquanto categorias constituídas socialmente e produtoras não apenas de epistemes, mas também de (inter)subjetividades e vivências. Kimberlé Crenshaw (2002) compreende as **interseccionalidades** a partir do entrecruzamento de sistemas de opressão, numa relação dinâmica e permeada por eixos de poder nas esferas sociais, econômicas e políticas:

[...] tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram (p. 177).

À luz desta perspectiva, compreendemos que, em função de seu gênero, mulheres compartilharão de vivências na sociedade patriarcal

e sexista, todavia, as mulheres que não pertencem ao grupo étnico/racial dominante também estarão sujeitas a outras formas de dominação/exploração. Além da exclusão no mercado de trabalho, como será apresentado, negras e pardas são a maior parte das mulheres em situação de violência doméstica, além de serem também as principais vítimas de violência sexual e de feminicídio, a despeito da subnotificação desses casos. O mesmo padrão de desigualdade racial se apresenta nas mortes violentas de crianças e adolescentes negras/os, do encarceramento em massa e do genocídio de jovens negros (Anuário de Segurança Pública, 2022).

As múltiplas formas de violências e exclusão na sociedade contemporânea são compreendidas como manifestações complexas de uma dada forma de constituição social das relações, refutando visões individualizantes e a-históricas. Achille Mbembe (2017) transcende o conceito de biopoder de Foucault, enfatizando a determinação do colonialismo e da escravização como elementos fundantes do que denominou como **necropolítica** e **necropoder**, tomando como ponto de partida a compreensão de que “(...) matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, as suas características fundamentais. Exercer a soberania é exercer o controle sobre a mortalidade e definir a vida como uma realização e manifestação do poder” (p. 108). Para o autor, a compreensão do direito de matar é estrutural e estruturante nas sociedades colonialistas, a imposição do extermínio de corpos não hegemônicos é engendrada na organização do próprio Estado, cujas determinações são justificadas no terreno econômico.

Assim como demonstra Federici (2017), a compreensão da atual posição social da mulher e dos sujeitos coloniais tem suas raízes no período histórico que antecedeu o desenvolvimento do capitalismo. O processo de colonização – a busca por novas terras – foi uma resposta

às crises do declínio Idade Média nos séculos XVI e XVII. A invasão europeia aos países da África e da América, a exploração violenta do trabalho dos povos nativos e a extração de suas riquezas naturais para o enriquecimento da classe dominante na Europa no contexto da Reforma Protestante. O fim das terras comunais implicou num processo de pauperização do proletariado europeu, com especiais implicações às mulheres, que encontraram mais dificuldades para encontrar meios de subsistência numa vida nômade, tanto pela exposição à violência masculina num período de ascensão da misoginia, quanto pelas situações de gestação e cuidados com os filhos. Gradativamente, com amparo legal, as mulheres foram sendo expulsas dos movimentos rebeldes contra o cercamento de terras e de outros espaços sociais.

Assim, com o advento do movimento de privatização das terras e da monetarização da vida econômica significou também na separação entre trabalho produtivo (no sentido de produção-para-o-mercado) e reprodutivo (nesse momento, atividades que passaram a ser desvalorizadas). A autora pondera que o início destas mudanças – que tiveram seu auge no século XIX – confinou a mulher às atividades reprodutivas, fato histórico no qual incide no surgimento de uma divisão sexual do trabalho. As consequências mais devastadoras foram postas às mulheres com a cronificação da pobreza, a dependência econômica e invisibilidade como trabalhadoras. No entanto, esse processo culminou também na desvalorização da força- de-trabalho da classe trabalhadora como um todo (Federici, 2017).

No século XVII se fortaleceu a ideia da relação entre uma nação populosa à sua riqueza. Desse modo, a crise populacional na Europa Ocidental originada também pela queda nas taxas de natalidade (tendo como um dos fatores as extremas condições de miséria) – e nas

colônias pela dizimação dos povos nativos – encontrou na caça às bruxas uma estratégia de controle dos corpos das mulheres que passaram a ser perseguidas pelas acusações de “crimes reprodutivos”. Assim, Federici (2017) alerta que, sem desconsiderar as imensas diferenças entre as mulheres europeias e das colônias, para ambas “o corpo feminino foi transformado em instrumento para a reprodução do trabalho e para a expansão da força de trabalho, tratado como uma máquina natural de criação, funcionando de acordo com ritmos que estavam fora do controle das mulheres” (p. 178).

O processo de desvalorização social da mulher por meio da sua exclusão do trabalho como meio de subsistência e de naturalização das atividades e espaço domésticos como atributo feminino foi sustentado pela desqualificação e repreensão das mulheres, num primeiro momento, como “bruxas, putas e megeras” e posteriormente, já com a sua “domesticação”, como a figura da esposa ideal, “dócil, submissa e casta”, dotada de “instinto materno”.

Esta foi uma derrota histórica para as mulheres. Com sua expulsão dos ofícios e a desvalorização do trabalho reprodutivo, a pobreza foi feminilizada. Para colocar em prática a “apropriação primitiva” dos homens sobre o trabalho feminino, foi construída uma nova ordem patriarcal, reduzindo as mulheres a uma dupla dependência: de seus empregadores e dos homens (Federici, 2017, p. 191).

A família monogâmica burguesa foi, portanto, o modelo que atendeu as necessidades do sistema econômico em ascensão no século XVIII, pois a sua lógica centrada na propriedade privada significou o próprio deslocamento da família comunal para a família nuclear, da coletividade para o individualismo, e, por meio da imposição do poder patriarcal converteu mulheres e crianças em propriedades do patriarca, o pátrio poder, legitimando assim o aprofundamento da

divisão de homens e mulheres. “A sua alienação [da mulher], que a converte em esposa ou prostituta, é a negação de sua potência histórica, o rebaixamento do seu patamar de humanidade” (Lessa, 2012, p. 32). Em ambos os casos, a mulher é objetificada para servir ao homem.

Saffioti (2001) reitera que a construção de relações sociais hierarquizadas utiliza da captura de atributos/características biológicas e individuais de modo a mistificá-las/naturalizá-las para justificar a manutenção de sistemas de dominação-exploração (capitalismo-patriarcado-racismo). A despeito de importantes avanços em termos teóricos, jurídicos e socioculturais das últimas décadas, dados recentes demonstram que as profundas raízes racistas e sexistas se mantêm intactas, não por acaso, servindo aos interesses do capital. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE, referente ao 2º trimestre de 2022, confirma a denúncia cantada por **Elza Soares**: a população negra ocupada em trabalho desprotegido representa 47,1% enquanto a população não negra nessa condição representa 34,7%. Em relação ao rendimento médio mensal, mulheres negras recebem R\$1.715,00, homens negros R\$2.142,00, mulheres não negras, R\$2.774,00, e homens não negros, R\$3.708,00. Quanto às taxas de desocupação, mulheres negras representam 13,9%, homens negros, 8,7%, mulheres não negras, 8,9% e homens não negros, 6,1%. A desigualdade racial fica ainda mais evidente considerando que a população negra corresponde a 55,8% das/os brasileiras/os, sendo que 53,3 milhões compõem o contingente de pessoas ocupadas enquanto que a população não negra ocupada representa 44,9 milhões (Dieese, 2022).

Uma Pesquisa do mesmo órgão, indicativa do 3º trimestre de 2022, sobre a inserção feminina no mercado de trabalho revelou que mulheres

com ocupação têm rendimento médio real mensal 21% menor do que os homens, com desvantagem salarial em todos os setores pesquisados. 43% das mulheres ocupadas ganhavam até um salário mínimo. 2,3 milhões de mulheres foram consideradas desalentadas, sendo 1,6 milhão negras e 672 mil não negras (Dieese, 2023). Em relação ao trabalho doméstico, no 4º bimestre de 2022, 5,8 milhões de pessoas ocupadas no trabalho doméstico, sendo que 91,4% eram mulheres e destas, 67,3% eram negras. A maior parte das mulheres com essa ocupação estava na faixa de 45 a 49 (40,2%) e tinha o ensino fundamental incompleto (38,2%). O rendimento mensal médio variava no caso das mensalistas (R\$7,12/hora) e diaristas (R\$10,75/hora) (Dieese, 2023).

A análise dos dados desvela a manutenção da subjugação das mulheres, especialmente das mulheres negras, a condições concretas de vida que lhes cerceiam as possibilidades de emancipação e liberdade enquanto gênero humano. É por esta perspectiva que compreendemos a **determinação social da saúde** e da (de)formação da personalidade (Almeida, 2018). A seguir, discutiremos a medicalização como processo historicamente situado tanto como respostas ao adoecimento oriundo da precarização do trabalho quanto da busca pela eficiência e produtividade cada vez mais inalcançáveis no atual modelo de gestão do trabalho.

A medicalização *versus* O processo de determinação da saúde-doença

Entre as transformações sociais a partir do cercamento de terras na Europa em meados do século XVII destacamos, para os fins dessa análise, a mudança em relação à loucura, que neste período passou a ser silenciada e excluída, as internações eram dirigidas aos loucos e aos indesejáveis/improdutivos de toda ordem. A transformação da loucura

em objeto do saber médico é datada em 1793 quando o médico francês Philippe Pinel publicou o *Tratado médico-filosófico sobre o alienismo mental*, para o qual propunha o tratamento moral, não havia nesse momento a busca de causas orgânicas da “doença mental”. Somente em meados do século XIX, período da industrialização, o psiquiatra franco-austriaco Bénédict Augustin Morel propôs uma compreensão organicista em sua Teoria da Degenerescência cujos fundamentos embasaram o Higienismo. Tomando os preceitos do organicismo e da hereditariedade de Morel, o psiquiatra alemão Emil Krepelin se dedicou à classificação nosológica das doenças mentais. Seus estudos contribuíram significativamente para a estruturação da psiquiatria enquanto disciplina médica e também ampliou o seu alcance (Ferrazza, 2009).

Daniele Ferrazza (2009) recupera as contribuições do psiquiatra brasileiro Joel Birman (2000) acerca da relação entre a gênese da psicofarmacologia e da neurologia no século XIX e a suposta legitimidade científica da psiquiatria, de modo que: “(...) iniciou-se um processo de grande valorização da concepção biológica do sofrimento psíquico, no qual a natureza humana passou a ser reduzida à sua estrutura biológica” (Ferrazza, 2013, p. 41). A autora ainda ressalta que, muito além da centralidade dos fármacos como recursos terapêuticos para casos específicos, esse processo levou a uma generalização em larga escala da prescrição/uso de medicamentos pela população, movimento este comparável ao higienismo, também denominado como **medicalização**, da qual compartilhamos da mesma conceituação empregada por Ferrazza:

Medicalização é o processo pelo qual o modo de vida dos homens é apropriado pela medicina e que interfere na construção de conceitos, regras de higiene, normas de moral e costumes prescritos – sexuais, alimentares, de habitação – e de comportamentos sociais. Este processo está

intimamente articulado à idéia de que não se pode separar o saber - produzido cientificamente em uma estrutura social - de suas propostas de intervenção na sociedade, de suas proposições políticas implícitas. A medicalização tem, como objetivo, a intervenção política no corpo social (Hora, 2006).

Inicialmente, há de se considerar que o processo de **psicopatologização** da vida no qual toda manifestação de sofrimento é lida como sintoma a ser banido a todo custo, ainda que as intervenções acabem por eliminar o próprio ser humano, sentimentos como tristeza e raiva são hegemonizados e deixam de ser expressões tipicamente humanas como parte da experiência de quem vive. Dito de outro modo, a ampliação de categorias patológicas a cada nova edição dos Manuais Diagnósticos inclui cada vez uma parcela maior da população, tendo em vista que a normalidade posta como “saúdável” torna-se cada vez mais inatingível, acarretando assim num número crescente de pessoas diagnosticadas e, por conseguinte, medicadas. Teodoro; Simões e Gonçalves (2021) analisam criticamente as implicações das mudanças ocorridas do DSM-IV para o DSM-V, especificamente dos ditos transtornos de humor, e concluem que as mudanças na nova edição “(...) também se mostra como reflexo do espírito do tempo atual, em que se torna imperativo a ausência de sofrimento e o gozo constante da felicidade” (p. 72).

Gilles Lipovetsky (2007) discute a relação entre a decepção e o hiperconsumo característico da contemporaneidade²: o esvaziamento das relações sociais e condições que tendem a “fechar o sujeito em si mesmo” paradoxalmente postas à lógica do consumo como tentativa de alcançar o gozo. “Consome-se mais, mas vive-se menos; quanto mais explodem os apetites de aquisição, mais se aprofundam os

² Lipovetsky compreende o atual período histórico como “hipermodernidade”.

descontentamentos individuais (...) Assim, *Penía* erige-se em figura emblemática do hiperconsumidor, em símbolo do „trágico“ da opulência” (p. 158). Para Edgar Cabanas e Eva Lllouz (2022) a felicidade foi mercantilizada como uma mercadoria fetiche. Os autores analisam a felicidade como expressão da ideologia neoliberal e do individualismo: *ser feliz* tornou-se predominantemente uma capacidade individual, a despeito das condições de trabalho e vida cada vez mais precárias, cabe ao sujeito enfrentar as adversidades. Martin Seligman, ex-presidente da *American Psychological Association* (APA), ao gosto da Psicologia Positiva, exemplificou em um de seus artigos que “se por um lado o sucesso é causado pela resiliência, então a falta de sucesso, o desemprego e a mobilidade social para baixo são, por outro lado e consequentemente, o resultado de uma constituição psíquica fraca” (Cabanas; Lllouz, 2022).

Todavia, outro aspecto da medicalização é explorado no estudo empírico realizado por Ferrazza (2009) acerca da trajetória de usuários de um serviço ambulatorial de saúde mental e desvela o caráter de banalização da prescrição e do uso dos psicofármacos mesmo com a **inexistência de diagnósticos** que de algum modo – ainda que de maneira questionável, como foi explicitado – pudessem justificar tais prescrições: “na expressiva maioria de 78% dos casos atendidos pela psiquiatria, o que significa que cerca de oito em cada dez usuários medicados estão sendo submetidos aos mais diversos psicofármacos sem a explicitação de qualquer determinação diagnóstica” (Ferrazza, 2009, p. 126). Esta dissonância é reveladora da inconsistência da psiquiatria fundada num modelo biomédico que busca localizar no sujeito a etiologia de sua „doença“, classificá-la e tratá-la por meio da eliminação de sintomas, e, contraditoriamente, prescreve tais tratamentos irrestritamente.

Buscando um paralelo com a história da psiquiatria no Brasil, destacamos que a pesquisa de Daniela Arbex (2019) demonstrou que 70% dos internos da Colônia, o maior manicômio do país, não tinham diagnóstico de “doença mental”. Este retrato remonta à função do manicômio como espaço (material e simbólico) de exclusão dos sujeitos que se distanciam da norma posta:

Eram epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder. Eram meninas grávidas, violentadas por seus patrões, eram esposas confinadas para que o marido pudesse morar com a amante, eram filhas de fazendeiros as quais perderam a virgindade antes do casamento. Eram homens e mulheres que haviam extraviado seus documentos. Alguns eram apenas tímidos. Pelo menos trinta e três eram crianças (Arbex, 2019, p. 14).

Desse modo, numa relação atualizada, o medicamento também pode exercer uma função de controle sobre os sujeitos, visto que a medicalização da experiência de sofrimento psíquico dos sujeitos acaba por individualizar problemas que são histórica e socialmente determinados. Nesta direção, as bases epistemológicas aqui assumidas refutam radicalmente o modelo biomédico, tampouco corroboram a perspectiva biopsicossocial, de George Engel (1977), pois a despeito do avanço em considerar as dimensões psicológica e social, este modelo apreende o todo de modo fragmentado em suas partes isoladas. Além desta problemática insolúvel, acrescenta-se que, com o desenvolvimento da neurociência o “psicológico” tem se reduzido cada vez mais ao cérebro, retrocedendo para um “biológico- biológico-social”³.

³ Discussão desenvolvida por Flávia Gonçalves da Silva (UFVJM): “(Des)humanização na sociedade capitalista. Da fragmentação à unidade biopsíquica no processo saúde-doença”, no V Evento do Método Materialista Histórico-Dialético (2023), realizado na Universidade Estadual de Maringá.

Portanto, a alternativa com a qual corroboramos é a **da teoria social dos processos saúde-doença**, com raízes na Medicina Social Latino-Americana na década de 1960 e na Saúde Coletiva na década de 1980, sendo que:

Uma dessas contribuições é a concepção da determinação social do processo saúde-doença, de orientação marxista, representada por autores como Asa Cristina Laurell, Jaime Breilh, Maria Cecília Donnangelo, Ricardo Bruno Mendes-Gonçalves, Sergio Arouca, entre outros. Esta teoria desenvolve-se em oposição à concepção multicausal e propõe outro modo de explicação para a relação entre o biológico, o psicológico e o social (Almeida, 2018, p. 75).

A chave desta transformação teórica incide na compreensão de que “(...) o social não se reduz a mais um dentre diversos fatores de risco, mas é o elemento determinante dessa totalidade dialética” (Almeida, 2018, p. 89). A autora destaca, que para Laurell (1998), cada sociedade cria padrões de desgaste e de reprodução nos quais a doença é gerada, neste sentido a mesma patologia terá modos distintos de se desenvolver a depender dos grupos humanos nos quais está inserida. Assim como referido na epígrafe desta seção, os processos de adoecimento emanam das condições concretas de vida do sujeito e, portanto, são situados num contexto do desenvolvimento histórico da humanidade (as formas de sociabilidade que ditarão os modos de produção da vida e também a teorização do que se convém denominar “saúde” e “doença”, por exemplo), manifestados singularmente (na existência ontológica do ser), mas de modo particularizado (a depender de sua classe social, raça, etnia, gênero, idade, condições particulares de acesso ao trabalho, à habitação, à alimentação, etc.).

Destarte, como pensar os processos de saúde-doença na contemporaneidade? Alvarenga e Dias (2021) denominam a expansão exponencial de psicofármacos como uma

epidemia do nosso tempo e problematizam dois aspectos muito significativos de seu uso: como forma de suportar a realidade diante de condições de vida tão inóspitas para grande parte da população e, por outro lado, como busca de maximizar a produtividade e melhoria do desempenho, num caráter claramente adaptacionista. Perpassando as discussões sobre a *comoditização* da saúde, a relação econômica da indústria farmacêutica com a psiquiatria e a medicalização social na contemporaneidade, os autores destacam a relação de gênero nesse bojo:

O modo como tal modelo de sociedade se organiza atinge principalmente mulheres, visto que a desigualdade de gênero as coloca em uma condição de dupla exploração. No trabalho enfrentam a exclusão velada e a necessidade de ser potencialmente mais produtivas que os homens para alcançar os mesmos cargos e promoções, normalmente com salários mais baixos para realizar as mesmas atividades. Em casa estão sujeitas ao mesmo tipo de subalternidade e acabam acumulando funções na criação dos filhos e em vários outros aspectos frente aos quais os homens não se percebem como exploradores privilegiados e, muitas vezes, nem as próprias mulheres se dão conta dessa condição, ou não têm força para lutar contra (Alvarenga; Dias, 2021, p. 12).

Ao analisarem a medicalização do viver de usuários da Atenção Primária em Saúde, Pereira et al., (2021) identificaram: a sobrecarga da mulher associada ao trabalho doméstico (processo determinado socialmente pela divisão sexual do trabalho); a prática assistencial no serviço centrada na prescrição de psicofármacos (na reprodução do modelo biomédico, contrário ao princípio da integralidade); a não consideração da possibilidade de cessar o uso do medicamento diante do medo de “recaída” (fato que se apresenta como um obstáculo para o desenvolvimento da autonomia). Ademais, os autores desvelam a presença de elementos que reproduzem a história da loucura feminina:

Para além do medo da “recaída” o temor também se refere a um sentimento ou humor não desejado que as colocam como “descontroladas” frente às sensações geradas pela síndrome, e a sofrimentos íntimos, que estão presentes em sua história, seja a tristeza diante de um luto vivido há anos, ou uma relação conflituosa com algum familiar (Pereira et al., 2021, p. 64-65).

Corroborando a literatura quanto à maior prevalência de uso de psicotrópicos em mulheres, Molck; Barbosa; Domingos (2021) discutiram tal processo de determinação a partir do gênero, especialmente quando associado a condições de baixa renda e escolaridade, trabalho doméstico, a existência de comorbidades, a ausência de suporte familiar e político (condições de trabalho, serviços de apoio para o cuidado dos filhos) e da percepção por parte de alguns médicos de que mulheres são mais “frágeis” e mais “suscetíveis” aos transtornos afetivos (p. 7), reiterando assim o estereótipo da mulher sem Razão.

Em suma, a literatura demonstra que as mulheres são mais medica(liza)das que os homens e encontramos na base das relações de opressão-exploração os seus processos de determinação da saúde e da doença: a divisão sexual do trabalho e a colonização explicam o local de desvalorização das mulheres e, sobretudo, das mulheres negras nessa sociedade. Assim como afirma Vygotski (2004), na sociedade capitalista o pleno desenvolvimento humano é uma impossibilidade histórica, dada a sua gênese nas relações cindidas e de exploração, daí decorrem a fragmentação do ser humano em classes e a deformação da personalidade humana. Compreendemos que a medicalização é uma estratégia de manutenção do sistema posto, ao passo que se apresenta como uma resposta individualizante à problemática que tem sua origem no contexto social: ora como anestésico da realidade, ora como aditivo potencializador da produtividade.

Considerações Finais

O método de análise justificou a escolha das discussões sobre as intersecções de gênero, raça e medicalização tendo, necessariamente, como ponto de partida a contextualização histórica do modo de produção vigente. O modo de produção da vida no capitalismo é fundado na divisão social do trabalho: na divisão de classes entre os detentores dos meios de produção e dos detentores da força-de-trabalho, do trabalho do campo e da cidade, do trabalho manual e intelectual, da divisão sexual e racial. O objetivo desse sistema é a acumulação de riquezas e a produção de valores-de-troca para o atendimento das necessidades do mercado em detrimento da produção de valores-de-uso e das necessidades humanas, a sua organização, portanto, se dá por meio da exploração do trabalho forçado (Marx, 2013; Oliveira, 2001).

Na análise do período da transição do feudalismo para o capitalismo se teoriza sobre a centralidade do movimento de caça às bruxas, do tráfico e escravização de pessoas e o cercamento de terras na formação do proletariado moderno como uma necessidade do sistema econômico. A transformação do corpo da mulher numa máquina de reprodução de força-de-trabalho no processo de “acumulação primária” culminou numa nova divisão sexual do trabalho e a criação de uma nova ordem patriarcal, assim como na dominação-exploração dos sujeitos coloniais são ainda estratégias do capitalismo as quais são exacerbadas, sobretudo em períodos de crise (Federici, 2017). Por determinações históricas, o trabalho doméstico (o cuidado do lar, da família e a maternidade) foi imputado à mulher, inclusive naturalizando estas atividades como inerentes à sua biologia,

na medida em que sua participação social e na vida pública foi se esvaindo (Lessa, 2012).

O processo em curso de precarização do trabalho, do acirramento do neoliberalismo e por consequência, do individualismo, a crise estrutural do capital e a conjuntura sociopolítica do país são elementos fundamentais para compreender as condições de vida da *classe-que-vive-do-trabalho*: na contemporaneidade a maximização da exploração tem produzido um contingente de pessoas em sofrimento psíquico (Antunes, 2018). O uso de psicofármacos, como vimos, pode ser tanto a busca por um anestésico da realidade quanto o desejo de melhoria do desempenho voltado para a produtividade. A literatura confirma que a dominação-exploração das mulheres no capitalismo impacta diretamente nos seus processos de determinação de saúde-doença. Contudo, consideramos necessário que mais estudos se atentem à especificidade da raça nos estudos sobre medicalização.

Para abordar a temática da medicalização, foi necessário retomar aspectos históricos da psiquiatria e seus pressupostos epistemológicos. O modelo biomédico, fundamento da psiquiatria tradicional, relaciona-se diretamente com o processo de medicalização, conluiado com os interesses econômicos da indústria farmacêutica (um dos ramos mais lucrativos do mundo). Nesse bojo, destacamos que a *comoditização* da saúde visa transformar a saúde em valores-de-troca, isto é, a produção de cuidado fica subjugada, assim como as necessidades humanas são subjugadas em relação aos interesses econômicos⁴.

⁴ Uma retratação dessa relação é feita na minissérie *Pain killer* (2023), traduzida como *Império da dor*, dirigida por Pete Berg "(...) conta a história dramática da epidemia de opioides nos Estados Unidos provocada pela indústria farmacêutica Purdue Pharma, fabricante da OxyContin. Analgésico potente, a droga é tão viciante quanto a heroína e causou a morte de mais de 300.000 pessoas só nos Estados

A centralidade e, frequentemente, a redução do “acompanhamento em saúde mental” ao uso de psicofármacos é ainda um desafio posto para a Rede de Atenção Psicossocial, posto que, a despeito das conquistas da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica, este campo é arena viva de disputas de poder. Atualmente vivenciamos um processo denominado por alguns autores como Contrarreforma (Nunes et al., 2019), os impactantes ataques às políticas públicas, das quais destacamos o Sistema Único de Saúde (e a sua política interna da Atenção Psicossocial) reiteramos a defesa por um sistema público de saúde de qualidade: universal, integral, gratuito e equitativo. A atenção à determinação das subjetividades a partir da relação dialética com a objetividade também se faz fundamental no trato das queixas/demandas de saúde associadas ao trabalho: é necessário transcender a limitação e culpabilização da lógica individualizante. Destarte, é imprescindível reafirmar o imperativo de posicionamento ético e político da Psicologia com o compromisso da transformação social e da emancipação humana, contra todas as formas de opressão, exploração e violências.

Referências

- Alvarenga, Rodrigo; Dias, Marcelo Kimati. Epidemia de drogas psiquiátricas: tipologias de uso na sociedade do cansaço. *Psicologia & Sociedade*, vol. 33, e235950, 2021. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33235950>
- Almeida, Melissa Rodrigues de. **A formação social dos transtornos do humor**. 2018. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Botucatu, 2018.

Antunes, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ano 16, 2022. ISSN 1983-7364.

Anuário Estatístico do Mercado Farmacêutico. Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (SCMED), 2019. Recuperado de: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/medicamentos/cmmed/anuario-estatistico-2019>

Arbex, Daniela. **Holocausto brasileiro: genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

Cabanas, Edgar; Lllouz, Eva . **Happycracia: fabricando cidadãos felizes**. Editora UBU, 2022.

Conselho Federal de Psicologia. *Vendas de medicamentos psiquiátricos disparam na pandemia*. Recuperado de: <https://site.cff.org.br/noticia/noticias-do-cff/16/03/2023/vendas-de-medicamentos-psiquiatricos-disparam-na-pandemia>

Crenshaw, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, ano 10, 2002, pp. 171-188. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>

Dieese. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE. **Trabalho doméstico**, 2023. Recuperado de: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.html>

Dieese. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE. **Mulheres: inserção no mercado de trabalho**, 2023. Recuperado de: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/infograficosMulheres2023.html>

Dieese. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE. **A inserção da população negra no mercado de trabalho**, 2023. Recuperado de: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/populacaoNegra.html>

Ehremberg, Alain. **Depressão doença da autonomia?** Revista Ágora. Rio de Janeiro , v. 7, n. 1, jan., 2004. Entrevista. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982004000100009>

Federici, Silvia. **Acumulação do trabalho e a degradação das mulheres - A construção da “diferença” na “transição para o capitalismo”**. Em: Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.Tradução Coletivo Sycorax.

Ferraza, Daniele de Andrade. **A medicalização do social: um estudo sobre a prescrição de psicofármacos na rede pública de saúde**. Assis, 2009, Dissertação (Mestrado).

Gaulejac, Vincent de. **A parte maldita do desempenho**. Em: Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2007.

Gaulejac, Vincent de. **Uma sociedade de indivíduos sob pressão**. Em: Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2007.

Lessa, Sérgio. **Abaixo a família monogâmica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. Linhart, Danièle. **Modernização e precarização da vida no trabalho**. Em: Riqueza e

Antunes, Ricardo (org.). **Miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 45-54.

Lipovetsky, Gilles. **Penia: gozos materiais, insatisfação existencial**. Em: **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo**. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 157-204.

Marx, K. (2013). **O capital: crítica da economia política**: Livro I: o processo de produção do capital (tradução de Rubens Enderle). São Paulo: Boitempo (trabalho original publicado em 1867).

Marx, K. & Engels, F. (2013). **A ideologia alemã** (tradução de Frank Müller). São Paulo: Martin Claret (trabalho original publicado em 1845/46).

Mbembe, Achille. **Necropolítica**. Em: Políticas da Inimizade. Lisboa: Antígona, 2017. Original: 2003.

Mbembe, Achille. **Necropolítica**. Em: Políticas da inimizade. Lisboa: Antígona, 2017.

Molck, B. V., Barbosa, G. C., & Domingos, T. da S.. (2021). Psicotrópicos e Atenção Primária à Saúde: a subordinação da produção de cuidado à medicalização no contexto da Saúde da Família. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 25, e200129. <https://doi.org/10.1590/interface.200129>

Morin, Edgar. **Os princípios do conhecimento pertinente**. Em: Os setes saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

Nunes, M. de O., Lima, J. M. de ., Portugal, C. M., & Torrenté, M. de .. (2019). Reforma e contrarreforma psiquiátrica: análise de uma crise sociopolítica e sanitária a nível nacional e regional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(12), 4489–4498. <https://doi.org/10.1590/1413- 812320182412.25252019>

Oliveira, B. (2001). **A dialética do singular-particular-universal**. Em: V Encontro de Psicologia Social e Comunitária sobre o tema. O método materialista histórico-dialética. Abrapso-Núcleo Bauru, Neppem, Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências/Unesp-Bauru (p. 21). Bauru, Brasil.

Pereira, Élen Lúcio, Cortez, Lumena Cristina de Assunção, Fontes, Flávio Fernandes, & Silva, Mercês de Fátima dos Santos. (2021). Medicalização do viver entre usuárias de psicotrópicos na atenção básica. *Revista Polis e Psique*, 11(2), 51-71. Recuperado em 01 de setembro de 2023, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238- 152X2021000300004&lng=pt&tlng=pt

Ribeiro, Andressa de Freitas. Taylorismo, fordismo e toyotismo. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol. 19, jul./dez. 2015, p. 65-79. Recuperado de: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/download/26678/pdf/7483>

Saffioti, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 2001.

Silva, Ellen Fernanda Gomes da, & Barreto, Carmem. (2019). A tarja preta da medicalização": reflexões para a clínica psicológica. *Revista do NUFEN*, 11(1), 86-101. <https://dx.doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol11.nº01artigo47>

Teodoro, Elizabeth Fátima, Simões, Alexandre, & Gonçalves, Gesianni Amaral. (2021). DSM-5 e as alterações dos transtornos de humor: uma análise crítica à luz da teoria

psicanalítica. *Mental*, 13(23), 52-78. Recuperado em 17 de novembro de 2023, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-4427202100010005&lng=pt&tlng=pt.

Vygotski, Levy. (2004). **A transformação socialista do homem** (tradução de Nilson Dória). Recuperado de: <https://www.marxists.org/portugues/vygotsky/1930/mes/transformacao.html> (trabalho original publicado em 1930).

Whitaker, Robert. **Anatomia de uma epidemia: pílulas mágicas, drogas psiquiátricas e o aumento assombroso da doença mental**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017. Tradução de Vera Ribeiro.

O TRABALHO INVISÍVEL E SEUS ATRAVESSAMENTOS DE GÊNERO: ANÁLISE A PARTIR DA PSICOSSOCIOLOGIA

*Caroline de Cuffa*¹

Introdução

A trajetória histórica da participação feminina no mercado de trabalho assumiu diversas faces. Um marcador importante da participação feminina nas atividades de trabalho foi a pílula anticoncepcional, que trouxe a possibilidade de controle de natalidade e planejamento familiar mais provável (Vieira & Amaral, 2013). O fato disso se tornar um marco importante para a discussão do trabalho feminino nos faz refletir sobre como as atividades voltadas ao trabalho doméstico e ao cuidado não remunerado foram destinadas predominantemente às mulheres. Apesar dos métodos contraceptivos se tornarem uma possibilidade para inserção das mulheres no mercado de trabalho, elas não deixaram de ser as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e cuidado não remunerado. Quando falamos de trabalho, podemos retomar a sua conceituação, definida por estudiosos como uma atividade que proporciona ao indivíduo a transformação de seu meio, que da mesma forma, ao transformar seu contexto de existência, também produz a si mesmo novas formas de subjetivação e relações sociais (Enriquez, 2014; Lhuillier, 2006). A partir dessa breve conceituação, devemos ter como horizonte que as formas de trabalho são multifacetadas. Assim como descreve Lhuillier, ao destrinchar o

¹ Psicóloga e mestranda em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM/Sede). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9058-2301>

conceito de trabalho e como ele se caracteriza como um dos fatores intrínsecos à sociabilidade humana. A concepção que muitas vezes é relacionada ao trabalho, se dá pela associação direta e única entre trabalho e assalariamento. E nessa discussão podemos começar a tratar do que o presente capítulo se propõe. O trabalho doméstico e as atividades de cuidado podem ser um exemplo de como devemos nos atentar a conceituação e diferenças entre “trabalho” e “emprego”.

O termo “emprego” é relacionado a um contexto organizacional, cujo indivíduo tem um vínculo e prescrições a serem cumpridas. Apesar de ser um dos fatores fundamentais para a manutenção da vida e da sociabilidade, as discussões acerca do fenômeno do trabalho não se restringem ao conceito de emprego (Enriquez, 2014; Lhuillier, 2012). O conceito de “trabalho”, apesar de ter sido derivado do termo *tripallium*, hoje admite uma interpretação mais elaborada que abrange seu caráter social e constituinte da identidade humana. O trabalho demanda um investimento do indivíduo em contextos em que existem coletivos e culturas, ao mesmo tempo em que se coloca ao sujeito a possibilidade de investimento de expectativas, desejos, experiências de vida e atua como um organizador espaço-temporal junto às demais dimensões que englobam a existência humana. Ou seja, o trabalho pode atuar como uma atividade de dupla via. Ele pode se tornar um potencial elemento protetivo à saúde, mantenedor de laços sociais e que proporciona reconhecimento e pertencimento do indivíduo em relação ao seu grupo. Mas, também pode se tornar um fator extenuante, quando se torna o único referencial de investimento do indivíduo e quando se torna contrário ao movimento de criação, a imaginação e busca de sentido na atividade (Lhuillier, 2013).

Com base nisso, as discussões acerca do trabalho não pago, englobando o trabalho doméstico e o cuidado com o outro, não devem

assumir essa lógica binária de compreensão, mas sim, deve-se pensar nas condições em que homens e mulheres desempenham essas funções de maneira desigual e sem a garantia de direitos e visibilidade. Para além do cuidado e trabalho doméstico, muitos sujeitos estabelecem jornadas duplas ou triplas de trabalho. Além da participação no mercado de trabalho, na sociedade baseada no desempenho (Gaulejac, 2007), é necessário, para além do emprego, dedicar tempo e energia ao estudo e qualificação profissional. O atravessamento de gênero a ser feito se interliga com o que Hirata e Kergoat (2007) conceituam como *divisão sexual do trabalho*, que se refere à forma com a qual o trabalho é exigido e oportunizado para homens e mulheres de maneiras distintas e com implicações subjetivas diferentes. Na sociedade do desempenho, para se inserir no mercado de trabalho é exigida qualificação e tempo de experiência profissional, o que se torna mais dificultoso para mulheres já que o *estudo* se torna mais uma exigência de dedicação a uma atividade que poderia ser categorizada como trabalho, pelas extensas horas dedicadas a estudo e qualificação, mas que não se torna remunerada diretamente.

As exigências de produtividade criaram um contexto em que se exige mais subjetivamente em termos de desempenho. O processo de formação do indivíduo passou a ser focado em competências necessárias ao mercado de trabalho e à gestão por desempenho (Gaulejac, 2007). A superespecialização reflete um contexto social de desigualdade e de dificuldade de acesso a postos de trabalhos formais. Desvelamos nessa discussão a forma com a qual novas formas de exploração do trabalho se apresentam, sendo elas muitas vezes somadas ao trabalho não pago que se produz de maneira predominante entre mulheres.

Em face do exposto, o presente capítulo propõe discutir sobre os panoramas do que pode ser considerado “trabalho invisível” no Brasil e seus atravessamentos de gênero a partir do conceito de *economia do cuidado*. Para isso, buscou-se: a) compreender a conceituação do termo “economia do cuidado” e suas implicações; e b) traçar reflexões, a partir disso, acerca do panorama do trabalho invisível no Brasil. Para embasar o percurso metodológico deste capítulo, estruturou-se uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, onde foi realizado um levantamento bibliográfico na base de dados SciElo acerca de produções sobre o trabalho invisível. Para guiar as discussões, utilizou-se a Psicossociologia do Trabalho e pesquisas multidisciplinares envolvendo dados sistematizados das áreas da assistência social e geografia para o levantamento de informações relevantes para as análises realizadas. Com base nas obras encontradas, estruturou-se alguns eixos de discussão, sendo eles: i) *participação histórica das mulheres no mercado de trabalho e nas atividades de cuidado*; ii) *conceituação de “cuidado” e como ele se mostra em dados estatísticos no cenário brasileiro entre homens e mulheres*; iii) *análise de dados acerca do trabalho invisível no Brasil*; e iv) *impactos do não reconhecimento do trabalho não pago como atividade de trabalho em si*.

A Psicossociologia propõe o diálogo multidisciplinar, trazendo uma fundamentação teórica que se liga com os aspectos políticos, sociológicos e dentro da própria esfera da Psicologia para a compreensão do sujeito e de sua atividade de trabalho. Por isso, propõe-se uma associação de estudos de várias naturezas para se tratar de um fenômeno histórico, político e cultural. A análise dos atravessamentos do trabalho invisível possibilita reconhecer as especificidades dessas atividades não remuneradas. Analisando-as, é possível visualizar como as práticas dadas de maneira sistêmica reforçam estereótipos de gênero e contribuem para sua invisibilidade. Compreender o cuidado como

sendo um fenômeno que historicamente também foi atribuído como uma responsabilidade feminina, faz com que pensemos que condições o Brasil oferece às pessoas, em especial, mulheres, que dedicam boa parte de seu tempo às atividades relacionadas ao cuidado.

Construção histórica das práticas de cuidado

Mulheres são socializadas para desempenharem o papel de cuidadoras, com base no que se espera dentro da lógica do binarismo de gênero. Isso se expressa na responsabilização total ou parcial por tarefas onde poderiam se estabelecer práticas coletivas de cuidado com filhos, pessoas idosas, pessoas com deficiências e ao trabalho doméstico em si, por exemplo. O conceito de gênero nos faz refletir sobre como o sistema capitalista coloca conceitos e noções generalistas sobre gênero, ou “o que é ser mulher”. Os papéis de gênero fazem com que determinados comportamentos sejam esperados de pessoas, a depender de sua identidade de gênero. Essa lógica perpassa as mais diversas dimensões, seja ela no mercado de trabalho, nos arranjos familiares ou na participação política. Como mostra o relatório publicado pela Organização não-governamental Think Olga, no ano de 2023, a grande maioria das pessoas dedicadas ao trabalho doméstico e as atividades de cuidado a outras pessoas são mulheres, que dedicam em média milhares de horas no ano a tarefas domésticas e atividades domiciliares não remuneradas. Pensar em gênero no trabalho é pensar não só em trabalho remunerado e formalizado, mas sim nesse grande montante de tempo e investimento na dedicação a atividades não remuneradas indispensáveis à manutenção da vida (Think Olga, 2023).

A divisão sexual do trabalho traz a forma como o trabalho se dá para homens e mulheres, mostrando que as desigualdades se colocam a

nível sistemático, fazendo com que nossa estrutura social crie mecanismos de hierarquização de gênero no contexto laboral. As discussões sobre divisão sexual do trabalho têm origem na França, quando se começou a discutir acerca do trabalho doméstico enquanto categoria de trabalho (Hirata & Kergoat, 2007). Em uma projeção realizada onde se contabilizou a quantidade de dinheiro gerada pelo trabalho de cuidado exercido por mulheres ao redor do mundo, chegou-se a um total de US\$ 10,8 trilhões por ano, o que é equivalente a mais de R\$ 52 trilhões. No contexto brasileiro, o trabalho não pago é realizado em sua maioria por mulheres, correspondendo a um percentual de 85%. O conceito de “economia do cuidado” vem a partir da reflexão acerca dos papéis de gêneros no trabalho formal e fora dele, representados em relatórios como esses (Think Olga, 2023).

O laboratório Think Olga traz uma definição de *economia* que torna possível discutir sobre a economia do cuidado: “A economia é um conjunto de regras invisíveis que organiza a forma como vivemos” (p. 1). O cuidado como fenômeno essencialmente humano, se faz fundamental para a manutenção da existência da humanidade e para a organização da vida. Desde nossos primeiros dias de vida, somos envolvidos pela necessidade de cuidado para a sobrevivência. O cuidado pode ser definido como um conjunto de comportamentos e formas de relações sociais que objetivam a manutenção da vida e bem-estar de um grupo de indivíduos. No entanto, o cuidado como fenômeno constituinte de nossa sociabilidade, também é permeado por questões econômicas, políticas e sociais.

Muitas formas de atividade humana com valor econômico e social não estão ainda reconhecidas como *trabalho*. Neste sentido, devem destacar-se as atividades não remuneradas relacionadas com a prestação de cuidados e o trabalho doméstico, das quais se ocupam

predominantemente as mulheres. Incluem-se nesta categoria os cuidados diretos a familiares ou terceiros, assim como outras atividades vinculadas ao trabalho no domicílio que asseguram a manutenção e o desenvolvimento das populações e das sociedades. Estas atividades não são tradicionalmente consideradas como trabalho produtivo e continuam a ser, em grande medida, trabalhos não remunerados e invisíveis (Organização Internacional do Trabalho, 2017, p.1).

Apesar da conceituação de economia do cuidado ser diversa, o que é trazido de comum é o tempo dedicado na esfera privada a atividades não remuneradas, predominante realizado por mulheres. Analisando um panorama mais geral, até mesmo os cursos de graduação das áreas de saúde têm predominância de discentes do gênero feminino, refletindo que as atividades de cuidado e atenção são atividades naturalizadas como femininas e que devem ser de responsabilidades de mulheres, sejam em âmbito doméstico ou fora dele.

A frase da filósofa Silvia Federeci “*O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago*” (Portal Geledés, 2019) retrata bem o que estamos querendo dizer. Para exemplificar a discussão, podemos trazer o contexto pandêmico como cenário explicativo. Como cita Matos e Albuquerque (2023), durante o período de isolamento social, estratégia estabelecida para o controle e monitoramento da transmissão do vírus SARS CoV-2, mais de 40% das mulheres passaram a ser cuidadoras em suas casas durante esse período. Os autores ainda ressaltam que a maioria desse percentual de mulheres são negras e de baixa renda. E ainda complementa:

O cenário descrito acima expõe a complexificação da “questão social”, mas também da divisão sexual e racial do trabalho. Essa divisão reservou às mulheres a esfera reprodutiva e aos homens a produtiva, produzindo relações desiguais e hierárquicas entre os sexos, fundadas na exploração e

na opressão dos homens sobre as mulheres. Por isso, às mulheres são destinados os trabalhos domésticos, muitos deles não remunerados, enquanto aos homens, em maioria, os espaços de trabalho tidos como produtivos e de poder (Matos & Albuquerque, 2019, p.44).

De acordo com as estimativas da Organização Internacional do Trabalho (Nações Unidas Brasil, 2021), antes do período pandêmico iniciado no ano de 2020, cerca de 260 milhões trabalhadores e trabalhadoras desempenhavam suas atividades de trabalho formal em domicílio. Mais da metade desse número total de pessoas (cerca de 56%) eram mulheres. Na pandemia, as mulheres ocuparam cerca de 80% dos postos de trabalho na área da saúde na linha de frente de enfrentamento da COVID-19, como traz o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU Mulheres, 2020). Como agravante, no período de isolamento social, onde instituições responsáveis pelo cuidado a crianças, como as creches, se fecharam, as mulheres, em sua maioria, assumiram o papel de cuidadores em tempo integral, muitas vezes tomando jornadas triplas de trabalho. Como cita Matos e Albuquerque (2023):

A “questão social” e suas expressões, como a desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho, impõe às mulheres a condição de subalternidade, comparando-se aos homens, ocupam os espaços mais precários e com menores salários. Inúmeras mulheres vivem em situação de subemprego ou desemprego, submetidas ao trabalho doméstico não remunerado, condição socialmente construída como espaço “natural” e de responsabilidade feminina (p.45).

Para exemplificar um outro contexto de análise, dessa vez abrangendo o ambiente acadêmico, um estudo publicado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro no ano de 2020, durante o período de pandemia, analisou a redução do número de submissões de autoria individual e de coautoria de mulheres. No estudo, até o segundo semestre de 2020, notou-se uma queda significativa do número de

artigos enviados com a assinatura de mulheres (Cândido & Campos, 2020). Nas Universidades, os índices de desempenho acadêmica tornam-se muitas vezes a porta de entrada para outras oportunidades de trabalho ou para manutenção de projetos e grupos de pesquisas. O dado que traz que as submissões com a autoria de mulheres diminuíram, nos faz pensar que o número de publicações também sofreu alterações durante esse período do tempo. Como as estatísticas mostram, para além da rotina de trabalho formal, mulheres pesquisadoras também parecem ser atingidas pela desigualdade na dedicação de carga horária com o trabalho doméstico em relação a homens que também se dedicam a atividades de pesquisa.

No cotidiano, muitas(os) de nós nos dedicamos a trabalhos não remunerados. Muitas dessas atividades não são consideradas como *trabalho* por esse fator. Desde tarefas domésticas simples, até o cuidado dedicado a outras pessoas, como filhos e familiares idosos. Todas essas atividades têm importância para a manutenção da existência da humanidade, mas nelas existem questões de gênero, raça e classe que a perpassam. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual de 2019 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020), mostra que as mulheres são as principais responsáveis pelos cuidados domésticos, abrangendo atividades relacionadas a cuidados e tarefas domésticas. Além das atividades de cuidado, as mulheres utilizam, em média, 61 horas semanais de trabalho não remunerado, o que corresponderia a 11% do Produto Interno Bruto (PIB) gerado em território brasileiro em termos de valor econômico, se tornando um dos maiores setores da economia do país.

No período de isolamento, notou-se um contingente de pessoas em sofrimento psíquico, por medo de serem infectadas, mas aqui se abre uma nova discussão acerca da condição psicológica dessas mulheres.

Não só no período de pandemia, a sobrecarga feminina pelas cargas extenuantes de trabalho se tornou uma preocupação. A depender das características familiares, a carga horária necessária de dedicação a atividades de cuidado a outras pessoas aumentava. Quanto mais novos os membros familiares, maior se torna a necessidade de cuidado e atenção por parte das cuidadoras (Pinheiro; Medeiros; Costa & Barbosa, 2023). As creches e escolas atuavam como um meio de auxílio para redução da carga horária dedicado ao cuidado doméstico, que foram afetadas no período pandêmico, já que as crianças passavam a maior parte do tempo em suas casas. De acordo com Pinheiro et al (2023), alguns fatores são pertinentes para se pensar nas desigualdades de gênero quando se fala sobre o tempo dedicado ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado.

O primeiro deles diz respeito à estrutura familiar e características do ciclo da vida social individual e dos laços coletivos. Como já citado, a chegada de um novo membro à família, ou a necessidade de amparo a um membro mais velho, são determinantes quando se fala no número de horas dedicadas ao trabalho não pago. Além disso, fatores como casamento, cursos de graduação e especialização em andamento são acontecimentos que afetam diretamente o planejamento de vida e familiar de um indivíduo (Pinheiro et al, 2023). A depender do atravessamento de gênero, classe e raça, o efeito desses fatores se torna ainda mais visível, o que mostra que os papéis de gênero afetam o percurso existencial dos indivíduos.

Uma evidência disso, quando se fala de configuração familiar e o papel do cuidado exercido por homens e mulheres é a estrutura da legislação brasileira. A Consolidação das Leis do Trabalho, estabelece períodos de licença maternidade e paternidade não igualitários, sendo a licença maternidade estabelecida nos seguintes parâmetros:

Art. 392 - A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário (Brasil, Artigo 392, 1943).

§ 1º A empregada deve, mediante atestado médico, notificar o seu empregador da data do início do afastamento do emprego, que poderá ocorrer entre o 28º (vigésimo oitavo) dia antes do parto e ocorrência deste.

§ 2º Os períodos de repouso, antes e depois do parto, poderão ser aumentados de 2 (duas) semanas cada um, mediante atestado médico.

§ 3º Em caso de parto antecipado, a mulher terá direito aos 120 (cento e vinte) dias previstos neste artigo (Brasil, Art. 392, 1943).

Enquanto para homens, a licença paternidade estabelecida é mais reduzida e se soma a uma breve possibilidade de acompanhamento a consultas médicas:

Art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

III - por 5 (cinco) dias consecutivos, em caso de nascimento de filho, de adoção ou de guarda compartilhada

X - pelo tempo necessário para acompanhar sua esposa ou companheira em até 6 (seis) consultas médicas, ou em exames complementares, durante o período de gravidez; (Brasil, Artigo 473, 1943).

XI - por 1 (um) dia por ano para acompanhar filho de até 6 (seis) anos em consulta médica (Brasil, Artigo 473, 1943).

No Brasil, organizações adeptas ao Programa Empresa Cidadã (estabelecido pela lei nº 11.770, de 2008) podem conceder uma extensão do período de licença maternidade e paternidade, sendo possível prolongar a licença maternidade por mais 60 dias além do estabelecido, enquanto a licença paternidade pode ser estabelecida por mais 15 dias além do período já previsto na Consolidação das Leis do Trabalho. Por se tratar de um fenômeno sistêmico, a desigualdade de gênero também se manifesta no âmbito jurídico. Ainda é escassa a legislação que prevê garantia de proteção social e visibilidade a trabalhadores e trabalhadoras do âmbito doméstico, principalmente em atividades não remuneradas. O que vem sendo feito nesse âmbito trata-se da construção de estatísticas sobre o trabalho invisível para que seja possível trabalhar com um compilado de informações desse cenário.

Invisibilidades e condições de subemprego

A invisibilidade gerada pelas pessoas que dedicam horas de trabalho a essas atividades dificulta o mapeamento de práticas de cuidado e garantia de direitos. Os dados do IBGE referentes ao índice de desemprego no Brasil até o segundo trimestre do ano de 2023 trazem uma taxa de 8,0% da população nessas condições, equivalente a 8,6 milhões de pessoas. Uma parcela dessa população se encontra dentro da categoria de *desalentados*. Até o segundo trimestre de 2023, cerca de 3,7 milhões não conseguiram (re)ingressar no mercado de trabalho. Entre essa população, se destacam pessoas com baixa escolaridade e mulheres (IBGE, 2023). O desalento se caracteriza por ser um fenômeno que reflete a situação de pessoas que não conseguiram reinserção no mercado de trabalho. Aqui, podemos levantar os seguintes questionamentos: *uma organização do trabalho que exige dedicação exclusiva e com jornadas*

extensivas de trabalho proporciona que uma mulher, mãe e principal responsável pelos cuidados e afazeres domésticos desempenhe as suas funções com condições mínimas de qualidade de vida e saúde no trabalho? Dadas as estatísticas levantadas acerca da quantidade de tempo despedido ao trabalho não pago, essa possibilidade torna-se difícil.

As invisibilidades das necessidades de mulheres se encontram também nesse âmbito, além de que nas atividades domésticas, não é possível contar com o amparo o suficiente de políticas públicas voltadas a essa população. A nível internacional, algumas alternativas surgiram, sendo duas delas propostas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). No ano de 1996, foi proposta a Convenção 177 referente ao *Trabalho no Domicílio*, que propõe diretrizes e garantia de direitos a trabalhadores e trabalhadoras em ambiente doméstico, abrangendo reivindicações como remuneração, direito à licença maternidade, jornada de trabalho e garantia de direito à saúde. Apesar de trazer alternativas a esse grupo específico de pessoas que não conta com proteção social e sindicalização de maneira ampla, apenas dez países participaram ativamente da ratificação dessa convenção. O Brasil não se inclui nessa lista, sendo um dos países que não assumiram compromisso formal frente a OIT para a construção de políticas voltadas a essa população. A outra proposta realizada pela OIT no ano de 2011, propunha a Convenção número 189, que tratava sobre os *Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Doméstico*, ratificada no ano de 2018 pelo Brasil, trazia como proposta mais segurança e garantia de direitos no trabalho para essa população, em sua maioria, de mulheres. O não reconhecimento do trabalho não pago como atividade de trabalho propriamente dita, a partir do panorama do contexto nacional e internacional, traz o risco de se deixar despercebido formas de adoecimento causadas pela sobrecarga e pela invisibilidade.

Considerações finais

Para se pensar como o trabalho doméstico e o cuidado não remunerado se estabelecem no Brasil, é fundamental considerar que esses fenômenos são perpassados por fatores como a divisão sexual do trabalho e uma sociedade demarcada pelo patriarcado e desigualdade de gênero. As discussões apresentadas aqui tornam possíveis algumas reflexões sobre as faces de como essa desigualdade se mostra, e formam um terreno fértil para que formas de adoecimento sejam produzidas principalmente em mulheres. No entanto, assim como outras formas de trabalho, o trabalho não pago é fundamental tem um papel importante tanto para a identidade de quem o pratica, quanto para a manutenção das relações sociais que o cerca. Quando trazemos as discussões sobre as repercussões desse trabalho, considerado invisível, podemos pensar em um contexto em que as relações de cuidado também podem assumir uma função protetiva. As discussões sobre trabalho invisível não excluem a possibilidade de que mulheres vejam sentido no cuidado aos filhos, às famílias e aos cuidados domésticos de seu próprio lar. O objetivo da discussão não foi atribuir uma função negativa às práticas de cuidado, mas sim construir uma reflexão sobre como é uma atividade distribuída de maneira desigual.

A partir disso, podemos pensar de que forma seria possível construir políticas tomando como ponto de parte que o cuidado é característica inerente à existência humana, e não uma atividade designada exclusivamente a mulheres no seu processo de socialização. Quando se analisa uma perspectiva de futuro, podemos questionar se temos hoje uma sociedade preparada para lidar com o envelhecimento populacional e com a necessidade de cuidado e atenção que a população brasileira deverá receber nos próximos anos. Podemos pensar também

em como estará a parcela populacional, em sua maioria de mulheres, que sempre esteve na linha de frente da atenção e do cuidado às demais pessoas. Afinal, existirá no contexto brasileiro, além do levantamento de estatísticas, iniciativas sistematizadas de cuidado a população que já desempenha funções dessa mesma natureza?

Referências

- Brasil. *Lei nº 5452 de 1 de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm#art392
- Brasil. *Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008*. Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal. Recuperado de: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11770-9-setembro-2008-580284-publicacaooriginal-103231-pl.html>
- Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida: Ideias & Letras.
- Hirata, H. & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>
- Hirata, H. (2015). Globalização, trabalho e gênero. *Revista De Políticas Públicas*, 9(1), 111-128. Recuperado de: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3770>
- Lhuillier, D. (2014). Introdução a Psicossociologia do Trabalho. *Cad. Psicol. Soc. Trab.*, São Paulo, 17(spe), 5-19.
- Lhuillier, D. (2013). Trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 483-492. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000300002>
- Enriquez, E. (2014). E. O trabalho, essência do homem? O que é o trabalho? *Caderno de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, 17(1), 163-176. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v17ispe1p163-176>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Outras formas de trabalho* - 2019. (2020) Rio de Janeiro: PNAD Contínua. Recuperado de: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2023). *Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas*. Agência de notícias – IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>

Matos, R.A & Albuquerque, C.S. (2023) “Questão social”, divisão sexual do trabalho e saúde mental na pandemia. *Revista Katálisis*, Florianópolis, 26(1), 43-53, jan./abr. 2023. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e88287>

Muller, E.F & Moser, L. (2022). *Economia do cuidado: um debate conceitual*. IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – SENASS. Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, 2022. Recuperado de: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/242785/44%201095.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Organização Internacional do Trabalho – OIT. (2017). *Relatório Inicial para a Comissão Mundial sobre O Futuro do Trabalho*. Recuperado de: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_682688.pdf

ONU Mulheres Brasil. (2021). COVID-19: Mulheres à frente e no centro. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/covid-19-mulheres-a-frente-e-no-centro/>. Acesso em: 20/11/2023.

Pinheiro, L.; Medeiros, M.; Costa, J & A.H, Barbosa. (2023). *Gênero é o que importa: determinantes do trabalho doméstico não remunerado no brasil*. Brasília, Distrito Federal: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Ministério do Planejamento e Orçamento. Recuperado de: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12380/1/TD_2920_web.pdf. Acesso em: 19/11/2023.

Portal Geledés (2019). *O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago, diz Silvia Federici*. <https://www.geledes.org.br/o-que-eles-chamam-de-amor-nos-chamamos-de-trabalho-nao-pago-diz-silvia->

federici/#:~:text=O%20que%20eles%20chamam%20de,n%C3%A3o%20pago%2C%20diz%20Silvia%20Federici. Acesso em: 14/11/2023.

Think Olga. *Economia do Cuidado*. Laboratório Think Olga de exercícios de futuro. Recuperado de: <https://lab.thinkolga.com/economia-do-cuidado/>. Acesso em: 14/11/2023.

Vieira, A & Amaral, G.A (2013). A arte de ser Beija-Flor na tripla jornada de trabalho da mulher. *Saúde Soc. São Paulo*, 22(2), 403-414. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902013000200012>

Nações Unidas Brasil (2021). *OIT defende melhor proteção para trabalhadores em domicílio*. Notícias. Recuperado de: <https://brasil.un.org/pt-br/107690-oit-defende-melhor-prote%C3%A7%C3%A3o-para-trabalhadores-em-domic%C3%ADlio>. Acesso em: 19/11/2023

Candido, M. R & Campos, L. A (2020) *Pandemia reduz submissões de artigos acadêmicos assinados por mulheres*. Blog DADOS. Recuperado de: <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-reduz-submissoes-de-mulheres/>. Acesso em: 19/11/2023

DETERMINAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DA ESCRAVIZAÇÃO NA SUBJETIVIDADE DO TRABALHO NEGRO NA REGIÃO DA PEQUENA ÁFRICA CARIOCA

*Tatiana Lima Brandão*¹

*Bruno Chapadeiro Ribeiro*²

Subjetividade e escravização

Escravo ou escravizado? Em se tratando de aspectos relacionados a processos de subjetivação, fazem-se necessárias delimitações conceituais para além do aspecto semântico envolvido. De pronto, a utilização do termo “escravo” nos induz ao pensamento reducionista da pessoa humana negra, trazida do continente africano de múltiplas origens, à mera forma- mercadoria pertencente a um consumidor (escravo de “outrem”), portanto, desprovido de consciência ou domínio de si (Harkot-de-La-Taille e Santos, 2012).

Ao analisar a subjetividade por uma perspectiva marxista, Antunes (2011) destaca o trabalho enquanto fonte de construção da subjetividade, porém, sob a égide do capital, subjugo da alienação e do estranhamento. Em se tratando do qualitativo de trabalho ‘escravo’, tido como forma- mercadoria pura, ou seja, desprovido da suposta liberdade da “opção” pela venda de sua força de trabalho no mercado e igualmente apartado da esfera do consumo, tal subjetividade inautêntica é fragmentada do

¹ Historiadora e Administradora pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Gestora em Turismo pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) e mestranda em Administração pela Universidade Federal Fluminense (UFF) <https://orcid.org/0000-0002-5311-4461>

² Psicólogo, Pós-Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Professor Adjunto Doutor na Universidade Federal Fluminense (UFF) <https://orcid.org/0000-0003-0167-0164>

ponto de vista da identidade e da consciência de si enquanto ser humano genérico.

Em outras palavras, o uso do trabalho escravo enquanto principal economia pré- capitalista, colocava tal categoria, tão importante à formação humano-social do ponto de vista ontológico, como parêntese às demais mercadorias usualmente trocadas na etapa das grandes navegações. Houve, inclusive, conivência por parte da Igreja Católica em tornar os trabalhadores negros desprovidos de alma como forma de facilitar o comércio e justificá-lo de maneira ideológica e teológica por meio de interpretações distorcidas de textos bíblicos a fim de atender aos interesses econômicos e sociais da época. Além disso, a própria Igreja Católica utilizava-se dessa mão de obra em benefício próprio e contribuiu para que os escravizados aceitassem as injustiças praticadas como maneira de redenção e subjugação.

A condição de escravo só pode ser compreendida a partir da existência do pecado. O escravo é um ser marcado por sua condição de pecador, devendo expiar o pecado a partir da sua condição de escravo. Há, portanto, uma espécie de pecado original a assinalar especificamente o escravo, que, por diversas vezes, é designado como filho de Caim (Souza, 2020, p.6).

A utilização do termo “escravizado” busca retomar toda a história de violência sofrida na diáspora africana por mais de 300 anos, do século XVI ao XIX, na tentativa de “resgatar o contexto e a relação histórico-social referente ao período escravocrata, evocando ressonâncias semânticas do pressuposto de responsabilização e de opressão pelo processo de escravidão (Harkot-de-La-Taille e Santos, 2012, p. 8), base de sustentação econômica do capitalismo brasileiro. ‘Escravidão por’ denuncia a espoliação da identidade e a desumanização nas múltiplas facetas da exploração do trabalho, em um período de expansão da escravização no século XIX interligada à demanda do sistema capitalista

industrial de produção (Souza, 2014), mas também mostra que a subjetividade desse africano escravizado é presente e deve ser estudada como um potencial de resistência e de enfrentamento da lógica colonial. Dessa forma, diferente dos textos eurocentrados sobre tal período, o que se empreende nas próximas linhas é pensar o protagonismo daqueles que tiveram seu trabalho escravizado tão somente por sua cor da pele, a partir de seu ponto de vista, enquanto sujeitos cognoscentes que também resistiram à alienação e espoliação de sua força de trabalho forçada.

O processo histórico de acumulação primitiva de capital é crucial para compreendermos o desenvolvimento do capitalismo, ao criar uma massa de trabalhadores livres e desvinculados dos seus meios de produção e de subsistência. Marx (2013, p. 961) afirma que “a relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho”, tendo como consequência a subjugação do trabalhador e a expropriação de sua terra.

Gonçalves e Costa (2020, p. 29) salientam que essa acumulação primitiva leva à concentração do capital, acelerada pela brutalidade do colonialismo e pela escravização africana, norteadas pelo direito internacional que “garantia a partilha do mundo não europeu entre os poderes coloniais europeus e dava sustentação a classificações raciais”. Para Marx (2013, p. 1009), a “escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans phrase* do Novo Mundo”, ou seja, o trabalhador assalariado europeu, apesar de “livre” no sentido formal e sob condições de trabalho desumanas, não bastava para a geração do lucro capitalista, fazia-se necessária uma base de sustentação de fornecimento de capital, mercadorias e recursos ao mundo europeu: a escravização nas Américas.

A conexão entre a exploração do trabalhador europeu assalariado e a estruturação do sistema capitalista com a utilização do trabalho escravizado africano evidencia a interdependência entre diferentes formas de exploração e contribui para uma desconexão do trabalhador no que diz respeito à sua própria atividade laboral, um fenômeno que transcende fronteiras geográficas e históricas, ecoando na desumanização subjacente ao sistema capitalista delineado por Marx.

Sob a ótica de que o produto de seu próprio trabalho não pertence mais ao trabalhador, Antunes (2011) acentua o processo de estranhamento e de desefetivação na falta de reconhecimento do trabalhador no processo produtivo. Como consequência, esse ser social não mais se enxerga como realizador daquele trabalho nem quanto a ele mesmo. Dentro da lógica da escravização, no que tange à subjetividade, é algo ainda mais latente, na tentativa de restrição da autonomia, da individualidade, da identidade, da dignidade da pessoa negra escravizada, na intensificação da mercadoria, agora humana, como um objeto: “o escravo era uma mercadoria que podia passar das mãos de um proprietário a outro, e sua força de trabalho era inscrita na condição de mero patrimônio” (Pena e Gomes, 2011, p.92).

É nesse processo de colonização em que a história do Brasil está subscrita e intrinsecamente relacionada à escravização. Mais especificamente, a cidade do Rio de Janeiro, por ser uma cidade costeira, além de capital do Império e posterior República, fazia parte de grandes rotas comerciais transatlânticas, dentre elas, a de comercialização de escravizados africanos: “o comércio de escravos era o setor mais dinâmico da economia do Rio de Janeiro e, possivelmente, de toda a economia da colônia e, depois, do Império brasileiro no período de 1790 a 1830” (Gonçalves e Costa, 2020, p.50). Florentino (2014) analisa os processos de acumulação e enriquecimento com o desenvolvimento do

capitalismo mercantil e a acumulação primitiva a partir do tráfico humano. Vale ressaltar que esse comércio foi crucial para a consolidação do capitalismo brasileiro primevo no período colonial e imperial, desempenhando um papel fundamental na formação econômica e social do país.

Como função de interligar a colônia à metrópole portuguesa, o porto “funcionava como elo entre o espaço colonial da acumulação primitiva e o epicentro do advento do capitalismo na Europa” (Gonçalves e Costa, 2020, p.38) escoando dois tipos de mercadorias: bens e escravizados de África. Sob tal panorama, emerge a região da Pequena África, no Rio de Janeiro.

Trata-se de um local carregado de importância histórica, cultural e social, funcionando como um epicentro do comércio e posteriormente, tráfico negreiro nas Américas, mas também palco de contribuições e lutas da comunidade negra ao longo dos séculos. Entretanto, a referida história de resistências muitas vezes foi obscurecida por um apagamento histórico deliberado por parte da classe dominante e do Estado burguês brasileiro. No Complexo do Valongo, um emblemático sítio arqueológico que representa a trajetória da diáspora africana e do tráfico de escravizados negros, a história da Pequena África sempre foi marginalizada nas narrativas oficiais com reverberações profundas na subjetividade negra trabalhadora da região.

Complexo do Valongo e a Pequena África

Moura (1995) expõe que o multiartista Heitor dos Prazeres (1898-1966), no início do século XX, trouxe à tona a expressão ‘Pequena África’ para designar a região portuária do Rio de Janeiro até a Cidade Nova, caracterizada por um local de herança da diáspora africana e suas

resistências posteriores que se deram por meio do trabalho, da cultura, da religiosidade e da musicalidade ao longo dos anos, local este em que

[...] surgiriam alternativas concretas de vizinhança, de vida religiosa, de arte, trabalho, solidariedade e consciência, onde predominaria a cultura do negro vindo da experiência da escravidão, no seu encontro com o migrante nordestino de raízes indígenas e ibéricas e com o proletário ou o pária europeu, com quem o negro partilha os azares de uma vida de sambista e trabalhador (Moura, 1995, p.153).

A Pequena África carioca ganhou atenção mundial a partir das obras de revitalização da região portuária (engloba os bairros Santo Cristo, Gamboa, Saúde e trechos de bairros adjacentes como Cidade Nova, São Cristóvão, Caju e Centro) com projeto Porto Maravilha, criado em 2011 com o objetivo de revitalizar e promover o desenvolvimento da região até o ano de 2026. Foi durante essas obras, quando a cidade do Rio de Janeiro preparava-se para os megaeventos da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e das Olimpíadas de 2016, que (re)descobriu-se o Cais do Valongo, nosso ponto de referência e reflexão.

Com a (re)descoberta do Cais do Valongo, em 2011, no território pertencente à região da Pequena África, a memória da escravização trouxe à tona um local símbolo da diáspora africana dos séculos XVIII e XIX, recebendo o título de Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em julho de 2017.

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (2016, p. 187), o Cais do Valongo é um sítio de memória sensível, assim como o campo de concentração de Auschwitz, Polônia, símbolo do holocausto judeu da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), uma vez que representa a “porta de entrada do maior volume de

africanos escravizados nas Américas”, ao receber quase um milhão de negros em um curto período, de 1774 a 1831.

Pena e Gomes (2011) abordam como a força de trabalho escravizada foi importante para a construção do Brasil, econômica, cultural e politicamente. Da mesma forma, Florentino (2015) analisa esse comércio de seres humanos durante os séculos XVIII e XIX e destaca seu papel central na economia e nas relações sociais que, na primeira metade do século XIX, é marcada pela maior concentração de escravizados em virtude da acelerada expansão cafeeira, assistindo-se “à maior africanização da população escrava da história do Brasil” (Vainfas, 2002, p.238).

Honorato (2008) mostra que o Rio de Janeiro, ainda no século XVIII, devido à sua importância para o Império Ultramarino Português, era um local estratégico de distribuição de escravizados para todo o Brasil. Gonçalves e Costa (2020) elucidam que essa lucratividade do comércio de negros escravizados estava atrelada à violência como fator essencial desse lucro e estratégia de aprisionamento e contenção, no qual “não havia relações de compra e venda da força de trabalho, pois o escravo não era proprietário do seu corpo e nem mesmo da sua liberdade para viver” (Pena e Gomes, 2011, p. 92).

Para Fanon (2022), a violência era uma estratégia estatal praticada no colonialismo para manter o controle sobre os negros escravizados. Faz-se mister contextualizarmos e compreendermos a formação histórica da Pequena África não somente para a história do Rio de Janeiro e do Brasil como um todo, mas também como forma de promover reflexões acerca de toda uma cultura secular envolvida para além da memória da escravização, com impactos na subjetividade e na identidade negra, e de como se dão após profundos silenciamentos. Falar da história do povo negro em *terra brasilis*, é falar da formação

social brasileira como um todo. No século XVIII, o desembarque de escravizados era realizado na região central e administrativa da cidade, na atual região da Praça XV, onde estava situada a sede dos representantes da Coroa Portuguesa.

A visão cotidiana daquelas pessoas escravizadas e tudo que envolvia sua compra e venda, ademais dos receios de contaminação por doenças que poderiam trazer de suas viagens, e o triste espetáculo de sua condição depauperada motivou a reclamação sistemática por parte da elite da cidade que por ali circulava. Tal situação levou os vereadores da Câmara a proporem, em 1759, a transferência do local desse comércio de gente (IPHAN, 2016, p.85).

Entretanto, a mudança de todo o aparato comercial dessa mão de obra humana e escravizada só ocorreu em 1774, com a transferência para a região do Valongo (vale longo), pelo Vice-Rei Marquês do Lavradio³ (1729-1790), com a justificativa de saúde pública: as doenças seriam então trazidas pelos escravizados e disseminadas através de sua exposição pelas ruas da cidade.

O desfile de negros seminus, esquilidos e pestilentos no centro político, econômico, administrativo e religioso da cidade, que tinha como epicentro o Paço dos Vice-Reis, por certo trazia constrangimento e medo às elites, receosas de serem contaminadas com suas doenças. Por conta disso, era preciso remanejá-los para bem longe, para um local de menor exposição e visibilidade, onde não constituíssem uma ameaça nem provocassem tanto desconforto (Lima, Sene e Souza, 2016, p. 302).

³ Luís de Almeida Soares Portugal Alarcão Eça e Melo, conhecido como Marquês de Lavradio, foi nomeado como Vice-Rei do Brasil e atuou entre 1769 e 1779, marcando a história do Rio de Janeiro com a transferência do mercado de escravizados além de outras ações, tais como: “medidas visando à salubridade do Rio de Janeiro, mandando entulhar pântanos e lagoas, e pavimentando ruas; (...) desenvolvimento das plantações de café e arroz;(...) instituição na capital do Brasil regimentos de milícias e fundação da sociedade de ciências naturais” (Arquivo Nacional, 2021, s.n).

Entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, a região foi marcada pelo comércio de africanos escravizados, transformando o local em uma história de dor e de sofrimento que não podem ser esquecidos. Nessa área foi instalado o Complexo Escravagista do Valongo, considerado o epicentro da estrutura mercantil do negro escravizado e tratado como mercadoria, constituída pelo Cais do Valongo, pelo mercado de escravizados, pelo Lazareto – local de recuperação para os que chegavam enfermos – e pelo Cemitério dos Pretos Novos, local em que eram jogados “à flor da terra”, de acordo com Pereira (2007), aquela ‘mercadoria nova’ que não resistia à vinda para o Brasil.

De acordo com Honorato (2008), Pretos Novos é a maneira como a sociedade escravocrata desse período chamava os pretos que ainda não tinham sido vendidos, ou seja, a mercadoria nova recém-chegada do continente africano. Os que ficavam doentes e morriam eram encaminhados ao Cemitério dos Pretos Novos onde seriam jogados à ‘flor da terra’ sem nenhum ritual religioso ou, no mínimo, um respeito às crenças, chegando-se à estimativa de 20 a 30 mil corpos de homens, mulheres e crianças.

O desembarque dos escravizados era feito ao longo da enseada do Valongo, local em que o cais de pedra demorou seis anos para se concretizar (1817). O Cais do Valongo funcionou até 1831, tornando-se o símbolo mais relevante, a nível global, de uma região de desembarque de quase um milhão de africanos escravizados.

O Marquês de Lavradio, ao determinar a transferência de todo esse comércio para a região da Pequena África, não somente ordenou edificar esse novo cais como também o Lazareto da Gamboa mais próximo de toda essa estrutura, em 1810 – espécie de hospital para os novos escravizados ficassem em quarentena até estarem aptos para

serem posteriormente vendidos (Soares, 2013; Andrade e Silva, 2019) - sob forte controle social e repressão, em um “estado permanente de disciplina e punição” (Gonçalves e Costa, 2020, p. 68).

Os mecanismos de coerção, controle e poder sobre os escravizados eram utilizados para garantir a submissão dessa mão de obra e deslegitimar suas identidades, variando desde punições físicas e métodos de tortura ao confinamento em áreas específicas a fim de amedrontá-los, inferiorizá-los e coagi-los de maneira com que não desafiassem o sistema escravagista da época. Entretanto, as redes de sobrevivência e resistência se fizeram presentes através de ações de luta pela liberdade e manutenção da identidade, como sujeitos ativos de sua própria história. “Viver sobre si” nas cidades ou construir laços familiares e redes extensas de compadrio nas fazendas ampliaram as redes de proteção e solidariedade e fortaleciam a comunidade escrava, negando cotidianamente a desumanização imposta pela dominação (Abreu, 2019, p. 11).

Em 7 de novembro de 1831, foi promulgada a Lei Regente Feijó, lei que declarava livre todos os escravizados vindos de fora do Império brasileiro e aplicava sanções aos traficantes, com o intuito de mostrar à Inglaterra que o país coibia a escravização. A consequência direta foi a desativação oficial do Complexo Mercantil do Valongo. Entretanto, Pereira (2007) assevera que tal comércio passou apenas a ter outra cara, uma vez que a lei ficou conhecida como “para inglês ver”: apesar da proibição da Inglaterra, o comércio de escravizados continuou, agora sob a forma de tráfico ilegal de humanos vindos do continente africano.

A partir do conceito de racismo científico e da formação da sociedade industrial, Almeida (2019) aponta como justificativa de manutenção da escravização a necessidade de ocultá-la, produzindo assim a desigualdade e a hierarquização social.

As características biológicas ou condições climáticas e/ou ambientais seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças. Desse modo, a pele não branca e o clima tropical favoreciam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência (Almeida, 2019, p.23).

Calcado nesse “pensamento científico dominante [que] preconizava a hierarquia das raças humanas e colocava africanos e seus descendentes em posição de subalternidade” (IPHAN, p. 105), sem direito a voz ou reconhecimento de sua humanidade, e na tentativa de esconder a imagem do local de comércio de escravizados, o Cais do Valongo passou por seu primeiro processo de apagamento histórico: com a chegada da futura Imperatriz do Brasil, Teresa Cristina (1822-1889), para casar-se com o Imperador D. Pedro II (1825-1891), foi construído, em 1843, um outro cais por cima do Valongo: o Cais da Imperatriz (Jordão, 2015). Assim, a região passa por sua primeira ressignificação e embelezamento, com quatro estátuas greco-romanas, na tentativa de mascarar essa memória do comércio humano de escravizados.

Nesse contexto, e ainda que fosse expressiva a presença negra na região do Valongo, começava a se delinear um projeto de “embranquecimento” da história daquela região, que se expressou tanto na construção do Cais da Imperatriz sobre o Cais do Valongo, como na mudança do nome da rua do Valongo, lugar do mercado de escravos, a qual passou a se chamar Rua da Imperatriz (IPHAN, 2016, p. 101).

Vale ressaltar que esse processo de branqueamento e de apagamento histórico, assim como os outros que o sucederam, exerceram influência na modelação da subjetividade negra, deixando marcas profundas e duradouras nas experiências individuais e coletivas ao simplesmente ocultar todo esse passado de escravização e

desumanização do negro, acarretando um esforço de marginalização e de silenciamento das heranças e tradições africanas.

Apesar dessas tentativas de subalternização do negro, “o desmonte do mundo escravista foi fruto das mobilizações negras ao longo do século XIX. Revoltas e fugas pressionaram os dirigentes imperiais por medidas legais que encaminhassem o fim da escravidão” (Abreu, 2019, p. 15), mostrando o quanto a luta pela identidade e ancestralidade eram presentes. Os movimentos sociais pela abolição foram processos fundamentais para a formação da classe trabalhadora e para a construção de uma consciência coletiva.

Como no pós-Abolição não houve medidas de proteção estatal aos escravizados libertos, estes acabaram por formar um expressivo exército industrial de reserva de mão de obra descartável. Os ex-escravizados em busca de trabalho e chegando de diversas regiões do país, encontraram na região portuária do Rio de Janeiro e seu espaço de labuta e resistência (Cunha, 2022; Andrade e Silva, 2019) e, por isso, fazia-se mister o silenciamento das marcas coloniais escravocratas e enquadrar a capital do país nos moldes civilizatórios europeus.

Em um contexto de políticas repressivas da herança africana, foi na República do presidente Rodrigues Alves (1848-1919) que as intervenções de saúde pública e ações higienizadoras ganharam forma, assim como a construção e modernização portuária do Rio de Janeiro. A capital da República era considerada uma cidade insalubre e com proliferação de doenças como a febre amarela e a varíola, e tais medidas do governo envolviam a remoção das populações pobres e marginalizadas, ou seja, a população negra que vivia em cortiços e em áreas centrais da capital.

Em 1906, durante o período do governo do prefeito Pereira Passos (1836 – 1913), o projeto denominado “Embelezamento e Saneamento da

Cidade” e mais conhecido como o “Bota Abaixo” repercutiu e alterou profundamente a história urbana e arquitetônica do Centro e de outras regiões da cidade ao transformar a capital em uma inspiração da Belle Époque Parisiense, ancorada em três pilares: saneamento, abertura de ruas e embelezamento (Andrade e Silva, 2019; Gonçalves e Costa, 2020). Nesse sentido, a área do Porto do Rio de Janeiro foi diretamente afetada pelas reformas, principalmente o bairro da Saúde.

O Cais da Imperatriz foi aterrado com as obras do Porto do Rio de Janeiro e tornou-se a Praça Jornal do Comércio, em uma nova tentativa de apagar a história dessa região. De acordo com Schwarcz (1993), vê-se que politicamente há um projeto de Estado de branqueamento e de mascarar esse passado colonial, perpetuando estereótipos e subestimando o valor das contribuições ancestrais negras para a sociedade. Tal fato acaba por influenciar na construção da subjetividade dessa população, afetando a autoimagem, a autoestima e a percepção do próprio papel na sociedade, levando-os à sensação de invisibilidade, alienação e desvalorização, impactando a construção da identidade e o desenvolvimento da autoconsciência.

Os apagamentos são inúmeros no Complexo do Valongo. Próximo ao Cais, o Jardim Suspenso do Valongo é construído pelo paisagista Luiz Rey, em 1906, para mascarar essa memória escravocrata, na qual a capital do país não se enquadrava mais. Com isso, as estátuas do Cais da Imperatriz são transferidas para o Jardim, de modo a reproduzir os jardins europeus.

O prefeito mudou também o nome do Largo da Imperatriz, cujo nome antes era Largo do Depósito até 1843, leia-se, depósito de mercadoria humana, em frente ao Jardim para Praça dos Estivadores, em 1904, em homenagem à importância desses trabalhadores do setor portuário e marítimo, fruto da constituição do Sindicato dos

Estivadores em 1903. Cabe ressaltar a importância dessas transformações dos nomes do local, que vão desde a discussão do trabalho negro enquanto mercadoria escravizada à manutenção do ocultamento do passado escravocrata e o ideal moderno de uma capital republicana.

Além do apagamento da memória dos africanos escravizados que ali passaram e ali socializaram, apagava-se também o local que remetia a um momento não desejável na memória da cidade, pois o objetivo republicano era desarticular-se de quaisquer resquícios coloniais e imperiais, e a escravidão era interpretada como um entrave ao progresso material do país (Andrade e Silva, 2019, p. 108).

Cantor (2019) analisa como a expropriação do tempo deu-se de maneiras diferentes, até atingir a normalização de sua usurpação atualmente. Uma delas é a expropriação da memória das lutas dos oprimidos, em que se faz necessária a “recuperação da memória dos vencidos e de suas lutas, para iluminar o tenebroso presente capitalista.” (Cantor, 2019, p.61), em detrimento dos apagamentos históricos vigentes em cada época e em cada contexto em função da lógica capitalista. Esse ofuscamento deliberado das resistências e do discurso colonial remete justamente à história contada pelos opressores e vencedores contrariamente ao interesse dos vencidos. “A nova república desenvolveria políticas que visavam branquear a população brasileira e esconder o passado africano” (Abreu, 2019, p. 16), mas esse foi apenas um lado dessa história.

Memória, resistências e subjetividade

Fanon (2022) discute as consequências dessa experiência colonial escravagista de tratamento desumano e alienação psicológica com a diminuição do negro a um objeto coisificado por meio das estratégias de

poder e violência da colonização e da mutilação da subjetividade desse negro. Ele propõe a discussão sobre a ‘descolonização do ser’ e o caminho inverso: a desconstrução do discurso hegemônico branco imposto pelo colonizador, em busca da valorização de sua própria ancestralidade. “A descolonização (...) atinge o ser, modifica fundamentalmente o ser, transforma espectadores esmagados pela essencialidade em atores privilegiados, recolhidos de modo quase grandioso pelos raios luminosos da História” (Fanon, 2022, p.32), modificando assim a identidade do indivíduo silenciado, outrora marcado pela subalternidade, em atores essenciais para a mudança.

Ao longo dos anos, a região da Pequena África, é marcada por redes de sociabilidade, “vivência e resistência da população pobre e negra” (Gonçalves e Costa, 2020, p.81), tal como, por exemplo, as lutas do movimento sindical dos trabalhadores portuários e os conflitos sociais se fazem presentes. De acordo com De Paula (2014), os contextos políticos e sociais, como a violação dos direitos individuais e a falta de esclarecimentos à população sobre a vacinação obrigatória contra a varíola, culminaram na Revolta da Vacina (1904), cujo embate deu-se na Praça da Harmonia, em contraposição às políticas higienistas do governo. Outro exemplo de resistência negra foi a Revolta da Chibata (1910), contra os castigos físicos aos marinheiros, fruto ainda da mentalidade escravocrata.

O esforço do movimento negro e dos historiadores têm tirado do silêncio muitas outras histórias sobre o protagonismo da população negra nas lutas pela cidadania e construção de um sólido pensamento antirracista, capazes de fortalecer a autovalorização da população negra e mestiça (Abreu, 2019, p. 16).

Esse protagonismo que necessita ser contado faz parte da ‘chave da consciência’ de Candau (2011, p.16), “uma fonte primordial para o que

chamamos de identidade (...). A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada”, fomentando assim não só o resgate da história dos antepassados e as dores sofridas com a escravização, mas também a construção de uma identidade de luta e resistência, reconstruindo e reforçando a subjetividade que por tanto tempo foi abafada e invisibilizada.

Moura (2022, p.20) assinala que diversas foram as formas de resistência negra, dentre elas, o quilombo⁴ e que esse modo ativo de ser do negro “era suficiente para que, ao querer negar-se como escravo, criasse movimentos e atitudes de negação ao sistema”, contribuindo para o seu desgaste. Beatriz Nascimento (1985, p. 46) traz o conceito de quilombo como símbolo dessa luta contra o passado escravizado, uma maneira de resistência que contribuiu para a construção da identidade e para a luta pela igualdade e pela justiça social e é “no final do século XIX que o quilombo recebe o significado de instrumento ideológico contra as formas de opressão”.

O reconhecimento e o tombamento do Quilombo da Pedra do Sal, em 1984, resgatam a importância das diversas práticas de resistência e de memória dessa região e do local que acolheu a população negra, escravizados e seus descendentes, desde antes da abolição de 1888. Abreu e Mattos (2011, p.13) demonstram que a população do local defendia a “manutenção e o revigoramento de uma memória afro-brasileira na área, marcada pelo samba, pelo candomblé e pelo trabalho negro no porto, e pretendem visibilizar um patrimônio cultural imaterial herdado de seus antepassados escravos e africanos”,

⁴ Um dos mais emblemáticos quilombos foi o de Palmares, na região de Alagoas e Pernambuco, constituído já no final do século XVI, como símbolo de resistência à opressão e à escravização. Seu líder mais marcante foi Zumbi dos Palmares, referencial para o dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

ressignificando o afastamento ancestral ocasionado por todo o jugo da colonialidade e da invisibilidade da cor.

Após a abolição, muitos alforriados e seus descendentes passaram a morar na região da Pedra do Sal, uma vez que seu entorno oferecia oportunidades de trabalho, como nas casas comerciais, trapiches e estaleiros. A Pedra tornou-se um espaço cultural negro de ressignificação da identidade e de participação social, um lugar de construção de resistências. Muitos indivíduos e movimentos têm trabalhado ativamente para reverter esse apagamento, promovendo a valorização da cultura negra, a celebração das conquistas e a narrativa da história afrodescendente. Esses esforços são fundamentais para a promoção de uma subjetividade negra mais autêntica e inclusiva, redefinindo e conquistando os espaços na sociedade.

As lutas e resistências pela memória de todo esse passado secular na região seguiram atuantes. Nesse contexto, diversos são os coletivos que pensam não só no resgate dessa memória como também em sua valorização. O movimento negro foi fomentado por esses “vestígios de remanescentes humanos” (Pinheiro, 2019, p. 450) em busca do próprio passado, a fim de que cada indivíduo pudesse se identificar com ele mesmo.

Conforme Fanon (2020, p. 45), é preciso “se libertar do arsenal complexual que brotou do seio da situação colonial” e romper com o passado colonialista e escravocrata. O autor aborda as complexidades da identidade racial, as consequências psicológicas da colonização como resultado da opressão e do racismo impostos, além da necessidade de resistência, fruto da autopercepção do negro e de seu lugar na sociedade. O reconhecimento das realidades econômicas e sociais liberta esse consciente que ficou séculos enraizado e oprimido.

O uso da linguagem é visto por Fanon (2022) como meio de transformação do indivíduo, ao expor sua realidade e traduzir todo esse sentimento intrínseco do colonialismo cruel escravocrata em palavras carregadas de experiências e representações de mundo. Na mesma linha, Neuza Santos Souza (2021, p. 45) assevera que “uma das formas de exercer a autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo” em busca do resgate da subjetividade e da própria humanização. Nesse sentido, a escritora Conceição Evaristo inaugurou, em 2023, a Casa de Escrevivência na região da Pequena África, para fomentar a pesquisa e a escrita de si. A linguagem garante as nossas experiências no tempo, ao longo da história.

Vemos, assim, que a construção do capitalismo é indissociável da escravização negra africana, um pilar da economia com o comércio atlântico de escravizados. Devemos olhar e pensar para além da narrativa colonial, que massacra a identidade e a dignidade dessas pessoas que formaram e construíram essa nação. É necessário o reconhecimento dessas identidades e descortinar a invisibilidade proposta pelo passado da escravização, reafirmando o legado da população negra.

Conclusões

Apesar dos traumas intergeracionais, a memória de brutalidade também impulsionou a luta por direitos, o empoderamento negro com o resgate da identidade e da cultura e o movimento antirracista. Entretanto, a escravização como maneira cruel de opressão do/da trabalhador(a) negro(a) tratado como mercadoria acarretou consequências até os dias de hoje. Ao negar a dignidade e a humanidade a cada negro trazido de África e seus descendentes, vê-se como esse

passado afetou nossa sociedade e estabeleceu as bases para o racismo estrutural, como dispositivo para estabelecer as relações econômicas e concentrar o poder nas mãos dos não-negros.

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (Almeida, 2019, p.26).

Para Almeida (2019), o racismo vai além do comportamento individual ou das dinâmicas institucionais que transformam os indivíduos em sujeitos e materializam o domínio do poder na sociedade. O racismo é estrutural, pois transcende o comportamento individual ou institucional e está arraigado na estrutura da sociedade. Conhecer essa história é também fazer parte das mudanças sociais profundas em busca de uma sociedade mais justa, tirando do silenciamento histórico identidades colonizadas por séculos.

Mesmo com toda a brutalidade exercida no período escravista, vemos sujeitos ativos de sua própria história, de sua identidade e de sua ancestralidade contestando as narrativas hegemônicas e coloniais em um protagonismo de si. O Complexo do Valongo e a região da Pequena África marcam as lutas pela libertação refletivas em uma pluralidade de saberes e, de acordo com Fanon (2022), uma diversidade de linguagens e de compartilhamento de experiências através da história, das artes, da música, da dança, da gastronomia, da religião. É um território de resistência às diversas tentativas de apagamento histórico, de inferiorização e silenciamento do indivíduo, de violências arbitrárias e de poder colonizador, promovendo a reflexão e a valorização da cultura trazida do continente africano.

Assim, compreender as interações humanas e suas trocas simbólicas, além das econômicas e políticas da Pequena África é entender o seu passado mais que recente. São esses escravizados e seus descendentes que moldaram o destino dessa região, depositando nela suas experiências, aspirações e identidades. Essas trocas simbólicas, seja através da cultura, linguagem ou tradições compartilhadas, criaram um tecido social que transcende gerações e reverberam até hoje. É por meio dessas interações multifacetadas que as pessoas moldam e são moldadas pela história da Pequena África carioca, contribuindo para a construção de nossa sociedade e ressignificando toda sua história.

Referências

- Abreu, M. (2019). *Curadoria Científica e Projeto de Conteúdo para o Museu de Território. MUHCAB (Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira), Centro de Interpretação do Valongo*. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/muhcab/questoes-internacionais-diaspora-memorias-sensíveis>
- Abreu, M., & Mattos, H. (2011). “*Remanescentes das Comunidades dos Quilombos*”: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. Retrieved Disponível em: https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299778862_ARQUIVO_anpuh2011.pdf
- Almeida, S. (2019). *Racismo Estrutural*. Pólen Livros.
- Andrade, V. de A., & Silva, J. de F. e G. da. (2019). Cais do Valongo: memória escravista e herança cultural. *História Em Revista*, 25(1). <https://doi.org/10.15210/hr.v25i1.18556>
- Antunes, R. (2011). Os exercícios da subjetividade: as reificações inocentes e as reificações estranhadas. *Caderno CRH*, 24(spe1), 121–131.
- Arquivo Nacional. (2021). *O Rio de Janeiro no tempo do marquês do Lavradio*. http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3117:o-rio-de-janeiro-no-tempo-do-marques-do-lavradio&catid=156&Itemid=215

Candau, J. (2011). *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto.

Cantor, R.V. (2019). A expropriação do tempo no capitalismo atual. In: R. Antunes, *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV* (pp. 45-62). São Paulo: Boitempo.

CDURP, Porto Maravilha. (2011). *Prefeitura cria Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana*. Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.portomaravilha.com.br/uploads/releases/55cbb33fb9a89.pdf>

De Paula, C. (2014). *Dicionário da política republicana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV..

Decreto nº 6.684, de 28 de maio de 1987. Cria no Rio de Janeiro o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro e dá outras providências. Rio de Janeiro: Diário Oficial. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1987/668/6684/decreto-n-6684-1987-cria-no-rio-de-janeiro-o-conselho-municipal-de-defesa-dos-direitos-do-negro-e-da-outras-providencias>

Decreto nº 34.803, de 29 de novembro de 2011. Dispõe sobre a criação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana e o grupo de trabalho curatorial do projeto urbanístico, arquitetônico e museológico do circuito. Rio de Janeiro: Diário Oficial. Disponível em <http://portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/decretos/d34803.pdf>

Fanon, F. (2020). *Pele Negra. Máscaras Brancas*. São Paulo: Ubu Editora. Fanon, F. (2022). *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Zahar.

Florentino, M. (2014). *Em costas negras : uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo, Editora Unesp.

Gomes, E. de C. (2014). Herdeiros da Pequena África: Narrativas Descompassadas. *Ponto Urbe*, 14. <https://doi.org/10.4000/pontourbe.1423>

Gonçalves, G. L. & Costa, S. (2020). *Um porto no capitalismo global*. São Paulo:Boitempo Editorial.

Harkot-De-La-Taille, E. & Santos, A. (2012). *III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS) dilemas e desafios na contemporaneidade sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade*. Disponível em:

https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT_DE_LA_TAILLE_ELIZABETH.pdf

Honorato, C. P. (2008). *Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro (1758 a 1831)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2008>

Huysen, A. (2000). *Seduzidos pela memória : arquitetura, monumentos, mídia*. Aeroplano. Rio de Janeiro: Aeroplano.

Iphan (2016). Proposta de inscrição do sítio arqueológico Cais do Valongo na lista do patrimônio mundial. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongo_versao_Portugues.pdf

Jordão, R. P. (2015). *Uma descoberta anunciada: lembranças, apagamentos e heranças do mercado de escravos do Valongo no Rio de Janeiro*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Jordão, R. P. (2016). A “redescoberta” do maior mercado de escravos do Brasil: modos de usar. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, 13(1), 38. <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2016v13n1p38>

Lei de 07 de novembro de 1831. Declara livres todos os escravos vindos de fôra do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. Rio de Janeiro, Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-7-11-1831.htm#:~:text=LEI%20DE%207%20DE%20NOVEMBRO,do%20Imperador%20o%20Senhor%20D

Lima, T. A; Sene, G.; Souza, M. A. (2016). Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material*, 24(1), 299–391. <https://doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0111>

Marx, K. (2013). *O Capital - Livro 1*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Moura, C. (2022). *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Editora Dandara.

Moura, R. (1995). *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração.

- Nascimento, B. (1985). O conceito de Quilombo e a resistência cultural negra. *Afrodíaspóra* Vol. 6 e 7 Disponível em <https://ipeafro.org.br/acervo-digital/leituras/publicacoes-do-ipeafro/afrodiaspora-vol-6-e-7>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2017). Decisão 41 COM 8B.35 Sítio Arqueológico Cais do Valongo (Brasil). Brasília. Disponível em <https://whc.unesco.org/archive/2017/whc17-41com-18-en.pdf>.
- Pena, P., & Gomes, A. (2011). A exploração do corpo no trabalho ao longo da história. In L.
- C. F. Vasconcellos & M. H. B. Oliveira (Eds.), *Saúde, trabalho e direito* (pp. 85-123). Rio de Janeiro: EDUCAM..
- Pereira, J. C. M. da S. (2007). *À flor da terra : o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond
- Pinheiro, M. L. (2020). Com “os nossos ancestrais”: luta e gramática no reconhecimento de lugar de remanescentes humanos no Rio de Janeiro. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*, 9(2), 446–480. <https://doi.org/10.5902/2236672537541>
- Salles, R. (2013). A segunda escravidão. *Revista Tempo*, 19(35).
- Schwarcz, L. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 - 1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Soares, C. E. L. (2013). Valongo, cais dos escravos: memória da diáspora e modernização portuária na cidade do Rio de Janeiro, 1668–1911. Relatório de estágio de pós-doutoramento, Departamento de Antropologia, Museu Nacional (UFRJ), Rio de Janeiro.
- Souza, F. F. de. (2013). Escravidão, trabalho e subalternidade: discussões atuais da historiografia do trabalho e da escravidão e o estudo da formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro. *Colóquio Internacional Marx e o Marxismo*, Universidade Federal Fluminense (UFF).
- Souza, R. L. de. (2020). *Catolicismo e escravidão: o discurso e a posse*. Foz do Iguaçu: EDUNILA.

Souza, N. S (2021). *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Zahar.

Vainfas, R. (2002). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva.

SAÚDE MENTAL E COLONIALIDADE: CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS DESCOLONIAIS PARA O AVANÇO DA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

*Thaíse Rosseli Moreira Dantas*¹

*Edneia José Martins Zaniani*²

Introdução

O presente estudo busca promover aproximações entre a lógica manicomial e a lógica colonial, demonstrando de que modo os processos de segregação das pessoas diagnosticadas com transtornos mentais se relacionam à colonialidade. Realizamos um breve resgate histórico da construção do campo da saúde mental, contrapondo o paradigma psiquiátrico ao psicossocial. Finalizamos apontando algumas contribuições dos estudos críticos para a efetivação de práticas de cuidado em saúde mental antimanicomiais e descoloniais, por meio de reflexões empreendidas a partir de autores como Frantz Fanon, as quais apontam para a necessidade de uma Reforma Psiquiátrica que definitivamente se oponha às estruturas de poder que permeiam o campo da saúde mental.

Breve história da saúde mental no Brasil

Historicamente, a loucura passa a se tornar, gradualmente, uma questão social no Brasil a partir da expansão colonial. A vinda de Maria Leopoldina, para se casar com Dom Pedro I, trouxe ao Brasil

¹ Mestre em Psicologia (UEL), Doutoranda em Psicologia (UEM) e Psicóloga da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA-PR). <https://orcid.org/0000-0003-2077-6589>

² Mestre em Psicologia (UEM), Doutora em Psicologia (UNESP/Assis-SP). Docente do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UEM. <https://orcid.org/0000-0003-2734-0235>

pesquisadores como Von Martius, que esteve no país de 1817 a 1820. De sua vinda, surgiram publicações sobre a questão da loucura no Brasil, mais especificamente entre negros e indígenas, tomada a partir de um viés médico. Von Martius, em seus registros, descreveu alguns aspectos dos povos ditos ‘primitivos’, registrando a ‘raridade das moléstias psíquicas. De acordo com o naturalista:

Os selvagens brasileiros rarissimamente são sujeitos às doenças mentais. Suas ideias apáticas, mania melancólica, inteligência circunscrita, em relação a tudo que diz respeito à mais alta e requintada vida espiritual, explica porque lhes são estranhas as alienações da psique, que entre nós provêm das extremadas emoções e das imaginações mórbidas . . . Os missionários consideram sempre necessário separar logo os doentes da sociedade, para que o mal não se alastre mais (Von Martius, 1844 como citado em Dalgallarrondo, 1999, p. 1).

Cabe destacar que a vinda de Von Martius ao Brasil coincide com o período em que a loucura era tomada como fato médico no território europeu e passava a ser catalogada em consonância com as noções propagadas pelo alienismo da época. Logo, Dalgallarrondo (1999) afirma se tratar, provavelmente, dos primeiros registros nos quais a loucura, no Brasil, é abordada por um ponto de vista médico, de modo que a partir do início do século XIX será aqui concebida como doença mental. Para além da independência em 1822, o Brasil para figurar entre as nações modernas deveria avançar para além da organização política, estabelecendo padrões culturais e institucionais civilizatórios que se aproximassem ao ideal europeu.

O médico De-Simoni, letrado e culto, de origem italiana, seria figura adequada para auxiliar nesse projeto de civilização, de tal forma que a propagação dos ideais europeus se manifestou também em relação ao tratamento que deveria ser direcionado à loucura. Em artigo datado de 1839, intitulado “Importância e necessidade da criação de um

manicômio ou estabelecimento especial para o tratamento dos alienados”, De-Simoni defendia o tratamento moral indicado pelo médico francês Philippe Pinel e, considerando que essa proposta precisava do espaço dos hospícios para ser praticada, a defesa da criação destes estabelecimentos se tornou uma demanda central (Oda & Dalgalarrrondo, 2004).

No Brasil a apropriação da loucura pelo saber médico articulou-se ao desenvolvimento de novos mecanismos de controle das mazelas que eclodiam com o processo de urbanização das cidades e ameaçavam a concretização do ideário republicano. Do imperativo de manutenção da ordem emanará a pressão social para a restrição da circulação daqueles considerados desordeiros (Engel, 2001). A medicina ascenderá como instância de controle, pois se “a sociedade, por sua desorganização e mal funcionamento, é causa de doença, a medicina deve refletir e atuar sobre seus componentes naturais, urbanísticos e institucionais visando a neutralizar todo perigo possível” (Machado et al., 1978, p. 155). Reproduz-se a ofensiva da medicina que, para se implantar enquanto medicina social, fez o hospital passar de órgão caritativo a equipamento de cura, criando os hospícios enquanto dispositivos de enclausuramento disciplinar do louco, a quem concedeu o estatuto de doente e investiu na prática clínica enquanto modelo hegemônico no complexo campo da saúde mental.

Naquele contexto, o Movimento Higienista³ atingia seu ápice em solo brasileiro. Apesar de se tratar de um movimento pouco popular, era

³ No Brasil o Movimento Higienista teve início no século XIX, em um momento de nossa história marcado pela busca por soluções aos problemas sanitários vividos pela população. No século XX este se desdobrou no denominado Movimento de Higiene Mental. Para estudos mais aprofundados sobre essa temática, indicamos o acervo do Grupo de Estudos e Pesquisas Higiene Mental e Eugenia - GEPHE da Universidade Estadual de Maringá - UEM, que pode ser acessado em <http://www.cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe>

composto por importantes figuras da época, como médicos, políticos e outros intelectuais (Faggion & Boarini, 2018). De acordo com Boarini e Yamamoto (2004, p. 5) "as ideias higienistas e eugenistas sobrepuseram-se em grande medida, o que dificulta analisá-las em separado". Entretanto, é necessário fazer uma breve distinção localizando o Movimento Higienista em relação à medicina social, sendo que o primeiro se ocupou do espaço urbano, quando a partir do processo de urbanização e posterior industrialização do país, demandava ser higienizado para se tornar minimamente salubre. "Com o avanço das descobertas científicas, a Medicina ganha legitimidade e seu discurso higienista em tudo intervém, penetrando nos mais diferentes segmentos da sociedade brasileira: na família, na escola, no quartel, no prostíbulo etc." (Boarini & Yamamoto, 2004, p. 6). Daí se desdobraria o higienismo mental, propagando ser possível corrigir e prevenir por meio da educação higiênica não só as doenças físicas, mas inclusive as mentais, contribuindo para que os ideais eugênicos também ganhassem espaço e notoriedade.

Cabe recordar que ao se apropriar dos estudos de Charles Darwin, o inglês Francis Galton (1822-1911) criou em 1883 o termo eugenia, definindo-a como estudo dos agentes que, colocados sob controle, poderiam melhorar ou empobrecer as qualidades raciais, tanto as físicas como as mentais, das futuras gerações. Mas, a eugenia nem sempre foi compreendida e definida de uma única forma e enquanto ideário sofreu modificações e adaptações, de acordo com o momento, o local e a finalidade para o qual foi sendo aproveitada. Não obstante, um ponto comum que uniria as diferentes concepções seria a ênfase dada à hereditariedade e aos males dela decorrentes para a denominada 'raça humana' (Marques, 1994).

Assim, a eugenia se apoiava na ideia de que alguns grupos sociais seriam superiores a outros, sendo esta superioridade determinada biologicamente. O enfoque biologicista dado pelos movimentos higienista e eugenista destituía os indivíduos de sua historicidade, negava o que produzia as diferenças, ignorando a gênese material dos problemas sociais. Interpretando, por exemplo, a pobreza como uma questão puramente racial, desconsideravam as particularidades de uma sociedade que se desenvolveu sob o jugo de um sistema escravagista (Boarini, 2007).

O médico Renato Kehl (1889-1974), importante eugenista brasileiro, se voltou para a proposta de uma melhoria da ‘qualidade racial’ da população e fez uso do determinismo biológico para defender que a miscigenação seria a causa da degeneração do povo brasileiro. “De acordo com Kehl (1935) os sujeitos eugênicos, ou seja, de ‘boa estirpe’ deveriam ser estimulados a procriar, em contrapartida, os indivíduos disgênicos⁴ deveriam não se reproduzir, sendo eliminados gradual e progressivamente (Faggion & Boarini, 2018, p. 1252).

Nas primeiras décadas do século XX, os ideais higienistas e eugênicos se voltavam para a sociedade brasileira como um todo, abarcando as diversas instituições, legitimando o discurso científico e a luta pela modernização do país na passagem ao capitalismo moderno (Boarini, 2007). A medicalização da vida social foi sendo impulsionada e prevenção era palavra de ordem. Fosse impedindo a reprodução dos considerados hereditariamente inferiores ou educando os doentes em

⁴ Diwan (2002) aponta que o termo ‘disgênico’ foi utilizado com frequência para fazer referência aos que não eram considerados geneticamente saudáveis, ou, não correspondiam aos ideais eugênicos de moralidade, intelectualidade e características físicas. No alvorecer do século XX, no Brasil, eram considerados disgênicos os doentes mentais, deficientes físicos, epiléticos, sífilíticos, alcoólatras, até os ditos vagabundos e criminosos, entre tantos outros. Estes deveriam ser higienizados/educados de modo a prevenir a degeneração das futuras gerações.

potencial, a medicina adentrava o tecido social, buscando formar novos hábitos, corrigir velhos costumes e evitar condutas consideradas inadequadas.

As intervenções formuladas naquele período, pelo Estado, não escapavam a essa máxima: as mazelas sociais decorriam das falhas particulares e as medidas corretivas miravam os indivíduos considerados desviantes e mentalmente anormais. Lembramos que, na definição de anormalidade mental, cabia o degenerado pelo alcoolismo, o preguiçoso arredio ao trabalho, o que se envolvia com a criminalidade e tantos outros que ameaçavam a ordem social burguesa e seu padrão de normalidade, comprovando que variadas dimensões (morais, sociais, econômicas, políticas, culturais etc.) eram combinadas no afã de determinar limites e definir o normal e o anormal (Engel, 1999).

Assim, o ideário da higiene mental e da eugenia presentificou-se em diferentes setores, medidas (governamentais e não governamentais) e práticas ao longo de todo século XX, contribuindo sobremaneira para solidificação da cultura da exclusão e da institucionalização em nosso país. No campo da saúde mental, esse ideário manteve-se hegemônico, sendo pouco questionado até que, na década de 1970, o modelo de investimento de recursos públicos em instituições privadas para prover assistência à saúde entrou visivelmente em crise, exigindo do Estado medidas de controle em relação ao setor privado e de reorganização do setor público.

Em finais da década de 1980, fortalecer-se-á o Movimento da Luta Antimanicomial, que defenderá que a ‘liberdade é terapêutica’ e aspirará ‘uma sociedade sem manicômios’ assumindo que a reforma é um processo social complexo e que, para fazer Reforma Psiquiátrica, era preciso mais que fechar leitos e hospitais psiquiátricos, aspirando uma verdadeira mudança paradigmática: da lógica manicomial para a

psicossocial (Amarante, 1994). De modo geral, a atenção psicossocial, lógica que decorre das contribuições de todo o Movimento da Reforma Psiquiátrica brasileira, vem sendo definida como um conjunto de ações teórico-práticas, político-ideológicas e éticas que supera o modelo manicomial e é capaz de se constituir como um novo paradigma para as práticas de cuidado em saúde mental (Costa-Rosa et al., 2003).

A partir da experiência da Reforma Psiquiátrica italiana, assentada no conceito de desinstitucionalização, compreender-se-á que desinstitucionalizar é um trabalho “...voltado para a reconstituição das pessoas, enquanto pessoas que sofrem, como sujeitos’ e mesmo que “não se ‘resolva’ por hora, não se ‘cure’ agora, mas no entanto seguramente ‘se cuida’ ...” (Rotelli et al., 2001, p. 33). Valendo-se das contribuições de outros movimentos reformistas, operacionalizados em diferentes momentos históricos e países, a lógica da atenção psicossocial pleiteará substituir o tratar pelo cuidar, não reduzindo o sujeito a uma classificação psicopatológica e enfocando, ao invés da doença, o sujeito e sua existência. Ao colocar a doença entre parênteses, deslocará o olhar para as relações, os vínculos, a história singular e todos os aspectos da vida do sujeito que produzem o sofrimento, que deverá ser cuidado no próprio território, com vistas à reinserção social e a garantia de seus direitos.

Aproximações entre a lógica manicomial e a lógica colonial

Uma vez retomadas algumas questões históricas que permeiam a construção do campo da saúde mental no Brasil, torna-se possível identificar aspectos relacionados à colonialidade enquanto continuidade do pensamento e não superação de práticas coloniais de dominação. A colonialidade compõe o eurocentrismo que, por sua vez,

se funda na concepção de que “a população do mundo diferencia-se em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos” (Quijano, 2009, p. 75). Ademais, a colonialidade se perpetua e se atualiza de diferentes formas na sociedade brasileira (Neto, 2019), sendo possível reconhecê-la, por exemplo, na hipervalorização e consumo do conhecimento científico produzido nos países europeus e norte-americano.

Conforme acrescenta Bernardino-Costa (2016), é própria da colonialidade a cisão maniqueísta entre colonizador e colonizado, superior e inferior, ajustado e desajustado, normal e patológico. Essa divisão consiste, sobretudo, na desumanização e restrição da vida, e segue justificando as violências físicas e simbólicas, o enclausuramento físico e o subjetivo. Logo, de modo semelhante à estigmatização do negro, é por meio da lógica colonial que se objetiva e se marca negativamente aquele considerado louco. Nesta lógica, o diferente é reduzido a um objeto ameaçador, que precisa ser segregado e ou extirpado e, de acordo com Neto (2019), a desumanização e o confinamento operariam como mecanismos de exercício necropolítico dentro dessa mesma lógica colonial.

Ao se analisar o estigma da agressividade relacionado à loucura, observamos alguns desdobramentos da imagem de periculosidade historicamente suturada à figura do louco. A ideia de periculosidade associada à loucura pode ser verificada desde a Idade Média, sob a influência do paradigma cristão de que a mesma seria uma expressão do maligno (Esquinsani & Dametto, 2012) até a Modernidade, quando a imagem de perigo ganharia forças diante da emergência da gestão das ameaças à ordem social. Aos poucos, foram dadas as condições necessárias para a criação das instituições de tutela/internação, bem como para o nascimento da psiquiatria enquanto ciência e guardiã da

sociedade. Salvo o arrojo da generalização, ainda hoje, é a propagação da ideia da existência de um risco inerente à experiência da loucura e do sofrimento psíquico que continua a embasar muitas justificativas de encaminhamento para as internações psiquiátricas. Retomando Franco Basaglia, principal precursor da Psiquiatria Democrática italiana, lembramos que:

Historicamente, o manicômio nasceu para a defesa dos sãos. Os muros, quando a ausência de terapias impossibilitava a cura, serviam para excluir e isolar a loucura, a fim de que não invadisse o nosso espaço. Mas até hoje eles conservam essa função: dividir, separar, defender os sãos mediante a exclusão de quem já não é são . . . Se o doente, antes de ser visto como tal, vem a ser considerado como perigoso para si e para os outros, as regras sobre as quais o asilo se edifica só podem ser instituídas em função dessa periculosidade, e não em função da doença (Basaglia, 2010, p. 49).

Alves, Chiabotto e Lima (2023) asseveram que, numa perspectiva colonial, as práticas asilares no campo da saúde mental não só materializam a segregação espacial e existencial, como também funcionam de modo a promover a morte simbólica, e por vezes concreta, das populações subalternizadas. Basaglia (2010) há tempos denunciou que o processo de institucionalização implica no aniquilamento subjetivo do indivíduo, de tal modo que produz efeitos iatrogênicos mediados pelo poder institucionalizante. Haveria, pois, na dinâmica institucional, a operação de dois movimentos simultâneos: um no sentido da destruição da existência subjetiva e outro no sentido da sua objetivação enquanto corpo institucionalizado.

Essa relação objetificante, no caso das internações psiquiátricas, “significa que presumir um corpo doente como base do encontro entre psiquiatria e paciente mental impõe a este um papel objetivo sobre o qual toda a instituição que o tutela se funda” (Basaglia, 2010, p. 75). Desta maneira, os códigos institucionais vão sendo incorporados pelo

institucionalizado, que vai sendo esvaziado de si para ser preenchido com os estigmas que lhe objetivaram. E, mesmo saindo da instituição total, havendo restado muito pouco de si, não pode mais se reconhecer de outra forma, senão como corpo institucionalizado, pois essa é a maneira como os demais o reconhecem, sob a mediação dos estigmas que lhe foram atribuídos.

Segundo Venturini (2016), o olhar do outro pode resultar na “coisificação” daquele que é olhado ao reduzir a subjetividade desse último aos esquemas de objetivação do primeiro. Neste caso, não há reciprocidade e sim um olhar que direciona a estigmatização construída pelos códigos institucionais e estereótipos culturais, impossibilitando qualquer tipo de troca, e consequentemente de relação (Basaglia, 2010). Do mesmo modo, ao abordar os processos de desumanização decorrentes da lógica colonial, Bernardino-Costa (2016) pontua como a reciprocidade das relações é inviabilizada pelo maniqueísmo colonial, impossibilitando o reconhecimento do outro enquanto sujeito.

Observa-se, portanto, uma expropriação do eu, característica da subjugação colonial operante também na lógica manicomial. Neste sentido, a pessoa institucionalizada permanece com suas possibilidades existenciais restritas, mesmo quando deixa a instituição total. Uma única existência lhe foi sancionada e não deve ultrapassar os limites da objetivação institucional. Nos casos em que resta algo de si, emergindo como resistência ao aniquilamento subjetivo, uma nova objetivação é operada. Em geral, essa resistência é racionalizada como expressão psicopatológica, sob o signo da sua agressividade intrínseca, demandando e justificando a necessidade de novas institucionalizações.

Conforme afirmou Basaglia (2010), o objetivo da institucionalização seria a expropriação do eu de maneira sistemática e invasiva, para a imposição de uma condição passiva, nomeada pelo

autor como “condição de colonizado” (p. 82), a qual pode se estender para todas as relações que esse sujeito-doente possa vir a estabelecer. Nesta toada, fazemos aqui um paralelo recuperando novamente Bernardino-Costa (2016, p. 510), que afirma que “quando o colonizado sai do seu lugar, o olhar imperial tentará restituí-lo à sua posição ‘natural’, à zona do não-ser, por meio da violência simbólica ou física”.

Breves contribuições de estudos descoloniais para construção de práticas de cuidado antimanicomiais

Pretendemos destacar que, se por um lado os primeiros modelos de apreensão da loucura pela medicina foram importados do Norte global (Santos & Moreira, 2023), o mesmo ocorreu com o processo de redirecionamento da assistência à saúde mental por meio do Movimento da Reforma Psiquiátrica brasileira. De acordo com Alves, Chiabotto e Lima (2023, p. 678) o apagamento “da população negra do campo da Reforma Psiquiátrica, pode ser compreendido como um dos tentáculos da guerra colonial, que se expressa também no epistemicídio e embranquecimento dos referenciais que embasaram a reformulação da política de saúde mental brasileira”.

Esse epistemicídio se alastra e destitui o saber das populações subalternizadas também por meio da cisão colonial, colocando especialistas em um lugar de superioridade em relação aos usuários. De acordo com Neto (2019, p. 175), “a violência epistêmica existe para permitir que aqueles que praticam ou assistem à violência física e morte dos Outros não consigam se identificar emocionalmente com as vítimas”. Sob o mote do distanciamento afetivo - disfarçado de neutralidade científica - viabiliza-se nas práticas assistenciais, processos de desumanização condizentes com a necropolítica colonial.

Como exemplo de enfrentamento à colonialidade, à essa altura, cabe resgatar aqui contribuições de Frantz Omar Fanon (1925-1961), psiquiatra, negro, que embora nascido na Martinica, atuou como médico e militante político na África (Costa & Mendes, 2021). Como resgatou Faustino (2018), que Fanon originalmente se dedicou a refletir sobre a complexidade da existência humana, considerando as marcas do colonialismo, em 1952 escreve ‘Pele negra, máscaras brancas’ denunciando os efeitos psíquicos decorrentes do sequestro da liberdade e da alienação dos povos colonizados, tornando-se um expoente nos estudos nomeados descoloniais.

Após a conclusão do curso de psiquiatria, Fanon fez residência médica em Saint-Alban, junto à François Tosquelles, cuja prática política inspirou-lhe sobremaneira. Tal experiência lhe permitiu um aprofundamento sobre dimensões sociais do adoecimento/sofrimento psíquico, reverberando no modo como posteriormente desenvolveu seu trabalho como psiquiatra no Hospital de Blida-Joinville, na Argélia. Lá, ao se deparar com uma divisão racial das alas psiquiátricas, tomou medidas como a substituição desta separação por outra que considerava “o grau de sofrimento psíquico do paciente, aglutinando árabes, berberes e franceses nas mesmas alas” e permitiu que tivessem “liberdade para entrar e sair das salas quando quisessem e as camisas de força só seriam usadas em último caso” (Faustino, 2018, p. 69).

Faustino (2018) observa que Fanon, ao se envolver com as organizações estudantis, aderiu ao movimento intelectual e militante de libertação da Argélia, inserindo-se na Frente de Libertação Nacional da Argélia (FLN). Com deflagração da guerra contra o colonialismo francês, o departamento dirigido por ele no Hospital de Blida passou receber agentes torturadores que manifestavam intenso sofrimento

psíquico, e concomitantemente, seguiu clandestinamente atendendo também os combatentes vitimados pelas torturas.

Fanon deixou a direção do Hospital em 1956, por conta da perseguição política e do cotidiano devastador que se firmava. Naquele momento, escreveu à administração colonial francesa um documento intitulado ‘Carta ao ministro residente’ que ganhou bastante notoriedade. Passos (2020) recupera este documento para trazer à tona a crítica ao silenciamento das contribuições fanonianas à Reforma Psiquiátrica e ao pensamento de Franco Basaglia, destacando que essa carta representa a ruptura de Frantz Fanon com a psiquiatria, à medida que a denuncia como um “instrumento de dominação, em especial, entendo que o psiquiatra e a equipe, hegemonicamente, são reprodutores da colonialidade no interior do hospital psiquiátrico, o que ocorre através de um processo de hierarquização e enquadramento de corpos e subjetividades” (Passos, 2020, p. 77).

Ao apostar nas práticas antimanicomiais, por meio das trocas sociais (Santos & Moreira, 2023), Fanon pode ser compreendido como das mais importantes referências, que ultrapassa a produção científica branca e europeia utilizadas hegemonicamente no campo da saúde mental. Trata-se de uma proposta para o “aprofundamento nas águas do pensamento afrodiaspórico e decolonial, sobre as formas coletivas de cuidar e atender os territórios” (Alves, Chiabotto & Lima, 2023, p. 697), bem como da possibilidade de uma atenção psicossocial de fato comunitária, horizontal e antimanicomial.

Considerando que muitas são as contribuições de Fanon para a compreensão da nossa realidade, Costa e Mendes (2020, p. 4) reiteram dizendo que sua “robusta crítica ao cabedal teórico-prático hegemônico da Psiquiatria e seu caráter ajustador, apassivante, em suma, colonizador” confirma-nos que a Psiquiatria conserva seu caráter

normativo e a colonização seria a própria norma, de modo que “a primeira passaria a ser um dos braços e extensões da segunda”. Dessa maneira, sua obra se firma como um ponto chave para que a luta antimanicomial, na defesa do paradigma psicossocial, sustente de fato, um posicionamento radical contra todas as formas de exclusão, opressão e violência.

Passos et al. (2022, p. 276), ressaltam a importância de compreendermos que o aparato manicomial se consolida a partir da lógica do capital e seu sistema de exploração e isso implica reconhecer “os imbricamentos do patriarcado, do racismo e do capitalismo” no modo como nossa sociedade se relaciona com a loucura. Ainda, sobre o desenvolvimento destas afirmações concordamos que

Problematizar o manicômio e suas expressões abordando as relações de raça, gênero e classe é ultrapassar os próprios muros que compõem a formação social brasileira e, trazer a público um debate que ficou apagado ao longo da construção, implementação e efetivação da Reforma Psiquiátrica brasileira. Racializar os corpos e a própria história faz parte dos novos rumos da Luta Antimanicomial (Passos, 2018, p. 14).

Logo, nunca é demais repetir que os manicômios surgiram como instrumento para o aprisionamento da diferença, naturalizada como doença localizada no indivíduo (Lima, 2010). Por esse motivo, acolher a heterogeneidade da vida é urgente e sustenta a própria construção do paradigma psicossocial (Monteiro & Lira, 2021). Desse modo, os novos rumos da Reforma Psiquiátrica brasileira precisam ser traçados mediante um posicionamento definitivamente contrário à transinstitucionalização, ou seja, contra todas as formas de institucionalização que atualizam o manicômio na contemporaneidade (Passos, 2018). Pois,

Lembremos que a criação da cultura manicomial só foi possível no Brasil após um longo processo de colonização do imaginário social, que delimitou o que seria normal e o que seria patológico . . . No Brasil, a associação normalidade e progresso, além de garantir a criação dos asilos, também foi responsável pela reconfiguração de uma esfera pública, que se tornou cada vez mais incapaz de suportar a diferença, apreendida como doença (Lima, 2010, p. 175).

Reitera-se, nesse sentido, a necessidade de resgatar a prece de Fanon (2008) por um pensamento crítico que questione a ordem naturalizada das coisas, que esconde processos coloniais de exclusão, opressão e desumanização. É preciso que o campo da atenção psicossocial, a partir de uma perspectiva descolonial, se comprometa, de fato, com uma transformação social que garanta possibilidades de alteridade. “Na esteira do que afirma Fanon, precisamos de um processo de reestruturação do mundo” (Bernardino-Costa, 2016, p. 520).

Passos (2020) afirma que, no campo da Reforma Psiquiátrica brasileira, prevalecem as contribuições basaglianas, defendendo que é fundamental relacionarmos o hospício à realidade sócio-histórica brasileira, atravessada pelo colonialismo e pelo racismo que nos é estrutural. A autora reitera que a instituição manicomial é alicerçada no patriarcado, no classicismo, elitismo e na cisheteronormatividade, em uma sociedade que reproduz a exploração/opressão e a propriedade privada, acrescentando que é urgente trazermos para o debate as relações de raça, gênero e classe social se desejamos pensar a experiência da loucura a partir de uma perspectiva descolonializada. Ao recuperar a comparação que Basaglia fez ao visitar o Hospital Colônia, de Barbacena-MG, com o Holocausto, Passos (2020) nos provoca perguntando se seria o “holocausto ou navio negreiro que está sendo atualizado nos manicômios brasileiros?” (p. 80). Infelizmente, finalizamos este texto, concluindo que basta uma breve incursão sobre

as estatísticas oficiais para confirmarmos qual estrato social e étnico/racial tem ocupado os espaços institucionais – psiquiátricos, carcerários, asilares – brasileiros.

Considerações finais

Neste breve ensaio, buscamos reconhecer e problematizar as conexões entre a lógica manicomial e a lógica colonial, revelando como ambas perpetuam formas de dominação, exclusão e desumanização. A partir de uma visão crítica, torna-se possível observar os modos pelos quais a colonialidade se atualiza, perpetuando hierarquias de poder e marginalização de determinados grupos sociais.

Nesse sentido, historicizar tais processos pareceu-nos imprescindível. Logo, partindo de uma abordagem histórica, recuperamos o modo como foi se legitimando o trato com a loucura, evidenciando como a estigmatização e a segregação foram e continuam sendo justificadas por um modo de dominação específico, cujas raízes se relacionam a nossa herança colonial. A partir daí, exploramos as dinâmicas institucionais dos manicômios, destacando como tais espaços operam não apenas como locais de confinamento físico, mas também como instrumentos de aniquilamento subjetivo e objetivação dos indivíduos, tal como se pode observar no colonialismo e nas práticas coloniais.

A análise dos processos de desumanização e estigmatização dentro das instituições psiquiátricas ressalta a relação entre poder e subjugação, destacando como o campo da saúde mental historicamente reproduz estruturas de poder coloniais. Nesse sentido, as práticas antimanicomiais emergem como uma resposta urgente e precisam se fazer descoloniais, rompendo com as múltiplas dinâmicas opressivas,

excludentes e violentas que impedem a construção de formas de cuidado mais horizontalizadas. Não corroborar mais com a negação de que nossa história, quanto sociedade, se fez baseada no extermínio e na exploração dos povos originários e dos negros escravizados.

Concluímos asseverando sobre a necessidade de uma permanente análise conjuntural e crítica das políticas norteadoras das ações de cuidados em saúde mental. Nesse sentido, defendemos que os estudos descoloniais podem auxiliar na tarefa de repensar não apenas os modelos assistenciais, mas principalmente fazer avançar as bases epistemológicas e éticas que devem fundamentar a luta pela construção da lógica psicossocial. Por conseguinte, a partir do pensamento descolonial de Frantz Fanon, reiteramos que, se compreendemos que a Reforma Psiquiátrica é um processo social, dada sua complexidade, a mesma só será efetivada quando rompermos coletivamente com todas as estruturas de poder que produziram e seguem sustentando o aparato manicomial.

Reconhecemos que esse rompimento requer também esforços individuais e não nos exige de seguir desnaturalizando as hierarquias sociais e construindo relações de cuidado pautadas no respeito mútuo, no efetivo compromisso com a busca por mais autonomia dos sujeitos que sofrem psiquicamente, na luta pela garantia de direitos e na valorização da diversidade humana, pressupostos éticos e libertários fundamentais que compõem a lógica da atenção psicossocial. A escrita deste capítulo, ainda que se paute em reflexões que merecem e devem ser continuadas, intenta ser mais um passo na direção dessa construção.

Referências

Alves, T., Chiabotto, C. D. C., Lima, F. Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas: a atualização da guerra colonial e contribuições da analítica da colonialidade para a

- luta antimanicomial. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia*. 51. 673-702. <http://dx.doi.org/10.14393/RFADIR-51.1.2023.68321.673-702>
- Amarante, P. (1994). *Psiquiatria social e reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz.
- Basaglia, F. (2010). *Escritos Selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond.
- Bernardino-Costa, J. (2016). A prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 504-521. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.3.22915>
- Boarini, M. L. (2007). A higiene mental e o saber instituído. *Mnemosine*, 3(1), 3-17. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/41302>
- Boarini, M. L., & Yamamoto, O. H. (2004). Higienismo e eugenia: discursos que não envelhecem. *Psicologia Revista*, 13(1), 59-72. <http://www.cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/publicacoes-1/periodicos/lista-periodicos/higienismo-e-eugenia-discursos-que-nao-envelhecem>
- Costa, P. H. A. da, & Mendes, K. T. (2021). Frantz Fanon, saúde mental e a práxis antimanicomial. *Sociedade em debate*, 27(1), 66-82. <https://doi.org/10.47208/sd.v27i1.2809>
- Costa-Rosa, A., Luzio, C. A., Yasui, S. (2003). Atenção Psicossocial: rumo a um novo paradigma na Saúde Mental Coletiva. Em: Amarante, P. (Org.). *Archivos de Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. Rio de Janeiro, RJ: Nau.
- Dalgallarrondo, P. (1999). Primeiros relatos sobre doenças mentais em nativos brasileiros: as descrições de Von Martius (1844). *Brazilian Journal of Psychiatry*, 21(1). <https://doi.org/10.1590/S1516-44461999000100010>
- Diwan, P. S. (2002). Do feio ao belo: os caminhos da desumanização. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 25(1), 423-431. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10574>
- Engel, M. G. (1999). As fronteiras da 'anormalidade': Psiquiatria e controle social. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, 5(3), 547-563. <https://doi.org/10.1590/S0104-59701999000100001>

- Engel, M. G. (2001). *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Editora Fiocruz. <https://doi.org/10.7476/9788575412534>
- Esquinsani, R. S. S., & Dametto, J. (2012). Questões de gênero e a experiência da loucura na antiguidade e na idade média. *Estud. sociol.*, 17(32), 205-222. <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/4935>
- Faggion, M. O., & Boarini, M. L. (2018). A Psicologia pela lente de Renato Kehl. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(4), 1239-1256. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000400012&lng=pt&nrm=iso
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador, BA: EDUFBA.
- Farias, J. S., & Passos, R. G. (2018). Saúde Mental e Drogas: O avanço do conservadorismo em tempos de golpe – o caso das comunidades terapêuticas. *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22152/14666>
- Faustino, D. (2018). *Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro*. São Paulo, SP: Ciclo Contínuo Editorial.
- Lima, A. F. (2010). Os movimentos progressivos-regressivos da reforma psiquiátrica antimanicomial no Brasil: uma análise da saúde mental na perspectiva da psicologia social crítica. *Salud & Sociedad*, 1(3), 165-177. <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/52654>
- Goffman, E. (1961). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, SP: Perspectiva.
- Machado, R., Loureiro, A., Luz, R., & Muricy, K. (1978). *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal.
- Marques, V. R. B. (1994). *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas, SP: Editora UNICAMP.
- Neto, O. D. C. M. (2019). Necropolítica da colonialidade no Brasil: segregação e desumanização no Hospital Colônia de Barbacena e na Cracolândia, em São Paulo. *MERIDIONAL Revista Chilena de Estudios Latinoamericanos*. 11. 149-177. DOI: 10.5354/0719-4862.50860.

- Oda, A. M. G. R., & Dalgalarrodo, P. (2004). O início da assistência aos alienados no Brasil ou importância e necessidade de estudar a história da psiquiatria. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 7(1), 128-141. <https://doi.org/10.1590/1415-47142004001012>
- Passos, R. G. (2018). “Holocausto ou Navio Negroiro?": inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. *Argumentum*, 10(3), 10-22. <https://doi.org/10.18315/argumentum.v10i3.21483>
- Passos, R. G. (2020). “Crimes da Paz”: as expressões do racismo na saúde mental da população negra. Em: Magno, P.C., & Passos, R. G. (Orgs.). *Direitos Humanos, Saúde Mental e Racismo, diálogos a partir do pensamento de Frantz Fanon*. Rio de Janeiro, RJ: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://cejur.rj.def.br/uploads/arquivos/f69bf38dcc31430e90ae368657f66a6f.pdf>
- Passos, R. G. et al. (2022). Experienciando uma formação feminista interseccional: contribuições ao serviço social. *Revista Praia Vermelha*, 32(1), 263-278. <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/43896>
- Quijano, A. (2009). Colonialidade do poder e classificação social. Em: Santos, B. S., & Meneses, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Portugal: Edições Almedina.
- Rotelli, F., Leonardis, O., & Mauri, D. (2001). A Reforma Psiquiátrica Italiana no Contexto da Europa Ocidental e dos “Países Avançados”. Em: Rotelli, F., Leonardis, O., & Mauri, D. (Orgs.). *Desinstitucionalização*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Santos, T. R. D., Moreira, J. (2023). “Um olhar decolonial para a loucura”: Escritos africanos. *Captura críptica* (Pré-publicação). <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/capturacriptica/article/view/5695>
- Venturini, E. (2016). *A Linha Curva: O espaço e o tempo da desinstitucionalização*. Fiocruz.

INCLUSÃO PRODUTIVA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS PARA OS SUJEITOS VULNERABILIZADOS

Kely Akemi Kuriki ¹

Guilherme Elias da Silva ²

Introdução

Inclinar-se sobre os acontecimentos da realidade social e o quadro econômico mundial, formado pela globalização, pela flexibilização e precarização das relações de trabalho, permite compreender que nas últimas décadas houve, em ritmo acelerado, o crescimento dos inúmeros problemas sociais, dentre os quais a crescente massa de pobres e excluídos do mundo do trabalho, apresentando um panorama político, econômico e social, marcado pela desigualdade social, desemprego e expressivo número de pessoas que vivem na linha da pobreza ou abaixo dela.

Diante deste cenário, as Políticas Públicas de Inclusão Social, como a Inclusão Produtiva articulada a Assistência Social através da Economia Solidária tem como um dos seus objetivos a geração de trabalho e renda para os sujeitos em situação de vulnerabilidade social e excluídos do mundo do trabalho. Neste sentido, a economia solidária se constitui sob os princípios da gestão democrática e coletiva, da autogestão, do respeito ao meio ambiente e do atendimento às necessidades humanas nos processos de produção, comercialização e consumo, assim como fonte de realização e valorização do trabalhador.

¹ Psicóloga clínica e Mestra em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

² Doutor em Psicologia. Docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UEM. Membro do Laboratório Interinstitucional de Subjetividade e Trabalho-LIST.

As alternativas de geração de trabalho e renda vêm sendo adotadas tanto por organismos públicos nas esferas federal, estadual e municipal, assim como por meio de iniciativas da sociedade civil vinculada aos movimentos populares, organizações comunitárias, sindicais, universidades, entre outras.

Nesta perspectiva, sintetizamos o conteúdo deste estudo, aqui organizado em três tópicos: A Política Nacional de Assistência Social no Brasil: Breve Histórico, Transferência de renda na Política Nacional de Assistência Social e as alternativas para a geração de trabalho e renda, bem como A Inclusão Produtiva e suas articulações para inserção no mundo do trabalho.

A Política Nacional de Assistência Social no Brasil: Breve Histórico

Neste tópico, serão retratadas considerações sobre a Política de Assistência Social enquanto política pública, apontando sua constituição e legitimidade para garantia dos direitos sociais aos sujeitos e populações em situação de vulnerabilidade social. Considera-se, como premissa, que a Assistência Social apresenta-se como um direito do cidadão e de quem dela necessita, configurando-se como política de seguridade social não contributiva.

A seguridade social diz respeito ao conjunto integrado de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade com o intuito de assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à Assistência Social. Por meio da Constituição Federal de 1988, ampliou-se a cobertura do sistema previdenciário e reconheceu-se a Assistência Social como política pública que operacionaliza os serviços e o acesso aos benefícios monetários, bem como à consolidação e à universalização do atendimento à saúde, por meio da criação do Sistema Único de Saúde

(SUS), fundando-se um conjunto de políticas de acesso universal (IPEA, 2013).

As políticas públicas, em especial a de Assistência Social, assumem representatividade e configuram-se como ferramentas de enfrentamento aos problemas sociais, como é o caso da insuficiência de renda para suprir as condições de sobrevivência e/ou do não acesso aos serviços públicos, advindos das disparidades das relações políticas, econômicas, sociais e culturais presentes na sociedade brasileira.

Neste contexto, as ações e intervenções do Estado, por meio das políticas públicas (saúde, educação, Assistência Social), buscam reduzir as sequelas da desigualdade social, como a precariedade de renda, a insuficiência de alimentos, a falta de moradia, a baixa escolaridade, o desemprego, entre outras, vivenciadas pelas populações em situação de vulnerabilidade social.

Conforme Behing e Boschetti (2008), com os problemas sociais se agravando, as políticas públicas buscam alternativas para minimizar os agravos das situações de vulnerabilidade social e risco. O surgimento das políticas públicas se originou das lutas de classes e, posteriormente, com a intervenção do Estado, visto que as políticas públicas não se constituíram em período de pleno emprego e pela prestação de serviços universais, mas mobilizadas por mudanças econômicas e sociais, atravessadas por práticas clientelistas³. A Assistência Social no Brasil, portanto, foi constituída por meio das lutas dos trabalhadores, usuários e sociedade civil, os quais reivindicavam seus direitos e questionavam

³ Embora a Constituição Federal brasileira de 1988 tenha objetivado consolidar a Assistência Social como direito do cidadão, práticas clientelistas recorrentes têm dificultado seu êxito. O mandonismo, a fidelidade a um líder político e a troca de favores, elementos fundamentais do clientelismo, continuam imperando no país. Fundadas, portanto, no clientelismo e sustentadas por um tipo de dominação patrimonial, as relações sociais e políticas brasileiras têm desafiado a administração pública em sua busca de fazer valer os ideais constitucionais (Fiuza & Costa, 2015).

práticas advindas do clientelismo, favor e benesse (Mioto & Nogueira, 2013).

A Constituição Federal de 1988, neste contexto, foi um marco histórico fundamental para a mudança de concepção da Assistência Social, enquanto direito e cidadania, sob a responsabilidade do Estado, presente no âmbito da Seguridade Social, concomitante à Previdência Social⁴ e à Saúde Pública (Brasil, 1988).

Sendo assim, a inserção da assistência na Seguridade Social aponta para a dimensão e caráter de política de proteção social, articulando-se com outras políticas (saúde, educação, previdência social) para a garantia dos direitos sociais. Segundo Sposati (2013), tal processo se relaciona com a universalização dos acessos, com a defesa de direitos e com a atenção aos segmentos empobrecidos e visam a garantia da proteção social.

A Assistência Social foi implementada e regulamentada através das bases legais estabelecidas por três instrumentos: a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), por meio da Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, assim como pela Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2004) e as Normas Operacionais Básicas (NOB/97 e 98; Brasil, 1993, 2005).

Deste modo, a LOAS preconiza que a gestão e a organização das ações devem acontecer de forma articulada, por meio de um sistema descentralizado e participativo, composto pelos três níveis de gestão governamental, ou seja, competência das três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal). Segundo Yasbek (2004):

⁴ A Previdência Social é um direito social, previsto no art. 6º da Constituição Federal de 1988, entre os Direitos e Garantias Fundamentais, está a garantia de renda não inferior ao salário mínimo ao trabalhador e a sua família nas seguintes situações, previstas no art. nº 201 da Carta Magna: I – cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; II – proteção à maternidade, especialmente à gestante; III – proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; IV – salário-família e auxílio reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; V – pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes (Brasil, 2015b).

A LOAS propõe uma nova matriz para a Assistência Social no Brasil, com o intuito de torná-la visível como política pública, sua inserção na seguridade social caminha para o caráter de política de proteção social articulada a outras políticas sociais que visem a garantia de direitos e de condições dignas de vida. Desta forma, ‘a Assistência Social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo’ (p. 13).

Sendo assim, a LOAS presume a universalidade da cobertura para os usuários, nos territórios de referência da Assistência Social. Desta forma, o SUAS deve garantir a prevenção e a proteção social, através de projetos de enfrentamento à pobreza, materializados na oferta de programas, serviços e benefícios.

Foi neste cenário que a PNAS/2004 foi aprovada, com os princípios e diretrizes respaldados pelo SUAS, propondo sua abrangência em todo território nacional, na oferta de serviços, programas e benefícios assistenciais, de caráter permanente e/ou eventual, através da responsabilidade do Estado e em articulação com as iniciativas da sociedade civil.

O SUAS organiza e materializa a Assistência Social através das ações e intervenções que estão destinadas para o fortalecimento de vínculos afetivos e comunitários dos usuários e de suas famílias. A Política Nacional de Assistência Social operacionaliza suas ações em conjunto com as políticas setoriais, buscando garantir os mínimos sociais das populações em situação de empobrecimento e vulnerabilidade social. Por meio da PNAS (Brasil, 2005b) visa-se:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos,

ampliando o acesso aos bens e serviços básicos e especiais, em áreas urbana e rural; assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (p. 33).

A proteção social básica tem, como objetivo, prevenir as situações de risco, através do desenvolvimento das potencialidades, aquisições e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Este serviço está destinado aos usuários e famílias que vivenciam as situações de pobreza, privação e fragilização dos vínculos familiares e comunitários (Brasil, 2005b).

Os serviços de proteção social básica buscam o fortalecimento dos vínculos afetivos e comunitários, com o intuito de promover a convivência, o acolhimento e a promoção da integração ao mercado de trabalho, através dos programas de atenção à família, programas de Inclusão Produtiva, serviços socioeducativos, entre outros. A proteção social básica é executada pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), espaço físico localizado nos territórios de abrangência para atendimento dos usuários e suas famílias (Brasil, 2005b).

Adiciona-se, a esse nível, a Proteção Social Especial, destinada às famílias e indivíduos que vivenciam situações de risco, em decorrência de abandono, maus tratos, situações de abusos físico, psíquico e sexual, uso de substâncias psicoativas, em cumprimento de medidas socioeducativas, em situação de rua, trabalho infantil, entre outros. Este nível de proteção social especial é executado pelos CREAS (Centros Especializados da Assistência Social), nos quais atendem-se as famílias e indivíduos que se encontram em situação de violação dos direitos (Brasil, 2005b).

Segundo a PNAS (Brasil, 2005b), a abrangência da proteção social básica tem os seguintes critérios:

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (p. 33).

Está claro, portanto, o papel deste nível de proteção social básica, de oferecer e promover serviços, bem como programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização das famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, considerando, também, as pessoas com deficiência, de modo a serem inseridas nas ofertas da política de proteção social. São ofertados, como exemplo, os Benefícios de Prestação Continuada (BPC)⁵ e os benefícios de transferência de renda, como o Bolsa Família (BFA)⁶.

O BPC estabelece a garantia de renda básica, no valor de um salário mínimo, para as pessoas com deficiência e idosos acima de 65 anos. Este benefício está regulamentado pela LOAS, enquanto direito à renda, isto

⁵ O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício de renda no valor de um salário mínimo para pessoas com deficiência de qualquer idade ou para idosos com idade de 65 anos ou mais que apresentam impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e que, por isso, apresentam dificuldades para a participação e interação plena na sociedade. Para a concessão deste benefício, é exigido que a renda familiar mensal seja de até ¼ de salário mínimo por pessoa (Brasil, 2015a, p. 1).

⁶ O Bolsa Família é um programa de transferência de renda, que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil, que possui três eixos: Complemento de renda: às famílias recebem mensalmente um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo Governo Federal. Este eixo busca garantir o alívio imediato da pobreza; Acesso a direitos: as famílias devem cumprir com os compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à Assistência Social. Esse eixo busca oferecer condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo de pobreza, com melhores oportunidades de inclusão social; Articulação com outras ações: o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para a superação da situação de vulnerabilidade e de pobreza. Sua gestão é descentralizada, ou seja, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios têm atribuições para a execução. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é o responsável pelo Programa e a Caixa Econômica Federal é que executa os pagamentos (Brasil, 2015a, p. 1).

é: “se constitui como efetiva provisão que traduziu o princípio da certeza na Assistência Social, como política não contributiva de responsabilidade do Estado” (Brasil, 2005b, p.34). Assim, a prestação deste benefício, ocorre de forma direta, sob competência do Governo Federal e também com presença em todos os municípios.

Os serviços de proteção social básica são executados pelos CRAS, uma unidade pública de referência nos territórios de abrangência, para a execução e operacionalização dos serviços socioassistenciais do SUAS, a porta de entrada de usuários e famílias à rede de proteção social básica da Assistência Social.

O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS – é uma unidade pública estatal de base territorial, localizada em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2005b).

Conforme a PNAS (Brasil, 2004, p. 36) os programas na proteção social básica são:

Programa de Atenção Integral às Famílias, Programa de Inclusão Produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza, Centros de Convivência para Idosos, Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças, Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, Programas de incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos (p. 36).

Destarte, são ofertados o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), os Programas de Inclusão Produtiva e projetos

de enfrentamento à pobreza. Conforme a caracterização no SUAS, estes serviços assumem o caráter protetivo e preventivo.

Convergingo com as Orientações Técnicas do SUAS, os serviços ofertados no CRAS devem ser organizados e planejados, de acordo com o território ao qual as famílias pertencem, identificando suas necessidades e potencialidades, gerenciando as situações de vulnerabilidade e risco. O CRAS desenvolve as ações e a gestão da rede socioassistencial nos territórios, ofertando o PAIF através do financiamento federal, estadual e municipal (Brasil, 2005a).

A Política de Assistência Social, portanto, prioriza as famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais, que atendem os critérios de elegibilidade dos programas e/ou benefícios e que não foram contempladas, assim como as pessoas com alguma deficiência e/ou pessoas idosas.

Desde a implementação do PAIF, em meados do ano de 2000, houve diversas modificações e aprimoramentos, no âmbito do SUAS. Em 2003, foi lançado o Plano Nacional de Atendimento Integral à Família e, em 2004, o Plano foi sendo adequado às diretrizes da PNAS, nomeado como *Programa de Atenção Integral à Família*, sendo um programa de referência para os usuários do SUAS e configurado como ação continuada, ofertado nos CRAS.

Com a instituição da PNAS, em 2004, que prevê dois eixos estruturantes do SUAS – a matricialidade sociofamiliar e a territorialização, o PAIF passou a ser organizado de forma a responder à garantia de fortalecimento da convivência familiar e comunitária, na proteção básica do SUAS. Ao abordar a família como um todo em suas necessidades, disponibilizar sua oferta em locais próximos da moradia dos usuários e prever a busca ativa, pelos profissionais, das famílias que

vivenciam situações de maior vulnerabilidade social, tem o desafio de romper com a lógica da fragmentação (Brasil, 2012a).

Neste contexto, o Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF) é oferecido em todos os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e tem como objetivo apoiar as famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo também o acesso a direitos para melhoria da qualidade de vida, reconhecendo as vulnerabilidades e os riscos sociais que impactam as famílias em sua dimensão econômica e social, assim como as dimensões subjetivas (relações sociais fragilizadas, baixa capacidade de mobilização política e aspectos psicossociais negativos).

Assim, o PAIF responsabiliza o poder público e reafirma os direitos sociais, representado como um dos principais serviços da rede de proteção social de Assistência Social, consolidado no país de modo descentralizado e universalizado, para o enfrentamento da pobreza, da fome e da desigualdade, bem como para a redução das incidências de riscos e vulnerabilidades sociais que afetam as famílias e seus membros (Brasil, 2012a).

As ações e ofertas do PAIF, portanto, são realizadas no CRAS, mediante a acolhida, informação, orientação, comunicação, defesa dos direitos, visitas domiciliares, inserção em serviços da política, inserção nos grupos de convivência e atividades socioeducativas, mobilização e fortalecimento das redes de apoio, encaminhamento para outras políticas e rede socioassistencial, acesso a documentos pessoais, promoção do acesso à renda, desenvolvimento de convívio familiar ou comunitário, cadastramento socioeconômico, elaboração dos relatórios e prontuários e acompanhamento sociofamiliar (Brasil, 2012a, p. 10).

Destaca-se, neste contexto, assim como a Assistência Social, que a política de inclusão social torna-se fundamental diante das desigualdades socioeconômicas e exclusão social das populações em

situação de vulnerabilidade, as quais vivenciam situações de desemprego e precarização do trabalho. Tal fato atinge os sujeitos em situação de pobreza e os desempregados, público-alvo das ações assistenciais.

Considera-se que, nos modos de produção da sociedade capitalista, a aquisição e o acesso aos bens e serviços ocorrem por meio da venda da força de trabalho para o mercado. Sendo assim, nesta estrutura que não contempla as pessoas nas mesmas condições e oportunidades, isto significa que, ao mesmo tempo em que inclui por meio do trabalho, também exclui das condições dignas de sobrevivência. É neste contexto em que as políticas de seguridade social são acionadas, tornando-se aparatos de proteção de riscos e vulnerabilidades, concomitantemente à ampliação no campo das condicionalidades para possibilitar este acesso.

Compreende-se que a Política Pública de Assistência Social efetua suas ações por meio da integração com as políticas setoriais, absorvendo os conflitos e problemas advindos das desigualdades sociais e exclusão. Em razão disso, busca mobilizar e promover a inclusão dos usuários e grupos vulnerabilizados, para a ampliação e acesso aos serviços socioassistenciais.

Considerando tais especificações, na sequência, será abordada a Inclusão Produtiva articulada à Política Nacional de Assistência Social, considerando que o sistema de proteção social tem como prioridade o enfrentamento da pobreza, através do fortalecimento das políticas de transferência de renda, expressas como um dos objetivos e estratégias principais das ações de Inclusão Produtiva.

Transferência de renda na Política Nacional de Assistência Social e as alternativas para a geração de trabalho e renda

A Inclusão Produtiva, por meio da capacitação e qualificação profissional para a geração de trabalho e renda, encontra-se nas propostas e ações do Governo Federal, partindo da premissa da vulnerabilidade social e do empobrecimento que assolam parcelas significativas da população brasileira. O pressuposto inicial será de acordo com autores que delineiam a importância significativa do trabalho na vida dos sujeitos, que dão relevância à constituição do protagonismo, participação popular, autonomia e emancipação.

Ressalta-se que a Assistência Social, historicamente, é destinada àqueles que estão em situação de empobrecimento e/ou excluídos do trabalho, deste modo, está prevista para a população que, por motivos econômicos, sociais, culturais, relacionais, entre outros, não conseguem suprir e prover as necessidades básicas e a própria subsistência (Boschetti, 2016).

No cenário atual, torna-se cada vez mais visível a busca por políticas públicas e/ou inserção no mundo do trabalho que possibilitem suprir as necessidades básicas. É notório o fato de que determinados segmentos e populações não alcançam tais condições de sobrevivência, seja por fragilidade econômica, social, relacional, entre outros fatores.

Outro aspecto preponderante é o das inserções precárias ou não inserções no mundo do trabalho formal, o que repercute em impactos psicossociais, tanto em ordem material (como escassez alimentar, de medicamentos e demais recursos materiais) quanto em ordem subjetiva (sentimentos de vergonha, humilhação, inadaptação, entre outros).

Conforme Sposati, Falcão e Teixeira (1989/1995), a Assistência Social, como mecanismo político e econômico, tem a responsabilidade

de proteção daqueles que aparentemente já não existem para o capital, ou seja, o trabalhador parado, o que não possui vínculo formal, o indigente ou os deserdados.

Desta maneira, a Assistência Social foi um dos campos que se destacou, seja por apresentar mudanças significativas, novos conceitos e modelos de assistência, ou por proporcionar e direcionar sua atuação para o campo do direito e da cidadania, sob responsabilidade do Estado. A Política Nacional de Assistência Social, conjuntamente com a saúde e a previdência social, formam o tripé da seguridade social, consolidando, pela legislação, os direitos sociais, sob a responsabilidade do Estado. Neste íterim, com a regulamentação da LOAS (Lei nº 8.742/1993), enfatiza-se o direito de cidadania, com vistas a garantir o atendimento às necessidades básicas dos segmentos e populações vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social (Sposati, 2004; Brasil, 1993).

Recorre-se, neste contexto, ao que consta no art. 203, inciso III da Constituição Federal de 1988, o qual define que, dentre os objetivos da Assistência Social, está “a promoção da integração ao mercado de trabalho”, regulamentada, a posteriori, pela LOAS, que proporcionou a abertura de caminhos para inúmeras iniciativas políticas para a promoção da inserção qualificada no mundo do trabalho, destinadas aos segmentos e populações em situação de vulnerabilidade.

Um dos propósitos da PNAS é o de promover a segurança de sobrevivência, ou seja, a garantia de que todos tenham uma forma monetária de manter sua sobrevivência, independentemente das limitações para o trabalho ou diante do desemprego. Apresenta, para tal, algumas seguranças, como é o caso da segurança de sobrevivência, enfatizando que não é uma medida compensatória, a segurança de acolhida, que opera diante das necessidades humanas, como o direito à

alimentação, ao vestuário e ao abrigo, e a segurança do convívio, como as situações de reclusão e perda das relações (Brasil, 2005b).

A Inclusão Produtiva em articulação com a Assistência Social constitui-se “como uma referência de segurança de sobrevivência e garantia de que todos terão acesso a uma forma monetária que contribua para a superação das desigualdades advindas da falta de empregos, independente de suas limitações e capacidades” (Brasil, 2019, p. 12).

O universo da Inclusão Produtiva abrange distintos interesses, realidades e possibilidades. Em razão disso, a sistematização de diferentes olhares e posicionamentos inclui materiais oficiais, legislações, produções acadêmicas, entre outros recursos, considerando as concepções, os limites e as possibilidades na operacionalização da Inclusão Produtiva, pois vislumbram diferentes formas da Assistência Social se relacionar com esta problemática.

A Política Nacional de Assistência Social preconiza uma nova concepção de assistência, associada ao desenvolvimento humano e social, distinguindo-se da concepção de tutelar e provedora. Neste sentido, identifica que as populações inseridas nos programas e benefícios possuem necessidades, mas também possibilidades e capacidades que podem ser desenvolvidas por meio da inclusão no trabalho (Brasil, 2005).

Esta mudança na visão social da proteção social se expressa, a priori, pelo discurso da emancipação e autonomia, no reconhecimento dos recursos e saberes da população empobrecida através da promoção das oportunidades. Diante disso, as ações de proteção social tornam-se necessárias, configurando a Política Nacional de Assistência Social como direito de cidadania e com finalidade emancipatória, o que significa que deve prover condições de autonomia aos beneficiários.

Nesta perspectiva, um dos eixos de proteção social básica no âmbito da Política Nacional de Assistência Social está na Inclusão Produtiva, compondo um conjunto de iniciativas de qualificação socioprofissional e de oferta das oportunidades de trabalho e renda por meio do emprego formal, empreendedorismo individual, Economia Solidária e desenvolvimento local (Brasil, 2015a). Percebe-se que os programas de inclusão social, como é o caso do Bolsa Família e BPC, assim como a Inclusão Produtiva, buscam promover a melhoria das condições de vida da população brasileira. Estas propostas emergiram diante da urgência do combate à pobreza no Brasil e pela priorização política com investimento financeiro do Governo Federal, justificando, também, o investimento na Inclusão Produtiva.

Conforme já mencionado, a LOAS/93 incluiu em seu art. 25 os projetos de enfrentamento à pobreza:

Art. 25. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio ambiente e sua organização social (Brasil, 1993, p. 01).

Assim sendo, a PNAS organizou, em especial nos serviços de proteção social básica da Assistência Social, a promoção da integração ao mercado de trabalho, com o intuito de potencializar as famílias e usuários por meio da Inclusão Produtiva. Sendo assim, definiu como responsabilidade da proteção social básica os projetos de enfrentamento à pobreza, destinados às famílias e/ou pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social (Brasil, 2005b)

Compreende-se que os programas de Inclusão Produtiva, descritos e apontados até aqui, trafegam no reconhecimento dos direitos.

Entende-se que a Assistência Social em articulação com a Inclusão Produtiva deve garantir os direitos sociais, entretanto, para garantir, precisa incluir.

Ao ser instituída na Assistência Social, a Inclusão Produtiva passou a instrumentalizar e capacitar os sujeitos vulnerabilizados, público-alvo da Assistência Social, para a possibilidade de geração de trabalho e renda. Entretanto, a iniciativa de investir nos grupos populares através dos projetos de enfrentamento à pobreza, como é o caso da Inclusão Produtiva, encontra-se perpassada por um grande vazio, no que diz respeito à própria inclusão, pois é possível observar as dificuldades existentes e expressas na própria assistência, como é o caso de alguns cursos e capacitações deslocados de uma formação crítica e que acabam tendo uma perspectiva de (re)inserção e não necessariamente de inclusão econômica no quesito de gerar trabalho e renda, para a sustentação de uma vida digna.

É evidente que grande parte da população atendida está fragilizada quanto à formação profissional e que, muitas vezes, não conseguiram uma inclusão no mercado formal de trabalho. Em razão disso, as capacitações e o processo de formação acabam tendo que “formar” para buscar uma possível inserção no mercado e não de fato viabilizando uma inclusão econômica.

A população atendida é aquela empobrecida (material e simbolicamente), ou seja, que se encontra em situações de vulnerabilidade, não só do ponto de vista econômico, mas, também, do ponto de vista de sua cidadania, já que sua condição os afasta dos direitos políticos, civis e sociais. Para garantir os direitos sociais, precisa incluir. Contudo, o que se tem percebido está mais para uma inserção do que, de fato, uma inclusão, dado que os usuários

permanecem inseridos em trabalhos, por vezes, precarizados e informais.

É válido salientar a importância da Inclusão Produtiva para a geração de trabalho e renda geradas por meio da Política de Assistência Social, mas é preciso considerar que, frente ao sistema capitalista, significativo número de trabalhadores foram empurrados para a informalidade, afirmando a precariedade no mundo do trabalho. Diante disso, tem-se uma questão: como incluir uma população que foi historicamente excluída, tanto nas dimensões materiais quanto simbólicas, no exercício de sua cidadania?

Quanto a isso, foram traçadas e formuladas estratégias governamentais para assegurar a inclusão social por meio do trabalho decente. Simultaneamente, no entanto, perpetuam-se as diferenças sociais e a exclusão em diversos âmbitos. É em razão disso que as políticas sociais compensatórias persistem e são indispensáveis. Há uma urgência para o acesso aos serviços de base (educação, saúde, saneamento, moradia, etc.), assim como o acesso ao emprego e ao trabalho decente⁷. Estes atendem às necessidades básicas e de consumo por meio da inserção dos sujeitos no sistema produtivo, enquanto as medidas assistenciais requerem financiamento público recorrente. Sachs (2009) reconhece o exercício do direito ao trabalho como oportunidade para a autorrealização e reconhecimento, ao contrário da falta de perspectivas vivenciadas pelos assistidos.

A princípio, para problematizar esta questão, recorreu-se à compreensão sobre o desenvolvimento do Programa de Transferência

⁷ O Trabalho Decente é uma condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Em inúmeras publicações, o Trabalho Decente é definido como o trabalho produtivo adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna (Ministério do Trabalho e Previdência, 2021).

de Renda no Brasil, assim como as propostas do Plano Brasil Sem Miséria. Estes antecedem a implementação da Inclusão Produtiva no âmbito da Assistência Social, o que justifica a importância de entender estes processos para a consolidação das políticas de geração de trabalho e renda.

Para a compreensão sobre a Inclusão Produtiva como atribuição da Assistência Social, recorreu-se à estrutura do programa de transferência de renda no Brasil, a partir do ano de 2003, no qual a implantação do programa Renda Mínima foi aprovada pelo Congresso Nacional. Neste mesmo período, foram consubstanciados os programas de transferência de renda Bolsa-escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação. Com a unificação de tais programas, o Bolsa Família tornou-se o principal programa de transferência de renda, assumindo características de política compensatória e focalizada, com o intuito e objetivo de atender aos indivíduos em situação de pobreza por meio da transferência monetária (Lucheti, 2016).

Segundo a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, do Ministério da Cidadania (Brasil, 2015d, p. 1, grifo nosso):

O **Bolsa Família** é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui **três eixos principais: Complemento da renda** – todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo Governo Federal. Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza. **Acesso a direitos** – as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à Assistência Social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social. Importante – as condicionalidades não têm uma lógica de punição; e, sim, de garantia de que direitos sociais básicos cheguem à população em situação de pobreza e extrema pobreza. Por isso, o poder público, em todos os níveis, também tem um compromisso: assegurar a oferta de tais serviços. **Articulação com outras ações** – o Bolsa

Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza.

A Inclusão Produtiva e suas articulações para inserção no mundo do trabalho

O Plano Brasil Sem Miséria foi constituído com o propósito de elevar a renda e as condições de bem-estar das famílias e populações em situação de extrema pobreza, tendo em vista que a pobreza não se restringe somente à questão de renda. Outros aspectos, como a segurança alimentar e nutricional, educação, saúde, acesso à água, energia elétrica, moradia, qualificação profissional e melhorias na inserção no mundo do trabalho, quando insuficientes, são dimensões em que a pobreza se manifesta (Brasil, 2014a).

O Plano Brasil Sem Miséria foi instituído pelo decreto nº 7.492, em 2 de junho de 2011, tendo como principal finalidade a superação da extrema pobreza no país. O Plano é executado pela União em parceria e colaboração com os Estados, Distrito Federal e Municípios, cujas ações e a operacionalização são destinadas às famílias e populações que vivem em situação de extrema pobreza, com renda familiar per capita mensal de até R\$ 70,00 (setenta reais) por pessoa (Art. 2 do decreto). Algumas alterações ocorreram, em 2014, como o valor que caracterizava a linha de extrema pobreza, que de R\$70,00 reais mensais per capita, passou para R\$77,00 e, em 2016, este valor estava em R\$89,00 (Lucheti, 2016).

Dentre os objetivos do Plano Brasil Sem Miséria, explicitados no art. 4 do decreto estão:

I – Elevar a renda familiar per capita da população em situação de extrema pobreza; II – ampliar o acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços públicos; e III – propiciar o acesso da população em situação de

extrema pobreza a oportunidades de ocupação e renda, por meio de ações de Inclusão Produtiva (Brasil, 2014a, p. 5).

Partindo desta premissa, a Política de Assistência Social foi a principal política a articular as ações para implantação das propostas do Plano Brasil Sem Miséria. Conforme seus objetivos e propostas, as articulações com as políticas públicas estão voltadas para o combate à desigualdade e à pobreza. A articulação do plano com a política configura-se pela estrutura do Sistema de Proteção Social Básica e Especial, no qual a identificação, atendimento e encaminhamento do público-alvo ocorre por meio do acesso ao Cadastro Único.

O Brasil Sem Miséria foi organizado em três eixos: I - Garantia de renda, cujo objetivo é o alívio e a atenuação imediata da situação de pobreza, através da transferência de renda, por meio dos programas Bolsa Família, BPC, destinado aos idosos e deficientes, e o Brasil Carinhoso; II - Acesso a Serviços Públicos, cujo objetivo é melhorar as condições e acesso aos serviços, especialmente à população cadastrada no Cadastro Único, incluindo serviços como Educação, Saúde, Trabalho e Assistência Social. As demandas são identificadas pela Busca Ativa, com o propósito da promoção da inclusão na Rede de Proteção e execução das ações de Inclusão Produtiva; III - Inclusão Produtiva, cujo objetivo é realizar ações para ampliar as capacidades e oportunidades de ocupação e renda aos indivíduos que vivem em situação de extrema pobreza.

O Plano Brasil Sem Miséria, desenvolvido nos centros urbanizados, efetua suas ações em concomitância com a gestão do Sistema de Proteção Social Básica e Especial, localizada nos municípios, identificando e encaminhando o público-alvo para as propostas de Inclusão Produtiva, como os cursos de qualificação socioprofissional, empreendedorismo, Economia Solidária, entre outros.

A Inclusão Produtiva articula as ações e programas que buscavam promover e favorecer a inserção no mundo do trabalho por meio do emprego formal, do empreendedorismo ou por meio dos empreendimentos da Economia Solidária. Essas iniciativas apoiavam os microempreendedores e as cooperativas de Economia Solidária, assim como as ofertas de qualificação profissional e Intermediação de Mão de Obra, que buscavam a colocação dos beneficiários em postos de emprego com Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada (IBGE, 2015).

Neste contexto, foram ofertados diversos cursos de formação para qualificação profissional, um deles é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), coordenado pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com o MDS. Este Programa operacionalizou suas ofertas em parceria com o Sistema S (Senai, Senac, Senat e Senar), assim como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e as Redes de Educação Profissional. A articulação com a Intermediação de Mão de Obra aconteceu por meio do Sistema Nacional de Empregos (SINE), o qual desenvolve a inserção através da qualificação e a colocação no mercado de trabalho.

Outra forma de entrada no mundo do trabalho é realizada por meio da perspectiva do empreendedorismo, em que as pessoas são estimuladas a ampliar e fortalecer os pequenos negócios por meio da organização como Microempreendedores Individuais (MEI). Neste sistema, são priorizados para a formalização os inscritos no Cadastro Único, especialmente aqueles que são beneficiários do Programa Bolsa Família. De acordo com a descrição do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o MEI possibilita a formalização dos Microempreendedores Individuais e também a prestação de assistência técnica a esses empreendedores, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae; Brasil, 2015a).

A Inclusão Produtiva urbana articula-se, ainda, com os bancos públicos e as entidades que atuam e operam no Programa Nacional do Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO), cujas iniciativas destinam-se para a ampliação da contratação de Microcrédito Produtivo e Orientado, para a expansão de ofertas e linhas de crédito, assim como para a ampliação de apoio técnico (Brasil, 2015a).

Por fim, vale mencionar a implementação da Inclusão Produtiva via Economia Solidária, por meio das iniciativas coletivas dos empreendimentos autogestionários, subsidiados com assistência técnica e apoio à comercialização dos produtos e serviços, iniciativas que eram desenvolvidas em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), proporcionando oportunidades de geração de emprego e renda para o público da Assistência Social, ou seja, os registrados no Cadastro Único (Brasil, 2015a).

As iniciativas mencionadas, referentes à Inclusão Produtiva, foram operacionalizadas em parceria com os Ministérios da Educação e Cultura (MEC), do Trabalho e Emprego (MTE), do Desenvolvimento Agrário, do SEBRAE, assim como de Bancos Públicos e Privados. Observa-se, que as ações do Plano Brasil Sem Miséria aconteceram de modo a articular os programas de transferência de renda (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Ação Brasil Carinhoso), com o intuito de atingir grande número de pessoas inscritas no CadÚnico.

Segundo Lucheti (2016), a partir do ano de 2012, em consonância com o MDS, houve a ampliação dos serviços da proteção social básica e especial no país, em que as ações de Inclusão Produtiva ocorreram no meio urbano e rural. A principal ação no meio urbano foi o PRONATEC, no qual se destacam os respectivos cursos: Auxiliar Administrativo, Operador de Computador, Recepcionista, Eletricista Predial de Baixa

Tensão, Montagem e Manutenção de Computadores, Pedreiro de Alvenaria, Vendedor, Almoxarife, Costureira (o), Auxiliar de Pessoal, etc. No meio rural, o plano de Inclusão Produtiva priorizou o acesso à iluminação e água, aumento da produção no campo, entre outras ações.

O Plano Brasil Sem Miséria ficou sob a coordenação do MDS, adotando, como critério para o acesso aos programas sociais, a inclusão no Cadastro Único, certificando que, por meio dos dados cadastrados, fosse possível identificar a realidade socioeconômica das famílias, como a renda mensal. A partir das informações no Cadastro Único, as políticas setoriais passaram a se adequar em consonância com as necessidades regionais, como acesso a renda, acesso a serviços públicos, Inclusão Produtiva, entre outros (IBGE, 2015).

A Inclusão Produtiva no Plano Brasil Sem Miséria teve o intuito de ofertar serviços que oportunizassem a ampliação do acesso da população em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade ao mundo do trabalho. Por meio do decreto nº 7.492 de junho de 2011, deliberou como objetivo “propiciar o acesso da população em situação de extrema pobreza a oportunidades de ocupação e renda, por meio de ações de Inclusão Produtiva” (Decreto n 7.492/2011). Para tanto, organiza-se as estratégias e ações específicas para a mobilização e estímulo à geração de renda e à ocupação por meio da oferta de orientação, qualificação profissional e intermediação de mão de obra. Neste contexto, a Política Nacional de Assistência Social assume o papel e a responsabilidade de mobilizar a população para a Inclusão Produtiva e demais políticas.

Os instrumentos político-jurídicos que norteiam a concepção de Assistência Social, como direito de proteção social em interface com a Inclusão Produtiva, estão na própria LOAS, no seu art. 2, o qual designa que a Assistência Social tem, como objetivo, “a promoção da integração ao mercado de trabalho”. Posteriormente, adequa-se o termo ao

mercado de trabalho para ao mundo do trabalho. Constata-se, também, em seu art. 25, a necessidade de investimentos econômico-sociais nos grupos populares, subsidiando iniciativas que possam garantir meios para a capacidade produtiva e o alcance de melhoria nas condições de vida (Brasil, 2005).

Como já explicitado, o principal programa do Governo Federal para a qualificação profissional e técnica é o PRONATEC, que oferta cursos gratuitos de formação inicial e continuada, direcionados para a inserção no mercado de trabalho. Uma parte das vagas e dos cursos ofertados são destinados para as pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, ou seja, para o público prioritário da Assistência Social. Desta maneira, a Assistência Social participa do Pronatec por meio do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho⁸). O Acessuas busca propiciar, por meio do conhecimento do território e do acesso da população em situação de vulnerabilidade social, a inserção nos cursos existentes. No entanto, não executa de forma direta as ações e/ou cursos de capacitação e qualificação profissional.

As ações mencionadas são estruturadas através da articulação, mobilização, encaminhamento e monitoramento de toda a trajetória e participação. Os processos têm suas especificidades, no que concerne ao processo de articulação. As ações e responsabilidades são definidas de acordo com sua finalidade. No processo de mobilização, é feita a

⁸ O Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho) busca a autonomia das famílias usuárias da Política de Assistência Social, por meio da integração ao mundo do trabalho. A iniciativa faz parte de um conjunto de ações de articulação de políticas públicas e de mobilização, encaminhamento e acompanhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social para acesso a oportunidades afeitas ao trabalho e emprego. As ações de Inclusão Produtiva compreendem a qualificação técnico-profissional; a intermediação pública de mão-de-obra; o apoio ao microempreendedor individual e à Economia Solidária; o acesso a direitos sociais relativos ao trabalho (formalização do trabalho); articulação com comerciantes e empresários locais para mapeamento e fomento de oportunidades, entre outros (Brasil, 2017c, p. 1).

identificação do público-alvo e o planejamento das atividades frente às demandas identificadas (nesta etapa são realizadas parcerias com órgãos governamentais e não governamentais). A partir da articulação e mobilização, são feitos os encaminhamentos para as vagas disponíveis nos cursos de capacitação profissional no território. Por fim, o monitoramento consiste no acompanhamento dos usuários no acesso, permanência e conclusão nos cursos.

Recorre-se, novamente, ao que consta no art. 26 da LOAS, que explicita que a inserção e permanência nos cursos de qualificação profissional são tarefas complexas para a consequente inserção e inclusão no mundo do trabalho, portanto, não pode ser exclusiva da Assistência Social. É possível perceber que *incluir produtivamente* as pessoas em situação de vulnerabilidade, por meio da inserção desta população no mundo do trabalho, torna-se o grande desafio da Assistência Social, visto que, a partir da década de 1990, ocorreram inúmeras mudanças e transformações na organização do trabalho, como a ascensão dos mercados altamente tecnológicos e competitivos, o crescimento dos setores de prestação de serviços e, concomitantemente, a redução do setor industrial.

As transformações no mundo do trabalho impactaram as relações entre o trabalhador e o mercado de trabalho, especialmente os trabalhadores que não tiveram acesso a uma formação que acompanhasse as exigências de qualificação, tanto técnicas quanto educacionais. Com isto, um significativo contingente de pessoas se encontra em condição de exclusão dos *lôcus produtivos*, os quais necessitam criar e construir estratégias de sobrevivência, por meio dos trabalhos temporários, terceirizados, autônomos, “bicos” e /ou atividades degradantes, sem a garantia da proteção legal dos direitos trabalhistas. Entretanto, observa-se que a proteção social no trabalho

tem se limitado aos trabalhadores formalmente regulamentados no mercado, sob o regime da previdência social que também está em risco.

Por conseguinte, a população que não possui trabalho formal, assim como os desempregados e as pessoas em situação de vulnerabilidade social, também procura a proteção social e a garantia dos direitos por meio da Política Nacional de Assistência Social, com vistas ao que consta na Constituição Federal de 1988, em seu art. 203, o qual dispõe entre os objetivos da Assistência Social a promoção da integração ao mundo do trabalho. Ressalta-se o decreto n. 6.393 de 12 de março 2008, que expõe, como meta, o compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social com a Inclusão Produtiva, que apresenta os respectivos conjuntos de metas:

I – Erradicação da extrema pobreza, da insegurança alimentar grave, do trabalho infantil e da exploração sexual de crianças e adolescentes; II – promoção da universalização das políticas de proteção e promoção social; III – Inclusão Produtiva; e IV – fortalecimento das instituições e dos mecanismos sociais, políticos e econômicos capazes de promover a igualdade de oportunidades a todos os cidadãos brasileiros (Decreto n. 6.396/2006, p. 2).

Para o alcance dessas metas, por meio do decreto, foi determinado que a União disponibilizasse, aos Estados e ao Distrito Federal, apoio técnico e financeiro, assim como outros incentivos, dentre os quais a “implementação de políticas que promovam a geração de oportunidades de trabalho e renda nos meios urbanos e rural” (Lucheti, 2016, p.12). Assim, a articulação entre a Política de Assistência Social e o Plano Brasil Sem Miséria tenta materializar a integração ao mundo do trabalho com a Inclusão Produtiva.

A Inclusão Produtiva está entre as metas do desenvolvimento social desde 2008. Consubstancialmente, a Secretaria de Articulação para a Inclusão Produtiva (SAIP), do MDS, criada no decreto nº 6.393, foi

substituída pela Secretaria Extraordinária de Combate à Extrema Pobreza, a qual busca criar oportunidades de trabalho envolvendo o público do Cadastro Único (Lucheti, 2016).

Ao priorizar o público do Cadastro Único, vale considerar as afirmações de Sen (2000), em que compreende que é fundamental, não só a renda, mas a igualdade de oportunidades aos sujeitos, por meio do acesso aos serviços públicos, como educação, saúde e Assistência Social, cuja oferta e ampliação de tais oportunidades está sob dever e responsabilidade do Estado.

Vislumbra-se, a partir disso, que o combate ou redução da pobreza no Brasil estão vinculados às ações de investimento e desenvolvimento econômico. Por este motivo, compactuam as parcerias entre setor público e privado para geração de trabalho e renda, bem como a intervenção do Estado, por meio das políticas sociais, como a Política de Assistência Social, com a oferta de programas, serviços e benefícios. Em destaque está o Programa de Transferência de Renda (Bolsa Família) e a Inclusão Produtiva para a geração de trabalho e renda, de modo a garantir, também, o acesso aos serviços públicos como educação, saúde, segurança, entre outros, para as populações que vivenciam processos de exclusão econômica e social.

Diante disso, as políticas focalizadas de inclusão, como as de geração de trabalho e renda, simultaneamente, seguem excluindo, já que não há garantias efetivas para inclusão social diante do sistema socioeconômico vigente. Para corroborar tal ideia, Pochmann e Amorim (2003, p. 1) afirmam:

Mas isso não significa a associação pura e simples do reconhecimento da existência de exclusão por oposição tão somente à condição de inclusão social. Embora seja verdadeiro o pressuposto da polaridade entre a exclusão

e inclusão, deve-se considerar o fato de que, na história da sociedade humana, a igualdade não tem sido algo recorrente.

Seguindo esta premissa, aqui repousa uma das hipóteses centrais desta pesquisa: na atual conjuntura política, econômica e social, o fato de estar incluído, ou seja, de ter o acesso, o ingresso e a permanência nas políticas de inclusão, as quais visam minimizar as desigualdades sociais, não anula que, concomitantemente, pode-se perceber as verdadeiras faces da exclusão social.

Conforme as afirmações de Eloi (2014), tais categorias de incluir produtivamente tendem a camuflar o calamitoso desemprego estrutural, a exploração do trabalho e as desigualdades sociais, bem como podem promover o ajustamento da população às demandas do capital, ou seja, de uma população necessária à acumulação capitalista.

Nos modos de produção no capitalismo, é produzido grande contingente de trabalhadores excluídos, ou seja, o mercado de trabalho não absorve todos os trabalhadores e esta tendência de aumento da população excedente e excluída torna-se combustível para expansão do capital, fazendo com que muitos trabalhadores sejam “incluídos” de modo precário e/ou em atividades informais.

Depara-se, ainda, com o agravamento das condições de vida dos trabalhadores, que se encontram em situações de inclusão precária, e daqueles que estão desempregados. Sendo assim, o Estado passa a investir em políticas sociais como forma de criar possibilidades para geração de trabalho e renda, buscando, também, subsidiar o direito ao trabalho e a sobrevivência dos desempregados de longa duração.

Foi na década de 1990 que houve o aumento das atividades informais no Brasil. Simultaneamente, a Inclusão Produtiva se constrói a partir do momento em que o Estado passa a investir em políticas de incentivo para geração de trabalho e renda. A Inclusão Produtiva busca

fomentar, de forma sistemática, os conhecimentos, as capacidades e as habilidades dos sujeitos, por meio das iniciativas coletivas, emprego formal e empreendedorismo para a geração de trabalho e renda. Em termos mais específicos, busca o desenvolvimento de projetos coletivos integrados à educação socioprofissional, cidadã e política, com investimentos em capital para o acesso aos meios de produção e assistência técnica.

A Inclusão Produtiva, em articulação com a Política de Assistência Social, permite compreender que *incluir produtivamente* a população empobrecida, neste âmbito, é uma ação sustentada pelo “discurso ideológico de cidadania, inclusão/exclusão social, crescimento econômico, protagonismo, autonomia, desenvolvimento de capacidades e potencialidades que integram a noção de qualificação/educação socioprofissional” (Eloi, 2014, p. 11).

Segundo Souza (2013, p. 2), “Existe uma pretensão de gerar renda para a emancipação dos usuários da Inclusão Produtiva”. Estes discursos ideológicos de inclusão social são materializados pelas ofertas de programas, serviços e benefícios, utilizando como mediação a inserção da população pobre no mundo do trabalho. Sendo assim, por meio de parcerias com os estados, municípios e empresas privadas, as políticas de Inclusão Produtiva buscam proporcionar a *autonomia* para os usuários sobreviverem com dignidade. Para que isso aconteça, a estratégia é formar cidadãos integrados ao mundo do trabalho (Brasil, 2012b).

Considera-se que existe uma relação entre a Política de Assistência Social e a Inclusão Produtiva que mobiliza ações voltadas para a geração de trabalho e renda. Tal relação busca, ainda, a tentativa de *autonomia* e *emancipação* dos usuários, visto que a viabilização das alternativas de Inclusão Produtiva ocorreu em presença do desemprego estrutural e da precarização do trabalho.

Diante desta condição, considera-se o fenômeno da inclusão social um fator correlacionado à exclusão social. Para Faleiros (2006), são as faces da mesma moeda, pois tanto as relações sociais dominantes (como as parcerias público-privadas), quanto às tentativas de inclusão por meio das políticas públicas, articulam-se na esfera política para, teoricamente, incluir-se no mundo do trabalho, mas ao mesmo tempo se exclui do/no trabalho, em um contexto no qual as condições de inclusão são cada vez mais precárias.

Em contrapartida, incluir produtivamente não se restringe apenas a atividades de fomento econômico ou comercial, mas atinge outros propósitos, como o fortalecimento de vínculo comunitário e entre os sujeitos, para que busquem expor as suas ideias e se mobilizem coletivamente através das ações políticas, econômicas e sociais, repercutindo na melhoria das condições de vida.

Durante o acompanhamento aos grupos da Inclusão Produtiva, no Programa de Economia Solidária de Londrina/PR, foi possível dimensionar as possibilidades do Programa na abrangência dos aspectos objetivos, como a atividade econômica para a geração de trabalho e renda, e os aspectos subjetivos, no que diz respeito ao cuidado de si e do outro, à autoconfiança e à melhoria na autoestima. Além disso, a participação no programa permitiu o fortalecimento entre os sujeitos, no sentido de saírem do isolamento do espaço doméstico, resgatando a convivência e o reconhecimento social, por meio dos princípios basilares da Economia Solidária, como a cooperação, a solidariedade, a autogestão, etc.

Acrescido a isso, a convivência social (nas reuniões de comercialização, feiras, fóruns, conferências, reuniões do grupo), possibilitou superar o estigma sobre a impotência do pobre e sua caracterização enquanto classe perigosa, criando espaços onde os

próprios sujeitos tinham poder de voz e questionamento diante da sua condição de vida.

Compreende-se que os sujeitos atendidos na Inclusão Produtiva, por meio da Assistência Social, vivenciam e experimentam inúmeras carências (materiais e simbólicas), no entanto, possuem desejos e potencialidades. Por este motivo, valorizou-se, durante os acompanhamentos, a escuta desses sujeitos, o que se tornou de suma importância, por ser uma escuta com intuito transformador, a fim de amenizar os impactos psicossociais diante da situação de desemprego e pobreza.

Isto significa que, além das oportunidades objetivas como a renda, aquisição material e acesso aos serviços, foram considerados os aspectos subjetivos no enfrentamento às condições precárias de vida. É possível citar, como exemplo, as falas das mulheres no que diz respeito à autoestima. Elas sentiram melhora na forma como se enxergam, já que compartilharam que, antes da participação no programa, não se arrumavam, achavam que tudo deveria ser como era, sentem-se deprimidas e que eram uma pessoa qualquer, despercebidas, mas, a partir da participação no Programa, podiam partilhar afetos em comum com outras mulheres, passando a acreditar que, juntas, poderiam realizar muitas coisas. Foi perceptível que, por meio do trabalho, conquistaram a própria renda, algumas voltaram aos estudos, passaram a participar dos fóruns e conferências, etc. Por isso, considera-se que os rendimentos monetários, ou seja, a renda, são importantes, mas a melhoria das condições de vida dos sujeitos não se restringe à renda. Em outros termos, não se deve focar apenas nos indicadores econômicos.

É importante mostrar os benefícios do Programa para a vida dos sujeitos, mas simultaneamente, aparecem alguns limites existentes no

processo de inclusão. O Programa não abrange todos os trabalhadores que necessitam participar das ações para geração de trabalho e renda, ou seja, as ações acabam sendo pontuais, não contemplando todos os usuários inseridos no Cadastro Único, que seria o público prioritário, especialmente aqueles beneficiários do Bolsa Família.

Outro fator preponderante é a permanência no Programa, pelas condições de continuidade durante a produção e a comercialização, o que nem sempre acontece como os participantes esperam, como, por exemplo, quando a expectativa de gerar renda suficiente para sobreviver não se cumpre, o que os levam a sair do programa. O investimento financeiro também é outro fator, pois os integrantes dos grupos não têm condições financeiras para compra de matéria-prima, equipamentos e outros recursos para iniciar as atividades, ficando dependentes dos recursos provindos da Assistência Social, tanto para fomentar a compra de recursos quanto para as capacitações técnicas.

Diante das possibilidades e limites expostos até aqui, presentes nos programas de Inclusão Produtiva, como é o caso da Economia Solidária, identifica-se que nas últimas décadas, testemunha-se um surpreendente crescimento na busca de relações econômicas alternativas ao sistema vigente. Em parte, esse movimento responde a grande demanda por trabalho e renda, bem como a inclusão social. Assim, a Economia Solidária surge como alternativa para geração de trabalho e renda.

Considerações finais

As reflexões proporcionadas por este estudo sobre a *Inclusão Produtiva na Assistência Social: implicações psicossociais para os sujeitos vulnerabilizados* não se estancam com a formulação de respostas

absolutas, mas provocou diversas outras reflexões, ampliando a percepção com relação ao contexto sociopolítico e econômico e, também, sobre a prática profissional, num processo no qual se tornam indissociáveis.

Foi possível explicitar, também, a responsabilidade do Estado no campo da proteção social, diante das demandas que advêm do modelo econômico vigente, que resulta na fragilização das condições de trabalho. Diante disso, a Inclusão Produtiva foi constituída como uma estratégia necessária para a possibilidade de inclusão das pessoas em situação de vulnerabilidade social e trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho.

Incorporar estes desafios dentro da política pública suscita a perspectiva da garantia dos direitos de cidadania e a responsabilidade do Estado, que deve proporcionar a proteção social aos sujeitos. Diante disso, independentemente da linha de governo, nos deparamos com uma população em situação de pobreza, que experimenta as privações do desenvolvimento de suas capacidades e a fragilização das condições materiais e simbólicas, não possuindo, em sua trajetória de vida e história, uma participação política.

Compreendemos que a Política Nacional de Assistência Social, na responsabilidade de garantir a proteção social, incluindo a segurança nos rendimentos, acaba por transmitir em suas ações um caráter compensatório, focalizando na oferta de cursos e capacitações, por acreditar serem as melhores opções de inserção no mundo do trabalho, mas quando não há valorização destas atividades, reforça-se a centralidade do trabalho formal, o que justifica a importância de construir novas formas de pensar a Inclusão Produtiva e a necessidade de realizar novas pesquisas, articuladas com as demais políticas públicas. Sendo assim, esta prática poderia ser ampliada quando

pensada em relação às políticas de proteção social integradas com as demais políticas públicas, como o Desenvolvimento Econômico e a Educação.

Referências

- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm
- Brasil. (2004) *Política Nacional da Assistência Social*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).
- Brasil. (2005a). *Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004, Norma Operacional Básica NOB/ SUAS*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Brasil. (2005b). *Política Nacional de Assistência Social; Norma Operacional Básica - NOB/SUA*. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
- Brasil. (2012a). *Orientações técnicas sobre o PAIF (v. 1 e 2)*. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Brasil. (2012b). *Plano Brasil Sem Miséria: Inclusão Produtiva*. Recuperado de <http://www.brasilemmiseria.gov.br/inclusao-produtiva>
- Brasil. (2014a). *O Brasil sem miséria*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Brasil. (2015a). *Brasil sem miséria: Inclusão Produtiva Urbana*. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Recuperado de <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/inclusao-produtiva-urbana-1>
- Brasil. (2015b). *Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS*. (2a ed). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Câmara dos Deputados, Edições Câmara.

- Brasil. (2015d). *Bolsa Família: O que é?* Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Recuperado de <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>
- Brasil. (2017c). *Acessuas Trabalho: orientações técnicas*. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Brasil. (2019). *Relatórios de Informações Sociais: Bolsa Família e Cadastro Único no seu município*. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Cadastro Único.
- Behring, E., & Boschetti, I. (2008). *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Editora Cortez.
- Boschetti, I. (2016). Tensões e Possibilidades da Política de Assistência Social em contexto de crise do capital. *Argumentum*, 8(2), 16–29. DOI: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v8i2.12800>
- Decreto nº 6.393, de 12 de março de 2008. Presidência da República, Casa Civil. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6393.htm
- Eloi, N. M. (2014). *O mito da Inclusão Produtiva: o discurso ideológico de cidadania, inclusão social e crescimento econômico do estado brasileiro de FHC à Dilma*. (Dissertação - Mestrado), Universidade Federal do Pará. Recuperado de http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/6258/1/Dissertacao_MitoInclusaoProdutiva.pdf
- Faleiros, V. P. (2006). *Inclusão Social e Cidadania. Anais da 32ª edição da International Conference on Social Welfare*.
- Fiúza, S, & Costa, L. (2015). O direito à Assistência Social: o desafio de superar as práticas clientelistas. *Revista Serviço Social*, 17(2), 64–90. DOI: 10.5433/1679-4842.2015v17n2p64
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2013). *Políticas Sociais Acompanhamento e Análise*. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. Recuperado de http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4136/1/bps_17_vol003_completo.pdf

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015). *Perfil dos estados e dos municípios brasileiros: Inclusão Produtiva*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94542.pdf>
- Lucheti, L. A. R. (2016). *Catadores/as de recicláveis de Presidente Prudente: desafios e limites das políticas públicas de Inclusão Produtiva*. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social.
- Mioto, R. C. T., & Nogueira, V. M. R. (2013). Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. *Revista Katálisis*, 16, 61-71.
- Pochmann, M., & Amorim, R. (2003). *Atlas da exclusão social no Brasil*. Editora Cortez.
- Sposati, A. (2013). Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, 116, 652-674. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n116/05.pdf>
- Sposati, A., Falcão, M. C., & Teixeira, S. M. F. (1995). *Os Direitos dos Desassistidos Sociais*. (3a ed.). Editora Cortez.
- Sposati, A. (2004). Contribuição para a construção do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. *Revista Serviço Social e Sociedade*, 78.
- Sachs, I. (2009). *A Terceira Margem: em busca do ecodesenvolvimento*. São Paulo: Editora Companhia das Letras.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Souza, F. V. F. (2013). Assistência Social e Inclusão Produtiva: algumas indagações. *O Social em Questão*, XVII(30), 287-298. Recuperado de http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_30_Souza_14.pdf
- Yasbek, M. C. (2004). As ambigüidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS. *Revista Serviço Social & Sociedade*, XXV(77), 11-29.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Lucas Martins Soldera

Psicólogo formado pela Faculdade de Ciências e Letras (UNESP/Assis). Mestre e Doutor em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras (UNESP/Assis). Professor Associado do Departamento de Psicologia - DPI da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPI-UEM. Coordenador da Revista Psicologia em Estudos (Qualis A1). Pesquisador e co-fundador dos grupos de pesquisa Laboratório Interinstitucional de Subjetividade e Trabalho - LIST - e Centro de Estudo Saúde, Subjetividade e Trabalho - CESST, ambos certificados pelo CNPq.

Matheus Viana Braz

Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pesquisador Visitante na Université Paris Cité (UPCité, 2024), vinculado ao Laboratoire de Changement Social et Politique (LCSP), França. Mestrado e Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UNESP/FCLA. Graduado em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Assis. Membro do Conselho de Orientação e Correspondente Internacional no Brasil do RISC - Réseau International de Sociologie Clinique - (França), membro do Comitê de Pesquisa Sociologia Clínica (RC46) da International Sociological Association e membro da Red Internacional de Sociología Clínica - RISC Nodo Sur. Research Partner do DiPLab Research Group. É coordenador do "Laboratório de Trabalho, Saúde e Processos de Subjetivação" (LATRAPs), membro do "Laboratório Interinstitucional de Subjetividade e Trabalho" e do "Centro de Estudos Subjetividade, Saúde e Trabalho (CESST)", vinculados à Universidade Estadual de Maringá - UEM, do Laboratório das Clínicas do Trabalho, vinculado à UNESP/Assis e do grupo "Diálogos em Sociologia Clínica", vinculado à Universidade de Brasília - UNB (todos cadastrados no CNPq). Em 2023, recebeu o prêmio Outstanding Early Career em Sociologia Clínica pela International Sociological Association (ISA) - Clinical Sociology Research Committee.

Guilherme Elias da Silva

Psicólogo, Mestre e Doutor em Psicologia pela UNESP - Campus Assis na área de conhecimento: Subjetividade e Saúde Coletiva. Professor Associado do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (Nota 4). Coordenador do Projeto de Extensão: Desenvolvimento de estudo e práticas em Psicologia do Trabalho e Organizacional por meio da PSIQUE Consultoria e Projetos em Psicologia, Empresa Júnior. As áreas de conhecimento em que pesquisa e atua: Psicologia do Trabalho e Organizacional, principalmente nos seguintes temas: Saúde Mental e Trabalho, Subjetividade e Intersubjetividade nas Relações de Trabalho e Teletrabalho.



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org



NESSA OBRA COLETIVA BUSCAMOS PROBLEMATIZAR AS RELAÇÕES ENTRE SAÚDE E SUBJETIVIDADE NA SOCIEDADE ATUAL. A OPACIDADE DOS LABIRINTOS NA CONDIÇÃO PÓS-MODERNA SIMBOLIZA A PULVERIZAÇÃO DAS FRONTEIRAS ENTRE TRABALHO E NÃO TRABALHO, ASSIM COMO A DIFICULDADE DE ESTABILIZAÇÃO CONCEITUAL NUM CENÁRIO ONDE A INFORMALIZAÇÃO E A DESTERRITORIALIZAÇÃO SE IMPÕEM COMO REGENTES DOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO. NESSE CONTEXTO, COMO ENCONTRAR NOVOS CAMINHOS EM MEIO À FRAGMENTAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO? COMO RESISTIR COLETIVAMENTE QUANDO AS FORMAS DE CONTROLE SOBRE O TRABALHO SÃO VIRTUALIZADAS, DATAFICADAS, CENTRADAS NUMA ORGANIZAÇÃO PELA DISPERSÃO? COMO TEMATIZAR SAÚDE E SUBJETIVIDADE PARA ALÉM DAS VIRTUDES DO MERCADO (EFICIÊNCIA, PRODUTIVIDADE, MAXIMIZAÇÃO DE POTENCIALIDADES ETC), COLOCANDO O SUJEITO NO CENTRO DO DEBATE? GERENCIALISMO, SUBJETIVIDADE, PLATAFORMAS DIGITAIS, TELETRABALHO E INTERSECIONALIDADE NO TRABALHO SÃO EIXOS CENTRAIS DE ANÁLISE QUE O(A) LEITOR(A) ENCONTRARÁ NESSE LIVRO, NA TENTATIVA DE ENCONTRARMOS MEDIAÇÕES E ALTERNATIVAS DE AÇÃO, DE MODO A FAVORECER A PRODUÇÃO DE SAÚDE E POSSÍVEIS CAMINHOS DE RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO.



editora *fi*.org

